PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO

Pregão Eletrônico nº 35/2026. Adesão Sec. Educação Toyota Hilux nova 2026/2026

PROCESSO 8376/2026

68EE92AB944ABCB0

TIPO DE PROCESSO: Comunicados Internos

ASSUNTO: Comunicação Interna Prefeitura

ABERTURA: 24 de setembro de 2026 às 09:49

SIGNATÁRIO Rodrigo Ferreira dos Santos

Acesse o link abaixo para consultar o processo

https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/processos/68EE92AB944ABCB0

De: Secretaria de Educação
Enviado por: Jessica Amann Froehlich (jessica.froehlich)
Para: Gerência de Contratações Públicas (Organograma)
Data: 26 de agosto de 2026 às 08:59

Adesão a Ata de registro de Preços nº 09/2026/CIDESAT originada do Pregão Eletrônico n° 08/2026 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, cuja empresa detentora é a KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, inscrita no CNPJ 52.251.214/0001-34, para fornecimento de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4, para atender ao Município de Campos de Júlio – MT.

Anexo(s)
SOLICITAÇÃO 449 - EDUCAÇÃO.pdf
01. ETP.pdf
02. TERMO DE REFERENCIA.pdf
03. JUSTIFICATIVA ADESÃO.pdf
Resultado da Cotação 449.pdf
REFERENCIA DE PREÇO.pdf
OFICIO 238 - CONSORCIO.pdf
Oficio 239 FORNECEDOR.pdf
OF 67-2026 CIDESAT Campos de Júlio MT ass.pdf
2026 JUL 31 - KAMPAI MT - PARECER FAVORÁVEL - CIDESAT X PREF DE CAMPOS DE JULIO MT.pdf
__ Portal de Serviços _ TCE-MT.pdf
ATA REGISTRO DE PREÇO.pdf
EDITAL.pdf
42PARE_1.PDF
54AVIS_1.PDF
53AVIS_1.PDF
52AVIS_1.PDF
LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO.pdf
HOMOLOG. - Licitação 26-2026 Public Site PNCP.pdf
HOMOLOG. - Licitação 26-2026 Public Site TCE MT.pdf
HOMOLOG. - Licitação 26-2026 ass.pdf
ADJUDIC. - Licitação 26-2026 Public Site Consórcio.pdf
ADJUDIC. - Licitação 26-2026 Public Site TCE MT.pdf
certidao (14).pdf
Consulta de Sanções _ Portal da Transparência do Governo Federal.pdf
Consulta Regularidade do Empregador.pdf
Reimpressão_CND_Nº64143599.pdf
ReportExtrato.pdf
00 - Contrato Social - 3ª Alteração Kampai MT.pdf
01.1 - CNH - KARLOS CESAR FERNANDES.pdf
01.2 - CNH - KENYA CAMILA FERNANDES.pdf
01.3 - CNH - CELIA FERNANDES.pdf
01.4 - CNH - FERNANDO SALES.pdf
01.5 - PROCURAÇÃO KAMPAI CUIABA - 2026 - assinado.pdf
01.6 - CNH - CARLOS EDUARDO FERNANDES.pdf
02 - CNPJ KAMPAI CUIABA - 25.09.pdf
03 - CCI KAMPAI CUIABA - 30.08 (1).pdf
03 - CCI KAMPAI CUIABA - 30.08.pdf
04 - ALVARA KAMPAI CUIABA - 28.01.27.pdf
05 - FEDERAL KAMPAI CUIABA - 26.09.pdf
09 - CNDT KAMPAI CUIABA - 05.09.2026.pdf
10 - FALENCIA KAMPAI CUIABA - 12.09.pdf
11 - BALANÇO 2024 KAMPAI MT.pdf
11 - BALANÇO 2025 KAMPAI MT.pdf
12 - SOLVENCIA - KAMPAI MOTORS MT 2024.pdf
12 - SOLVENCIA - KAMPAI MOTORS MT 2025.pdf

Solicitação de Materiais / Serviços

Requisição	Responsável	Data
00449/26		24/08/2026

Descrição

Adesão a Ata de registro de Preços nº 09/2026/CIDESAT, para fornecimento de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4, para atender ao Município de Campos de Júlio – MT.

Poder	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
Órgão	Secretaria Municipal de Educação
Setor Solicitante	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Centro de Custo	941 AQUISIÇÃO VEÍCULO - EDUCAÇÃO
Placa	

Observação

Adesão a Ata de registro de Preços nº 09/2026/CIDESAT originada do Pregão Eletrônico n° 08/2026 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, cuja empresa detentora é a KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, inscrita no CNPJ 52.251.214/0001-34, para fornecimento de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4, para atender ao Município de Campos de Júlio – MT.

Item	Cód. Produto	Descrição do Produto Descrição Detalhada do Produto	Unidade	Qtde	Qtde Rec. Observação	C. Custo	Centro de Custo
1	005.001.013	CAMIONETA CABINE DUPLA CAMINHONETE - CABINE DUPLA, 4 PORTAS, TRAÇÃO 4x2/4x4, NOVA ZERO KM, ANO/MODELO 2026/2026, veículo na Cor Branca	UN	1	0	941	AQUISIÇÃO VEÍCULO - EDUC

RESPONSAVEL

Processo 8376/2026. Assinado por 1 pessoa: JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/73E9AD7FE5FE47D5BAF07D6257EF5414

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
73E9AD7FE5FE47D5BAF07D6257EF5414

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL em 26/08/2026 10:53:38
CPF:***.***-.721-72
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/73E9AD7FE5FE47D5BAF07D6257EF5414

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Aquisição de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4– Secretaria Municipal de Educação
Adesão à Ata de Registro de Preços

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo demonstrar a necessidade, a viabilidade técnica e a vantajosidade da aquisição de **01 (um) veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4**, por meio de **adesão à Ata de Registro de Preços**, para atender à demanda do transporte escolar da **Secretaria Municipal de Educação do Município de Campos de Júlio/MT**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A aquisição de 01 (um) veículo tipo camionete diesel CD 4x4 é necessária para atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação, proporcionando melhores condições para o transporte de servidores, materiais, equipamentos e demais recursos necessários à execução das atividades administrativas e educacionais, especialmente em áreas rurais e localidades de difícil acesso. O veículo contribuirá para maior agilidade, segurança e eficiência na realização dos serviços, garantindo o adequado atendimento às necessidades da rede municipal de ensino.

2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação identificou a necessidade de aquisição de 01 (um) veículo tipo camionete diesel, cabine dupla (CD), com tração 4x4, para atender às demandas administrativas e operacionais da rede municipal de ensino.

A aquisição justifica-se pela necessidade de:

- Apoiar o deslocamento de servidores da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares para a realização de atividades administrativas, pedagógicas e de acompanhamento;
- Possibilitar o transporte de materiais, equipamentos, insumos e demais recursos necessários ao funcionamento das unidades educacionais;
- Atender às demandas em áreas rurais e localidades de difícil acesso, onde as condições das estradas exigem um veículo com maior resistência e capacidade de tração;
- Proporcionar maior segurança, agilidade e eficiência na execução dos serviços da Secretaria Municipal de Educação;
- Ampliar e modernizar a frota disponível, reduzindo a dependência de veículos de outras Secretarias para o atendimento das demandas da Educação.

A camionete diesel com cabine dupla e tração 4x4 apresenta características adequadas para as atividades desenvolvidas pela Secretaria, especialmente em razão da necessidade de deslocamentos frequentes em vias urbanas, rurais e estradas não pavimentadas, contribuindo para a continuidade e a qualidade dos serviços públicos educacionais prestados à população.

3. FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Após análise das alternativas disponíveis, verificou-se que a adesão à Ata de Registro de Preços vigente apresenta-se como a solução mais eficiente e vantajosa para a aquisição do veículo, considerando a possibilidade de realizar a contratação de forma mais célere, sem a necessidade de iniciar um novo processo licitatório, reduzindo o tempo e os procedimentos administrativos envolvidos.

A adesão também proporciona maior economicidade e segurança para a Administração Pública, uma vez que permite o aproveitamento de preços previamente registrados e obtidos por meio de procedimento licitatório regular, observadas as condições estabelecidas na respectiva Ata e a legislação vigente.

Dessa forma, a utilização da Ata de Registro de Preços possibilita o atendimento de forma mais ágil à necessidade da Secretaria Municipal de Educação, permitindo a disponibilização do veículo para as

Processo 8376/2026. Assinado por 2 pessoas: JESSICA AMANN FROEHLICH e JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/B0320AABD73F402EA4C376F9D79D0B22

atividades administrativas e operacionais da Secretaria, especialmente aquelas que envolvem deslocamentos em áreas urbanas, rurais e localidades de difícil acesso.

4. DESCRIÇÃO DAS SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO

O mercado dispõe de diferentes opções de veículos utilitários, como camionetes, veículos SUV, furgões e veículos de passeio, com variadas configurações de motorização, capacidade de carga e sistemas de tração.

Após avaliação das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, concluiu-se que a camionete diesel, cabine dupla, com tração 4x4 é a solução mais adequada para atender às demandas atuais, considerando que:

A camionete apresenta maior robustez e resistência para utilização em diferentes condições de vias, sendo adequada para deslocamentos em áreas urbanas e rurais. A tração 4x4 proporciona melhor desempenho e segurança em estradas não pavimentadas, trechos com lama, cascalho e terrenos de difícil acesso, garantindo maior mobilidade no atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Educação.

O motor a diesel apresenta características adequadas para utilização frequente e para deslocamentos em diferentes tipos de terrenos. Além disso, a cabine dupla permite o transporte de servidores com maior conforto e segurança, proporcionando maior versatilidade para a realização das atividades administrativas e operacionais da Secretaria.

O veículo também possui capacidade para o transporte de materiais, equipamentos e insumos necessários ao atendimento das unidades educacionais. Dessa forma, sua aquisição contribuirá para proporcionar maior agilidade, segurança e eficiência na execução das atividades da Secretaria Municipal de Educação, especialmente nas demandas que envolvem deslocamentos para áreas rurais e localidades de difícil acesso.

5. JUSTIFICATIVA PARA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A adesão à Ata de Registro de Preços mostra-se vantajosa para a aquisição de 01 (um) veículo tipo camionete diesel, cabine dupla, com tração 4x4, considerando a possibilidade de aproveitar os preços e condições previamente estabelecidos pelo órgão gerenciador, resultando em maior economicidade para a Administração Pública.

A utilização da Ata de Registro de Preços também contribui para a redução dos custos e dos procedimentos administrativos, proporcionando maior celeridade na aquisição do veículo. Além disso, permite a contratação de fornecedor que já passou pelos procedimentos de habilitação e seleção previstos no processo licitatório que originou a Ata.

Dessa forma, a adesão apresenta-se como uma alternativa eficiente e adequada para atender à necessidade da Secretaria Municipal de Educação, possibilitando a aquisição do veículo em prazo mais célere e contribuindo para a melhoria da estrutura e das condições de execução das atividades administrativas e operacionais, especialmente nos deslocamentos para áreas urbanas, rurais e localidades de difícil acesso.

6. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de 01 (um) veículo tipo camionete, novo, zero quilômetro, cabine dupla, motor a diesel, com tração 4x2 e 4x4 reduzida, ano/modelo vigente, na cor branca, destinado ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Educação, especialmente para deslocamentos em áreas urbanas, rurais e localidades de difícil acesso, bem como para o transporte de servidores, materiais, equipamentos e insumos.

O veículo deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas: motor a diesel com cilindrada mínima de 2.8 litros, potência mínima de 204 CV, torque mínimo de 50,9 kgf, transmissão automática de 6 velocidades sequencial, tração 4x2/4x4 reduzida com acionamento eletrônico, controle

Processo 8376/2026. Assinado por 2 pessoas: JESSICA AMANN FROEHLICH e JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/B0320AABD73F402EA4C376F9D79D0B22

eletrônico de estabilidade (VSC), controle eletrônico de tração (A-TRC) com bloqueio do diferencial, direção hidráulica, sistema de freios dianteiros com discos ventilados e ABS/EBD e traseiros com tambor e ABS/EBD; pneus 265/65 R17"; comprimento máximo de 5.335 mm; peso bruto total mínimo de 3.065 kg; capacidade de carga mínima de 1.000 kg; capacidade máxima de tração, incluindo reboque, de no mínimo 6.565 kg; e tanque de combustível com capacidade mínima de 75 litros.

O veículo deverá possuir, no mínimo, protetor de caçamba, grade de aço protetora do vidro traseiro tipo Santo Antônio, capota marítima, estribos laterais auxiliares de embarque, caçamba com no mínimo 4 ganchos internos para amarração, para-barros dianteiro e traseiro, para-choques dianteiro e traseiro, cabine dupla com ar-condicionado, sistema de áudio com no mínimo 4 alto-falantes, acendimento automático dos faróis, coluna de direção com regulagem de altura e profundidade, computador de bordo, desembaçador do vidro traseiro, faróis com temporizador (Follow Me Home), retrovisores externos com regulagem elétrica e indicador de direção, bancos revestidos em material sintético, sistema multimídia com tela de no mínimo 9", entrada USB, conexão Bluetooth e espelhamento Android Auto e Apple CarPlay sem fio, seletor para troca de tração, tomada 12V na cabine, vidros elétricos e volante com comandos integrados.

Quanto aos itens de segurança, deverá contar com no mínimo 7 airbags, sendo 1 de joelho para o motorista, 2 de cortina, 2 frontais e 2 laterais; assistente de reboque, assistente de subida (HAC), controle eletrônico de estabilidade (VSC), controle eletrônico de tração (A-TRC), luz de condução diurna, luz de frenagem emergencial automática, sistema de alarme perimétrico e travas elétricas com acionamento remoto. O veículo deverá ser entregue na cor branca, emplacado e licenciado em nome do Município de Campos de Júlio/MT, na sede da Contratante, com assistência 24 horas gratuita durante o primeiro ano e garantia mínima de até 10 (dez) anos, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante, contando com assistência técnica na rede autorizada.

A marca ofertada deverá possuir concessionária autorizada do fabricante localizada a uma distância máxima de 100 km da sede do Município, com comprovação de parceria existente há mais de 1 (um) ano, dispondo de estoque de peças e oficina para realização dos serviços de manutenção e assistência técnica. O veículo deverá ser entregue novo, zero quilômetro, sem uso anterior, devidamente regularizado e em perfeitas condições de funcionamento, atendendo integralmente às especificações estabelecidas neste instrumento.

7. ESTIMATIVA DE CUSTO

7.1 A estimativa de custo será baseada nos valores registrados na Ata de Registro de Preços nº 09/2026, de **R$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais),** observando a compatibilidade com os preços de mercado, conforme levantamento prévio, e respeitando os princípios da economicidade e eficiência.

7.2 Quantidade a ser aderida:

Item	Código Sistema Código TCE/MT	Descrição	Unid.	QTD
01	005.001.013 00054573	CAMINHONETE - CABINE DUPLA, 4 PORTAS, TRAÇÃO 4x2/4x4, NOVA ZERO KM, ANO/MODELO 2026/2026,	UN	1

8. ANÁLISE DE RISCOS

A análise de riscos tem por finalidade identificar e avaliar os possíveis eventos que podem comprometer a aquisição do veículo por meio da adesão à Ata de Registro de Preços, bem como propor medidas de mitigação para garantir a regularidade e a eficiência do processo.

Processo 8376/2026. Assinado por 2 pessoas: JESSICA AMANN FROEHLICH e JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/B0320AABD73F402EA4C376F9D79D0B22

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega do veículo	Média	Médio	Acompanhamento do cronograma e aplicação de penalidades previstas na Ata
Veículo em desacordo com as especificações	Baixa	Alto	Conferência rigorosa no recebimento e rejeição, se necessário
Indisponibilidade de estoque pelo fornecedor	Média	Médio	Solicitar confirmação formal de disponibilidade antes da contratação e considerar alternativas previstas na Ata
Problemas documentais ou no emplacamento	Baixa	Médio	Conferência prévia da documentação e acompanhamento contínuo
Indisponibilidade do veículo pelo fornecedor	Média	Médio	Confirmação formal de disponibilidade antes da contratação
Imprevistos no empenho devido ao encerramento do exercício financeiro	Média	Alto	Ajustar o procedimento às datas limite da contabilidade, priorizando celeridade e acompanhamento diário do processo.

9. JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO

A contratação não será parcelada, pois trata-se de bem único e indivisível, sendo o parcelamento tecnicamente inviável e desnecessário.

10. FONTE DE RECURSOS

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta do orçamento próprio da **Secretaria Municipal de Educação**, em dotação específica destinada à manutenção e desenvolvimento do ensino.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que a aquisição de um ônibus escolar, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços, é **tecnicamente viável, economicamente vantajosa e juridicamente adequada**, atendendo ao interesse público e às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

A medida contribuirá para a melhoria da qualidade do transporte escolar, garantindo segurança, dignidade e acesso à educação aos alunos do Município de Campos de Júlio/MT.

Documento assinado digitalmente
JESSICA AMANN FROEHLICH
Data : 26/08/2026 08:58:44
CPF:***.***-.861-35

Campos de Júlio – MT, 22 de julho de 2026.

Jéssica Amann Froehlich
Assistente em Gestão Administrativa

Juliana Ferreira De Castro Uebel
Secretária Municipal de Educação

Processo 8376/2026. Assinado por 2 pessoas: JESSICA AMANN FROEHLICH e JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/B0320AABD73F402EA4C376F9D79D0B22

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
B0320AABD73F402EA4C376F9D79D0B22

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL em 26/08/2026 10:53:41
CPF:***.***-.721-72
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/B0320AABD73F402EA4C376F9D79D0B22

TERMO DE REFERÊNCIA - ADESÃO

Cotação de Preço:449/2026

Objeto: Adesão a Ata de registro de Preços nº 09/2026/CIDESAT originada do Pregão Eletrônico n° 08/2026 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, cuja empresa detentora é a KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, inscrita no CNPJ 52.251.214/0001-34, para fornecimento de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4, para atender ao Município de Campos de Júlio – MT.

Fiscal do Contrato: Andreia Vitorio Diniz - Portaria nº. 163, de 31 de julho de 2026, Matrícula nº 3016/2026

Vigência do Contrato: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da publicação de seu extrato no órgão oficial de imprensa, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

Prazo de Entrega e Execução: O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade da Secretaria, com prazo de entrega é de até 120 (cento e vinte) dias, contando a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

Forma de Entrega: A entrega da camionete será realizada no Município de Campos de Júlio/MT, em local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, com frete e descarga às expensas da Contratada, incluindo todas as despesas de transporte, seguro, impostos e demais encargos até o recebimento definitivo, deverá ainda, ser feita em dias úteis, de segunda a sexta-feira, com contato pelos telefones (65) 3387-2800 e (65) 9. 9205-0033.

A nota fiscal deve estar acompanhada da respectiva Autorização de Fornecimento.

1 - INFORMAÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1 - A presente ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de veículo para atender a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações abaixo:

Item	Código Sistema Código TCE/MT	Descrição	Unid.	QTD	Preço unitário - R$	Valor Total R$
01	005.001.013 00054573	CAMINHONETE - CABINE DUPLA, 4 PORTAS, TRAÇÃO 4x2/4x4, NOVA ZERO KM, ANO/MODELO 2026/2026,	UN	1	R$ 285.000,00	R$ 285.000,00

1.2 - O fornecimento, deverá ser conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste anexo, bem como as demais condições estabelecidas no edital.
1.3 - Os orçamentos realizados para esta contratação correspondem à mediana das cotações de preços realizadas pelo órgão solicitante da Prefeitura do Município de Campos de Júlio/MT, sendo valores máximos que a administração se dispõe a pagar.
1.4 - O valor total estimado da presente aquisição é de **R$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais),** sendo que os valores unitários referenciais foram anexados ao presente Termo de Referência.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 - A Secretaria Municipal de Educação solicita a aquisição de 01 (um) veículo tipo camionete, novo, zero quilômetro, motor a diesel, cabine dupla e tração 4x4, destinado ao atendimento das demandas administrativas e operacionais da Secretaria e das unidades da rede municipal de ensino.

2.2 - A aquisição do veículo faz-se necessária para atender às demandas de deslocamento dos servidores, transporte de materiais, equipamentos, insumos e demais recursos necessários ao desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação, especialmente em áreas rurais, estradas não pavimentadas e localidades de difícil acesso.

Processo 8376/2026. Assinado por 2 pessoas: JESSICA AMANN FROEHLICH e JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/94E7883C8FB04782963E6828E4AC386B

2.3 - A disponibilização de um veículo adequado, moderno e com tração 4x4 proporcionará maior segurança, agilidade e eficiência na execução das atividades, contribuindo para a continuidade dos serviços públicos educacionais e para o adequado atendimento das necessidades das unidades escolares do Município de Campos de Júlio – MT.

2.4 - Serão adotadas, a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 8.538/2015, e o Decreto Municipal nº 026/2024, seguindo a regras do denominado Sistema de Registro de Preços, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.078/1990 e demais legislações complementares

2.5 - Também serão observadas, no que forem aplicáveis, as normas do fabricante, as normas pertinentes à Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT – e, ainda, ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO.

2.6 - E que o veículo do qual necessitamos são compatíveis com registrados na referida ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, que o custo de realização de um processo de "CARONA" é significativamente menor e o princípio da Economicidade para Administração Pública, pois o Valor do balizamento de Preços realizado pela administração mostra que o valor da Ata é compatível com o valor praticado no mercado no âmbito da Administração Pública.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A aquisição de 01 (um) veículo tipo camionete, novo, zero quilômetro, motor a diesel, cabine dupla e tração 4x4 contribuirá significativamente para a melhoria das condições de atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação, proporcionando maior segurança, mobilidade e eficiência nos deslocamentos dos servidores, bem como no transporte de materiais, equipamentos e insumos necessários às atividades administrativas e operacionais.

3.2. O veículo, por apresentar maior robustez, capacidade de carga e sistema de tração 4x4, será adequado para utilização em diferentes condições de vias, incluindo estradas não pavimentadas, trechos com cascalho, lama e terrenos de difícil acesso, possibilitando o atendimento das unidades escolares localizadas tanto na zona urbana quanto na zona rural do Município.

3.3. Dessa forma, a aquisição contribuirá para a melhoria da estrutura e da capacidade operacional da Secretaria Municipal de Educação, garantindo maior agilidade, segurança e continuidade na execução dos serviços públicos educacionais e no atendimento às necessidades das unidades da rede municipal de ensino.

3.4. Analisando as alternativas disponíveis e que atendam a nossa à necessidade, considerando a viabilidade econômica, a solução indicada é a realização de Adesão ao Registro de Preços acima citado.

3.5. O fornecimento do bem, deverá ser conforme condições, exigências estabelecidas no edital de origem do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preço.

4 - REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

4.1 - Em Analise os orçamentos Adquiridos, verificou-se que os valores propostos são superiores ao valor registrado na Ata de Registro de Preço 09/2026, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, ficando demonstrada que a aquisição através de adesão ao registro de preço**,** é mais vantajosa para esta administração, gerando maior economia, desta forma sugere-se a Adesão a Referida ARP

4.2 - A contratada deverá cumprir todas as obrigações da ata de registro de preço.

4.2.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

4.2.2 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

Processo 8376/2026. Assinado por 2 pessoas: JESSICA AMANN FROEHLICH e JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/94E7883C8FB04782963E6828E4AC386B

5 - CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1 - Manter, durante toda execução do contrato, formalizado após processo licitatório compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive todas as condições de cadastramentos e habilitação exigidas na licitação.

5.2 - Serão recebidos no local designado pela CONTRATANTE, somente o item constante na solicitação emitida para a CONTRATADA, caso não ocorra desta forma a mesma deve entrar em contato com o(a) Fiscal do Contrato e comunicar previamente o motivo de não executar a Autorização de Fornecimento conforme solicitação.
5.3 - A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE mediante responsável pelo recebimento dos materiais, todos os meios necessários para demonstrar a qualidade dos itens entregues, permitindo sua verificação de conformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência.
5.4 - É de responsabilidade da CONTRATADA, todos os custos com transportes, cargas e descargas, do objeto deste Termo de Referência até o local indicado pela CONTRATANTE, assim como as suas referidas colocações do objeto no local do destino.
5.5 - O veículo será entregue de acordo com a necessidade da Secretaria solicitante.
5.6 - O veículo será recebido provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e demais documentos que vinculam o fornecedor.
5.7 - A verificação da conformidade das especificações do veículo ocorrerá no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório. Admitida a conformidade quantitativa e qualitativa, os materiais serão recebidos definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do objeto.
5.8 - Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a aquisição do veículo, este será rejeitado, no todo ou em parte, conforme dispõe o Art. 140, § 1° da Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT, devendo fornecedor reapresentá-los no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
5.9 - Na hipótese da CONTRATADA não proceder às correções e/ou substituições dentro do prazo do item anterior, incidirá a penalidade de multa moratória, podendo, inclusive, culminar com a inexecução total da ata de registro de preços e/ou do contrato.
5.10 - A CONTRATADA deverá disponibilizar funcionários de forma contínua, suficiente e satisfatória para atender a demanda do fornecimento.
5.11 - Ficará a cargo exclusivo da CONTRATADA todas as despesas para o fornecimento do veículo.
5.12 - É dever da CONTRATADA comparecer perante a Administração, quando solicitado para reuniões deliberativas ou de alinhamento de atividades voltadas a boa e regular execução do objeto.
5.13 - Não será aceito, no momento da entrega, veículo de marca e/ou modelo diferente daquele constante na proposta vencedora.
5.14 - Somente será permitido veículo novo de acordo com o especificado, não se admitindo, sob qualquer hipótese, veículo usado, defeituoso, fora do padrão ou de qualidade duvidosa.
5.15 - Apresentar garantia mínima do fabricante e, caso um do veículo apresente defeito durante o período de garantia, este deverá ser trocado por um novo em até 10 (dez) dias corridos e nas mesmas condições de garantia.
5.16- Quanto ao prazo de validade do veículo, as seguintes condições deverão ser observadas:

5.16.1 - Apresentar garantia mínima do fabricante ou prazo de garantia quanto a qualidade do veículo fornecido de acordo com a Lei, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer veículo entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade, nas mesmas condições de garantia, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada.

6 - GESTÃO DO CONTRATO:

6.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
6.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Processo 8376/2026. Assinado por 2 pessoas: JESSICA AMANN FROEHLICH e JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/94E7883C8FB04782963E6828E4AC386B

6.4 - O (a) Fiscal do Contrato poderá determinar ao preposto da empresa, a necessidade de adoção de providências para boa e regular execução do objeto.

6.5- Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para informações acerca das obrigações contratuais, mecanismos de fiscalização, estratégias para execução do objeto, método de aferição dos resultados e das possíveis sanções aplicáveis, dentre outros assuntos que entender pertinentes.

6.6 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos, que corresponderá ao mesmo Fiscal do Contrato e seu suplente, nos Termos do art. 117 da Lei Nº 14.133, de 2021.

6.7 - O fiscal do contrato acompanhará a execução do mesmo, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidos, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do art. 22, inciso VI do Decreto Federal nº 11.246/2022 e art. 23, inciso VI do Decreto Municipal nº 023/2024.

6.7.1 - O fiscal do contrato, anotará no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observando os termos do art. 117, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 23, inciso II do Decreto Municipal nº 23/2024;

6.7.2 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o Fiscal do Contrato emitirá notificações para a correção da execução do mesmo, determinando prazo para a correção, nos termos do Decreto Municipal n° 23/2024.

6.7.3 - O Fiscal do Contrato informará ao Gestor do Contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o Fiscal do Contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do Contrato.

6.7.5 - O Fiscal do Contrato comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término da ata/contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7.6 - O Gestor do contrato, acompanhará os registros realizados pelo Fiscais do Contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.8 - O Fiscal e o Gestor do contrato verificarão a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanharão o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, nos termos do Decreto Municipal nº 023/2023.

6.8.1 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais em relação à execução do objeto, o Fiscal do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9 - O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1 - O Gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2 - O Gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) Fiscal (is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.3 - O Gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10 - O Gestor do contrato, com auxílio do respectivo Fiscal, elaborará Relatório Final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para

Processo 8376/2026. Assinado por 2 pessoas: JESSICA AMANN FROEHLICH e JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/94E7883C8FB04782963E6828E4AC386B

o aprimoramento das atividades da Administração e o encaminhará para as providências de registro e transparência pública.
6.11 - O Gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização nos termos do contrato.

7 - DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO:

7.1 - O veículo será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 - O veículo poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade do veículo e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando- se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
7.7 - O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela CONTRATANTE durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
7.8 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
7.9 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
7.10 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato/ata e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) número do empenhou e/ou solicitação de fornecimento;
f) o valor a pagar; e
g) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
7.11 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
7.12 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
7.13 - A CONTRATANTE não se responsabiliza pelo pagamento de notas fiscais sem a apresentação das respectivas requisições expedidas e assinadas pelo órgão requisitante responsável.
7.14 - A CONTRATADA deverá apresentar as seguintes regularidades, acompanhado das notas fiscais ou instrumento de cobrança equivalente:

Processo 8376/2026. Assinado por 2 pessoas: JESSICA AMANN FROEHLICH e JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/94E7883C8FB04782963E6828E4AC386B

7.14.1 - Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

7.14.2 - Certidão de Regularidade de Tributos Municipais;

7.14.3 - Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais;

7.14.4. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e

7.14.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.15 - A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, devendo o contratado ficar responsável pela conferência de tal validade.

7.16 - Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

7.17 - Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.18 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços e/ou contrato, caso o contratado não regularize sua situação, junto a contratante.

7.20 - O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento de contratação.

7.21 - O CONTRATANTE não se responsabiliza pelo pagamento de notas fiscais sem a apresentação das respectivas requisições expedidas e assinadas pelo Departamento responsável.

7.22 - O pagamento será realizado em até 5 (cinco) dias, conforme disposto no Termo de Referência, que originou a ARP a ser aderida após a entrega do veículo, observado o cronograma de pagamento estabelecido pela Prefeitura do Município de Campos de Júlio/MT, em conformidade com art. 141 da Lei 14.133/2021.

7.23 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a futura contratada não tenha concorrido, de forma alguma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Município, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: I = (TX)

I = (6 / 100) I = 0,00016438

365 *TX = Percentual da taxa anual = 6%*

7.24 - Na emissão das notas fiscais para pagamento, as empresas deverão observar:

7.24.1 - O disposto pela legislação regulamentar e eventuais orientações técnicas do setor de contabilidade

7.24.2 - As regras de retenção do Imposto de Renda, dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e legislação municipal.

7.25 - O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.26 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Processo 8376/2026. Assinado por 2 pessoas: JESSICA AMANN FROEHLICH e JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/94E7883C8FB04782963E6828E4AC386B

7.28 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprova.

8 - OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE:

8.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e demais instrumentos que instruem o certame e contratação;
8.2 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
8.3 - Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto do contrato, conforme ajuste representado pela nota de empenho;
8.4 - Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas em lei e no contrato, quando for o caso;
8.5 - Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto do contrato;
8.6 - Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos, efetuando a retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;
8.7 - Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
8.8 - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
8.9 - Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Campos de Júlio/MT para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
8.10 - Exigir a apresentação de notas fiscais com as requisições fornecidas, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, etc, bem como fornecer à CONTRATADA recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de compromissos que exijam essas comprovações.
8.11 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais instrumentos que instruem a contratação;
8.12 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Detentora da Ata, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
8.13 - Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
8.13.1 - A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
8.14 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
8.15 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, em havendo garantia contratual.

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1 - A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações deste Termo de Referência, Edital e seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
9.2 - Atender as requisições da CONTRATANTE, executando o objeto na forma estipulada neste Termo de Referência e no Contrato, principalmente quanto ao prazo de entrega;
9.3 - Executar o objeto contratado no local e forma indicada pela CONTRATANTE, obedecendo aos prazos estipulados.
9.4 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
9.5 - Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Processo 8376/2026. Assinado por 2 pessoas: JESSICA AMANN FROEHLICH e JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/94E7883C8FB04782963E6828E4AC386B

9.6 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
9.7 - Credenciar junto a CONTRATANTE um representante e número de telefone e e-mail para prestar esclarecimentos e atender as solicitações, bem como reclamações que porventura surgirem durante a execução do Contrato;
9.8 - Indicar, a pedido da CONTRATANTE, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura venham a ocorrer;
9.9 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
9.10 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
9.11 - Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
9.12 - Cumprir impreterivelmente os prazos estipulados no Contrato e neste ermo de Referência.
9.13 - Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
9.14 - Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
9.15 - Apresentar ao CONTRATANTE, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução Do Contrato;
9.16 - Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
9.17 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
9.18 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.
9.19 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
9.20 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
9.21 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078/1990);
9.22 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do contrato;
9.23 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
9.24 - Observar, na emissão das notas fiscais para pagamento, o disposto pela legislação tributária do Município e as regras de retenção do Imposto de Renda, dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

9.25 - A entrega do veículo deverá ser dentro do perímetro urbano de Campos de Júlio/MT, em locais a serem indicados pela Administração na solicitação emitida, com frete e descarga por conta da empresa fornecedora do veículo

10 - DAS PENALIDADES:

10.1 - Comete infração administrativa o detentor que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

Processo 8376/2026. Assinado por 2 pessoas: JESSICA AMANN FROEHLICH e JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/94E7883C8FB04782963E6828E4AC386B

10.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6 - não celebrar o contrato não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9 - fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

10.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

10.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

10.2 - O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada considerando os seguintes percentuais:

10.2.1 - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do veículo, calculado sobre o valor do contrato, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

10.2.2 - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o subitem anterior, sobre o valor da contratação, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total da avença;

10.3 - O fornecedor ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.3.1 - Advertência, pela falta o subitem 10.1.1, quando não se justificar penalidade mais grave;

10.3.2 - Multa Compensatória de:

a) de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, nos casos previstos nos subitens 10.1.1, 10.1.4 e 10.1.6;

b) de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, nos casos previstos nos subitens 10.1.3, 10.1.5, 10.1.7;

c) de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, nos casos previstos nos subitens 10.1.2 e de 10.1.8 a 10.1.12; 10.3.3.

10.3.3 - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.3.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.4 - A sanção de multa moratória prevista pelo item 10.2 não impede a aplicação da multa compensatória prevista pelo item 10.3.2 deste termo de referência;

10.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.6 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.7 - A aplicação das sanções previstas neste edital, em hipótese alguma, atenua a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.8 - Em qualquer caso de aplicação de sanção, será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa do contratado/detentor da ata.

10.9 - Na aplicação das penalidades previstas neste edital deverão ser observadas todas as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação regulamentar.

Processo 8376/2026. Assinado por 2 pessoas: JESSICA AMANN FROEHLICH e JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/94E7883C8FB04782963E6828E4AC386B

10.10 - A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM) e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

11 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Campos de Júlio/MT, inicialmente para o exercício financeiro de 2026.
11.2 - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 01 – Departamento Educação

Centro de Custo: 941 – Aquisição Veículo - Educação;

Ficha: 1125/2026;

Código do Elemento: 4.4.90.52.52

12 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1 - É vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.
12.2 - Está vinculado a este Termo de Referência a Lei Federal nº 14.333/21, Decreto Municipal nº 26/2024, bem como as demais legislações de regência.

Campos de Júlio – MT, 18 de agosto de 2026.

Documento assinado digitalmente
JESSICA AMANN FROEHLICH
Data : 26/08/2026 08:59:03
CPF:***.***-.861-35

Jéssica Amann Froehlich
Assistente em Gestão Administrativa

Juliana Ferreira De Castro Uebel
Secretária Municipal de Educação

Processo 8376/2026. Assinado por 2 pessoas: JESSICA AMANN FROEHLICH e JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/94E7883C8FB04782963E6828E4AC386B

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
94E7883C8FB04782963E6828E4AC386B

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL em 26/08/2026 10:53:43
CPF:***.***-.721-72
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/94E7883C8FB04782963E6828E4AC386B

JUSTIFICATIVA PARA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Campos de Júlio-MT necessita contratar a empresa para futuro fornecimento de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4, para atender as demandas da Secretaria de Educação do Município de Campos de Júlio - MT.

A aquisição de 01 (um) veículo tipo camionete diesel CD 4x4 é necessária para atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação, proporcionando melhores condições para o transporte de servidores, materiais, equipamentos e demais recursos necessários à execução das atividades administrativas e educacionais, especialmente em áreas rurais e localidades de difícil acesso. O veículo contribuirá para maior agilidade, segurança e eficiência na realização dos serviços, garantindo o adequado atendimento às necessidades da rede municipal de ensino.

Conforme Acórdão nº 1.202/2014 do Tribunal de Contas da União a aquisição por meio do procedimento denominado carona é aceitável desde que demonstrada a vantajosidade conforme se evidencia a seguir:

> "Licitação. Registro de Preços. Adesão. A adesão a ata de registro de preços (carona) está condicionada à comprovação da adequação do objeto registrado às reais necessidades do órgão ou da entidade aderente e à vantagem do preço registrado em relação aos preços praticados no mercado onde serão adquiridos os bens ou serviços. (TCU, Acórdão nº 1.202/2014, Plenário.) (Grifamos.)"

Nesse contexto, foram realizadas pesquisas de preços junto ao mercado, cujos documentos encontram-se anexos ao presente processo. Após a análise dos valores obtidos, constatou-se que os preços apresentados pelas empresas consultadas são superiores aos valores registrados na Ata de Registro de Preços nº 09/2026/CIDESAT, originada do Pregão Eletrônico nº 08/2026, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal.

Cabe destacar que, durante a pesquisa de mercado, foram analisadas alternativas de veículos disponíveis, considerando as características e especificações técnicas necessárias ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação. Verificou-se que o veículo constante na referida Ata de Registro de Preços apresenta características compatíveis com a necessidade identificada, especialmente quanto à motorização a diesel, cabine dupla, tração 4x4, capacidade de carga e demais equipamentos previstos.

Ainda assim, os valores praticados no mercado mostraram-se superiores aos registrados na ata, evidenciando que a adesão à referida ata apresenta - se como a alternativa mais vantajosa sob o aspecto econômico para a Administração Pública.

Além da economia direta verificada no valor de aquisição, deve-se ressaltar os benefícios proporcionados pela aquisição de um veículo novo, zero quilômetro, com motor a diesel, cabine dupla e tração 4x4. Do ponto de vista técnico, um veículo novo tende a apresentar maior confiabilidade, melhor desempenho e menor necessidade de manutenções corretivas nos primeiros anos de utilização, contribuindo para a redução de custos operacionais e de manutenção.

A utilização de uma camionete com características adequadas às demandas da Secretaria Municipal de Educação também proporciona maior eficiência nos deslocamentos, especialmente em áreas rurais e estradas não pavimentadas, além de possibilitar o transporte de servidores, materiais, equipamentos e insumos necessários às atividades da rede municipal de ensino.

Processo 8376/2026. Assinado por 1 pessoa: JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/39C643940E3B4085BE2264F0E966F300

Ademais ressalta-se ainda que a adesão a referida ata atende o constante no artigo 86 da lei 14.133/2021 colacionada a seguir:

"Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

§ 1º O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único
contratante.

§ 2º Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro
de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou
descontinuidade de serviço público;

II - Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23
desta Lei;

III - Prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

Assim, resta demonstrado que a adesão a Ata de Registro de Preços cumpre os princípios da vantajosidade, economicidade, eficácia e eficiência, uma vez que, com este procedimento, o município de Campos de Júlio estará adquirindo um produto já aceito por outra entidade pública, fator que propicia segurança de que o referido objeto atende a determinados requisitos de qualidade, e com um preço mais acessível em relação ao praticado pelo mercado, devidamente comprovado pela diferença entre o preço registrado e os orçados no mercado, conforme orçamentos apresentados.

Diante disso, com pesquisa de preço, o modo escolhido para a aquisição da solução em questão foi a adesão à Ata de registro de Preços nº 09/2026/CIDESAT originada do Pregão Eletrônico n° 08/2026 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, uma vez que este procedimento gerará economicidade e celeridade processual para Campos de Júlio.

Campos de Júlio - MT, 18 de agosto de 2026.

Juliana Ferreira De Castro Uebel
Secretária Municipal de Educação

Processo 8376/2026. Assinado por 1 pessoa: JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/39C643940E3B4085BE2264F0E966F300

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
39C643940E3B4085BE2264F0E966F300

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL em 26/08/2026 10:53:46
CPF:***.***-.721-72
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/39C643940E3B4085BE2264F0E966F300

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
AV VALDIR MASUTTI, 779 W
CNPJ : 01.614.516/0001-99

Resultado da Cotação

Número da Cotação: 00449/26 Data: 24/08/2026 Abertura: 26/08/2026 Encerramento: 26/08/2026

Item	Código	Descrição	Qtd.	Valor Médio	Valor Total Médio
1	005.001.013	CAMIONETA CABINE DUPLA	1	285.000,00	285.000,00
		TOTAL	1	285.000,00	285.000,00

Documento assinado digitalmente
JESSICA AMANN FROEHLICH
Data : 26/08/2026 08:59:18
CPF:***.***-.861-35

Assinado por 1 pessoa: JESSICA AMANN FROEHLICH
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/6742BADF4D774C529DA9041FF83F8B4F

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

Relatório de Cotação: cotação rápida 8606

Pesquisa realizada entre 10/08/2026 11:13:28 e 10/08/2026 11:14:55

Relatório gerado no dia 10/08/2026 11:15:33 (IP: 190.115.74.135)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Mediana dos preços obtidos - Preço calculado com base na mediana de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item. Sendo a mediana o elemento central dos itens, caso número de elementos seja ímpar, ou a média dos dois elementos centrais caso número de elementos seja par.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: veículo utilitário

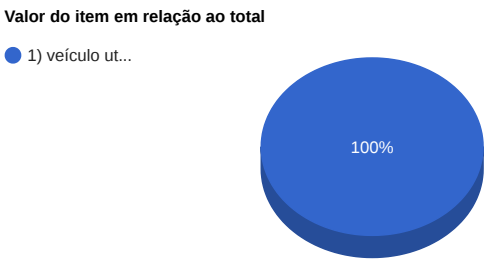
PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
3 / 8	1	R$ 366.000,00 (un)	-	R$ 366.000,00	100%	R$ 366.000,00

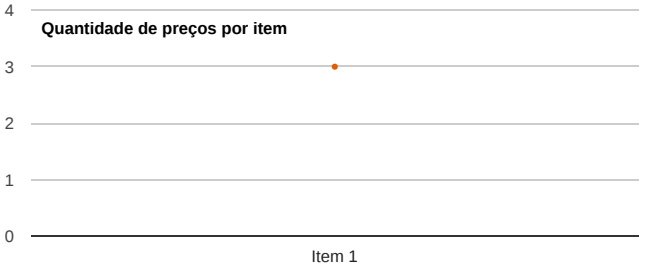
Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS/MG	NºPregão:900142026 UASG:933517	28/05/2026	R$ 366.000,00
2	CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS/MG	NºPregão:900142026 UASG:933517	28/05/2026	R$ 387.600,00
3	14.788.457/0001-17 - GOVERNO DO PARANA - CASA MILITAR / 4 - CASA MILITAR - Casa Militar do Estado do Paraná	14788457000117-1-000050/2026	13/05/2026	R$ 296.990,00
Valor Unitário				**R$ 350.196,67**

Média dos Preços Obtidos: R$ 350.196,67

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 366.000,00

Valor Global: R$ 366.000,00





Detalhamento dos Itens

Item 1: veículo utilitário

Preço Estimado: R$ 366.000,00 (un) **Percentual: -** **Preço Estimado Calculado:** R$ 366.000,00 **Mediana dos Preços Obtidos:** R$ 366.000,00

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	veículo utilitário tipo motor: diesel, cilindrada mínima: 2.8cm3, potência mínima motor: 140cv, capacidade passageiro: 7, tipo direção: hidráuli ca, tipo tração: 4x4, carga útil: 1.100kg, tipo refrigeração: ar condicionado, ar quente e ar frio, tipo freio: abs, características adicionais: tipo ca mionete, carroceria fechada, tampa traseira, quantidade portas: 4	

Preço (Compras Governamentais) 1: Preço do Fornecedor Vencedor **R$ 366.000,00**

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS/MG

Objeto: Aquisição, via registro de preços, de veículos automotores diversos, novos, 0 (zero) km, destinados a atender às demandas dos municípios que compõem o Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios Mineiros - CODEMM

Descrição: **Veículo Utilitário** - Veículo Utilitário Tipo Motor: Diesel, Cilindrada Mínima: 2.8CM3, Potência Mínima Motor: 140CV, Capacidade Passageiro: 7, Tipo Direção: Hidráulica, Tipo Tração: 4x4, Carga Útil: 1.100KG, Tipo Refrigeração: Ar Condicionado, Ar Quente E Ar Frio, Tipo Freio: Abs, Características Adicionais: Tipo Camionete, Carroceria Fechada, Tampa Traseira, Quantidade Portas: 4

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Data: 28/05/2026 08:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: NºPregão:900142026 / UASG:933517

Lote/Item: /5

Ata: Link Ata

Homologação: 16/06/2026 16:54

Quantidade: 20

Unidade: Unidade

UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
30.536.715/0001-24 *VENCEDOR*	LIZARD SERVICOS LTDA	**R$ 366.000,00**

Marca: PEUGEOT
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: EXPERT CARGO 2.2 MT MINIBUS 11 L

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
GO	Goiânia	AVENIDA GOIAS NORTE, 7506	(62) 9329-8208	lizard.gyn@gmail.com

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
03.353.258/0001-60	BELABRU COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	R$ 370.000,00

Marca: PEUGEOT
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: EXPERT

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	São Paulo	AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA, 1248	Belabru	(11) 3873-9973	edufontolan.belabru@gmail.com

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
09.620.617/0001-84	RL COMERCIO E EQUIPAMENTOS LTDA	R$ 600.000,00

Marca: TR
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: TR

Endereço:	Telefone:	Email:
RUA ERCIDES ALVES COELHO ESQ. C/ RODOVIA GO 174, 01	(64) 8124-4743	rlcomercioequipamentos@gmail.com

Preço (Compras Governamentais) 2: Preço do Fornecedor Vencedor **R$ 387.600,00**

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS/MG

Objeto: Aquisição, via registro de preços, de veículos automotores diversos, novos, 0 (zero) km, destinados a atender às demandas dos municípios que compõem o Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios Mineiros - CODEMM

Descrição: **Veículo Utilitário** - Veículo Utilitário Tipo Motor: Diesel, Cilindrada Mínima: 2.8CM3, Potência Mínima Motor: 140CV, Capacidade Passageiro: 7, Tipo Direção: Hidráulica, Tipo Tração: 4x4, Carga Útil: 1.100KG, Tipo Refrigeração: Ar Condicionado, Ar Quente E Ar Frio, Tipo Freio: Abs, Características Adicionais: Tipo Camionete, Carroceria Fechada, Tampa Traseira, Quantidade Portas: 4

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Data: 28/05/2026 08:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: NºPregão:900142026 / UASG:933517

Lote/Item: /1

Ata: Link Ata

Homologação: 15/06/2026 17:59

Quantidade: 15

Unidade: Unidade

UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
03.353.258/0001-60 *VENCEDOR*	BELABRU COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	**R$ 387.600,00**

Marca: MERCEDES BENZ
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: SPRINTER

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	São Paulo	AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA, 1248	Belabru	(11) 3873-9973	edufontolan.belabru@gmail.com

30.536.715/0001-24	LIZARD SERVICOS LTDA		R$ 441.600,00

Marca: MERCEDES
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: SPRINTER 417 10,5M3 MT MINIBUS 16L

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
GO	Goiânia	AVENIDA GOIAS NORTE, 7506	(62) 9329-8208	lizard.gyn@gmail.com

53.712.447/0001-50	ALMEIDA COMERCIO E SERVICOS LTDA		R$ 545.000,00

Marca: van
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: van

Endereço:	Telefone:	Email:
PORTUGAL, 1148	(62) 9229-3936	woshington48@hotmail.com

09.620.617/0001-84	RL COMERCIO E EQUIPAMENTOS LTDA		R$ 600.000,00

Marca: TR
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: TR

Endereço:	Telefone:	Email:
RUA ERCIDES ALVES COELHO ESQ. C/ RODOVIA GO 174, 01	(64) 8124-4743	rlcomercioequipamentos@gmail.com

Preço (Compras Governamentais) 3: Preço do Fornecedor Vencedor **R$ 296.990,00**

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 14.788.457/0001-17

Órgão: GOVERNO DO PARANA - CASA MILITAR / 4 - CASA MILITAR - Casa Militar do Estado do Paraná

Objeto: Aquisição Caminhonete Média 4x4 e SUV Compacto.

Descrição: **(L1) 2301.54307-Veículo, TIPO: Camionete 4x4, Cabine Dupla, POTÊNCIA MÍNIMA: 140cv, Diesel, TRANSMISSÃO: Manual, mínimo de 5 velocidades à frente e 1 à ré, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Té** - (L1) 2301.54307-Veículo, TIPO: Camionete 4x4, Cabine Dupla, POTÊNCIA MÍNIMA: 140cv, Diesel, TRANSMISSÃO: Manual, mínimo de 5 velocidades à frente e 1 à ré, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Fonte: https://pncp.gov.br/app/editais/14788457000117/2026/50

Data: 13/05/2026 10:00

Modalidade: Pregão - Eletrônico

Critério de Julgamento: Menor preço

SRP: NÃO

Identificação: 14788457000117-1-000050/2026

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Homologação: 08/06/2026 00:00

Quantidade: 1

Unidade: Unitário

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
05.035.532/0004-20 *VENCEDOR*	METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	R$ 296.990,00

Marca:
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo:

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
PR	São José dos Pinhais	AVENIDA DAS TORRES, 1680	CLEVER	(43) 3377-1212	licitacao@valesulchevrolet.com.br

LAUDO DA COTAÇÃO

Órgão / Entidade Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
Data: 10/08/2026 11:13
Nome da Cotação: cotação rápida 8606
Declaramos que a presente cotação de preços está em conformidade com a Instrução Normativa IN 65/2021 (Lei nº 14.133) do Ministério da Economia, que regula as compras públicas no âmbito do Poder Executivo Federal.

Preço estimado do item calculado pela fórmula Mediana dos preços obtidos:

Item 1 - veículo utilitário

veículo utilitário tipo motor: diesel, cilindrada mínima: 2.8cm3, potência mínima motor: 140cv, capacidade passageiro: 7, tipo direção: hidráulica, tipo tração: 4x4, carga útil: 1.100kg, tipo refrigeração: ar condicionado, ar quente e ar frio, tipo freio: abs, características adicionais: tipo camionete, carroceria fechada, tampa traseira, quantidade portas: 4 na quantidade 1 - Unidade, a ser entregue em Campos de Júlio - MT, sem nenhuma observação

Preços considerados no cálculo

- 1 preço do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas no dia 28/05/2026, calculado pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.
- 1 preço do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas no dia 28/05/2026, calculado pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.
- 1 preço do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas no dia 13/05/2026, calculado pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.

Estes preços pertencem ao Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Este item atende a IN 65/2021 (Lei nº 14.133) pois possui:

3 cotações de preços que validam a pesquisa de mercado realizada:

- 3 preços que validam a pesquisa de mercado realizada, conforme Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

DESCRITIVO DE FÓRMULAS UTILIZADAS

Preço do Fornecedor Vencedor

- Capta os preços homologados para o item ou lote.

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Compras.gov.br *Data: 10/08/2026 11:13:29*
www.gov.br/compras/pt-br **Acessar a fonte aqui**

2 - Portal Nacional de Contratações Públicas *Data: 10/08/2026 11:14:55*
https://pncp.gov.br/app/ **Acessar a fonte aqui**

Anexo 1

MEMORIAL DE CÁLCULO

Item 1 - veículo utilitário:

Preço (Compras Governamentais) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	30.536.715/0001-24	R$ 367.500,00	R$ 366.000,00
2	03.353.258/0001-60	R$ 450.000,00	R$ 370.000,00
3	09.620.617/0001-84	R$ 600.000,00	R$ 600.000,00

1. **Seleção do valor do fornecedor vencedor:** 366000.00
2. **Valor Calculado:** R$ 366.000,00

Preço (Compras Governamentais) 2: Preço do Fornecedor Vencedor

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	03.353.258/0001-60	R$ 550.000,00	R$ 387.600,00
2	30.536.715/0001-24	R$ 441.600,00	R$ 441.600,00
3	53.712.447/0001-50	R$ 650.000,00	R$ 545.000,00
4	09.620.617/0001-84	R$ 600.000,00	R$ 600.000,00

1. **Seleção do valor do fornecedor vencedor:** 387600.00
2. **Valor Calculado:** R$ 387.600,00

Preço (Compras Governamentais) 3: Preço do Fornecedor Vencedor

	CNPJ	Valor da Proposta Inicial	Valor da Proposta Final
1	05.035.532/0004-20	R$ 296.990,00	R$ 296.990,00

1. **Seleção do valor do fornecedor vencedor:** 296990.00
2. **Valor Calculado:** R$ 296.990,00

Campos de Júlio, 31 de julho de 2026

OFICIO N° 238/2026/GP

A
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL
CNPJ: 08.979.143/0001-07
RESPONSÁVEL: Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA

Assunto: Adesão à Ata de Registro de Preço nº 09/2026/CIDESAT referente ao Pregão Eletrônico Nº 08/2026.

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através do presente, solicitar autorização para que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO/MT** venha a **ADERIR** a Ata de Registro de Preço nº 09/2026, referente ao Pregão Eletrônico Nº 08/2026, para aderir à empresa**,** KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA CNPJ: 52.251.214/0001-34, conforme o item e quantitativos abaixo discriminado:

ITEM (ATA)	QTD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	**01**	CAMINHONETE - CABINE DUPLA, 4 PORTAS, TRAÇÃO 4x2/4x4, NOVA ZERO KM, ANO/MODELO 2026/2026.	R$ 285.000,00	R$ 285.000,00

No aguardo da valiosa colaboração de V.S. nesta liberação, antecipamos os nossos sinceros agradecimentos firmando o presente com elevada estima e consideração.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI:46205578034
Assinado de forma digital por IRINEU MARCOS PARMEGGIANI:46205578034
Dados: 2026.07.31 08:22:48 -04'00'

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Prefeito de Campos de Júlio/MT

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: OFICIO 238 - CONSORCIO.pdf (1/1) 33/311

Ofício nº 239/2026/GP

Campos de Júlio, 31 de julho de 2026

A
KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA
CNPJ 52.251.214/0001-34,
RESPONSÁVEL: Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA

Assunto: Adesão à Ata de Registro de Preço nº 09/2026/CIDESAT referente ao Pregão Eletrônico Nº 08/2026.

Senhor Fornecedor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através do presente, solicitar autorização para que a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO/MT, Venha **ADERIR** Ata de Registro de Preço nº 09/2026, referente ao Pregão Eletrônico Nº 08/2026, firmada entre esta empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA CNPJ: 52.251.214/0001-34, e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, inscrito no CNPJ: 08.979.143/0001-07, cujo objeto ofertado em seu ITEM e quantitativo abaixo discriminado.

ITEM (ATA)	QTD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	**01**	CAMINHONETE - CABINE DUPLA, 4 PORTAS, TRAÇÃO 4x2/4x4, NOVA ZERO KM, ANO/MODELO 2026/2026.	R$ 285.000,00	R$ 285.000,00

Aproveitamos o ensejo para renovar nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI:46205578034

Assinado de forma digital por IRINEU MARCOS PARMEGGIANI:46205578034
Dados: 2026.07.31 08:23:42 -04'00'

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Prefeito de Campos de Júlio/MT

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Oficio 239 FORNECEDOR.pdf (1/1) 34/311

OF. 67/2026/CIDESAT

São José dos Quatro Marcos-MT, 20 de agosto de 2026.

Para
Irineu Marcos Parmeggiani,
Prefeito Municipal
Município de Campos de Júlio - MT.

Assunto: Autoriza a adesão "carona" à ata de registro de preços n° 09/2026, advindo do pregão eletrônico registro de preços n° 08/2026.

Cumprimentando-o cordialmente, considerando o Vosso Expediente em epígrafe que solicita Adesão Carona a Ata de Registro de Preços nº 09/2026, oriunda do Processo Licitatório n.º 26/2026 Pregão Eletrônico Registro de Preços n.º 08/2026, e tendo a empresa Homologada, detentora dos itens da Ata de Registro de Preços, KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, inscrita no CNPJ 52.251.214/0001-34, manifestado aceite quanto a possibilidade de atendimento da demanda da **Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, inscrita no CNPJ 01.614.516/0001-99**, quanto aos itens e quantitativos da ata a seguir:

Item	Descrição PRODUTOS	Qtde	Marca Modelo	Unid.	V. Unit.	Valor Total
1	CAMINHONETE - CABINE DUPLA, 4 PORTAS, TRAÇÃO 4x2/4x4, NOVA ZERO KM, ANO/MODELO 2026/2026.	1	TOYOTA HILUX STD PP AT	UN	285.000,00	285.000,00
TOTAL duzentos e oitenta e cinco mil reais						**R$ 285.000,00**

Considerando que a Ata de Registro de Preços nº 09/2026/CIDESAT tem validade de 12 meses, tendo sido publicada em 06 de julho de 2026, portanto em plena vigência, devendo seguir as normas do Edital.

Considerando que qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, as condições e as regras estabelecidas na Lei Nº 14.133/2021.

Considerando que caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

Considerando que em conformidade com os § 3º e 4º, do art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013, as contratações adicionais a que se refere este não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços e não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada registrado, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: OF 67-2026 CIDESAT Campos de Júlio MT ass.pdf (1/2) 35/311

E, considerando que os limites individual e geral não foram atingidos, logo torna-se possível a adesão pelo órgão solicitante, AUTORIZO a Adesão à Ata de Registro de Preços nº 09/2026 no quantitativo solicitado, devendo a solicitante enviar ao Consórcio, cópia do ato de contratação dos serviços solicitados para fazer juntada ao processo original no Consórcio.

Seguem em anexo os documentos pertinentes ao processo licitatório e ata de registro de preços, para formalização da adesão.

Sem mais, reitero protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JADILSON ALVES DE SOUZA:39643204120
Assinado de forma digital por JADILSON ALVES DE SOUZA:39643204120
Dados: 2026.08.21 08:44:47 -04'00'

JADILSON ALVES DE SOUZA
Presidente
CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: OF 67-2026 CIDESAT Campos de Júlio MT ass.pdf (2/2) 36/311

TOYOTA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO MT

A empresa KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA, inscrito no CNPJ nº 52.251.214/0001-34 sediada na Av. Republica do Líbano,2280 – Bairro Despraiado, CEP: 78048-239, Cuiabá-MT por intermédio de seu representante por procuração, o Sr. Carlos Eduardo Nunes de Mamã Fernandes, portador do documento de identidade RG nº 912.305, emitida pela SSP/MS, e do CPF nº 861.343.611-00, concessionária da marca TOYOTA, vem mui respeitosamente através deste por meio de seu representante legal, DECLARAR, PARECER FAVORÁVEL à solicitação da PREFEITURA MUNICIPAL CAMPOS DE JULIO MT, referente ao possível interesse de aderir Ata de Registro de Preço nº 009/2026 – Pregão Eletrônico nº 08/2026, tendo por interesse a aquisição de 01 (um) veículo marca/modelo TOYOTA HILUX STD PP AT ofertado no valor unitário de R$ 285.000,00 (Duzentos e Oitenta e Cinco Mil Reais).

Assim sendo, manifestamo-nos favoráveis ao pedido deste órgão e aprovamos a presente adesão de ATA.

É o nosso parecer.

Sem mais, nos colocamos à disposição para esclarecer possíveis dúvidas, e agradecemos desde já a compreensão e colaboração de V.Sas.

Atenciosamente,

Cuiabá-MT, 31 de julho de 2026.

Carlos Eduardo Nunes de Mamã Fernandes
Diretor Comercial
RG nº 912.305 SSP/MS
CPF: 861.343.611-00

52.251.214/0001-34
INSC. EST 14.019.638-7
KAMPAI MOTORS CUIABÁ LTDA
AV. REPUBLICA DO LIBANO N° 2280
DESPRAIADO, CEP: 78.048-239
CUIABÁ MT

Portal de Serviços

do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso



DANILO RICARDO PIVETTA CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E Painel do Fiscalizado

Autorização de Ata Registro de Preço

Autorização da Ata de Registro de Preço

Núm. Licitação

00000000008/2026

Núm. Ata

00000000009/2026

Participante

01.614.516/0001-99

Data da autorização

21/08/2026

Autorizado por

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL E TURISTICO DO COMPLEXO NASCENTE DO PANTANAL

Itens

Item	Descrição	Quantidade
1	VEICULO MISTO DE CARGA LEVE E PASSAGEIRO - CATEGORIA DE PRESTACAO DE SERVICOS, CLASSIFICACAO DO GRUPO ¨S/1¨, COMBUSTIVEL A ¨DIESEL¨,TANQUE DE NO MINIMO 60 LITROS, PREFERENCIALMENTE DE FABRICACAO NACIONAL, E DO ANO CORRENTE, COM 2 PORTAS, CABINE SIMPLES, TRACAO NAS QUATRO RODAS (4X4), COM CAPOTA MARITIMA, TIPO PICK-UP,DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO,INJECAO ELETRONICA,COM 5 MARCHAS A FRENTE E 1 RE, NA COR BRANCA ORIGINAL DE FABRICA, VERSAO COM OPCIONAIS, COM JOGOS DE TAPETES, RODAS ARO MINIMO 15, COM PROTETOR DE CARTER, COM CAPACIDADE PARA 03 PESSOAS, E POTENCIA MINIMA DE 150HPE FREIOS ABS NAS QUATRO RODAS	1

Tribunal de Contas Mato Grosso TRIBUNAL DO CIDADÃO

Tribunal de Contas de Mato Grosso - Copyright © 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 09/2026/CIDESAT

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N° 08/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 26/2026

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios de Mato Grosso. Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, situado Avenida Sergipe, nº 457 - Jd. Popular I em São José dos Quatro Marcos - MT, CNPJ: 08.979.143/0001-07 neste ato representado pelo seu Presidente **Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Bahia, nº 2386, Bairro Centro, na cidade de Curvelândia – MT, CEP: 78.237-000, portador da Cédula de Identidade RG nº. ***.368 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. ***.432.041-**, doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, que RESOLVE registrar os preços da Empresa, **KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA,** inscrita no CNPJ 52.251.214/0001-34, localizada na Avenida República do Libano, 2280, Despraiado, Cuiabá/MT, representada pelo **Sr. Carlos Eduardo Nunes de Mamã Fernandes,** portador do documento de identidade RG nº 912.xx5, emitida pela SSP/MS, e do CPF nº 861.xxx.611-00**,** govdireto@kampai.com.br , (67) 3323-4343.

O **Registro** dos preços estão de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir, cujo GERENCIAMENTO desta ATA caberá à Secretaria Executiva do Consórcio.

1. DO OBJETO - ESPECIFICAÇÃO, DO PREÇO E QUANTITATIVO

A presente ATA tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Caminhões equipado com conjunto comboio/melosa FECHADO para abastecimento, lubrificação e manutenção móvel, conforme especificações e condições técnicas constantes do Termo de Referência do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 Registro de Preços e proposta apresentada pela contratada:

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: ATA REGISTRO DE PREÇO.pdf (1/18) 39/311

Item	Descrição PRODUTOS	Qtde	Marca /Modelo	V. Unit.	Valor Total
1	CAMINHONETE - CABINE DUPLA, 4 PORTAS, TRAÇÃO 4x2/4x4, NOVA ZERO KM, ANO/MODELO 2026/2026, conforme descritivo/detalhamento abaixo:	6	TOYOTA HILUX STD PP AT	R$ 285.000,00	**R$ 1.710.000,00**
MOTOR a DIESEL com MIN: 2.8L; POTÊNCIA: 204CV; TORQUE DE 50,9 KGF; TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE 6 VELOCIDADES SEQUENCIAL; TRAÇÃO: 4x2 / 4X4 reduzida com acionamento eletrônico, VSC (controle eletrônico de estabilidade) e A-TRC (controle eletrônico de tração) com bloqueio do diferencial; Direção Hidráulica; SISTEMA DE FREIOS: Dianteiros: Discos ventilados com ABS, EBD (distribuição eletrônica de força e frenagem), Traseiros: Tambor com ABS e EBD PNEUS & RODAS: Pneus: 265/65 R17´´; Comprimento do veículo: 5.335 mm; Peso Bruto Total (Kg): 3.130 Kg, com Capacidade de carga (Kg): de 1.000 Kg, e Capacidade de tração (incluso reboque): mínimo 6.590 Kg. Capacidade do Tanque de combustível de 80 litros. PRICIPAIS EQUIPAMENTOS: Protetor de Caçamba, Grade de aço protetora do vidro traseiro tipo Santo Antônio, Capota Marítima, Estribos laterais auxiliares de embarque, caçamba com no mínimo 4 ganchos internos para amarração; Para barro dianteiro e traseiro, Para-choque dianteiro pintado na cor do veículo, Para-choque traseiro na cor preta, Cabine Dupla com Ar Condicionado, mínimo 4 alto-falantes; com Acendimento automático dos faróis, Coluna de direção com regulagem de altura e profundidade, Comando interno de abertura da tampa do tanque de combustível, Computador de bordo com tela de 4,2" de TFT com funções: autonomia, aviso das portas abertas, consumo médio e instantâneo de combustível, indicador de modo econômico, hodômetros total e parcial, temperatura externa, velocidade média do veículo, visualização de áudio; Desembaçador do vidro traseiro; Faróis com temporizador—follow me home, Retrovisores externos com regulagem elétrica e indicador de direção; Revestimento dos bancos em material sintético; Sistema Multimídia com tela de 9", entrada USB, conexão Bluetooth®, espelhamento Android Auto® e Apple CarPlay® sem cabos (Wireless Connectivity); Seletor para troca de tração, Tomada de energia (12V) na cabine (1); Vidros elétricos e sistema de abertura com um toque (motorista); Volante com comandos integrados de telefone, áudio e vídeo. SEGURANÇA: 7 Airbags: 1 de joelho (motorista), 2 de cortina, 2 frontais e 2 laterais; Assistente de reboque, Assistente de subida (HAC), Controle eletrônico de estabilidade do veículo(VSC) e Controle eletrônico de tração (A-TRC); Luz de condução diurna e Luz de frenagem emergencial automática; Sistema de alarme perimétrico; Travas elétricas com acionamento a distância e controle na chave para abertura e fechamento das 4 portas. Veículo na Cor Branca; Com Assistência 24 horas gratuita no 1º ano. Garantia no mínimo de até 10 anos nas condições estabelecidas em mercado pelo fabricante, com assistência técnica do fabricante na rede autorizada. A marca ofertada deverá ter concessionária autorizada do fabricante a uma distância máxima de 100 km da sede do Consórcio, com parceria comprovada existente a mais de um ano, com estoque de peças e oficina. Veículo emplacado e licenciado e entregue na sede da Contratante.				
TOTAL Geral da ATA					**R$ 1.710.000,00**

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: ATA REGISTRO DE PREÇO.pdf (2/18) 40/311

Itens conforme especificações e detalhamentos constantes no Termo de Referencia do Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 Registro de Preços e Proposta de Preços, parte integrante desta Ata.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo do(s) órgão(s) solicitante(s) e serão efetuadas nos termos da dotação(ões) orçamentária(s) a serem apresentadas e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo;

2.2. As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

2.3. O(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa(s) constará(ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital;

3. DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso, com a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, com fulcro na Lei nº. 14.133/2021.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

4. DA ENTREGA E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

4.1. O Material deverá ser entregue de forma parcelada conforme necessidade da CONTRATANTE.

4.2. O prazo de entrega dos bens é de até 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão da Ordem de fornecimento e Nota de Empenho.

4.3. Os materiais estando conforme e entregues na totalidade da ordem de fornecimento serão recebidos de forma definitiva.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: ATA REGISTRO DE PREÇO.pdf (3/18) 41/311

substituídos de imediato, a contar da notificação presencial pelo representante do Consórcio, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. Entre outras, são Obrigações da CONTRATADA:

I. Fornecer toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE;

II. Executar o objeto, conforme descritos neste Termo de Referência;

III. Respeitar os limites dos quantitativos especificados, qualidades e sob nenhum argumento poderá deixar de atender, no prazo estabelecido, as solicitações de fornecimento dos itens da Contratante, sob pena de ensejar, além de sanções administrativas, a rescisão do instrumento contratual a ser firmado;

IV. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo, via e-mail, ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por cento) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço/Contrato poderá ser cancelada ou rescindida;

V. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preço/Contrato;

VI. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VII. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento/execução incumbe ao vencedor contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste termo e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

VIII. Comunicar imediatamente a Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência e outros;

IX. Respeitar e fazer cumprir e fazer cumprir legislação de segurança e medicina do trabalho, ambiental, fiscal e conexas, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes, nos casos que se aplica;

X. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento/execução a que se obrigou,

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: ATA REGISTRO DE PREÇO.pdf (4/18) 42/311

cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Consórcio;

XI. Indenizar terceiros e/ou a própria Contratante mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada/adjudicatária adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XII. Fornecer os itens, conforme estipulado neste TR e de acordo com a proposta apresentada;

XIII. A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente a descrição, prazo e quantidades, estabelecido na Ordem de Fornecimento;

XIV. O pagamento somente será autorizado após a conferência dos serviços/produto;

XV. Manter a regularidade Fiscal que ensejou a habilitação durante o período de vigência;

XVI. A Contratada/Adjudicatária terá que seguir as descrições dos itens, conforme consta no termo de referência;

XVII. Atender a todas as exigências do contrato/ata e executar todos os itens contratados/adjudicados, conforme estabelecido neste termo e estabelecido no contrato/ata, bem como, no instrumento convocatório, assumindo assim o ônus da prestação inadequada, nos casos de trabalhos descumpridos por parte da Contratada/Adjudicatária;

XVIII. Os serviços/objetos serão fornecidos a Unidade requisitante, através da emissão da Nota de Autorização de Despesa - NAD;

XIX. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal;

XX. A validade dos produtos fornecidos, deverão estar de acordo com a Legislação vigente para seu uso e consumo;

XXI. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a este órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

XXII. Aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: ATA REGISTRO DE PREÇO.pdf (5/18) 43/311

cento) do valor inicial do contrato, nos termos dos artigos 124 e 125 da Lei nº. 14.133/21, salvo nos casos de supressão que poderá ser de maior percentual, nos termos estabelecido também na Lei nº. 14.133/21;

XXIII. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Consórcio no tocante a entrega dos produtos, inclusive permitir o acesso dos fiscais do destes em suas dependências, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato definidos e conforme especificações constantes no edital, Termo de Referência, deste processo licitatório;

XXIV. Responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão ou Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

XXV. Responde pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto contratado.

XXVI. Comunicar imediatamente ao Consórcio qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

XXVII. Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

5.2 Entre outras, são obrigações da CONTRATANTE:

I. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Nota de Empenho, e Ordem de Fornecimento/Serviço;

II. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

III. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;

IV. Notificar por escrito, à empresa contratada/adjudicatária, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

V. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada/adjudicatária, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

VI. Todos os encaminhamentos e o controle dos itens objeto desta contratação será

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: ATA REGISTRO DE PREÇO.pdf (6/18) 44/311

de responsabilidade da Secretaria Executiva, Unidade solicitante e do fiscal de contrato;

VII. Efetuar os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas da Contratada, após recebimento definitivo dos produtos;

VIII. Supervisionar o recebimento dos objetos através de um funcionário credenciado pela CONTRATANTE, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos objetos;

IX. Recusar o recebimento dos itens nas seguintes hipóteses:

a) Se forem prestados ou entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste instrumento e no edital de convocação;

X. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e relatórios, quando for o caso;

XI. O recebimento provisório dos itens não implica sua aceitação definitiva, quando for o caso.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pelo Consórcio em nome da contratante em favor da contratada mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, em até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contratante, após ter conferido o material/equipamento e ter certificado tratar-se do solicitado/contratado em todos os seus itens e características.

6.2. O pagamento será efetuado à contratada após a entrega do bem, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL e depois de atestada conforme descrito no item anterior e cumprida todas as obrigações acessórias, inclusive entrega técnica e emitida o Termo de Recebimento Definitivo.

6.2.1. Em caso de alguma pendência acessória, poderá ser retido valor proporcional dentro da razoabilidade administrativa até que esta seja cumprida.

6.2.2. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valor(es) para outra(s) praça(s) será(ão) de responsabilidade do contratado;

6.2.3. O(s) pagamento(s) não realizado(s) dentro do prazo por eventos decorrentes do contratado, não será(ão) gerador(es) de direito a qualquer acréscimo financeiro;

6.2.4. Caso o atraso no pagamento seja motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será corrigido pelo IPCA, conforme apuração desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: ATA REGISTRO DE PREÇO.pdf (7/18) 45/311

6.3. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da manutenção da habilitação que ensejou a adjudicação;

6.4. Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, este será efetuado apenas após a respectiva regularização;

6.5. O contratado indicará no corpo da nota fiscal o número do contrato, nome do banco, agência e conta-corrente onde deverá ser feito o pagamento, que será efetuado via ordem bancária;

6.6. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

6.7. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio de transferência para o banco e conta corrente discriminado na nota fiscal;

6.8. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade, garantia e obrigações acessórias;

6.9. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados;

6.10. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

6.11. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

6.12. O contratado deverá, durante toda a execução do Contrato, manter atualizada a vigência da garantia contratual.

7. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: ATA REGISTRO DE PREÇO.pdf (8/18) 46/311

7.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.3.2.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8. DO REAJUSTE DE PREÇO

8.1. Os preços inicialmente registrador são fixos e irreajustáveis no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:

8.1.1. Os valores poderão ser reajustados sempre em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços e do Contrato tal como pactuado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços e do Contrato.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado;

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Consórcio poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação;

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: ATA REGISTRO DE PREÇO.pdf (9/18) 47/311

8.6. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pelo Consórcio, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado em Imprensa Oficial.

8.7. Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes.

8.8. A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração, nos termos do Art. 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento.

8.9. Observar os requisitos e condições estabelecidas no Edital e Termo de Referência.

9. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

9.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

9.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

9.2. Por iniciativa do Consórcio, o registro será cancelado quando o proponente:

9.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: ATA REGISTRO DE PREÇO.pdf (10/18) 48/311

9.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

9.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

9.4. O Consórcio poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

9.5. Observado os requisitos e condições estabelecidas no Edital e Termo de Referência.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: ATA REGISTRO DE PREÇO.pdf (11/18) 49/311

de Preços, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

d) Multa:

1- moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, na entrega, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2- O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.

3- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: ATA REGISTRO DE PREÇO.pdf (12/18) 50/311

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

10.12. Observar os requisitos e condições estabelecidas no Edital e Termo de Referência.

11. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem, em conformidade com o Art. 86 da Lei nº. 14.133/2021.

11.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade (não participante), a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes;

11.2.1 A adesão à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: ATA REGISTRO DE PREÇO.pdf (13/18) 51/311

órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participante que aderirem, conforme as condições estabelecidas no § 5º do 86 da Lei nº. 14.133/2021.

11.2.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, encaminhando expediente no e-mail nascentesdopantanal@gmail.com ;

11.2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

11.3. Após a autorização do gerenciador, o órgão não participante devera efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

11.3.1. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

11.4. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas, conforme disposto da Lei nº. 14.133/21.

11.5. A Secretaria Executiva do Consórcio, através do Departamento de Licitação será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

11.6. As solicitações de Adesão deverão ser encaminhadas a Presidência do Consórcio, com endereço digital no e-mail nascentesdopantanal@gmail.com ou no endereço Av. Sergipe, nº 457, Bairro Jd. Popular I, Cep: 78.285.000 – São José dos Quatro Marcos/MT.

11.7. Este instrumento não obriga o Consórcio e Municípios a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: ATA REGISTRO DE PREÇO.pdf (14/18) 52/311

II Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

13. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São José dos Quatro Marcos-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São José dos Quatro Marcos, 06 de julho de 2026.

JADILSON ALVES DE SOUZA:39643204120
Assinado de forma digital por JADILSON ALVES DE SOUZA:39643204120
Dados: 2026.07.06 14:38:13 -04'00'

JADILSON ALVES DE SOUZA
Presidente

PROPONENTE DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

CARLOS EDUARDO NUNES DE MAMA FERNANDES:86134361100
Assinado de forma digital por CARLOS EDUARDO NUNES DE MAMA FERNANDES:86134361100
Dados: 2026.07.06 15:38:16 -04'00'

KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA
CNPJ: 52.251.214/0001-34
CARLOS EDUARDO NUNES DE MAMÃ FERNANDES
Diretor Comercial - Representante

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: ATA REGISTRO DE PREÇO.pdf (15/18) 53/311

Art. 1º - Conceder ao servidor efetivo Soadimar Pizzatto, Técnico Legislativo, integrante do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Câmara Municipal de Vila Rica – MT, um adicional correspondente a 10% (dez por cento) calculado sobre o seu vencimento-base. O referido percentual é concedido como incentivo à pós-graduação em sua área de atuação, pela frequência no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Processo Legislativo no Gran Centro Universitário Ltda., CNPJ nº 32.163.997/0001/97, visando ao aprimoramento de seus conhecimentos e da qualidade do serviço público prestado à Câmara Municipal de Vila Rica – MT e à coletividade.

Art. 2º - Este ATO entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Câmara Municipal de Vila Rica - MT, 06 de julho de 2026.

Isley Borges da Silva - Presidente
Vitor Leandro Oliveira Lima - 1º Secretário
Fernando Alves da Silva - 2º Secretário

ATO DA MESA 014/2026

A Mesa da Câmara Municipal de Vila Rica - MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 13 da Lei Municipal nº 1.176/2013, e considerando a comprovação de matrícula nº. 9196339 no Gran Centro Universitário Ltda., em anexo,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor efetivo Soadegar Pizzatto, Técnico de Execução Orçamentária e Financeira, integrante do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Câmara Municipal de Vila Rica – MT, um adicional correspondente a 10% (dez por cento) calculado sobre o seu vencimento-base. O referido percentual é concedido como incentivo à pós-graduação em sua área de atuação, pela frequência no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública no Gran Centro Universitário Ltda., CNPJ nº 32.163.997/0001/97, visando ao aprimoramento de seus conhecimentos e da qualidade do serviço público prestado à Câmara Municipal de Vila Rica – MT e à coletividade.

Art. 2º - Este ATO entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Câmara Municipal de Vila Rica - MT, 06 de julho de 2026.

Isley Borges da Silva - Presidente
Vitor Leandro Oliveira Lima - 1º Secretário
Fernando Alves da Silva - 2º Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTE DO PANTANAL

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2026/CIDESAT

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2026 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2026

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, CNPJ: 08.979.143/0001-07 REGISTRA os preços da Empresa, KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, inscrita no CNPJ 52.251.214/0001-34, Cuiabá/MT, vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 08/2026 conforme a seguir:

Item	Descrição PRODUTOS	Qtde	Marca /Modelo	V. Unit.	Valor Total
1	CAMINHONETE - CABINE DUPLA, 4 PORTAS, TRAÇÃO 4x2/4x4, NOVA ZERO KM, ANO/MODELO 2026/2026, conforme especificações e detalhamentos constantes no Termo de Referência do Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 Registro de Preços e Proposta de Preços, parte integrante desta Ata.	6	TOYOTA HILUX STD PP AT	R$ 285.000,00	R$ 1.710.000,00

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços de 1 (um) ano.

São José dos Quatro Marcos, 06 de julho de 2026.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Presidente

LICITAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO 30/2026 - PREGÃO Nº 12/2026

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: ATA REGISTRO DE PREÇO.pdf (16/18) 54/311

Ata nº 09/2026

Última atualização 06/07/2026

Local: São José dos Quatro Marcos/MT

Órgão: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURISTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico

Data de divulgação no PNCP: 06/07/2026 **Data de assinatura:** 06/07/2026

Vigência: de 06/07/2026 a 06/08/2026

Id ata PNCP: 08979143000107-1-000027/2026-000001 **Fonte:** Licitanet Licitações Eletrônicas LTDA

Id contratação PNCP: 08979143000107-1-000027/2026

Possibilidade de Adesão: Não

Objeto:

[LICITANET] - O objeto da presente licitação é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4 para atender o objeto do Convênio SINFRA-MT nº 0403/2026, proposta nº 2098/2026/SEAF-MT e eventual demanda dos Consorciados, proposta apresentada para ampliação e constituição de novas equipes de trabalho na manutenção de rodovias nos Municípios do Consórcio e eventual demanda dos Consorciados, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I, Termo de Referência deste edital

Órgãos/Entidades | Contratos | Arquivos | Histórico

Tipo	Órgão/Entidade	Unidade Compradora	Localidade
Gerenciadora	08.979.143/0001-07 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURISTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL	194 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURISTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL/MT	São José dos Quatro Marcos/MT

Exibir 10 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2026 – Registro de Preços

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08-2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 26/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

PREGOEIRO: Danilo Ricardo Pivetta

1. PREÂMBULO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.979.143/0001-07, com sede na Avenida Sergipe, nº 457, Bairro Jardim Popular I, CEP 78285-000, em São José dos Quatro Marcos-MT, através de seu PREGOEIRO Sr. DANILO RICARDO PIVETTA**,** designado pela Portaria Nº 04/2026, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horários e local abaixo indicados, em obediência ao disposto no Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei nº. 14.133/21, Acordo de Cooperação Técnica para Utilização de Sistema Informatizado de Licitações, firmado com a LICITANET, e demais legislações complementares, realizará Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2026** do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, destinada à aquisição do objeto que trata este Edital.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (1/82) 57/311

1.2. Local, dia e hora para acolhimento da documentação, bem como, para encaminhamentos de esclarecimentos e congêneres:

SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTAS DE LANCES	
Dia:	**24 de junho de 2026**
Hora:	**9:00 horas** (horário de Brasília-DF)
Site:	**www.licitanet.com.br**
Local:	**Av. Sergipe, 457, Bairro Jd. Popular I – São José dos Quatro Marcos-MT**
LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL in-loco	
Dias:	Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente)
Horários:	Das 07:00 às 11:00h e 13:00 às 17:00 – Horário local.
Local:	**Av. Sergipe, 457, Bairro Jd. Popular I – São José dos Quatro Marcos-MT**
RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET	
Retire o Edital acessando a página http://nascentesdopantanal.org.br/ ,	

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4** para atender o objeto do Convênio SINFRA-MT nº 0403/2026, proposta nº 2098/2026/SEAF-MT e eventual demanda dos Consorciados, proposta apresentada para ampliação e constituição de novas equipes de trabalho na manutenção de rodovias nos Municípios do Consórcio e eventual demanda dos Consorciados, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I, Termo de Referência deste edital**.**

2.2. A licitação é composta de lote/item único, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

3. DO TERMO DE REFERÊNCIA

3.1. Foi elaborado pela SECRETARIA EXECUTIVA, o Termo de Referência próprio, o qual servirá de base para todo o procedimento licitatório.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (2/82) 58/311

4.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta do Consórcio / Convênio SINFRA-MT.

4.2. Embora para o processo de registro de preços não há necessidade de comprovação de rubrica orçamentário, a contabilidade confirmou que há disponibilidade de Dotação Orçamentária para a execução do presente conforme detalhado a seguir:

01 – Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal
001 – Secretaria Executiva
PAVIMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS E RODOVIAS - 26.782.0001.2011.0000
EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE - PESSOA JURÍDICA 5.1.701.110.000 4.4.90.52.00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 9.1.880.1.880.0 4.4.90.52.00

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão quaisquer empresas interessadas que atendam todas as exigências deste Edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta Licitação, e desde que prévia e devidamente credenciada e cadastrado no sistema eletrônico "Licitações", *site* **www.licitanet.com.br**.

5.1.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponibilizados, mediante pagamento, pela LICITANET no site **https://licitanet.com.br/**

b) O referido pagamento/remuneração possui amparo legal na Lei Federal n°. 14.133/2021.

5.2. Também só poderão participar as empresas que atenderem a todas as exigências e requisitos constantes deste Edital e seus Anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

5.3. São vedadas de participarem deste Pregão os interessados:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (3/82) 59/311

b) que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

c) que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas, impedidas de licitar e contratar ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou, conforme o caso, pelo órgão em que praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição nos termos do Art. 156, III, IV , §§ 4º e 5º, da Lei n. 14.133/2021;

d) estrangeiras que não funcionem no País;

e) empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

f) Empresas que estejam respondendo processos administrativos com o Consórcio e Municípios Consorciados;

g) Empresas que foram condenadas em processos administrativos com o Consórcio e Municípios Consorciados, nos últimos 05 (cinco) anos.

5.4. A participação na presente licitação implica na integral aceitação de todos os termos e condições do Edital e seus anexos e também nos seguintes compromissos:

I - Estar ciente das condições da licitação, assumindo a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pelo(a) Pregoeiro(a).

II - Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação técnica e econômico-financeira exigidas na licitação, além daquelas.

5.5. Os licitantes se responsabilizam pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo todos os ônus pela preparação da proposta assim como da habilitação, não cabendo quaisquer tipos de ressarcimentos, independentemente do resultado do certame.

5.6. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados pelos licitantes deverão referir-se ao mesmo CNPJ descrito por estas na proposta de preços, salvo aqueles documentos permitidos por lei.

6. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte que desejar usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar nº. 123/2006, deverão preencher e **apresentar no ato do Credenciamento a Declaração constante do Anexo III** deste Edital e a CERTIDÃO

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (4/82) 60/311

ATUALIZADA emitida pela Junta Comercial para comprovação da condição de microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na forma do Art. 73, inciso IV, da Lei Complementar nº. 123/2006. Salientando que a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios da Lei Complementar nº. 123/2006, caracteriza o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal Brasileiro, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas cabíveis;

6.2. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas no lance final pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores ao lance final, oportunizando a esta cobrir o último lance registrado;

6.2.1. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no percentual indicado no caput, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no caput, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

IV. Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.3. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (5/82) 61/311

Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado**.**

6.3.2. A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 90 da Lei nº. 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, ou revogar a licitação.

7. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

7.1. Em até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a realização da sessão de abertura das propostas, poderá ser feito **pedido de esclarecimentos e/ou impugnar** os termos deste Edital, preferencialmente através do e-mail nascentesdopantanal2@gmail.com .

7.2. Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital **de Pregão, até 03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a realização da sessão pública de Pregão, devendo o Consórcio, através do(a) Pregoeiro(a) Oficial auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, decidir sobre a petição no **prazo de 03 (três) dias úteis, limitando-se ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.** As impugnações deverão ser protocolizadas no Departamento de Licitações do Consórcio no endereço constante no preâmbulo ou no e-e-mails constantes no item anterior, em sua via original, devidamente assinada por quem tenha poderes para tal, respeitados os prazos, formas e condições em qualquer caso, ficando consignado que qualquer outro meio de apresentação não será recebido, não havendo qualquer validade a respectiva impugnação.

7.3. Cabe ao(a) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir, no prazo de **prazo de 03 (três) dias úteis, limitando-se ao último dia útil anterior à data da abertura do certame** sobre a impugnação ou pedido de esclarecimento interposto.

7.4. No site do Consórcio www.nascentesdopantanal.org.br serão disponibilizadas todas as informações que o(a) Pregoeiro(a) julgar importantes, razão pela qual as empresas interessadas deverão consultá-lo frequentemente durante todo o certame.

7.5. Caso procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e, caso afete a formulação das propostas, nova data será designada pela Administração para a realização do certame.

7.6. Os prazos limites para pedidos de esclarecimentos e impugnação devem respeitar o horário final do expediente do Consórcio/MT (das 07h00 às 11h00 e das 13h00 à 17h00,) encerrando-se

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (6/82) 62/311

às 8:00 horas (horário local) do dia 19/06/2026 para protocolo físico e para protocolo virtual, conforme item 7.1.

7.8. Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório, incorrerá em pena de detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa, nos termos do Art. 337-I do Código Penal. (Incluído pela Lei nº. 14.133, de 2021)

8. DO CREDENCIAMENTO e REPRESENTAÇAO

8.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet;

8.1.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

8.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site **www.licitanet.com.br**;

8.2. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados na alínea "a" do subitem 5.1.1.

8.3. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

a) A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site **LICITANET – Licitações On-line**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

8.4. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a **LICITANET – Licitações On-line** e ao Consórcio Intermunicipal do Complexo Nascentes do Pantanal a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.5. O cadastramento do licitante junto a Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

8.6. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: **(34) 3014-6633 e (34) 99807-6633** ou pelo e-mail **contato@licitanet.com.br**.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (7/82) 63/311

8.7. As microempresas ou as empresas de pequeno porte no momento de seu cadastro deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar nº. 123/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar 147/2014;

8.7.1. A não declaração da licitante em referência Lei Complementar nº. 123/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar 147/2014 caso se enquadre, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA MESMA.

8.7.2. A declaração falsa dos requisitos de credenciamento sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame.

8.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a **Comissão de Pregão**, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

8.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

8.10. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica para o licitante:

a) presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

b) obrigar-se pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros seus lances e propostas;

c) dever de acompanhar as operações no sistema eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrentes da perda de negócios por inobservância de qualquer mensagem emitido pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.

8.11. Ficará impedido de participar do presente procedimento licitatório qualquer licitante que tenha algum fato que o impeça de tomar parte do certame ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública.

8.12. A simples apresentação da proposta por parte do licitante, corresponde à sua indicação de que inexistem fatos que impedem de participar da presente licitação, eximindo assim o(a) Pregoeiro(a) do disposto no art. Art. 337-M do Código Penal.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (https://licitanet.com.br/), concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS OFERTADOS, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (8/82) 64/311

MARCA/Modelo/Espécie (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, ou seja até às 8h30min horário de Brasília, do dia da abertura, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

9.1.1. As propostas registradas no "Sistema" NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo (a) Pregoeiro (a).

9.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.2.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. Serão desclassificadas as propostas que:

a) Apresentarem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero;

b) Não atenderem aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

c) Contenham condições que contrariem as exigências do presente Pregão ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;

d) Apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

9.3.1. apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não tenham sua viabilidade demonstrada por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;

9.4. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;

9.5. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

9.6. A **licitante** enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

9.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (9/82) 65/311

9.7.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto Federal nº. 10.024/19 e da Lei nº. 14.133/2021.

9.8. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico:

9.8.1. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital;

9.8.2. Até 30 (trinta) minutos antes do horário marcado para abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

9.9. O licitante poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, e também lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado na Plataforma Eletrônica;

9.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.11. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes.

9.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

9.13. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica na caixa de mensagem (**chat**) ou **e-mail** divulgando data e hora da reabertura da sessão.

9.14. Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002 e neste edital.

9.14.1. Considerando que o sistema permite a comunicação com o Pregoeiro no chat, as empresas que porventura errarem na digitação dos seus lances, poderão solicitar o cancelamento do lance. Contudo, caso o Pregoeiro detecte que o lance ofertado apresenta indícios de erro de digitação, poderá excluí-lo, sem a manifestação da empresa, visando manter a regularidade do certame.

9.15. A regra disposta no item 9.14.1 será aplicada somente nos casos de erro de digitação. Caso a licitante solicite o cancelamento do seu lance e não for caracterizado erro de digitação, mediante a observação da regularidade dos lances apresentados, o Pregoeiro estará

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (10/82) 66/311

desobrigado de cancelar o lance, devendo a licitante arcar com o custo de acordo com o lance ofertado, e em caso de desistência do lance serão aplicadas as penalidades pertinentes.

9.16. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

9.17. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, até a promulgação do vencedor;

9.18. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos. E, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito no www.licitanet.com.br e as especificações constantes do Termo de Referência - **Anexo I do EDITAL**, prevalecerão as últimas;

9.19. A licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório;

9.20. Uma licitante, ou grupo, suas filiais, ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico, ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela entidade promotora da licitação;

9.20.1. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa;

9.21. Nenhuma empresa ou instituição vinculada a Entidade de Licitação será elegível para participar deste processo licitatório;

9.22. Nas **Propostas de Preços** REGISTRADAS no Sistema Eletrônico, (ver modelo de proposta de preços no ANEXO II) deverão ser observadas as seguintes condições:

9.22.1. Preço unitário e total de cada item, de acordo com o preço praticado no mercado, expresso em moeda corrente nacional (R$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades máximas constantes no **Anexo I DO EDITAL**;

9.22.2. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como os impostos, taxas, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (11/82) 67/311

9.22.3. Os itens ofertados deverão estar de acordo as especificações do objeto nos moldes do **Anexo I DO EDITAL**, incluindo marca, modelo (se for exigido) e outros elementos que identifiquem e constatem as descriminações dos produtos e/ou serviços ofertados, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

9.22.4. Descrição detalhada dos itens ofertados, devendo indicar as espécies/essências equivalentes na qualidade e resistência em cada item, exclusivamente as indicadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

9.22.5. Apresentar a validade da proposta (não inferior a 60 dias), de forma clara e inconfundível, bem como prazo de entrega sob pena de desclassificação.

9.23. A proposta de preços registrada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

9.24. O Pregoeiro(a) verificará as propostas de preços registrados no endereço eletrônico, antes da abertura da fase de lance, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

9.24.1. O Pregoeiro caso julgue necessário submeterá a documentação relativa a proposta, apresentada pelos participantes a uma equipe técnica da Unidade solicitante do objeto, para que os mesmos analisem e emitam parecer técnico dos produtos ofertados.

9.25. No momento em que o licitante cadastrar a proposta no SISTEMA/LICITANET, É OBRIGATÓRIO a indicação da MARCA e MODELO / ESPÉCIE para todos os itens ofertados, conforme objeto do pregão, sob pena de desclassificação.

9.26. A proposta de preço indicará o valor unitário e total de cada item, sendo a disputa de lances sobre o **VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**

9.27. O licitante poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, e também lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado na Plataforma Eletrônica.

9.28. O(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar das licitantes quaisquer outras informações que julgar pertinentes para o perfeito conhecimento e julgamento das propostas, sendo que estas deverão ser enviadas, no prazo estipulado pelo mesmo do sistema, através do e-mail, sob pena de desclassificação das propostas.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (12/82) 68/311

9.28.1. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender o pregão e marcar nova data para sua continuidade, intimando todos os participantes via sistema eletrônico.

9.29. No julgamento das propostas, em favor da ampliação da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

10. DA SESSÃO DE ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTA

10.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.licitanet.com.br

10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico;

10.3. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão;

10.4. Informa-se ainda que devido ao caráter sigiloso das licitações, na fase de lances, o Pregoeiro não atenderá ao telefone para responder questões inerentes ao presente Pregão.

10.5. Classificação das Propostas:

10.5.1. O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

10.5.2. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

11. DA DISPUTA DE LANCES

11.1. Somente as licitantes que apresentarem proposta de preços em consonância com o que dispõe o edital, poderão apresentar lances para o(s) item (ns) cotado(s), exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.1.1. Os lances serão ofertados pelo VALOR UNITÁRIO ITEM;

11.1.2. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes na proposta inicial cadastrada no sistema.

11.2. A abertura e fechamento da fase de lances "via internet", será feito pelo Pregoeiro(a).

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (13/82) 69/311

11.3. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.

11.4. A licitante somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

11.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.6. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

11.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do PREGÃO ELETRÔNICO, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

11.7.1. O Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

11.7.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão Pública do PREGÃO ELETRÔNICO será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação, no site www.licitanet.com.br

11.8. O Item/lote aberto para lance, antes de ser encerrado, entrará no tempo de iminência, de 01 (um) a 60 (sessenta) minutos, determinado pelo Pregoeiro(a). Decorrido o tempo de iminência, o item entrará no modo de disputa aberto, o qual terá a duração mínima de 10 (dez) minutos.

11.8.1. O tempo de que trata o item 11.8, será prorrogado automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos 2 (dois) últimos minutos do período de duração;

11.8.2. O período de duração da disputa será prorrogado automaticamente por mais 2 (minutos) sempre que houver lance enviado no período de prorrogação de que trata o subitem 11.8.1;

11.8.3. Na hipótese de não haver novos lances nos termos do subitem 11.8.1**.** a disputa será encerrada automaticamente;

11.8.4. Encerrada a disputa sem a prorrogação automática pelo sistema na forma do subitem 11.8.1. o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (14/82) 70/311

11.8.5. Quando da formulação de lances pelos licitantes deverá ser observado o intervalo mínimo entre os lances, de **R$ 1.000,00** (um mil reais), sobre o valor unitário.

11.9. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a Sessão Pública do PREGÃO ELETRÔNICO, ficando responsável pelo ônus recorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, até a promulgação do vencedor.

11.10. A desistência em apresentar lances implicará na exclusão da licitante, na etapa de lances e na manutenção do último preço, por ela apresentada, para efeito de ordenação das propostas de preços.

11.11. Conforme estabelecido no termo de Referência (item 8.6), não serão aceitas Propostas com preços com valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

11.12. Após encerrada a face de lances, será assegurado conforme **Lei Complementar nº. 123/06 e Lei Complementar nº. 147/14**, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e EPP's, entendendo-se por **empate ficto** aquelas situações em que as propostas apresentadas por aquelas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta não seja de outra ME ou EPP.

11.13. Caso haja empate ficto, o próprio sistema informará a situação na tela e o procedimento se dará da seguinte forma:

11.13.1. A Microempresa ou EPP melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de até 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

11.13.2. Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou EPP, na forma do item anterior, serão convocadas pelo sistema as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 11.12, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

11.14. Na hipótese da não-contratação nos termos da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto será arrematado em favor da proposta originariamente vencedora do certame.

11.15. DA NEGOCIAÇÃO:

11.15.1. Após etapa de lances, o Pregoeiro(a) encaminhará pelo sistema eletrônico contraproposta (fase de negociação) diretamente ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtido um melhor preço, bem assim decidir sobre sua aceitação, podendo a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (15/82) 71/311

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

12.1. Encerrada a fase de lances e negociação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchida na forma do Anexo II do Edital (Modelo Proposta de Preços);

12.1.1. O encaminhamento se dará através do site LICITANET no rol de menus da Sala de Disputa, dentro do prazo estabelecido, após a fase de lances.

12.1.2. Em casos excepcionais de dificuldades técnicas, poderá desde que solicitado ao Pregoeiro, ser utilizado o envio da documentação relacionada à proposta para o e-mail: licitacao@nascentesdopantanal.org.br .

12.2. A proposta de preços, contendo as exigências deste edital, atualizada com o último lance, deverá ser enviada em arquivo único, até às 12 (doze) horas (horário de Brasília – DF) do dia útil seguinte ao da convocação efetuada pelo **Pregoeiro** e, informar no campo "chat mensagem" que enviou a documentação no site LICITANET, sob pena de desclassificação, ou, se for solicitado pelo Pregoeiro, por e-mail: licitacao@nascentesdopantanal.org.br ;

12.2.1. O Pregoeiro poderá convocar o licitante vencedor para o envio de documentos complementares, na forma do §9º do art. 26 do Decreto 10.024/19, no prazo estipulado no item 12.2 deste edital, para o envio pelo LICITANET ou por e-mail, contados a partir do momento da convocação no CHAT (sala de disputa).

12.3. Os documentos remetidos ao e-mail licitacao@nascentesdopantanal.org.br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento:

12.3.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Licitações do Consórcio Intermunicipal do Complexo Nascentes do Pantanal, situado na Avenida Sergipe, nº 457 – Bairro Jd. Popular I, CEP 78285-000, São José dos Quatro Marcos/MT, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, enviando por e-mail o comprovante de postagem, se for o caso;

12.3.2. Caso a empresa envie a documentação via "CORREIOS", solicitamos que a mesma dê preferência ao serviço de entrega mais rápido (ex. "SEDEX"), devendo ainda, identificar o (s) envelope (s) com o número do referido Pregão, para que a Coordenadoria de Licitações do Consórcio possa transmitir ao Pregoeiro correspondente;

12.3.3. A licitante que apresentar documentação autenticada por processo de autenticação digital feita por Cartório competente, com comprovante de autenticação devidamente instruído no processo fica dispensada do envio da documentação física na forma do item 14.2. deste edital.

12.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que:

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (16/82) 72/311

a) contenha vício insanável ou ilegalidade;

b) não apresente as especificações técnicas e documentos exigidas pelo Termo de Referência;

c) apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

d) Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

> **d.1.)** for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
>
> **d.2.)** apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

12.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

12.6. A proposta deverá estar de acordo com a convenção coletiva da categoria a ser contratada;

12.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

12.9. Se a proposta de preços não for aceitável ou se a licitante não atender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta de preços subsequentes e, assim sucessivamente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

12.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.11. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (17/82) 73/311

data e horário para a continuidade da mesma.

12.12. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

12.13. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital;

12.14. Atendidas as especificações do edital, estando habilitada a licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro(a) declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) item (ns).

12.15. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à Sessão Pública do PREGÃO ELETRÔNICO constarão em Ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12.16. O **Pregoeiro** poderá fixar prazo a **licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar** para o reenvio (uma única vez) do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo Consórcio;

12.17. O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global;

12.18. Não serão aceitas propostas com valor global superior ao estimado, ou com preços manifestamente inexequíveis;

13. DA HABILITAÇÃO

Nos termos do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União (http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc)

b) Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS)

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do Conselho

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (18/82) 74/311

Nacional Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

13.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.1.1 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.1.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.2. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.3. Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro prosseguirá com a análise documental, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômica-financeira.

13.4. Poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões;

13.4.1. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **02 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

13.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

13.6. Os documentos previstos abaixo no edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº. 14.133, de 2021. Será considerada habilitada a proponente que apresentar os documentos relacionados nos subitens abaixo:

13.6.1. Ressalte-se que os arquivos relativos aos documentos de habilitação deverão estar preparados antes da abertura da sessão pública, para envio imediato assim que solicitado. Em sendo vencedor da disputa em quais quer dos Lotes, o sistema habilitará para que envie de imediato os DOCUMENTOS da HABILITAÇÃO.

13.7. Os documentos de HABILITAÇÃO que deverão ser apresentados, são os seguintes:

13.7.1 Relativos à Habilitação Jurídica:

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (19/82) 75/311

I- No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, estatuto, ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados da documentação de seus administradores, ou;

II- - Registro comercial, no caso de empresa individual ou;

III - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou;

IV - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício ou;

V - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual atualizado;

VI – Apresentar Cédula de Identidade ou documento equivalente (com foto) do representante legal da sociedade empresária licitante e/ou do procurador. O procurador deverá ainda apresentar o instrumento válido da procuração.

13.7.2. Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista, apresentar**:**

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - Prova de inscrição de Contribuinte Estadual;

III - Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União no site (www.receita.fazenda.gov.br);

IV - Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;

V - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site (www.tst.jus.br);

VII - Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS no site (www.caixa.gov.br);

VIII - Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e |Art. 68, inciso VI, da Lei nº. 14.133/2021 (conforme modelo - Anexo VI);

13.7.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira, apresentar**:**

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (20/82) 76/311

I - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando que a licitante possui boa situação financeira, avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1,0 (um).

- Entende-se por apresentados na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente datadas e assinadas pelo responsável da empresa, e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

- O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão ser apresentados em cópia autenticadas das folhas do livro diário onde os mesmos se encontram transcritos, acompanhados de cópia autenticadas dos termos de abertura e encerramento dos respectivos livros, ou por publicações em jornais de grande circulação ou diário oficial, quando se trata de Sociedade Anônima.

- As pessoas jurídicas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital – ECD, bem como as sociedades empresárias que facultativamente aderiram ao sistema, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1420/13, poderão apresentar a ECD desde que a documentação contábil corresponda, necessariamente, ao exercício anterior à licitação.

- A composição da boa situação financeira da empresa será verificada por meio do cálculo do índice contábil da empresa a ser entregue, considerando-se habilitadas as licitantes que apresentarem os Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1,0 (um), extraídos das seguintes fórmulas:

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

II - Junto com o balanço patrimonial poderá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinado pelo profissional contábil responsável pela empresa;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (21/82) 77/311

III - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total do lote.

IV - Todas as formas societárias deverão apresentar Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou extrajudicial, no CNPJ da matriz, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante;

13.7.4. Relativos à Qualificação Técnica

I - Será verificado o ramo de atividade da licitante, que deve ser pertinente ao objeto desta licitação e deverá constar, obrigatoriamente, no rol de atividades do seu Contrato Social e/ou nas atividades elencadas no Cartão do CNPJ;

13.7.5 Para a licitante que apresentar certidão que não contenha data de validade em seu corpo, somente serão aceitos aqueles com data de emissão não excedente a 30 (trinta) dias da data prevista para apresentação das propostas.

13.7.6 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), até o horário de abertura da Sessão Pública;

13.7.6.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.7.6.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.7.7 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

13.7.7.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.7.8. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (22/82) 78/311

poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.7.9. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.10. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.11. As certidões de regularidade fiscal emitidas por meios eletrônicos com prazo de validade vencido ensejará verificação pela Equipe de Apoio, no site oficial do respectivo órgão e, se comprovada a regularidade, será juntado aos autos o respectivo documento;

13.12. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada;

13.13. Os documentos solicitados poderão ser autenticados pelo Pregoeiro e Membros da Equipe de Apoio a partir do original, observando-se que:

a) somente serão aceitas cópias legíveis;

b) não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;

c) deverão ser apresentadas as cópias para autenticação, com os respectivos originais, preferencialmente com pelo menos um dia de antecedência da data marcada para a abertura do certame.

13.14. Os documentos que **não possuírem prazo de validade**, somente serão aceitos com data de emissão não excedente a 30 (trinta) dias da data prevista para apresentação das propostas,

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (23/82) 79/311

exceto Atestados de Capacidade Técnica;

13.14.1. Estão excluídos da presunção do item anterior, os atestados de capacidade técnica, contratos sociais e aqueles documentos que por sua natureza sejam incompatíveis com exigência de prazo de validade.

13.15. Não serão aceitos "*protocolos de entrega*" ou *"solicitação de documento"* em substituição aos documentos requeridos no Edital e seus Anexos;

13.16. O ramo de atividade da licitante deve ser pertinente ao objeto desta licitação e deverá constar, obrigatoriamente, no rol de atividades do seu Contrato Social e/ou nas atividades elencadas no Cartão do CNPJ;

Observação: todos os documentos deverão estar perfeitamente legíveis.

13.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

14.1. Os documentos relativos à habilitação e a proposta do licitante vencedor devidamente ajustada, solicitados na seção 13 deste Edital, deverão ser remetidos via sistema LICITANET assim que solicitado, conforme item **13.6.1. ,** com posterior encaminhamento do original ou cópias autenticadas, se assim solicitado, observados os prazos legais pertinentes.

14.2. Posteriormente, os mesmos documentos da Empresa vencedora deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas juntamente com a original da proposta de preços, contendo as exigências deste edital, devidamente atualizada com o último lance, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, contados da data da sessão pública virtual, juntamente com a proposta de preços escrita (anexo II), para o seguinte endereço:

Consórcio Intermunicipal do Complexo Nascentes do Pantanal

Coordenadoria de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 Registro de Preços

Avenida Sergipe, nº 457, Bairro Jd. Popular I em São José dos Quatro Marcos - MT

CEP 78285-000

14.3. Caso a empresa envie a documentação via "CORREIOS", solicitamos que a mesma dê preferência ao serviço de entrega mais rápido (ex. "SEDEX"), devendo ainda, identificar o (s) envelope (s) com o número do referido Pregão, para que a Coordenadoria de Licitações Consórcio Intermunicipal do Complexo Nascentes do Pantanal possa transmitir ao Pregoeiro correspondente;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (24/82) 80/311

14.4. A licitante que apresentar documentação autenticada por processo de autenticação digital feita por Cartório competente, com comprovante de autenticação devidamente instruído no processo fica dispensada do envio da documentação física na forma do item 14.2. deste edital;

14.5. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido acarretará nas sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, em até 15 quinze minutos, de forma motivada e em campo próprio do sistema, manifestar sua **intenção de recorrer**.

15.1.1. A falta de manifestação da intenção de interpor recurso, na forma e prazo estipulado no item anterior, implicará na decadência do direito de recurso, permitindo ao(a) Pregoeiro(a) adjudicar o objeto à licitante vencedora.

15.1.2. A partir da manifestação da sua intenção de recorrer, lhe será concedido automaticamente o prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, na forma do inciso I, Art. 165, da Lei 14.133/2021, para apresentar suas **razões de recurso, podendo ser apresentado** através do e-mail: licitacao@nascentesdopantanal.org.br ;

15.1.3. Após a interposição das razões recursais, os demais licitantes serão intimados para no mesmo prazo apresentar suas **contrarrazões**, começando a contar seu prazo do término do prazo do recorrente.

15.2. As razões e contrarrazões observarão os seguintes pressupostos para acolhimento:

a) tempestividade;

b) legitimidade recursal;

c) interesse de agir;

d) forma escrita e pedido de nova decisão;

e) fundamentação, com estrita conformidade com a motivação apresentada na sessão.

15.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Licitações, em dias úteis, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas (horário local).

15.4. Após o prazo de recebimento das razões e contrarrazões, o(a) Pregoeiro(a) não reconsiderando sua decisão, encaminhará os autos devidamente informados, no prazo de até 3 (três) dias úteis à Autoridade Superior.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (25/82) 81/311

15.4.1. Eventuais recursos intempestivos ou meramente protelatórios (sem o mínimo de plausibilidade) poderão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a), em seu juízo de admissibilidade e serão submetidos à análise da Autoridade Superior no momento da homologação (Acórdão nº. 1440/07, TCU).

15.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a ata/contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no cadastramento ou outro documento, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto deste **Pregão** será adjudicado pelo(a) **Pregoeiro(a)**, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação;
17.2. A homologação deste **Pregão** compete à Presidente do Consórcio Intermunicipal do Complexo Nascentes do Pantanal;

17.3. No caso do adjudicatário, se convocado, não assinar a Ata da sessão pública e ou contrato, vindo a decair do direito a execução do objeto dessa licitação, o Consórcio poderá convocar os

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (26/82) 82/311

licitantes remanescentes, na ordem em que foram classificados, para contratar em igual prazo e nas mesmas condições em que a primeira classificada teria sido contratada.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A Consórcio convocará formalmente o licitante vencedor para, no prazo de até 03 (três) dias úteis, assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

18.2. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei nº. 14.133/2021 e demais disposições vigentes.

18.3. No caso de descumprimento (não assinatura), o Consórcio se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

18.4. Na Ata de Registro de Preços constarão todas as obrigações, direitos e deveres estabelecidos neste edital.

18.5. A minuta da Ata de Registro de Preços, a ser assinada pelo licitante vencedor, é parte integrante deste edital.

18.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso, com a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, com fulcro na Lei nº. 14.133/2021.

18.6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

18.7. Nos termos do Art. 83 da Lei Federal nº. 14.133/21, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Consórcio não estará obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos itens objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora da Ata de Registro de Preços.

18.8. A Ata de Registro deverá ser assinada pelo representante legal da empresa vencedora, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (27/82) 83/311

18.9. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas no Art. 137 da Lei nº. 14.133/21 e suas alterações, bem como, as previstas neste Edital.

18.10. O proponente terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

18.10.1. Comprovar a CONTRATADA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

18.10.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

18.11. Por iniciativa do Consórcio, o registro será cancelado quando o proponente:

18.11.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

18.11.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

18.11.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

18.11.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

18.12. O cancelamento Ata de Registro de Preços nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

18.13. O Consórcio poderá cancelar a Ata de Registro de Preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

19. DA ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

19.1 A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem, em conformidade com o Art. 86 da Lei nº. 14.133/2021.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (28/82) 84/311

19.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade (não participante), a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes;

19.2.1 A adesão à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participante que aderirem, conforme as condições estabelecidas no § 5º do 86 da Lei nº. 14.133/2021.

19.2.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, encaminhando expediente no e-mail nascentesdopantanal@gmail.com ;

19.2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

19.3. Após a autorização do gerenciador, o órgão não participante devera efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

19.3.1. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

19.4. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas, conforme disposto da Lei nº. 14.133/21.

19.5. A Secretaria Executiva do Consórcio, através do Departamento de Licitação será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

19.6. As solicitações deverão ser encaminhadas a Presidência do Consórcio, com endereço digital no e-mail nascentesdopantanal@gmail.com ou no endereço Av. Sergipe, nº 457, Bairro Jd. Popular I, Cep: 78.285.000 – São José dos Quatro Marcos/MT.

20. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1. Conforme estabelecido no item 12 do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (29/82) 85/311

21. DOS REAJUSTES DE PREÇOS CONTRATUAIS

21.1. Os preços inicialmente registradores são fixos e irreajustáveis no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:

21.1.1. Os valores poderão ser reajustados sempre em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços e do Contrato tal como pactuado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços e do Contrato.

21.1.2. Somente nos Contratos os preços inicialmente pactuados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, nos termos do Art. 25, §7º, da Lei nº. 14.133/21.

21.1.3. Os preços contratuais permanecerão válidos por um período de um ano, a ser contado na forma do § 1º do Art. 3º da Lei nº. 10.192/2001, depois de transcorrido tal prazo, poderão sofrer REAJUSTE, de acordo com Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

21.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

21.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Consórcio solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado**.**

21.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Consórcio poderá extinguir esta Ata de Registro de Preços e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

21.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

21.6. A empresa poderá requerer o equilíbrio de valores na vigência da presente Ata de Registro de Preço, apresentando nota fiscal de custo do produto licitado na data próxima deste certame, onde a margem oferecida em registro perdurará por todo o contrato, equilibrando tão somente dentro da margem negociada na data do certame.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (30/82) 86/311

21.7. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado em Imprensa Oficial**.**

21.8. Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes.

21.9. A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração, nos termos do Art. 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento.

21.10. Observar os requisitos estabelecidos no item 11 do Termo de Referência.

22. DO PAGAMENTO

22.1. Conforme estabelecido no item 10 do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

23. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

23.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos dos artigos 124 e 125 da Lei nº. 14.133/21, salvo nos casos de supressão que poderá ser de maior percentual, nos termos estabelecido também na Lei nº. 14.133/21.

24. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

24.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame;

24.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

24.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

24.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

24.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

24.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

24.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (31/82) 87/311

24.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

24.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

24.1.5. fraudar a licitação

24.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

24.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

24.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

24.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

24.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

24.1.8. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº. 12.846, de 2013.

24.2. Com fulcro na Lei nº. 14.133, de 2021, a Administração deverá, garantir o contraditório, a ampla defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

24.2.1. advertência;

24.2.2. multa;

24.2.3. impedimento de licitar e contratar e

24.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

24.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

24.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

24.3.2. as peculiaridades do caso concreto

24.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

24.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

24.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (32/82) 88/311

24.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (meio por cento) a 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor do Contrato ou da Ata de Registro de Preços licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

24.4.1. Para as infrações previstas nos itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do licitado.

24.4.2. Para as infrações previstas nos itens 24.1.4, 24.1.5, 24.1.6, 24.1.7 e 24.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (vinte por cento) do valor do licitado.

24.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

24.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

24.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

24.8. Deverá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 24.1.4, 24.1.5, 24.1.6, 24.1.7 e 24.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no Art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133/2021.

24.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Art. 45, § 4º da IN SEGES/ME nº. 73, de 2022.

24.10. E demais SANÇÕES previstas no **item 16** do Termo de Referência.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

25.1. É facultada ao(a) Pregoeiro(a) ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (33/82) 89/311

25.2. A Autoridade Competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

25.2.1. A anulação do procedimento induz à da Ata de Registro de Preços.

25.2.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do objeto do edital;

25.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

25.4. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

25.5. Excepcionalmente, a empresa poderá solicitar a substituição/troca dos itens cotados, através de pedido escrito, comprovando o motivo e devidamente instruído com laudo técnico emitido por profissional registrado no Conselho de Classe competente. A solicitação será analisada por este Município e, sendo verificada a possibilidade de troca, bem como a inexistência de qualquer prejuízo ao erário, será autorizada;

25.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

25.6.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração Pública Local.

25.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão;

25.8. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro instrumento a ser firmado;

25.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

25.10. As adesões serão concedidas conforme Decreto Federal nº. 8.250/2014 e alterações;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (34/82) 90/311

25.11. Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório, incorrerá em pena de detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa, nos termos do Art. 337-I do Código Penal; (Incluído pela Lei nº. 14.133, de 2021)

25.12. Salvo ressalva expressa, todos os prazos em dias estabelecidos neste Edital serão consecutivos;

25.13. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis;

25.14. Os prazos em dias úteis obedecem ao horário de funcionamento do Consórcio (7h00 às 11h00 e das 13:00 às 17:00 - horário local);

25.15. A critério exclusivo do Consórcio, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do Art. 122 da Lei nº. 14.133/2021.

26. DOS ANEXOS

25.22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III – Requerimento Tratamento Diferenciado ME/EPP;

Anexo IV - Modelo Declaração Requisitos Legais;

Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo VI – Minuta do Contrato

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (35/82) 91/311

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 Registro de Preços

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TR Nº.: 025/2026. DATA: 03/06/2026

Requisitante: Secretaria Executiva

1. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

DISPENSA DE LICITAÇÃO

- Inciso II do Art. 75 da Lei 14.133/2021

2. DA DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO E OU SERVIÇOS:

( ) Compras de materiais e bens comuns (X) Compras de equipamentos e materiais ( ) Serviços comuns – manutenção / outras prestações de serviços	( ) Serviços Especializados ( ) Serviços Técnicos – consultoria / auditoria ( ) Serviços de engenharia e obras

3. DO OBJETO:

3.1 O objeto do presente termo é o Registro de Preços para eventual aquisição de veículo tipo Camionetes Diesel CD 4x4 para atender o objeto do Convênio SINFRA-MT nº 0403/2026, proposta nº 2098/2026/SEAF-MT e eventual demanda dos Consorciados, proposta apresentada para ampliação e constituição de novas equipes de trabalho na manutenção de rodovias nos Municípios do Consórcio e eventual demanda dos Consorciados, conforme características e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4. DA JUSTIFICATIVA:

4.1 O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, localizado na Região Oeste de Mato

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (36/82) 92/311

Grosso, tem como consorciados os municípios ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS DOESTE, GLÓRIA DOESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI DOESTE, MIRASSOL DOESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU e SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS.

Em arranjo institucional com parceria da SINFRA-MT e Municípios, o Consórcio realiza de forma direta a manutenção de estradas não pavimentadas no âmbito dos municípios consorciados, necessitando estruturar nova Patrulha com equipamentos e equipe de trabalho, propiciando ampliar os serviços e atendimento às demandas com maior celeridade e eficiência. Resultando na melhoria das vias não pavimentadas dos municípios, e melhoria nas condições de trabalho e atendimento à população e usuários das estradas na região.

Diante do apresentado e justificado, houve aceite da SINFRA-MT em contemplar o Consórcio com recursos para aquisição de veículos, máquinas e equipamentos, e dentre estes, camionetes para o apoio e assistência às equipes de trabalho em campo. Diante da necessidade do Consórcio e municípios, quatro unidades são objeto do Convênio SINFRA 0403/2026, outra unidade aprovada junto a proposta SEAF-MT 2098/2026 e outra para atender futura demanda do Consórcio ou município consorciado.

5. CONDIÇÕES PARA SELEÇÃO

5.1. Para participar da licitação o proponente deverá apresentar proposta formal que atenda as condições exigidas no texto editalício ou neste Termo de Referência, especialmente apresentando os documentos solicitados neste Termo de Referência.

6. DOS RESULTADOS ESPERADOS:

6.1. Economia para os cofres públicos, baixando os valores de referência;

6.2. Utilização sustentável dos recursos financeiros dos consorciados, alocando somente o necessário para cada aquisição;

6.3. Obtenção de serviços e materiais de qualidade;

Que a empresa vencedora do certame atenda às necessidades de cada setor cumprindo com as exigências do objeto conforme este Termo de Referência, possibilitando assim o atendimento da demanda do Consórcio.

7. PRODUTOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (37/82) 93/311

7.1. Os itens a serem adquiridos deverão obedecer a descrição e especificação técnica descrita no quadro a seguir.

Para determinação dos valores estimados fora realizado pesquisa de mercado junto ao comércio regional e nacional, realizado pesquisa no sistema do Radar do TCE e PNCP quanto aos níveis de preços contratados pela administração público para os mesmos itens, demonstrado que a média de preços obtidas com a cotação se encontra abaixo ou equivalente.

7.2. O Valor da Proposta deverá considerar os custos com frete, seguro, impostos, taxas e outros, de responsabilidade do Fornecedor Contratado.

7.2.1. Dados Cadastrais e Endereço de Entrega:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL
CNPJ 08.979.143/0001-07 - **Inscrição Estadual 13.923.722-4**
End.: Av. Sergipe, 457, Bairro Jd. Popular I, CEP 78285-000 - São José dos Quatro Marcos-MT
Celular: 065 99973-5078 - E-mail nascentesdopantanal@gmail.com

Item	Descrição PRODUTOS	Qtde	Unid.	V. Unit. Máximo	Valor Total
1	CAMINHONETE - CABINE DUPLA, 4 PORTAS, TRAÇÃO 4x2/4x4, NOVA ZERO KM, ANO/MODELO Corrente, conforme descritivo/detalhamento abaixo:	6	UN	295.000,00	1.770.000,00
MOTOR a DIESEL com MIN: 2.8L; POTÊNCIA MIN: 204CV; TORQUE MÍNIMO DE 50,9 KGF; TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE 6 VELOCIDADES SEQUENCIAL; TRAÇÃO: 4x2 / 4X4 reduzida com acionamento eletrônico, VSC (controle eletrônico de estabilidade) e A-TRC (controle eletrônico de tração) com bloqueio do diferencial; Direção Hidráulica; SISTEMA DE FREIOS: Dianteiros: Discos ventilados com ABS, EBD (distribuição eletrônica de força e frenagem), Traseiros: Tambor com ABS e EBD PNEUS & RODAS: Pneus: 265/65 R17´´; Comprimento do veículo: 5.335 mm no máximo; Peso Bruto Total (Kg): mínimo 3.065 Kg, com Capacidade de carga (Kg): de no mínimo 1.000 Kg, e Capacidade máxima de tração (incluso reboque): mínimo 6.565 Kg. Capacidade do Tanque de combustível: mínimo de 75 litros. PRICIPAIS EQUIPAMENTOS: Protetor de Caçamba, Grade de aço protetora do vidro traseiro tipo Santo Antônio, Capota Marítima, Estribos laterais auxiliares de embarque, caçamba com no mínimo 4 ganchos internos para amarração; Para barro dianteiro e traseiro, Para-choque dianteiro pintado na cor do veículo, Para-choque traseiro na cor preta, Cabine Dupla com Ar Condicionado, mínimo 4 alto-falantes; com Acendimento automático dos faróis, Coluna de direção com regulagem de altura e profundidade, Comando interno de abertura da tampa do tanque de combustível, Computador de bordo com tela de 4,2" de TFT com funções: autonomia, aviso das portas abertas, consumo médio e instantâneo de combustível, indicador de modo econômico, hodômetros total e parcial, temperatura externa, velocidade média do veículo, visualização de áudio; Desembaçador do vidro traseiro; Faróis com temporizador—follow me home, Retrovisores externos com regulagem elétrica e indicador de direção; Revestimento dos bancos em material sintético; Sistema Multimídia com tela de 9", entrada USB, conexão				

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (38/82) 94/311

Bluetooth®, espelhamento Android Auto® e Apple CarPlay® sem cabos (Wireless Connectivity); Seletor para troca de tração, Tomada de energia (12V) na cabine (1); Vidros elétricos e sistema de abertura com um toque (motorista); Volante com comandos integrados de telefone, áudio e vídeo. SEGURANÇA: 7 Airbags: 1 de joelho (motorista), 2 de cortina, 2 frontais e 2 laterais; Assistente de reboque, Assistente de subida (HAC), Controle eletrônico de estabilidade do veículo(VSC) e Controle eletrônico de tração (A-TRC); Luz de condução diurna e Luz de frenagem emergencial automática; Sistema de alarme perimétrico; Travas elétricas com acionamento a distância e controle na chave para abertura e fechamento das 4 portas. Veículo na Cor Branca; Com Assistência 24 horas gratuita no 1º ano. Garantia no mínimo de até 10 anos nas condições estabelecidas em mercado pelo fabricante, com assistência técnica do fabricante na rede autorizada. A marca ofertada deverá ter concessionária autorizada do fabricante a uma distância máxima de 100 km da sede do Consórcio, com parceria comprovada existente a mais de um ano, com estoque de peças e oficina. Veículo emplacado e licenciado e entregue na sede da Contratante.	
TOTAL ESTIMADO	**R$ 1.770.000,00**

8. DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. Na proposta deverá constar a descrição detalhada do fornecimento de bens ofertado(s), de forma clara e precisa, conforme quadro do item 7 acima, com prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos e outros requisitos do edital;

8.1.1. Fazer constar na Proposta o Prazo de Entrega de até 120 dias após a Ordem de Fornecimento, conforme estabelecido neste Termo de Referência no item 9.

8.2. Os preços apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante;

8.3. Ao apresentar proposta ao Edital de convocação, fica a Proponente/Contratada ciente de que está de acordo com os Termos deste Termo de Referência.

8.4. A Proponente/Licitante é Responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo todos os ônus pela preparação da proposta assim como da habilitação, não cabendo quaisquer tipos de ressarcimentos, independentemente do resultado do certame;

8.5. Somente serão aceitos preços cotados em moeda nacional, ou seja, em Real (R$), em algarismo arábico e, de preferência, por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, e nele deverão estar computadas todas as despesas incidentes, incluindo taxas e impostos;

9. ENTREGA E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (39/82) 95/311

9.1. O prazo de entrega dos bens é de até 90 (noventa) dias, contados da emissão da Ordem de fornecimento e Nota de Empenho.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de no máximo 10 dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1. O pagamento será efetuado pelo Consórcio em nome da contratante em favor da contratada mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, em até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contratante, após ter conferido e ter certificado tratar-se do solicitado/fornecido.

10.2. O pagamento será efetuado à contratada após a entrega do bem, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL e depois de atestada conforme descrito no item anterior e cumprida todas as obrigações acessórias, inclusive entrega técnica e emitida o Termo de Recebimento Definitivo.

10.2.1. Em caso de alguma pendência acessória, poderá ser retido valor proporcional dentro da razoabilidade administrativa até que esta seja cumprida.

10.2.2. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valor(es) para outra(s) praça(s) será(ão) de responsabilidade do contratado;

10.2.3. O(s) pagamento(s) não realizado(s) dentro do prazo por eventos decorrentes do contratado, não será(ão) gerador(es) de direito a qualquer acréscimo financeiro;

10.2.4. Caso o atraso no pagamento seja motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será corrigido pelo IPCA, conforme apuração desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização;

10.3. A Proponente contratada deverá manter os mesmos requisitos da habilitação que ensejou a adjudicação;

10.4. Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, este será efetuado apenas após a respectiva regularização;

10.5. O contratado indicará no corpo da nota fiscal o número do contrato (se for o caso), nome do banco, agência e conta-corrente onde deverá ser feito o pagamento, que será efetuado via ordem bancária;

10.5.1. (Termos para emissão da Nota Fiscal: Item Conforme Processo licitatório nº ...../2026, pregão eletrônico nº ..... Banco:.... Agência:.....Conta Corrente:...)

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (40/82) 96/311

10.6. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;
10.7. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio de transferência para o banco e conta corrente discriminado na nota fiscal;
10.8. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade, garantia e obrigações acessórias;
10.9. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados;
10.10. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.
10.11. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.
10.12. O contratado deverá, durante toda a execução do Contrato, manter atualizada a vigência da garantia contratual.

11. REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
11.2. Após o intervalo de um ano, os preços iniciais serão reajustados por meio da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
11.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do contratado, acompanhada de memorial do cálculo, conforme for a variação de custos, objeto do reajuste.
11.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
11.5. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos.
11.6. A prorrogação contratual sem a solicitação do reajuste implica a preclusão deste, sem prejuízo dos futuros reajustes nos termos pactuados.
11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS OBRIGACÕES DAS PARTES:

12.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE, DENTRE OUTRAS PREVISTAS NESTE INSTRUMENTO:

I. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Nota de Empenho, e Ordem

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (41/82) 97/311

de Fornecimento/Serviço;

II. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

III. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;

IV. Notificar por escrito, à empresa contratada/adjudicatária, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

V. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada/adjudicatária, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

VI. Todos os encaminhamentos e o controle dos itens objeto desta contratação será de responsabilidade da Secretaria Executiva, Unidade solicitante e do fiscal de contrato;

VII. Efetuar os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas da Contratada, após recebimento definitivo dos produtos;

VIII. Supervisionar o recebimento dos objetos através de um funcionário credenciado pela **CONTRATANTE**, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos objetos;

IX. Recusar o recebimento dos itens nas seguintes hipóteses:

a) Se forem prestados ou entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste instrumento e no edital de convocação;

12.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, ALÉM DE OUTRAS PREVISTOS NESTE INSTRUMENTO:

I. Fornecer toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE;

II. Executar o objeto, conforme descritos neste Termo de Referência;

III. Respeitar os limites dos quantitativos especificados, qualidades e sob nenhum argumento poderá deixar de atender as solicitações de fornecimento dos itens da Contratante, sob pena de ensejar, além de sanções administrativas, a rescisão do instrumento contratual a ser firmado;

IV. Retirar a Nota de Empenho, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo, via e-mail, ao Departamento de Compras, sob pena de multa de 2% (dois por cento) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (42/82) 98/311

Preço/Contrato poderá ser cancelada ou rescindida;

V. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preço/Contrato;

VI. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VII. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento/execução incumbe ao vencedor contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste termo e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

VIII. Comunicar imediatamente a Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência e outros;

IX. Respeitar e fazer cumprir e fazer cumprir legislação de segurança e medicina do trabalho, ambiental, fiscal e conexas, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes, nos casos que se aplica;

X. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento/execução a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Consórcio;

XI. Indenizar terceiros e/ou a própria Contratante mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada/adjudicatária adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XII. Fornecer os itens, conforme estipulado neste TR e de acordo com a proposta apresentada;

XIII. A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente a descrição e quantidades, estabelecidos neste termo;

XIV. O pagamento somente será autorizado após a conferência dos serviços/produto;

XV. Manter a regularidade Fiscal que ensejou a habilitação durante o período de vigência;

XVI. A Contratada/Adjudicatária terá que seguir as descrições dos itens, conforme

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (43/82) 99/311

consta no termo de referência;

XVII. Atender a todas as exigências do contrato/ata e executar todos os itens contratados/adjudicados, conforme estabelecido neste termo e estabelecido no contrato/ata, bem como, no instrumento convocatório, assumindo assim o ônus da prestação inadequada, nos casos de trabalhos descumpridos por parte da Contratada/Adjudicatária;

XVIII. Os serviços/objetos serão fornecidos a Secretaria requisitante, através da emissão da Nota de Autorização de Despesa - NAD;

XIX. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal;

XX. A validade dos produtos fornecidos, deverão estar de acordo com a Legislação vigente para seu uso e consumo;

XXI. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a este órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

XXII. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

XXIII. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Consórcio no tocante a entrega dos produtos, inclusive permitir o acesso dos fiscais do destes em suas dependências, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato definidos e conforme especificações constantes no edital, Termo de Referência/Projeto Básico, deste processo licitatório;

XXIV. Responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão ou Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

XXV. Responde pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto contratado.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (44/82) 100/311

XXVI. Comunicar imediatamente ao Consórcio qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

XXVII. Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

13. SUBCONTRATAÇÃO

13.1 É vedada a subcontratação do objeto, ressalvados serviços acessórios;

13.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.3 A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.4 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

13.5 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

14.1. A fiscalização e acompanhamento do fornecimento dos materiais ou da execução dos serviços será exercida por representante legal da CONTRATANTE, Nos termos do art. 117 da Lei nº. 14.133 de 2021;

14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº. 14.133 de 2021;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (45/82) 101/311

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2. Na aplicação das penalidades serão consideradas as circunstâncias previstas no §1º do Art. 156, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

15.3. As sanções administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto na legislação aplicável, no instrumento convocatório ou equivalente ou no instrumento contratual, em especial no que determina e rege a Resolução Administrativa nº 18/2023, disponível no site do Consórcio.

15.4. As multas previstas não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO/ENTIDADE.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta do orçamento do Consórcio.

16.2. Embora para o processo de registro de preços não há necessidade de comprovação de rubrica orçamentário, a contabilidade confirmou que há disponibilidade de Dotação Orçamentária para a execução do presente conforme detalhado a seguir:

01 – Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal

001 – Secretaria Executiva

PAVIMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS E RODOVIAS - 26.782.0001.2011.0000

EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE - PESSOA JURÍDICA 5.1.701.110.000 4.4.90.52.00

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 9.1.880.1.880.0 4.4.90.52.00

16.3. Os itens a serem adquiridos pelo Consórcio ocorrerão por conta dos recursos do orçamento vigente.

17. DO CUSTO ESTIMADO:

17.1. O custo estimado dos bens/materiais ou serviços a serem adquiridos foram detalhados na fase inicial, quando realizado cotação e pesquisa de preços para determinação do Valor estimada da contratação, ficando estabelecido como valor

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (46/82) 102/311

máximo admissível para este processo o valor total estabelecido no item 7 deste Termo de Referência, cujos valores adjudicados não poderão ficar superiores a este.

18. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

18.1. Ata de Registro de Preços, Contrato Administrativo, Nota de Empenho na Emissão da Ordem de Fornecimento;

18.2. Acréscimos e supressões poderão ser feitos conforme o disposto nos arts. 124 e 125 da Lei nº.14.133/21.

18.3. Os reequilíbrios econômicos financeiros poderão ser efetuados em conformidade com o art. 124 e seguintes da Lei nº. 14.133/21.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1. O presente termo de referência, se trata de requisito legal, a fim de contemplar exigência nos processos de aquisições públicas, através da devida modalidade e exceções licitatórias previstas, podendo se habilitar ao certame, as empresas interessadas, desde que atendam às exigências do instrumento convocatório a ser publicado, em especial aos artigos 62 a 70 da Lei 14.133/21.

19.2. Por fim, ficam as licitantes sujeitas as sanções estabelecidas na Lei nº. 14.133/21 e demais vigentes, bem como as dispostas no edital a ser publicado e instrumento contratual a ser firmado.

São José dos Quatro Marcos-MT, 05 de junho de 2026.

DARIU ANTONIO CARNIEL
Secretário Executivo

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (47/82) 103/311

ANEXO II

FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA DE PREÇO

(Papel timbrado da empresa)

PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal

REF.: Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 Registro de Preços / **Tipo:** MENOR PREÇO POR ITEM

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ (MF) n. _____, localizada _____, CEP_____, fone _____, celular _____, e-mail: _____, para o fornecimento do objeto do PREGÃO Eletrônico Nº 08/2026, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, promovida pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal:

Item	Descrição PRODUTOS	Qtde	Marca /Modelo	V. Unit.	Valor Total
1	CAMINHONETE - CABINE DUPLA, 4 PORTAS, TRAÇÃO 4x2/4x4, NOVA ZERO KM, ANO/MODELO Corrente, conforme descritivo/detalhamento abaixo:	6			
MOTOR a DIESEL com MIN: 2.8L; POTÊNCIA MIN: 204CV; TORQUE MÍNIMO DE 50,9 KGF; TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE 6 VELOCIDADES SEQUENCIAL; TRAÇÃO: 4x2 / 4X4 reduzida com acionamento eletrônico, VSC (controle eletrônico de estabilidade) e A-TRC (controle eletrônico de tração) com bloqueio do diferencial; Direção Hidráulica; SISTEMA DE FREIOS: Dianteiros: Discos ventilados com ABS, EBD (distribuição eletrônica de força e frenagem), Traseiros: Tambor com ABS e EBD PNEUS & RODAS: Pneus: 265/65 R17´´; Comprimento do veículo: 5.335 mm no máximo; Peso Bruto Total (Kg): mínimo 3.065 Kg, com Capacidade de carga (Kg): de no mínimo 1.000 Kg, e Capacidade máxima de tração (incluso reboque): mínimo 6.565 Kg. Capacidade do Tanque de combustível: mínimo de 75 litros. PRICIPAIS EQUIPAMENTOS: Protetor de Caçamba, Grade de aço protetora do vidro traseiro tipo Santo Antônio, Capota Marítima, Estribos laterais auxiliares de embarque, caçamba com no mínimo 4 ganchos internos para amarração; Para barro dianteiro e traseiro, Para-choque dianteiro pintado na cor do veículo, Para-choque traseiro na cor preta, Cabine Dupla com Ar Condicionado, mínimo 4 alto-falantes; com Acendimento automático dos faróis, Coluna de direção com regulagem de altura e profundidade, Comando interno de abertura da tampa do tanque de combustível, Computador de bordo com tela de 4,2" de TFT com funções: autonomia, aviso das portas abertas, consumo médio e instantâneo de combustível, indicador de modo econômico, hodômetros total e parcial, temperatura externa, velocidade média do veículo, visualização de áudio; Desembaçador do vidro traseiro; Faróis com temporizador—follow me home, Retrovisores externos com regulagem elétrica e indicador de direção; Revestimento dos bancos em material sintético; Sistema Multimídia com tela de 9", entrada USB, conexão Bluetooth®, espelhamento Android Auto® e Apple CarPlay® sem cabos (Wireless Connectivity); Seletor para troca de tração, Tomada de energia (12V) na cabine (1); Vidros elétricos e sistema				

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (48/82) 104/311

de abertura com um toque (motorista); Volante com comandos integrados de telefone, áudio e vídeo. SEGURANÇA: 7 Airbags: 1 de joelho (motorista), 2 de cortina, 2 frontais e 2 laterais; Assistente de reboque, Assistente de subida (HAC), Controle eletrônico de estabilidade do veículo(VSC) e Controle eletrônico de tração (A-TRC); Luz de condução diurna e Luz de frenagem emergencial automática; Sistema de alarme perimétrico; Travas elétricas com acionamento a distância e controle na chave para abertura e fechamento das 4 portas. Veículo na Cor Branca; Com Assistência 24 horas gratuita no 1º ano. Garantia no mínimo de até 10 anos nas condições estabelecidas em mercado pelo fabricante, com assistência técnica do fabricante na rede autorizada. A marca ofertada deverá ter concessionária autorizada do fabricante a uma distância máxima de 100 km da sede do Consórcio, com parceria comprovada existente a mais de um ano, com estoque de peças e oficina. Veículo emplacado e licenciado e entregue na sede da Contratante.	
TOTAL da PROPOSTA	**R$**

VALOR TOTAL LÍQUIDO DA PROPOSTA: R$..... (valor por extenso .....)

Validade da Proposta: 60 (sessenta) **Dias** a partir da data de abertura.

Banco: _____ Nº _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

Demais exigências: em conformidade com o Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 Registro de Preços.

....., ... do mês de ..... de 2026.

_____
Nome Representante Legal
RG: ..... CPF:

CARIMBO CNPJ

ANEXO III

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (49/82) 105/311

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 Registro de Preços

(papel timbrado da empresa)

REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº 123/2006)

_____, portador (a) da Carteira de Identidade R.G. nº. _____ - SSP/_____ e do CPF/MF nº. _____, representante da empresa _____, CNPJ/MF nº _____, solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, quando da sua participação na licitação, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 Registro de Preços seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas com base nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº. 123/2006.

Declaramos ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº. 123/2006.

Como prova da referida condição, apresentamos em documento anexo, CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

Local e data

....., ... do mês de ..... de 2026.

_____
Nome Representante Legal
RG: ..... CPF:

CARIMBO CNPJ

Carimbo de CNPJ da empresa:

ANEXO IV

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (50/82) 106/311

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 Registro de Preços

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

Modelo da Declaração (Empregador Pessoa Jurídica)

(papel timbrado da empresa)

Ao
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal
REF.: Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 Registro de Preços - **Tipo:** MENOR PREÇO POR ITEM

(Nome da Empresa) ----------, CNPJ Nº ----------, sediada na Rua ----------, n. ----------, bairro, ----------, CEP---------- Município ----------, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 Registro de Preços– Consórcio Intermunicipal do Complexo Nascentes do Pantanal. DECLARA, sob as penas da lei, que:

a) Não possui em seu quadro de pessoal **empregado(s) com menos de 18** (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz*, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

b) Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso X do artigo 144 da Lei Complementar nº 04/90).

c) Não é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau de servidor público ou agente político, inclusive da autoridade nomeante, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, que for detentor de poder de influência sobre o resultado do certame, considerado todo aquele que participa, direta ou indiretamente, das etapas do processo de licitação, nos termos da Resolução de Consulta nº 05/2016 do TCE-MT.

....., ... do mês de ..... de 2026.

CARIMBO CNPJ

_____
Nome Representante Legal
RG: ..... CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz*.

ANEXO V

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (51/82) 107/311

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° ..../2026/CIDESAT

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N° 08/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 26/2026

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios de Mato Grosso. Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, situado Avenida Sergipe, nº 457 - Jd. Popular I em São José dos Quatro Marcos - MT, CNPJ: 08.979.143/0001-07 neste ato representado pelo seu Presidente Sr. **.....** , portador da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ....., brasileiro, residente e domiciliado na ..... doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, que RESOLVE registrar os preços das Empresas, **.....,** inscrita no CNPJ....., localizada na ....., representada pelo **Sr. .....,** portador da Cédula de Identidade RG ....., e do CPF: ....., (...)

O **Registro** dos preços estão de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir, cujo GERENCIAMENTO desta ATA caberá à Secretaria Executiva do Consórcio.

1. DO OBJETO - ESPECIFICAÇÃO, DO PREÇO E QUANTITATIVO

A presente ATA tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Caminhões equipado com conjunto comboio/melosa FECHADO para abastecimento, lubrificação e manutenção móvel, conforme especificações e condições técnicas constantes do Termo de Referência do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 Registro de Preços e proposta apresentada pela contratada:

Item	Descrição PRODUTOS	Qtde	Marca	V. Unit.	Valor Total

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (52/82) 108/311

			/Modelo		
1	CAMINHONETE - CABINE DUPLA, 4 PORTAS, TRAÇÃO 4x2/4x4, NOVA ZERO KM, ANO/MODELO Corrente, conforme descritivo/detalhamento abaixo:	6			
MOTOR a DIESEL com MIN: 2.8L; POTÊNCIA MIN: 204CV; TORQUE MÍNIMO DE 50,9 KGF; TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE 6 VELOCIDADES SEQUENCIAL; TRAÇÃO: 4x2 / 4X4 reduzida com acionamento eletrônico, VSC (controle eletrônico de estabilidade) e A-TRC (controle eletrônico de tração) com bloqueio do diferencial; Direção Hidráulica; SISTEMA DE FREIOS: Dianteiros: Discos ventilados com ABS, EBD (distribuição eletrônica de força e frenagem), Traseiros: Tambor com ABS e EBD PNEUS & RODAS: Pneus: 265/65 R17´´; Comprimento do veículo: 5.335 mm no máximo; Peso Bruto Total (Kg): mínimo 3.065 Kg, com Capacidade de carga (Kg): de no mínimo 1.000 Kg, e Capacidade máxima de tração (incluso reboque): mínimo 6.565 Kg. Capacidade do Tanque de combustível: mínimo de 75 litros. PRICIPAIS EQUIPAMENTOS: Protetor de Caçamba, Grade de aço protetora do vidro traseiro tipo Santo Antônio, Capota Marítima, Estribos laterais auxiliares de embarque, caçamba com no mínimo 4 ganchos internos para amarração; Para barro dianteiro e traseiro, Para-choque dianteiro pintado na cor do veículo, Para-choque traseiro na cor preta, Cabine Dupla com Ar Condicionado, mínimo 4 alto-falantes; com Acendimento automático dos faróis, Coluna de direção com regulagem de altura e profundidade, Comando interno de abertura da tampa do tanque de combustível, Computador de bordo com tela de 4,2" de TFT com funções: autonomia, aviso das portas abertas, consumo médio e instantâneo de combustível, indicador de modo econômico, hodômetros total e parcial, temperatura externa, velocidade média do veículo, visualização de áudio; Desembaçador do vidro traseiro; Faróis com temporizador—follow me home, Retrovisores externos com regulagem elétrica e indicador de direção; Revestimento dos bancos em material sintético; Sistema Multimídia com tela de 9", entrada USB, conexão Bluetooth®, espelhamento Android Auto® e Apple CarPlay® sem cabos (Wireless Connectivity); Seletor para troca de tração, Tomada de energia (12V) na cabine (1); Vidros elétricos e sistema de abertura com um toque (motorista); Volante com comandos integrados de telefone, áudio e vídeo. SEGURANÇA: 7 Airbags: 1 de joelho (motorista), 2 de cortina, 2 frontais e 2 laterais; Assistente de reboque, Assistente de subida (HAC), Controle eletrônico de estabilidade do veículo(VSC) e Controle eletrônico de tração (A-TRC); Luz de condução diurna e Luz de frenagem emergencial automática; Sistema de alarme perimétrico; Travas elétricas com acionamento a distância e controle na chave para abertura e fechamento das 4 portas. Veículo na Cor Branca; Com Assistência 24 horas gratuita no 1º ano. Garantia no mínimo de até 10 anos nas condições estabelecidas em mercado pelo fabricante, com assistência técnica do fabricante na rede autorizada. A marca ofertada deverá ter concessionária autorizada do fabricante a uma distância máxima de 100 km da sede do Consórcio, com parceria comprovada existente a mais de um ano, com estoque de peças e oficina. Veículo emplacado e licenciado e entregue na sede da Contratante.					
TOTAL Geral da ATA					**R$**

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (53/82) 109/311

Itens conforme especificações e detalhamentos constantes no Termo de Referencia do Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 Registro de Preços e Proposta de Preços, parte integrante desta Ata.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo do(s) órgão(s0 solicitante(s) e serão efetuadas nos termos da dotação(ões) orçamentária(s) a serem apresentadas e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo;

2.2. As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

2.3. O(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa(s) constará(ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital;

3. DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação de seu extrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso, com a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, com fulcro na Lei nº. 14.133/2021.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

4. DA ENTREGA E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

4.1. O Material deverá ser entregue de forma parcelada conforme necessidade da CONTRATANTE.
4.2. O prazo de entrega dos bens é de até 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão da Ordem de fornecimento e Nota de Empenho.
4.3. Os materiais estando conforme e entregues na totalidade da ordem de fornecimento serão recebidos de forma definitiva.
4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (54/82) 110/311

4.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de imediato, a contar da notificação presencial pelo representante do Consórcio, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. Entre outras, são Obrigações da CONTRATADA:

I. Fornecer toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE;

II. Executar o objeto, conforme descritos neste Termo de Referência;

III. Respeitar os limites dos quantitativos especificados, qualidades e sob nenhum argumento poderá deixar de atender, no prazo estabelecido, as solicitações de fornecimento dos itens da Contratante, sob pena de ensejar, além de sanções administrativas, a rescisão do instrumento contratual a ser firmado;

IV. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo, via e-mail, ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por cento) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço/Contrato poderá ser cancelada ou rescindida;

V. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preço/Contrato;

VI. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VII. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento/execução incumbe ao vencedor contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste termo e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

VIII. Comunicar imediatamente a Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência e outros;

IX. Respeitar e fazer cumprir e fazer cumprir legislação de segurança e medicina do trabalho, ambiental, fiscal e conexas, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes, nos casos que se aplica;

X. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento/execução a que se obrigou, cabendo-

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (55/82) 111/311

lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Consórcio;

XI. Indenizar terceiros e/ou a própria Contratante mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada/adjudicatária adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XII. Fornecer os itens, conforme estipulado neste TR e de acordo com a proposta apresentada;

XIII. A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente a descrição, prazo e quantidades, estabelecido na Ordem de Fornecimento;

XIV. O pagamento somente será autorizado após a conferência dos serviços/produto;

XV. Manter a regularidade Fiscal que ensejou a habilitação durante o período de vigência;

XVI. A Contratada/Adjudicatária terá que seguir as descrições dos itens, conforme consta no termo de referência;

XVII. Atender a todas as exigências do contrato/ata e executar todos os itens contratados/adjudicados, conforme estabelecido neste termo e estabelecido no contrato/ata, bem como, no instrumento convocatório, assumindo assim o ônus da prestação inadequada, nos casos de trabalhos descumpridos por parte da Contratada/Adjudicatária;

XVIII. Os serviços/objetos serão fornecidos a Unidade requisitante, através da emissão da Nota de Autorização de Despesa - NAD;

XIX. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal;

XX. A validade dos produtos fornecidos, deverão estar de acordo com a Legislação vigente para seu uso e consumo;

XXI. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a este órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

XXII. Aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (56/82) 112/311

valor inicial do contrato, nos termos dos artigos 124 e 125 da Lei nº. 14.133/21, salvo nos casos de supressão que poderá ser de maior percentual, nos termos estabelecido também na Lei nº. 14.133/21;

XXIII. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Consórcio no tocante a entrega dos produtos, inclusive permitir o acesso dos fiscais do destes em suas dependências, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato definidos e conforme especificações constantes no edital, Termo de Referência, deste processo licitatório;

XXIV. Responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão ou Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

XXV. Responde pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto contratado.

XXVI. Comunicar imediatamente ao Consórcio qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

XXVII. Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

5.2 Entre outras, são obrigações da CONTRATANTE:

I. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Nota de Empenho, e Ordem de Fornecimento/Serviço;

II. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

III. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;

IV. Notificar por escrito, à empresa contratada/adjudicatária, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

V. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada/adjudicatária, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

VI. Todos os encaminhamentos e o controle dos itens objeto desta contratação será de

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (57/82) 113/311

responsabilidade da Secretaria Executiva, Unidade solicitante e do fiscal de contrato;

VII. Efetuar os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas da Contratada, após recebimento definitivo dos produtos;

VIII. Supervisionar o recebimento dos objetos através de um funcionário credenciado pela CONTRATANTE, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos objetos;

IX. Recusar o recebimento dos itens nas seguintes hipóteses:

a) Se forem prestados ou entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste instrumento e no edital de convocação;

X. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e relatórios, quando for o caso;

XI. O recebimento provisório dos itens não implica sua aceitação definitiva, quando for o caso.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pelo Consórcio em nome da contratante em favor da contratada mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, em até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contratante, após ter conferido o material/equipamento e ter certificado tratar-se do solicitado/contratado em todos os seus itens e características.

6.2. O pagamento será efetuado à contratada após a entrega do bem, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL e depois de atestada conforme descrito no item anterior e cumprida todas as obrigações acessórias, inclusive entrega técnica e emitida o Termo de Recebimento Definitivo.

6.2.1. Em caso de alguma pendência acessória, poderá ser retido valor proporcional dentro da razoabilidade administrativa até que esta seja cumprida.

6.2.2. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valor(es) para outra(s) praça(s) será(ão) de responsabilidade do contratado;

6.2.3. O(s) pagamento(s) não realizado(s) dentro do prazo por eventos decorrentes do contratado, não será(ão) gerador(es) de direito a qualquer acréscimo financeiro;

6.2.4. Caso o atraso no pagamento seja motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será corrigido pelo IPCA, conforme apuração desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (58/82) 114/311

6.3. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da manutenção da habilitação que ensejou a adjudicação;

6.4. Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, este será efetuado apenas após a respectiva regularização;

6.5. O contratado indicará no corpo da nota fiscal o número do contrato, nome do banco, agência e conta-corrente onde deverá ser feito o pagamento, que será efetuado via ordem bancária;

6.6. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

6.7. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio de transferência para o banco e conta corrente discriminado na nota fiscal;

6.8. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade, garantia e obrigações acessórias;

6.9. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados;

6.10. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

6.11. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

6.12. O contratado deverá, durante toda a execução do Contrato, manter atualizada a vigência da garantia contratual.

7. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (59/82) 115/311

7.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.3.2.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8. DO REAJUSTE DE PREÇO

8.1. Os preços inicialmente registrador são fixos e irreajustáveis no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:

8.1.1. Os valores poderão ser reajustados sempre em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços e do Contrato tal como pactuado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços e do Contrato.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado;

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Consórcio poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (60/82) 116/311

empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação;

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços;

8.6. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pelo Consórcio, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado em Imprensa Oficial.

8.7. Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes.

8.8. A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração, nos termos do Art. 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento.

8.9. Observar os requisitos e condições estabelecidas no Edital e Termo de Referência.

9. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

9.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

9.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (61/82) 117/311

9.2. Por iniciativa do Consórcio, o registro será cancelado quando o proponente:

9.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

9.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

9.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

9.4. O Consórcio poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

9.5. Observado os requisitos e condições estabelecidas no Edital e Termo de Referência.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (62/82) 118/311

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

d) Multa:

1- moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, na entrega, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2- O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.

3- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (63/82) 119/311

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

10.12. Observar os requisitos e condições estabelecidas no Edital e Termo de Referência.

11. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (64/82) 120/311

consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem, em conformidade com o Art. 86 da Lei nº. 14.133/2021.

11.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade (não participante), a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes;

11.2.1 A adesão à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participante que aderirem, conforme as condições estabelecidas no § 5º do 86 da Lei nº. 14.133/2021.

11.2.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, encaminhando expediente no e-mail nascentesdopantanal@gmail.com ;

11.2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

11.3. Após a autorização do gerenciador, o órgão não participante devera efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

11.3.1. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

11.4. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas, conforme disposto da Lei nº. 14.133/21.

11.5. A Secretaria Executiva do Consórcio, através do Departamento de Licitação será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

11.6. As solicitações de Adesão deverão ser encaminhadas a Presidência do Consórcio, com endereço digital no e-mail nascentesdopantanal@gmail.com ou no endereço Av. Sergipe, nº 457, Bairro Jd. Popular I, Cep: 78.285.000 – São José dos Quatro Marcos/MT.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (65/82) 121/311

11.7. Este instrumento não obriga o Consórcio e Municípios a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

13. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São José dos Quatro Marcos-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São José dos Quatro Marcos,..... de ..... de 2026.

XXXXXXX

Presidente

PROPONENTE DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (66/82) 122/311

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO DE N. 00000/2026.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, E A EMPRESA _____, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE ..... CONFORME CONDIÇÕES QUE AS CLÁUSULAS ABAIXO ESPECIFICAM:

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, Pessoa Jurídica de Direito Público, sediado na Avenida Sergipe, nº 457 no Bairro Jd. Popular I em São José dos Quatro Marcos-MT, neste ato representada pelo seu Presidente Sr....., portador da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ....., brasileiro, ... residente e domiciliado na Rua ..... doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE e a empresa ....., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o número ...../....., com sede ....., neste ato representada por seu Procurador Legal, Senhor **.....**, portador da Cédula de Identidade n.º ....., expedida pela ..... e CPF n.º ....., doravante denominada **CONTRATADA**, vencedora do Pregão Eletrônico nº. XXX/2026, tem entre si firmado o presente instrumento contratual, advindo da Ata de Registro de Preços nº. 0xx/2026, sujeitando-se as partes às normas constantes no instrumento convocatório e seus Anexos, bem como a Lei nº Lei nº. 14.133/21 e demais normas vigentes, além das abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO

1.1. O presente **CONTRATO** fundamenta-se no processo de licitatório nº. 26/2026, realizado na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 Registro de Preços, adjudicado em ../../2026 e homologado em ../../2026 que são parte integrante deste instrumento.

CLAÚSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de Caminhões equipado com conjunto comboio/melosa FECHADO para abastecimento, lubrificação e manutenção móvel, conforme especificações e condições técnicas constantes do Termo de Referência do **Pregão Eletrônico 08/2026** e proposta apresentada pela contratada:

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (67/82) 123/311

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 Registro de Preços

TABELA COM ITENS QUANTITATIVOS E PREÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor global para a execução do contrato para aquisição dos produtos é de **R$..... .**

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente **CONTRATO** vigorará a partir da data de sua assinatura, até //, ficando adstrito à existência dos respectivos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado até a conclusão da entrega do objeto contratado.

4.2. As prorrogações do contrato serão processadas nos termos dos Arts. 105, 106 e 107 Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1O prazo de entrega dos bens é de até 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão de ordem de fornecimento, podendo ser entregue de acordo com disponibilidade.

5.2. As demais normas pertinentes ao regime de execução contratual, assim como prazos e condições de recebimento do objeto constam no Termo de Referência do processo.

CLÁUSULA SEXTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. O recebimento do objeto deste contrato ocorrerá de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

6.2. Os bens descritos neste contrato serão recebidos pelo fiscal do contrato provisoriamente no ato da entrega do bem após a conferência simplificada do bem e da quantidade.

6.3. No ato da entrega dos bens, o Contratado deverá apresentar Documento Auxiliar da NF-e (DANFE) ou Nota Fiscal.

6.4. Ao receber os bens provisoriamente, o fiscal do contrato elaborará Relatório, para efeito de posterior verificação detalhada da conformidade do material com a especificação contratual.

6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos ou reparados, conforme o caso, no prazo indicado pelo fiscal na notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da possível aplicação das penalidades.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (68/82) 124/311

6.6. O prazo para substituir ou reparar os bens entregues inicialmente poderá ser prorrogado uma vez por decisão da contratante, mediante requerimento justificado do Contratado.

6.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

6.8. O recebimento definitivo se materializa com a aposição de assinatura e carimbo, ou assinatura eletrônica, pelo responsável na Nota Fiscal ou em documento equivalente.

6.9. O responsável pelo recebimento definitivo deverá elaborar termo detalhado, no qual deverão constar os procedimentos adotados durante o recebimento provisório e definitivo.

6.10. O prazo para recebimento definitivo dos bens pela contratante poderá ser excepcionalmente prorrogado uma única vez, de forma expressa e justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.11. Não havendo o saneamento das irregularidades pelo contratado, deverá o fiscal do contrato:

6.11.1. Dar início ao procedimento de apuração de irregularidade contratual.

6.11.2. Havendo necessidade e utilidade na aquisição parcial, poderá o fiscal do contrato receber provisoriamente o objeto contratual executado parcialmente, devendo observar o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando a empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de recebimento definitivo, liquidação e pagamento.

6.12. No período de tempo em que o Contratado estiver solucionando as inconsistências na execução do objeto ou na documentação apresentada o prazo para o recebimento definitivo dos bens pela contratante fica suspenso.

6.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.14. A entrega dos produtos poderá ser efetuada de forma parcelada, de acordo com o quantitativo estabelecido na Ordem de Fornecimento, contanto que seja obedecido o prazo de 120 dias.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (69/82) 125/311

6.15. Na entrega não será aceita troca de marca e fabricante dos produtos ofertados na proposta, salvo no caso previsto no art. 276 do Decreto Estadual n.º 1.525/2022, hipótese na qual deverá ser previamente celebrado aditivo contratual.

6.16. A entrega do produto ficará a cargo do contratado, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

6.17. Somente os produtos que estiverem em perfeitas condições serão aceitos e recebidos, caso algum produto sofra danos durante o transporte e ou não apresentem as condições ora estabelecidas, os mesmos serão rejeitados e devolvidos, ficando o fornecedor obrigado a substituí-los, sujeitando-se ainda às sanções previstas no Edital e na legislação pertinente, quando couber.

6.18. Quaisquer produtos fornecidos que apresentem vícios ou defeitos de fabricação, serão devolvidos, comprometendo-se o contratado, por sua conta, a substituí-los por outros novos e em perfeito estado de utilização, de acordo com as especificações do Termo de Referência e deste Contrato, sem que este fato acarrete qualquer ônus para o órgão ou entidade contratante.

6.19. O contratado será responsável pelo transporte dos produtos até a sua entrega ao contratante no endereço e horário indicados na Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Entre outras, são obrigações da CONTRATANTE:

I. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Nota de Empenho, e Ordem de Fornecimento/Serviço;

II. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

III. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;

IV. Notificar por escrito, à empresa contratada/adjudicatária, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

V. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada/adjudicatária, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

VI. Todos os encaminhamentos e o controle dos itens objeto desta contratação será de responsabilidade da Secretaria Executiva, Unidade solicitante e do fiscal de contrato;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (70/82) 126/311

VII. Efetuar os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas da Contratada, após recebimento definitivo dos produtos;

VIII. Supervisionar o recebimento dos objetos através de um funcionário credenciado pela CONTRATANTE, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos objetos;

IX. Recusar o recebimento dos itens nas seguintes hipóteses:

a) Se forem prestados ou entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste instrumento e no edital de convocação;

X. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e relatórios, quando for o caso;

XI. O recebimento provisório dos itens não implica sua aceitação definitiva, quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Entre outras, são Obrigações da CONTRATADA:

I. Fornecer toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE;

II. Executar o objeto, conforme descritos neste Termo de Referência;

III. Respeitar os limites dos quantitativos especificados, qualidades e sob nenhum argumento poderá deixar de atender as solicitações de fornecimento dos itens da Contratante, sob pena de ensejar, além de sanções administrativas, a rescisão do instrumento contratual a ser firmado;

IV. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo, via e-mail, ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por cento) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço/Contrato poderá ser cancelada ou rescindida;

V. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preço/Contrato;

VI. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (71/82) 127/311

VII. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento/execução incumbe ao vencedor contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste termo e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

VIII. Comunicar imediatamente a Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência e outros;

IX. Respeitar e fazer cumprir e fazer cumprir legislação de segurança e medicina do trabalho, ambiental, fiscal e conexas, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes, nos casos que se aplica;

X. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento/execução a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Consórcio;

XI. Indenizar terceiros e/ou a própria Contratante mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada/adjudicatária adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XII. Fornecer os itens, conforme estipulado neste TR e de acordo com a proposta apresentada;

XIII. A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente a descrição e quantidades, estabelecidos neste termo;

XIV. O pagamento somente será autorizado após a conferência dos serviços/produto;

XV. Manter a regularidade Fiscal que ensejou a habilitação durante o período de vigência;

XVI. A Contratada/Adjudicatária terá que seguir as descrições dos itens, conforme consta no termo de referência;

XVII. Atender a todas as exigências do contrato/ata e executar todos os itens contratados/adjudicados, conforme estabelecido neste termo e estabelecido no contrato/ata, bem como, no instrumento convocatório, assumindo assim o ônus da prestação inadequada, nos casos de trabalhos descumpridos por parte da Contratada/Adjudicatária;

XVIII. Os serviços/objetos serão fornecidos a Unidade requisitante, através da emissão da Nota de Autorização de Despesa - NAD;

XIX. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (72/82) 128/311

os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal;

XX. A validade dos produtos fornecidos, deverão estar de acordo com a Legislação vigente para seu uso e consumo;

XXI. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a este órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

XXII. Aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos dos artigos 124 e 125 da Lei nº. 14.133/21, salvo nos casos de supressão que poderá ser de maior percentual, nos termos estabelecido também na Lei nº. 14.133/21;

XXIII. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Consórcio no tocante a entrega dos produtos, inclusive permitir o acesso dos fiscais do destes em suas dependências, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato definidos e conforme especificações constantes no edital, Termo de Referência/Projeto Básico, deste processo licitatório;

XXIV. Responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão ou Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

XXV. Responde pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto contratado.

XXVI. Comunicar imediatamente ao Consórcio qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

XXVII. Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

8.2. Entregar os materiais na sede do Consórcio em São José dos Quatro Marcos-MT;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (73/82) 129/311

8.3. Cumprir com o **prazo de entrega** de **até 120** (cento e vinte) dias, contados a partir da ORDEM DE FORNECIMENTO;

8.4 – Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado; Inclusive agendar a entrega técnica com treinamento operacional dos equipamentos aos servidores do Consórcio.

8.5 - Serão devolvidos e prontamente repostos pelo contratado os materiais, que apresentarem defeitos imediatos ou não estiverem de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

9.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do CIDESAT distribuídos da seguinte forma:
01 – Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal

001 – Secretaria Executiva

PAVIMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS E RODOVIAS - 26.782.0001.2011.0000

EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE - PESSOA JURÍDICA 5.1.701.110.000 4.4.90.52.00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 9.1.880.1.880.0 4.4.90.52.00

Fonte: Convênio SINFRA-MT 0403/2026 / Convênio SEAF-MT 2098/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado pelo Consórcio em nome da contratante em favor da contratada mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, em até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contratante, após ter conferido o material/equipamento e ter certificado tratar-se do solicitado/contratado em todos os seus itens e características.

10.2. O pagamento será efetuado à contratada após a entrega do bem, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL e depois de atestada conforme descrito no item anterior e cumprida todas as obrigações acessórias, inclusive entrega técnica e emitida o Termo de Recebimento Definitivo.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (74/82) 130/311

10.2.1. Em caso de alguma pendência acessória, poderá ser retido valor proporcional dentro da razoabilidade administrativa até que esta seja cumprida.

10.2.2. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valor(es) para outra(s) praça(s) será(ão) de responsabilidade do contratado;

10.2.3. O(s) pagamento(s) não realizado(s) dentro do prazo por eventos decorrentes do contratado, não será(ão) gerador(es) de direito a qualquer acréscimo financeiro;

10.2.4. Caso o atraso no pagamento seja motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será corrigido pelo IPCA, conforme apuração desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização;

10.3. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da manutenção da habilitação que ensejou a adjudicação;

10.4. Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, este será efetuado apenas após a respectiva regularização;

10.5. O contratado indicará no corpo da nota fiscal o número do contrato, nome do banco, agência e conta-corrente onde deverá ser feito o pagamento, que será efetuado via ordem bancária;

10.6. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

10.7. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio de transferência para o banco e conta corrente discriminado na nota fiscal;

10.8. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade, garantia e obrigações acessórias;

10.9. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados;

10.10. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

10.11. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (75/82) 131/311

10.12. O contratado deverá, durante toda a execução do Contrato, manter atualizada a vigência da garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇO

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, nos termos do Art. 25, §7º, da Lei nº. 14.133/21.

11.1.1. Os preços contratuais permanecerão válidos por um período de um ano, a ser contado na forma do § 1º do Art. 3º da Lei nº. 10.192/2001, depois de transcorrido tal prazo, poderão sofrer REAJUSTE, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

11.2. Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes.

11.3. A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração, nos termos do 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento.

11.4 Observar os dispositivos do Edital e Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1. O **CONTRATO** deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas enumeradas na Lei Federal n.º 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Além das obrigações já estabelecidas a entrega dos **objetos** compreenderá as seguintes atividades e obrigações:

12.3. Fornecer a entrega dos materiais objeto contratado, de acordo com a necessidade e o interesse DA CONTRATANTE.

12.4. Os **objetos** serão entregues de acordo com as necessidades, respeitando-se as Ordens de Fornecimento.

12.5. Cumprir os Termos deste Instrumento, Termo de Referencia e Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 Registro de Preços.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (76/82) 132/311

12.6. Manter contato com a **CONTRATANTE** sobre quaisquer assuntos relativos ao fornecimento dos **objetos** deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021.

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4. Para este instrumento será designado fiscal por portaria específica colacionada nos autos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

14.1. O CONTRATADO terá o seu contrato administrativo rescindido, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

14.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências do contrato, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (77/82) 133/311

14.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

14.2. Por iniciativa do Consórcio, o contrato administrativo será cancelado quando o proponente:

14.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

14.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes deste instrumento contratual;

14.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente do certame adjudicado;

14.3. Este contrato deve obedecer ainda para rescisão os termos do Art. 137 e seguintes da Lei nº. 14.133/21, desde que assegurado o contraditório e a ampla defesa ou haja conveniência entre as partes.

14.4. Na hipótese da CONTRATADA entrar em regime de concordata, ainda que preventiva, ou falência poderá também haver rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (78/82) 134/311

15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

d) Multa:

1- moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2- O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.

3- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

15.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (79/82) 135/311

e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

15.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

15.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (80/82) 136/311

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

16.1 – A CONTRATADA deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação relativos a Regularidade FISCAL exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VALIDADE E EFICÁCIA.

17.1. Incumbirá a **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos no " Jornal Oficial", que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

18.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

18.2. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, respondendo administrativamente, penalmente e civilmente por qualquer fraude cometida.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da cidade de São José dos Quatro Marcos, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

19.2. Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente. E por estarem justos e contratados CONTRATANTES E CONTRATADA

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (81/82) 137/311

firmam o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do Art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.

S.J.Q.MARCOS – MT, ... de ..... de 2026.

CONTRATANTE

_____

CONTRATADA

_____

TESTEMUNHAS

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: EDITAL.pdf (82/82) 138/311

PARECER TÉCNICO JURÍDICO Nº. 235/2026

Assunto: Adequabilidade Ou Não Do Procedimento Do Pregão Eletrônico Nº. 08/2026, Cujo Objeto É A Aquisição De Camionetes Diesel CD 4x4 Para Atender O Objeto Do Convênio SINFRA-MT nº 0403/2026, Proposta Nº 2098/2026/SEAF-MT E Eventual Demanda Dos Entes Consorciados.

Solicitante: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal.

Trata-se de parecer técnico jurídico solicitado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, com vistas a obtenção de opinião quanto à adequabilidade ou não do procedimento do Pregão Eletrônico nº. 08/2026, cujo objeto é o *"registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4 para atender o objeto do Convênio SINFRA-MT nº 0403/2026, proposta nº 2098/2026/SEAF-MT e eventual demanda dos Consorciados, proposta apresentada para ampliação e constituição de novas equipes de trabalho na manutenção de rodovias nos Municípios do Consórcio e eventual demanda dos Consorciados."*

A pretendida aquisição fora justificada no Termo de Referência - TR, nos seguintes termos:

> **"O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, localizado na Região Oeste de Mato Grosso, tem como consorciados os municípios Araputanga, Cáceres, Curvelândia, Figueirópolis D´Oeste, Glória D´Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D´Oeste, Mirassol D´Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos.**

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 42PARE_1.PDF (1/17) 139/311

Em arranjo institucional com parceria da SINFRA-MT e Municípios, o Consórcio realiza de forma direta a manutenção de estradas não pavimentadas no âmbito dos municípios consorciados, necessitando estruturar nova Patrulha com equipamentos e equipe de trabalho, propiciando ampliar os serviços e atendimento às demandas com maior celeridade e eficiência. Resultando na melhoria das vias não pavimentadas dos municípios, e melhoria nas condições de trabalho e atendimento à população e usuários das estradas na região.

Diante do apresentado e justificado, houve aceite da SINFRA-MT em contemplar o Consórcio com recursos para aquisição de veículos, máquinas e equipamentos, e dentre estes, camionetes para o apoio e assistência às equipes de trabalho em campo. Diante da necessidade do Consórcio e municípios, quatro unidades são objeto do Convênio SINFRA 0403/2026, outra unidade aprovada junto a proposta SEAF-MT 2098/2026 e outra para atender futura demanda do Consórcio ou município consorciado."

É o relatório.

Passo a Opinar.

DA APRECIAÇÃO JURÍDICA

Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o Art. 53, § 1º, incisos I e II, da Lei Federal nº. 14.133/2021, *in verbis*:

"Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 42PARE_1.PDF (2/17) 140/311

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica".

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, aplica-se na forma do Enunciado BPC nº. 07 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

"Enunciado BPC nº. 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento".

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 42PARE_1.PDF (3/17) 141/311

relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Nesse sentido, o Art. 18, e seus incisos, da Lei nº. 14.133/2021, estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, *ipsis verbis*:

> **"Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:**
>
> **I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;**
>
> **II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;**

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 42PARE_1.PDF (4/17) 142/311

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei".

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 42PARE_1.PDF (5/17) 143/311

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Autoridade Competente para a instauração do processo de contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa mercadológica, a previsão de dotação orçamentária, o termo de referência, o decreto de designação do pregoeiro e da equipe de apoio, a minuta do Edital.

Dessa forma, é possível aferir claramente que os autos do processo se encontram devidamente instruídos, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

E, nos termos apresentados na justificativa de contratação, resta evidente a sua necessidade, tendo em vista a necessidade de continuidade da manutenção de estradas pavimentadas no âmbito dos municípios consorciados e a necessidade de estruturar nova Patrulha com equipamentos e equipes de trabalho para atender os objetivos do Convênio SINFRA 0403/2026.

O inciso VII do Art. 12 da Lei nº. 14.133/2021, destaca a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações, *verbi gratia*:

> **"Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:**
>
> **(...)**
>
> **VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias". (gn)**

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar/projeto básico, contém todos os elementos exigidos pelo inciso XXIII do Art. 6º da Lei nº. 14.133/2021, que assim determina:

> **"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:**

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 42PARE_1.PDF (6/17) 144/311

(...)

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

d) requisitos da contratação;

e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

g) critérios de medição e de pagamento;

h) forma e critérios de seleção do fornecedor;

i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

j) adequação orçamentária;".

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 42PARE_1.PDF (7/17) 145/311

Por sua vez, o estudo técnico preliminar apresentado nos autos também se encontra em perfeita harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto no § 1º, e seus incisos, do Art. 18 da Lei nº. 14.133/2021, *in verbis:*

> **"Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:**
>
> **(...)**
>
> **§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:**
>
> **I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;**
>
> **II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;**
>
> **III - requisitos da contratação;**
>
> **IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;**
>
> **V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;**

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 42PARE_1.PDF (8/17) 146/311

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina".

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame se encontra em consonância com as exigências mínimas exigidas pela Lei nº. 14.133/2021 para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

Do Valor de Referência

É na fase interna que a Administração define o que se pode chamar de encargo, que nada mais é do que um conjunto de obrigações. Esse conjunto de

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 42PARE_1.PDF (9/17) 147/311

obrigações expressa a vontade da Administração e representa o que ela deseja para satisfazer a sua necessidade.

É cediço que a elaboração da estimativa de preços nos procedimentos de contratação exige ampla pesquisa de preços, a fim de permitir a identificação precisa da faixa usual de valores praticados para objeto similar ao pretendido.

Assim, compulsando os autos, observa-se que o processo, na fase preparatória, com as cautelas de praxe, observou o valor previamente estimado obedecendo as disposições do Art. 23 da Lei nº. 14.133/2021, bem como a Resolução de Consulta nº. 20/2016-TP do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, senão veja-se:

> **"Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.**
>
> **§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:**
>
> **I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);**
>
> **II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;**

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 42PARE_1.PDF (10/17) 148/311

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 42PARE_1.PDF (11/17) 149/311

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o caput deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 5º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do § 2º deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do § 2º deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

§ 6º Na hipótese do § 5º deste artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no mencionado parágrafo".

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 42PARE_1.PDF (12/17) 150/311

> **"Resolução de Consulta nº. 20/2016 - TP (DOC, 26/08/2016). Licitação. Aquisições públicas. Balizamento de preços. [Revogou a Resolução de Consulta nº 41/2010] 1. A pesquisa de preços de referência nas aquisições públicas deve ser realizada adotando-se amplitude e rigor metodológico proporcionais à materialidade da contratação e aos riscos envolvidos, não podendo se restringir à obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores, devendo-se considerar o seguinte conjunto (cesta) de preços aceitáveis: a) preços praticados na Administração Pública, como fonte prioritária; b) consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sítios especializados de amplo domínio público; c) fornecedores; d) catálogos de fornecedores; e) analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas; f) outras fontes idôneas, desde que devidamente detalhadas e justificadas. 2. Nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, inclusive aqueles amparados no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/1993, devem ser apresentadas as respectivas pesquisas de preços, nos termos do art. 26 da Lei".**

Portanto, nesse ponto, restam-se atendidos integralmente os requisitos legais.

Da Minuta do Edital

Conforme já salientado, a elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública. Assim, diante do documento apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no Art. 25 da Lei nº. 14.133/2021, *ipsis litteris*:

> **"Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento".**

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 42PARE_1.PDF (13/17) 151/311

Desse modo, verifica-se que até aqui a minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº. 08/2026 atende todas as exigências estatutárias.

Da Minuta do Contrato

De largada, por se tratar de prestação de serviços de forma contínua, se faz necessário que o acordo firmado seja devidamente instrumentalizado em contrato, visto não se enquadrar nas hipóteses de exceção quanto a obrigatoriedade do instrumento, conforme disposto no Art. 95 da Lei nº. 14.133/2021.

Nesta esteira, o Art. 92, e seus incisos, da Lei nº. 14.133/2021, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, *in verbis*:

> **"Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:**
>
> **I - o objeto e seus elementos característicos;**
>
> **II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;**
>
> **III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;**
>
> **IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;**
>
> **V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;**
>
> **VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;**
>
> **VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;**
>
> **VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;**

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 42PARE_1.PDF (14/17) 152/311

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção".

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 42PARE_1.PDF (15/17) 153/311

Posto isso, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas exigidas pela lei, em especial por se tratar de objeto rotineiro, sem aferição de riscos aparentes para a Administração Pública.

De mais a mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita consonância uma vez que no caso concreto, os materiais indicados possuem especificações técnicas padronizadas no mercado, permitindo definição objetiva no Termo de Referência, o que caracteriza bem comum, atendendo o disposto no inciso XLI do Art. 6º da Lei nº. 14.133/2021.

Assim, o critério de seleção da proposta como sendo o "menor preço por item", do mesmo modo, mostra-se adequado para a modalidade determinada pelo legislador. E, ainda, a minuta do Edital, de forma bastante acertada, preconiza as prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos constantes na Lei Complementar nº. 123/2006, e suas alterações, para fins de regência da contratação em comento.

Publicidade do edital e do termo do contrato

Destaca-se ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e de seus anexos, além do termo de contrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas, e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município, conforme determinam os Arts. 54, § 1º, e 94 da Lei nº. 14.133/2021, bem como a disponibilização no Portal Transparência do Município, conforme dispõe a Lei nº. 12.527/2011.

Registra-se também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização dos documentos elaborados na fase preparatória que, porventura, não tenham integrado o edital e seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme determina o Art. 54, § 3º, da Lei nº. 14.133/2021.

Dessa forma, analisando a documentação fornecida, percebe-se, em primeiro momento, que não há vícios no Procedimento de Licitatório Pregão Eletrônico nº. 08/2026, vez que atendidos as exigências mínimas contidas na Lei nº. 14.133/2021 e

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 42PARE_1.PDF (16/17) 154/311

na Resolução de Consulta nº. 20/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, além de outros regramentos complementares.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, **OPINA-SE** pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, uma vez que preenchidos os requisitos contidos na Lei nº. 14.133/2021, bem como nas demais disposições complementares.

É o parecer. Salvo juízo de maior valor.

Cuiabá/MT, 08 de junho de 2026.

RONY DE ABREU MUNHOZ
OAB/MT nº. 11.972/O

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 42PARE_1.PDF (17/17) 155/311

Gabinete da Presidência, 03 de Junho de 2026.

Ver. Wanderley Cerqueira

Presidente

Ver. Rosemary Souza Prado

1ª Secretária

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

Processo Administrativo nº 61/2026

UASG: 929721

Objeto: Prestação de serviços de apoio logístico e fornecimento de materiais para eventos, atos e solenidades, para atender às demandas da Câmara Municipal de Várzea Grande – MT. Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente Wanderley Cerqueira, **ADJUDICA** o objeto e **HOMOLOGA** o Pregão Eletrônico nº 90004/2026, realizado no Portal de Compras do Governo Federal, em favor da empresa **PRIME SERVICOS E SOLUCOES LTDA**, CNPJ nº **24.111.709/0001-22**, pela proposta mais vantajosa para os lotes 1, 2 e 3, totalizando valor de **R$ R$ 220.220,00 (Duzentos e Vinte Mil, Duzentos e Vinte Reais),** de nos termos do inciso VII do Art. 17 e inciso IV do Art. 71 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021. O presente documento encontra-se à disposição dos interessados nos sites: https://www.gov.br/compras/pt-br e https://www.varzeagrande.mt.leg.br/. Várzea Grande - MT, 08 de junho de 2026.

Ver. Wanderley Cerqueira

Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026/ CIDESAT

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2026/CIDESAT - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2026 – Registro de Preços

O CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico Registro de Preços para eventual aquisição de veículos tipo Camionetes Diesel CD 4x4 para atender o objeto do Convênio SINFRA-MT nº 0403/2026, proposta nº 2098/2026/SEAF-MT e eventual demanda dos Consorciados nos termos do Termo de Referência. Prazos para recebimento e julgamento das propostas, vide Edital. Início da sessão de disputa de preços: **24/06/2026 às 9:00h** (horário de Brasília)**.** Local: www.licitanet.com.br Obtenção do edital pelos sites: www.nascentesdopantanal.org.br e www.licitanet.com.br. Informações pelo e-mail: nascentesdopantanal@gmail.com ou fone 65 99973-5078.

São José dos Quatro Marcos-MT, 08 de junho de 2026.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026/ CIDESAT

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2026/CIDESAT - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2026

O CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico para aquisição de equipamentos e materiais em apoio a estruturação de pequenas agroindústrias de leite e mel (envasadora para frascos de mel, pasteurizador lento de leite, reservatório de água, freezer horizontal 2 portas) objeto do Convênio SEAF nº 3458/2025 nos termos do Termo de Referência. Prazos para recebimento e julgamento das propostas, vide Edital. Início da sessão de disputa de preços: **23/06/2026** às 9:00h (horário de Brasília). Local: www.licitanet.com.br Obtenção do edital pelos sites: www.nascentesdopantanal.org.br e www.licitanet.com.br Informações pelo e-mail: licitacao@nascentesdopantanal.org.br ou fone 65 99952-7075.

São José dos Quatro Marcos-MT, 08 de junho de 2026.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO VALE DO RIO CUIABÁ - CIDES-VRC

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 0019/2025

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO VALE DO RIO CUIABÁ – CIDES/ VRC, por intermédio de sua Agente de Contratação, torna público aos interessados que o **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 0019/ 2025**, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria técnica na área de infraestrutura urbana e rodoviária, encontra-se **SUSPENSO**.

A suspensão decorre do Julgamento Singular nº 505/WJT/2026, proferido nos autos do Processo nº 276.015-0/2026 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que determinou a imediata suspensão dos efeitos do certame e de todos os atos dele decorrentes, até ulterior deliberação daquela Corte de Contas.

Fica vedada, durante o período de suspensão, a formalização de contratos, emissão de ordens de serviço, autorizações de fornecimento, adesões à Ata de Registro de Preços e quaisquer outros atos destinados à execução do objeto licitado.

Novas informações e eventuais deliberações serão oportunamente divulgadas pelos meios oficiais.

Cuiabá-MT, 08 de junho de 2026.

Rafaela Carlos da Roza

Pregoeira

CIDES/VRC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0000.0004/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2025/CIDES VRC.

ÓRGÃO GERENCIADOR (CONTRATANTE): CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO VALE DO RIO CUIABÁ (CIDES VRC), pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.950.742/0001-27, neste ato representado

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 54AVIS_1.PDF (1/1) 156/311

O presidente do **CIDESA, LEANDRO FELIX PEREIRA,** no uso de suas atribuições, em especial o disposto no artigo 7º do Estatuto Social, **CONVOCA** os Municípios integrantes do Consórcio e a quem possa interessar, para Assembleia Geral Ordinária, na modalidade presencial.

Data: 18/06/2026

Horário: 17h

Local: Sede do CIDESA

Rua das Perobas, 863 C, Residencial Topázio, Sorriso – MT

PAUTA

1º) Show Safra 2027 Apresentação do projeto – FUNDAÇÃO RIO VERDE;

2º) Apresentação dos Coordenadores das Câmaras Técnicas;

3º) Licitações em andamento;

4º) Abrigo para Idosos;

5º) Apresentação GAFFFF – SORRISO;

6º) Assuntos Gerais.

Sorriso/MT, 08 de junho de 2026.

LEANDRO FELIX PEREIRA

Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTE DO PANTANAL

LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2026/CIDESAT - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2026

O CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico para aquisição de equipamentos e materiais em apoio a estruturação de pequenas agroindústrias de leite e mel (envasadora para frascos de mel, pasteurizador lento de leite, reservatório de água, freezer horizontal 2 portas) objeto do Convênio SEAF nº 3458/2025, nos termos do Termo de Referência. Prazos para recebimento e julgamento das propostas, vide Edital. Início da sessão de disputa de preços: 23/06/2026 às 9:00h (horário de Brasília). Local: www.licitanet.com.br Obtenção do edital pelos sites: www.nascentesdopantanal.org.br e www.licitanet.com.br. Informações pelo e-mail: licitacao@nascentesdopantanal.org.br ou fone 65 99952-7075.

São José dos Quatro Marcos-MT, 08 de junho de 2026.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2026/CIDESAT - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2026 – Registro de Preços

O CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico Registro de Preços para eventual aquisição de veículos tipo Camionetes Diesel CD 4x4 para atender o objeto do Convênio SINFRA-MT nº 0403/2026, proposta nº 2098/2026/SEAF-MT e eventual demanda dos Consorciados nos termos do Termo de Referência. Prazos para recebimento e julgamento das propostas, vide Edital. Início da sessão de disputa de preços: **24/06/2026 às 9:00h** (horário de Brasília)**.** Local: www.licitanet.com.br Obtenção do edital pelos sites: www.nascentesdopantanal.org.br e www.licitanet.com.br. Informações pelo e-mail: nascentesdopantanal@gmail.com ou fone 65 99973-5078.

São José dos Quatro Marcos-MT, 08 de junho de 2026.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Presidente

TERMO DE ADJUDICAÇAO E HOMOLOGAÇÃO

Nos termos do inciso IV do Art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, JADILSON ALVES DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, tendo reconhecido e ratificado a **Dispensa de Licitação Nº 08/2026** para a Contratação de Contratação de SERVIÇO DE SERRALHERIA NA CONFECÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA DO GALPÃO DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DA USINA DE ASFALTO PMF conforme Projeto Estrutural e Arquitetônico e , conforme características e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

FlowDocs: 83767/2026 - Comunicados Internos - Comunicação interna Prefeitura (Anexo: 53AVIS_1_DOE_2011 - 157731)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2026/CIDESAT - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2026

O CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico para aquisição de equipamentos e materiais em apoio a estruturação de pequenas agroindústrias de leite e mel (envasadora para frascos de mel, pasteurizador lento de leite, reservatório de água, freezer horizontal 2 portas) objeto do Convênio SEAF nº 3458/2025 nos termos do Termo de Referência. Prazos para recebimento e julgamento das propostas, vide Edital. Início da sessão de disputa de preços: **23/06/2026** às 9:00h (horário de Brasília). Local: www.licitanet.com.br Obtenção do edital pelos sites: www.nascentesdopantanal.org.br e www.licitanet.com.br Informações pelo e-mail: licitacao@nascentesdopantanal.org.br ou fone 65 99952-7075. São José dos Quatro Marcos-MT, 08 de junho de 2026.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2026/CIDESAT - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2026 - Registro de Preços

O CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico Registro de Preços para eventual aquisição de veículos tipo Camionetes Diesel CD 4x4 para atender o objeto do Convênio SINFRA-MT nº 0403/2026, proposta nº 2098/2026/SEAF-MT e eventual demanda dos Consorciados nos termos do Termo de Referência. Prazos para recebimento e julgamento das propostas, vide Edital. Início da sessão de disputa de preços: **24/06/2026** às 9:00h (horário de Brasília)**.** Local: www.licitanet.com.br Obtenção do edital pelos sites: www.nascentesdopantanal.org.br e www.licitanet.com.br. Informações pelo e-mail: nascentesdopantanal@gmail.com ou fone 65 99973-5078. São José dos Quatro Marcos-MT, 08 de junho de 2026.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Presidente

Protocolo 1820293

Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto - COOGAVEPE, CNPJ 09.521.470/0001-75, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, o pedido das Licenças: Prévia (LP), Instalação (LI) e Operação (LO), para extração e beneficiamento de minério de ouro, em uma área de 7,85 ha, âmbito Sítio São José, zona rural, município de Terra Nova do Norte/MT.

Protocolo 1820296

MARTINS & **MARTINS LTDA**, CNPJ 03.790.896/0010-39, torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Sinop/MT, a Renovação da Licença de Operação para as atividades de MERCADOS, SUPERMERCADOS, ATACADISTAS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E AFINS, TANQUE DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEL E COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), do empreendimento localizado na Avenida Bruno Martini, 550, Jardim Barcelona, no município de Sinop/MT.

Protocolo 1820301

ALFA SOLUÇÕES CONTÁBEIS LTDA, inscrito no CNPJ n.º 01.367.481/0001-30, torna público que, utilizando dos dispositivos previstos em contrato de prestação de serviços, está desobrigado da prestação de serviços contábeis a partir de **30 de abril de 2026**, bem como da entrega de obrigações junto ao fisco, referentes a **TERPLAN CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 34.849.988/0001-80, por descumprimento de contrato de serviços contábeis.

Protocolo 1820302

ANDERSON LUIZ DA COSTA TRANSPORTE LTDA / ANDERSON LUIZ DA COSTA; **CNPJ: 29.244.436/0001-08 Inscrição Estadual: 13.707.650-9** Torna Público que **requereu junto a DEMAM - Departamento de Meio Ambiente Municipal de CAMPO NOVO DO PARECIS / MT** a Licença de Instalação LI, Licença Previa LP para **Atividade de Serviços de lava jato** localizada MT 170 S/N Quadra 439 Lote 06 Distrito Pindorama, Município de Campo Novo do Parecis, Mato Grosso. **NÃO FOI DETERMINADO EIA - RIMA. Responsável Técnico Maristela Zanetti - Engenheira Ambiental CREA MT 024431.**

Protocolo 1820305

AVISO RESUMIDO DE EDITAL DE CONVOCATÓRIA

O Sindicato dos Trabalhadores Federais na Área do Meio Ambiente no Estado de Mato Grosso - SINTFAMA/MT convoca seus associados aptos para as eleições da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, mandato 2026/2028. A votação ocorrerá em 30/10/2026, das 08h às 17h, em Cuiabá/MT, nas dependências da SUPES/IBAMA/MT. O registro de chapas ocorrerá de 01/07/2026, às 09h, até 01/08/2026, às 17h, na sede do Sindicato e/ou na Superintendência do IBAMA no Estado de Mato Grosso. Impugnações ao registro de chapas poderão ser apresentadas até 13/08/2026, às 17h. Recursos referentes à eleição ou ao resultado poderão ser apresentados até 13/11/2026, às 16h. O resultado das eleições será divulgado em 16/11/2026. O Edital completo encontra-se afixado na sede do Sindicato e na SUPES/IBAMA/MT, bem como disponível para consulta pelos associados.

Protocolo 1820306

MARTINS & **MARTINS NETO LTDA**, CNPJ 13.338.773/0003-96, torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Sinop/MT, a Renovação da Licença de Operação para as atividades de MERCADOS, SUPERMERCADOS, ATACADISTAS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E AFINS, TANQUE DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEL E COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), do empreendimento localizado na Avenida André Antonio Maggi, 6301, Residencial Bosque Carandá, no município de Sinop/MT.

Protocolo 1820307

DOM PARTICIPACOES LTDA inscrita no CNPJ n° 43.514.185/0001-65 torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT a Licença Ambiental Simplificada (LAS), para sistema de irrigação (Pivô Central) nas Coordenadas Geográficas latitude 54°53'20,644"W 16°13'39,197"S na **Fazenda São João - Parte 01**, localizada no município de Juscimeira - MT.

Protocolo 1820308

SAMIR ROSA ALVES DA SILVA, inscrito sob o CPF: 9*1.3*0.1*1-5*, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA /MT a Portaria de Outorga de Captação de Água Subterrânea desenvolvida em um poço tubular profundo, localizada no Sítio Renascer nas coordenadas 16°22'11,68" S 54°17'41,60"W, acesso pela EST Rural, s/n, zona rural, CEP 78.773-000, município de São José do Povo-MT.

Protocolo 1820310

OSVALDO MACHADO DE OLIVEIRA JUNIOR - CPF *.574.141-****, Torna público que requereu junto a Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA, Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS para a Fazenda Vale do Sol I II III, localizada no município de SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT.

Protocolo 1820311

REQUERIMENTO DE LICENÇA ESPECIAL - ASSOCIAÇÃO ANJO MIGUEL, INSCRITA NO CNPJ Nº 31.495.700/0001-28, SITUADA NO ENDEREÇO RUA HEROCLITO MONTEIRO, Nº 662, BAIRRO JARDIM GLORIA II, NO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE/MT, COM CEP-78.040-050. TORNA-SE PUBLICO QUE REQUEREU A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE-SEMMADRS/VG, A LICENÇA ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO 5º FESTIVAL CULTURAL DE VÁRZEA GRANDE, PARA A INTERDIÇÃO DAS RUAS IARA E DA RUA JACIARA, NO PERÍMETRO DA PRAÇA DO JARDIM GLORIA II, NO PERÍODO DE 03 E 04 DE JULHO DE 2026 PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO.

Protocolo 1820320

ELETRO HIDRO LTDA- CNPJ: 03.014.011/0001-19 Torna-se público que requereu ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Médio Araguaia - CODEMA, a Licença de Operação Provisória para atividade Canteiro de Obras em zona urbana município de Nova Nazaré/MT

Protocolo 1820327

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC/AR/MT
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SESC 26/028

O SESC/AR/MT, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria 099/2025, torna público para o conhecimento das empresas interessadas que no local, horário e data, abaixo indicados, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** para **Registro de Preços**, com critério de julgamento menor preço por **LOTE**, para Contratação de Empresa especializada em **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INFLÁVEIS PERSONALIZADOS INSTITUCIONAIS**, **DESTINADOS À DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL E AO APOIO EM EVENTOS**, **VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES DO SESC/AR/MT**, de acordo com a Resolução 1593/24-CN, de 02 de maio de 2024 e em obediência aos termos e às condições estabelecidas no Edital e seus Anexos. **DATA E HORÁRIO: dia 16/06/2026 às 09h30min (Horário de Brasília)**, Local: Sessão Pública, por meio de internet, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferido para o sistema "LICITANET" página www.licitanet.com.br, Telefone: (65) 3616-7917/3616-7930.

Protocolo 1820326

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 52AVIS_1.PDF (1/1) 158/311

CONSORCIO DE DESENVOLV. COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

PROCESSO LICITATÓRIO 26

Às **09:01:16 horas do dia 24 de Junho de 2026** reuniram-se no site ***www.licitanet.com.br***, o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: **O objeto da presente licitação é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4 para atender o objeto do Convênio SINFRA-MT nº 0403/2026, proposta nº 2098/2026/SEAF-MT e eventual demanda dos Consorciados, proposta apresentada para ampliação e constituição de novas equipes de trabalho na manutenção de rodovias nos Municípios do Consórcio e eventual demanda dos Consorciados, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I, Termo de Referência deste edital.**.

A participação na presente disputa do(s) lote(s)ou item(ns) evidencia(m) ter o proponente examinado todos os termos deste edital e seus anexos aceitando irretratavelmente suas exigências por declaração aceita quando do envio de sua proposta inicial pela plataforma eletrônica. Termo aceito: **"DECLARO QUE TENHO PLENO CONHECIMENTO E ATENDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO EDITAL".**

Até a data e horário estabelecido para envio da(s) proposta(s), ou seja, 09:00:00 horas do dia 24/06/2026, foi(ram) recebida(s), por meio eletrônico, a(s) proposta(s) de preços do(s) fornecedor(es) referente(s) ao(s) lote(s) ou item(ns) do aludido processo, conforme demonstrado abaixo:

Item 1

Propostas Iniciais

Propostas Inicias do Item 1

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
40628	PEDRAGON AUTOS LTDA	03935826000130			R$ 315.000,00	Classificada	--
53868	BRESSAN, LAMONATTO & CIA.LTDA	03512021000184			R$ 330.000,00	Classificada	--
17855	REAVEL VEICULOS LTDA	30260538000104			R$ 295.000,00	Classificada	--
98972	VIALTO CAR LTDA	64933038000108			R$ 295.000,00	Classificada	--
55433	SIRIUS ATACADISTA E IMPORTADORA DE PECAS LTDA	26948124000359			R$ 295.000,00	Classificada	--
91111	B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	26166156000130			R$ 319.000,00	Classificada	--
82093	KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA	52251214000134			R$ 295.000,00	Classificada	--
43662	DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	01016616000113			R$ 350.000,00	Classificada	--
259	F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA.	54410640000107			R$ 300.000,00	Classificada	--
64304	Magui Solucoes Comercio e Servicos Ltda	44140118000190			R$ 350.000,00	Classificada	--
4520	SOARES DA SILVA & HASHIMOTO DA SILVA LTDA	10291906000166			R$ 295.000,00	Classificada	--

Lances

Lances do Item 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
~~F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA.~~	~~54.410.640/0001-07~~	~~R$ 284.000,00~~	~~24/06/2026 09:21:36~~	~~Fornecedor Inabilitado~~

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO.pdf (1/7)

Lances do Item 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA	52.251.214/0001-34	R$ 285.000,00	24/06/2026 09:19:05	Manual
~~F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA.~~	~~54.410.640/0001-07~~	~~R$ 287.500,00~~	~~24/06/2026 09:19:14~~	~~Fornecedor Inabilitado~~
KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA	52.251.214/0001-34	R$ 288.000,00	24/06/2026 09:15:45	Manual
~~F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA.~~	~~54.410.640/0001-07~~	~~R$ 288.500,00~~	~~24/06/2026 09:15:55~~	~~Fornecedor Inabilitado~~
VIALTO CAR LTDA	64.933.038/0001-08	R$ 289.000,00	24/06/2026 09:13:39	Manual
~~F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA.~~	~~54.410.640/0001-07~~	~~R$ 289.500,00~~	~~24/06/2026 09:13:47~~	~~Fornecedor Inabilitado~~
SIRIUS ATACADISTA E IMPORTADORA DE PECAS LTDA	26.948.124/0003-59	R$ 290.000,00	24/06/2026 09:08:55	Manual
SOARES DA SILVA & HASHIMOTO DA SILVA LTDA	10.291.906/0001-66	R$ 292.100,00	24/06/2026 09:18:05	Intermediario
~~F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA.~~	~~54.410.640/0001-07~~	~~R$ 293.000,00~~	~~24/06/2026 09:09:33~~	~~Fornecedor Inabilitado~~
KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA	52.251.214/0001-34	R$ 294.000,00	24/06/2026 09:08:29	Manual
Magui Solucoes Comercio e Servicos Ltda	44.140.118/0001-90	R$ 294.900,00	24/06/2026 09:17:36	Intermediario
SOARES DA SILVA & HASHIMOTO DA SILVA LTDA	10.291.906/0001-66	R$ 295.000,00	24/06/2026 08:56:33	Classificado
KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA	52.251.214/0001-34	R$ 295.000,00	23/06/2026 18:32:08	Classificado
SIRIUS ATACADISTA E IMPORTADORA DE PECAS LTDA	26.948.124/0003-59	R$ 295.000,00	23/06/2026 17:56:08	Classificado
VIALTO CAR LTDA	64.933.038/0001-08	R$ 295.000,00	23/06/2026 17:05:27	Classificado
REAVEL VEICULOS LTDA	30.260.538/0001-04	R$ 295.000,00	23/06/2026 13:58:23	Classificado
~~F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA.~~	~~54.410.640/0001-07~~	~~R$ 300.000,00~~	~~24/06/2026 08:17:57~~	~~Fornecedor Inabilitado~~
B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	26.166.156/0001-30	R$ 314.000,00	24/06/2026 09:08:29	Intermediario
PEDRAGON AUTOS LTDA	03.935.826/0001-30	R$ 315.000,00	10/06/2026 09:57:29	Classificado
B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	26.166.156/0001-30	R$ 319.000,00	23/06/2026 17:59:34	Classificado
BRESSAN, LAMONATTO & CIA.LTDA	03.512.021/0001-84	R$ 330.000,00	23/06/2026 09:32:37	Classificado
Magui Solucoes Comercio e Servicos Ltda	44.140.118/0001-90	R$ 350.000,00	24/06/2026 08:32:46	Classificado
DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	01.016.616/0001-13	R$ 350.000,00	23/06/2026 18:44:07	Classificado

Classificação Final

Classificação Final do Item 1

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA	52.251.214/0001-34	R$ 285.000,00
2º	VIALTO CAR LTDA	64.933.038/0001-08	R$ 289.000,00
3º	SIRIUS ATACADISTA E IMPORTADORA DE PECAS LTDA	26.948.124/0003-59	R$ 290.000,00
4º	SOARES DA SILVA & HASHIMOTO DA SILVA LTDA	10.291.906/0001-66	R$ 292.100,00
5º	Magui Solucoes Comercio e Servicos Ltda	44.140.118/0001-90	R$ 294.900,00
6º	REAVEL VEICULOS LTDA	30.260.538/0001-04	R$ 295.000,00
7º	B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	26.166.156/0001-30	R$ 314.000,00
8º	PEDRAGON AUTOS LTDA	03.935.826/0001-30	R$ 315.000,00
9º	BRESSAN, LAMONATTO & CIA.LTDA	03.512.021/0001-84	R$ 330.000,00
10º	DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	01.016.616/0001-13	R$ 350.000,00

Mensagens

Mensagens do Item 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	24/06/2026 09:01:16	O **ITEM 1** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
Pregoeiro	24/06/2026 09:03:37	Bom dia Licitantes. Estamos preparando para iniciar a sessão.
Sistema	24/06/2026 09:06:57	O **ITEM 1** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 1** será encerrado automaticamente!
Sistema	24/06/2026 09:17:06	A etapa de envio de lances do **ITEM 1** foi prorrogada automaticamente e será de **02 (dois) minutos**. Boa sorte!
Sistema	24/06/2026 09:21:25	A prorrogação automática do **ITEM 1** está encerrada.
Sistema	24/06/2026 09:21:26	**ID: 259 - Data Prop.: 24/06/2026 08:17:57** seu lance está dentro da margem de 5% (cinco por cento), conforme dispõe a LC 123/06, sendo assim, será aberto a partir deste momento o prazo de 05 (cinco) minutos para cobrir o lance vencedor.
Sistema	24/06/2026 09:26:52	O **ITEM 1** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
Sistema	24/06/2026 09:36:53	O tempo de negociação está **encerrado**.
Sistema	24/06/2026 09:37:15	A proposta do fornecedor **F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA.** do **ITEM - 1**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$284.900,00**.
Pregoeiro	24/06/2026 14:32:56	Boa tarde. Vamos dar continuidade na sessão.
Fornecedor 259	24/06/2026 15:22:11	Boa tarde. Gostaria de uma prazo a mais para poder anexar a documentação solicitada.
Pregoeiro	24/06/2026 15:46:38	Entendemos que por se tratar de documento que deveria ter sido encaminhado na primeira remessa o prazo é razoável para envio.
Fornecedor 259	24/06/2026 15:53:57	consegue conceder um prazo ate amanha ?
Fornecedor 259	24/06/2026 16:09:22	ok obg.

Mensagens do Item 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	25/06/2026 10:44:28	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
Sistema	25/06/2026 10:53:52	O fornecedor **SIRIUS ATACADISTA E IMPORTADORA DE PECAS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
Sistema	25/06/2026 10:54:30	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
Sistema	25/06/2026 11:31:43	Empresa: **F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA.** - 54410640000107, **INABILITADA** por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: **Após análise da documentação de habilitação e dos documentos apresentados em sede de diligência, verificou-se que a licitante não atendeu às exigências previstas no item 13.7.3, inciso I, do Edital, relativas à Qualificação Econômico-Financeira. Conforme disposto no Edital, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais devem ser apresentados na forma da lei, devidamente registrados perante o órgão competente ou acompanhados da comprovação da Escrituração Contábil Digital ECD, quando aplicável. Em análise à documentação apresentada, constatou-se que as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2024 encontram-se regularmente registradas. Entretanto, quanto ao exercício de 2025, a licitante apresentou apenas o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis assinados pelo contador responsável e pelo representante legal da empresa, sem apresentar comprovação de registro perante a Junta Comercial competente, autenticação legal, recibo de entrega da Escrituração Contábil Digital ECD ou qualquer outro documento apto a demonstrar sua regular formalização na forma da legislação vigente. Ressalta-se que foi oportunizada diligência à licitante para complementação e esclarecimento da documentação apresentada. Contudo, mesmo após a diligência, permaneceu a ausência da comprovação exigida pelo Edital. Dessa forma, considerando o não atendimento ao item 13.7.3, inciso I, do Edital, a licitante fica INABILITADA por não comprovar sua qualificação econômico-financeira nos termos estabelecidos no instrumento convocatório.!**
Sistema	25/06/2026 11:31:44	**ID: 98972 - Data Prop.: 23/06/2026 17:05:27** seu lance está dentro da margem de 5% (cinco por cento), conforme dispõe a LC 123/06, sendo assim, será aberto a partir deste momento o prazo de 05 (cinco) minutos para cobrir o lance vencedor.
Sistema	25/06/2026 11:36:45	**ID: 4520 - Data Prop.: 24/06/2026 08:56:33** seu lance está dentro da margem de 5% (cinco por cento), conforme dispõe a LC 123/06, sendo assim, será aberto a partir deste momento o prazo de 05 (cinco) minutos para cobrir o lance vencedor.
Sistema	25/06/2026 11:41:45	**ID: 64304 - Data Prop.: 24/06/2026 08:32:46** seu lance está dentro da margem de 5% (cinco por cento), conforme dispõe a LC 123/06, sendo assim, será aberto a partir deste momento o prazo de 05 (cinco) minutos para cobrir o lance vencedor.
Sistema	25/06/2026 11:46:45	A proposta do fornecedor **KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA** do **ITEM - 1**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$285.000,00**.
Sistema	25/06/2026 11:46:45	Não há mais fornecedores na margem dos 5% (cinco por cento) a serem chamados para cobrir a empresa grande porte no **ITEM 1**.
Pregoeiro	25/06/2026 15:30:25	Boa tarde. A equipe de licitação estará analisando os documento. Peço por gentileza que aguardem online para prosseguimento com as próximas etapas da licitação.
Sistema	25/06/2026 17:17:00	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA-52.251.214/0001-34** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA -52.251.214/0001-34** venceu o **ITEM -1** pelo valor de **R$285.000,00.**
Sistema	25/06/2026 17:17:08	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
Sistema	25/06/2026 17:27:11	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
Sistema	25/06/2026 17:29:37	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **SIRIUS ATACADISTA E IMPORTADORA DE PECAS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **30/06/2026** e os outros interessados envie as contrarrazões até **03/07/2026**.
Sistema	03/07/2026 16:59:33	Srs. Licitantes, de acordo com o juízo de admissibilidade, deixo de conhecer a aludida intenção de Recurso/Reconsideração do fornecedor **SIRIUS ATACADISTA E IMPORTADORA DE PECAS LTDA - 26.948.124/0003-59**, tendo em vista, a ausência de pressupostos recursais, ou seja, o não envio no prazo de 03 (três) dias das razões recursais, configurando assim, a decadência do direito de recorrer.
Sistema	03/07/2026 17:00:04	A disputa do **ITEM 1** está encerrada. **Despacho:** .

Recursos

Recursos do Item 1

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
SIRIUS ATACADISTA E IMPORTADORA DE PECAS LTDA	26948124000359	25/06/2026 10:53:52			Indeferido

Mensagem Geral

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	24/06/2026 09:02:39	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi **DESBLOQUEADO** pelo condutor do processo!
Sistema	24/06/2026 09:06:57	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **1** às **09:06:57**
Pregoeiro	24/06/2026 09:37:43	O prazo para envio da proposta final, estará disponível através do módulo - **PROPOSTA FINAL** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **24/06/2026 09:37:00hs** até o dia **24/06/2026 11:37:00hs** para o(s) fornecedor(es): F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA..
Sistema	24/06/2026 10:21:41	O fornecedor **F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA.** acabou de **ENVIAR** 24_06_2026_proposta_readequada_complexo_nascentes_do_pantanal_1782307301.pdf no proposta final.
Sistema	24/06/2026 10:21:42	O fornecedor **F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA.** acabou de **ENVIAR** hilix_cd_2026_ficha_tecnica_1782307302.pdf no proposta final.
Sistema	24/06/2026 10:22:17	O fornecedor **F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA.** acabou de **ENVIAR** f5_comercio_1782307336.rar no proposta final.
Sistema	24/06/2026 11:37:01	O prazo para o fornecedor **F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA.** enviar a proposta final está **encerrado**.
Sistema	24/06/2026 11:42:32	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 08/2026 foi **SUSPENSO**. Motivo: Prezados licitantes, Informamos que a presente sessão será suspensa temporariamente para que a equipe de licitação realize a análise detalhada da documentação de habilitação e da proposta apresentada, verificando sua conformidade com as exigências estabelecidas no Edital. A sessão será reaberta nesta mesma data 24/06/2026 (quarta-feira), às 14h30min (horário de Brasília), para prosseguimento das demais etapas do certame. Solicitamos que todos acompanhem as comunicações por meio do sistema. Atenciosamente, Agente de Contratação. A **REABERTURA** será no dia 24/06/2026 14:30 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	24/06/2026 14:31:31	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi **BLOQUEADO** pelo condutor do processo!
Sistema	24/06/2026 14:31:44	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 08/2026 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Pregoeiro	24/06/2026 14:46:34	O prazo para envio dos documentos de diligência, estará disponível através do módulo - **DILIGÊNCIA** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **24/06/2026 14:46:00hs** até o dia **24/06/2026 16:46:00hs** para o(s) fornecedor(es): F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA., MOTIVO: **DILIGÊNCIA – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA Prezado(a) Licitante, Em análise aos documentos de habilitação apresentados, verificou-se que, para atendimento ao item 13.7.3, inciso I, do Edital, referente à Qualificação Econômico-Financeira, foi encaminhado apenas o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis referentes ao exercício social de 2024. Contudo, o referido item exige a apresentação dos documentos relativos aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, razão pela qual não foi localizada a documentação referente ao exercício social de 2025. Dessa forma, com fundamento no instrumento convocatório e no dever de realização de diligências para esclarecimento e complementação da instrução processual, fica a licitante INTIMADA A APRESENTAR, por meio do sistema licitanet, a documentação contábil referente ao exercício social de 2025, no prazo de 02 (duas) horas, contadas a partir da publicação desta diligência. Ressalta-se que o não atendimento à presente diligência dentro do prazo estabelecido poderá acarretar a inabilitação da licitante, por descumprimento das exigências de habilitação previstas no Edital. Atenciosamente, Agente de Contrataçãohs** .
Sistema	24/06/2026 14:47:16	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi **DESBLOQUEADO** pelo condutor do processo!

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Pregoeiro	24/06/2026 16:09:07	A Equipe de Licitação irá prorrogar o prazo para entrega do documento até amanhã dia 25/06/2026 às 09h:30 (horário de Brasília). Após encerramento deste primeiro prazo concedido, iremos fazer uma nova abertura para a apresentação dos documentos solicitados.
Sistema	24/06/2026 16:46:01	Sr(s). Fornecedor(es), foi finalizada a diligência do Processo.
Pregoeiro	24/06/2026 16:51:37	O prazo para envio dos documentos de diligência, estará disponível através do módulo - **DILIGÊNCIA** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **24/06/2026 16:52:00hs** até o dia **25/06/2026 09:30:00hs** para o(s) fornecedor(es): F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA., MOTIVO: **ALTERAÇÃO DE PRAZO DE DILIGÊNCIA – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA Prezado(a) Licitante, Em análise aos documentos de habilitação apresentados, verificou-se que, para atendimento ao item 13.7.3, inciso I, do Edital, referente à Qualificação Econômico-Financeira, foi encaminhado apenas o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis referentes ao exercício social de 2024. Contudo, o referido item exige a apresentação dos documentos relativos aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, razão pela qual não foi localizada a documentação referente ao exercício social de 2025. Dessa forma, com fundamento no instrumento convocatório e no dever de realização de diligências para esclarecimento e complementação da instrução processual, fica a licitante INTIMADA A APRESENTAR, por meio do sistema licitanet, a documentação contábil referente ao exercício social de 2025, no prazo de até dia 25/06/2026 às 09h:30 (horário de Brasília), contadas a partir da publicação desta diligência. Ressalta-se que o não atendimento à presente diligência dentro do prazo estabelecido poderá acarretar a inabilitação da licitante, por descumprimento das exigências de habilitação previstas no Edital. Atenciosamente, Agente de Contrataçãohs** .
Sistema	24/06/2026 16:56:15	Suspensão da Sessão Sr(s). Fornecedor(es), Senhores Licitantes, a sessão desta licitação será suspensa temporariamente e retornará amanhã dia 25/06/206 às 09h:30 (horário de Brasília) que é quando se encerra o prazo de diligência concedido para que a empresa apresente o documento solicitado, e a equipe de licitação possa estar analisando para a possível habilitação e dar prosseguimento com as próximas etapas do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	25/06/2026 08:16:02	O **Fornecedor** acabou **ENVIAR** o arquivo f5_bal_2025_assinado_1782386161.pdf, o mesmo fica disponível para ser baixado através da opção 'Baixar Arquivos' ao lado esquerdo no menu 'Diligência'.
Sistema	25/06/2026 09:30:01	Sr(s). Fornecedor(es), foi finalizada a diligência do Processo.
Pregoeiro	25/06/2026 09:34:44	Bom dia. A Equipe de Licitação estará analisando os documentos enviando para verificar se estão de acordo com as exigências do Edital. Aguardem um momento por favor
Pregoeiro	25/06/2026 11:30:12	O prazo para envio dos documentos habilitatórios e/ou complementares, estará disponível através do módulo - **HABILITANET** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **25/06/2026 11:29:00hs** até o dia **25/06/2026 13:29:00hs** para o(s) fornecedor(es): F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA..
Sistema	25/06/2026 11:30:31	O prazo do Habilitanet para o fornecedor **F5 COMERCIO E SERVICOS LTDA.** foi *encerrado* pelo motivo:**Documentos já foram enviados** pelo **Pregoeiro(a)**!.
Pregoeiro	25/06/2026 11:47:30	O prazo para envio da proposta final, estará disponível através do módulo - **PROPOSTA FINAL** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **25/06/2026 11:46:00hs** até o dia **25/06/2026 15:00:00hs** para o(s) fornecedor(es): KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA.
Sistema	25/06/2026 12:10:48	O fornecedor **KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA** acabou de **ENVIAR** proposta_e_habilitacao_1782400248.zip no proposta final.
Pregoeiro	25/06/2026 12:14:28	O prazo para envio dos documentos habilitatórios e/ou complementares, estará disponível através do módulo - **HABILITANET** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **25/06/2026 13:29:00hs** até o dia **25/06/2026 15:29:00hs** para o(s) fornecedor(es): KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA.
Sistema	25/06/2026 12:15:57	Suspensão da Sessão Sr(s). Fornecedor(es), Prezados licitantes, Informamos que a presente sessão será suspensa temporariamente para que a equipe de licitação realize a análise detalhada da documentação de habilitação e da proposta apresentada, verificando sua conformidade com as exigências estabelecidas no Edital. A sessão será reaberta nesta mesma data 25/06/2026 (quinta-feira), às 15h30min (horário de Brasília), para prosseguimento das demais etapas do certame. Solicitamos que todos acompanhem as comunicações por meio do sistema. Atenciosamente, Agente de Contratação. A REABERTURA será no dia 25/06/2026 15:30 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	25/06/2026 12:16:29	O fornecedor **KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA** acabou de **ENVIAR** declaracao_de_garantia_1782400589.pdf no proposta final.

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	25/06/2026 15:00:01	O prazo para o fornecedor **KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA** enviar a proposta final está **encerrado**.
Sistema	25/06/2026 15:00:01	O prazo para o fornecedor **KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA** enviar a proposta final está **encerrado**.
Sistema	25/06/2026 15:29:01	O prazo para o fornecedor **KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA** enviar os documentos habilitatórios e/ou complementares está **encerrado**.
Pregoeiro	25/06/2026 16:06:24	Aguardem mais um momento por gentileza.

Edital nº 08/2026

Última atualização 09/06/2026

Acessar Contratação

Local: São José dos Quatro Marcos/MT

Órgão: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURISTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Unidade compradora: 194 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURISTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL/MT

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Sim

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 09/06/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 09/06/2026 18:23 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 24/06/2026 09:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 08979143000107-1-000027/2026 **Fonte:** Licitanet Licitações Eletrônicas LTDA

Objeto:

[LICITANET] - O objeto da presente licitação é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4 para atender o objeto do Convênio SINFRA-MT nº 0403/2026, proposta nº 2098/2026/SEAF-MT e eventual demanda dos Consorciados, proposta apresentada para ampliação e constituição de novas equipes de trabalho na manutenção de rodovias nos Municípios do Consórcio e eventual demanda dos Consorciados, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I, Termo de Referência deste edital.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 1.770.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R$ 1.710.000,00

Itens | Arquivos | Atas de Registro de Preço | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total e
7607639	CAMINHONETE - CABINE DUPLA, 4 PORTAS, TRAÇÃO 4x2/4x4, NOVA ZERO KM, ANO/MODELO Corrente, conforme descritivo/detalhamento no Edital e Termo de Referência	6	R$ 295.000,00	R$ 1.770.000

Exibir: 5 | 1-1 de 1 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

São José dos Quatro Marcos, 03 de julho de 2026.

JADILSON ALVES DE SOUZA
Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 26/2026 PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N.º 08/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, JADILSON ALVES DE SOUZA, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Estatuto e Contrato Consórcio, especialmente pela Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista da adjudicação do pregoeiro resolve: **HOMOLOGAR** o resultado do Processo de Licitação 26/2026, Pregão Eletrônico Registro de Preços n.º 08/2026, tendo como **objeto** *a **Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4 para atender o objeto do Convênio SINFRA-MT nº 0403/2026, proposta nº 2098/2026/SEAF-MT e eventual demanda dos Consorciados, proposta apresentada para ampliação e constituição de novas equipes de trabalho na manutenção de rodovias nos Municípios do Consórcio e eventual demanda dos Consorciados, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I, Termo de Referência do edital***, resolve, que teve a empresa **KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA inscrita no CNPJ 52.251.214/0001-34**, vencedora do item/lote único no valor unitário de R$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais). E O valor total global homologado foi de R$ 1.710.000,00 (um milhão setecentos e dez mil reais).

São José dos Quatro Marcos, aos 03 de julho de 2026.

Jadilson Alves de Souza - Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO GARÇAS ARAGUAIA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N°089/2026, DE 03 DE JULHO DE 2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia-CISGA, através da Secretária Executiva a Sra. Virginia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, nomeada pela Resolução Nº 011/2018, em cumprimento aos princípios Constitucionais da Publicidade e Ampla Divulgação, ao texto legal do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e demais legislações pertinentes à espécie. Torna público para conhecimento dos interessados o seguinte ato:

CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

CONTRATO Nº 137/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA.

CONTRATADO: L E BUCO MAXILO FACIAL LTDA.

OBJETO: CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, para realização de consultas especializadas, procedimentos com finalidade diagnóstica, procedimentos cirúrgicos e medicina hiperbárica, para atender a demanda dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças Araguaia – CISGA

VALOR GLOBAL: R$ 10.000,00 (Dez mil reais).

VIGÊNCIA: 03/07/2026 a 31/12/2026.

Certifico que o ato discriminado no presente Edital se encontra à disposição no CISGA, a partir da data de sua assinatura, no horário de expediente.

Barra do Garças-MT, 03 de julho de 2026.

Virginia Patrícia S. R. de Oliveira

Secretário Executiva – CISGA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO NORTE MATO-GROSSENSE

PORTARIA

PORTARIA 006/2026- FISCAL DE CONTRATO CREDENCIAMENTO 003/2026.

RESOLVE:

Art. 1° Nomear Cátia Cruz Araújo, Creuza Pereira dos Santos, Ana Luiza Fernandes Scarpin como FISCAL DE CONTRATO DO CREDENCIAMENTO 003/2026 – CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, para realização de CONSULTAS E EXAMES.

Art. 2° O servidores/colaboradores nomeado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato,

Processo Licitatório n.º 26/2026

Pregão Eletrônico Registro de Preços n.º 08/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, JADILSON ALVES DE SOUZA, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Estatuto e Contrato Consórcio, especialmente pela Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista da adjudicação do pregoeiro resolve: **HOMOLOGAR** o resultado do Processo de Licitação 26/2026, Pregão Eletrônico Registro de Preços n.º 08/2026, tendo como **objeto** *a* ***Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4 para atender o objeto do Convênio SINFRA-MT nº 0403/2026, proposta nº 2098/2026/SEAF-MT e eventual demanda dos Consorciados, proposta apresentada para ampliação e constituição de novas equipes de trabalho na manutenção de rodovias nos Municípios do Consórcio e eventual demanda dos Consorciados, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I, Termo de Referência do edital,*** resolve, que teve a empresa **KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA inscrita no CNPJ 52.251.214/0001-34**, vencedora do item/lote único no valor unitário de R$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais). E O valor total global homologado foi de R$ 1.710.000,00 (um milhão setecentos e dez mil reais).

São José dos Quatro Marcos, aos 03 de julho de 2026.

Jadilson Alves de Souza

Presidente

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: HOMOLOG. - Licitação 26-2026 ass.pdf (1/1) 169/311

Autor: Dariu A Carniel **Publicado:** 09/06/2026 às 09:48.
Local: Licitações, Pregão Eletrônico.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2026/CIDESAT - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2026 – Registro de Preços

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 08/2026

O CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico Registro de Preços para eventual aquisição de veículos tipo **Camionetes Diesel CD 4x4** para atender o objeto do Convênio SINFRA-MT nº 0403/2026, proposta nº 2098/2026/SEAF-MT e eventual demanda dos Consorciados nos termos do Termo de Referência. Prazos para recebimento e julgamento das propostas, vide Edital. Início da sessão de disputa de preços: **24/06/2026 às 9:00h** (horário de Brasília)**.** Local: www.licitanet.com.br Obtenção do edital pelos sites: www.nascentesdopantanal.org.br e www.licitanet.com.br. Informações pelo e-mail: nascentesdopantanal@gmail.com ou fone 65 99973-5078.

São José dos Quatro Marcos-MT, 08 de junho de 2026.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Presidente

##

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

OPregoeiro do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, a vista do parecer conclusivo da Comissão de Licitações conforme Portaria N.º 04/2026, após analisados os documentos de habilitação, foi verificado o atendimento dos requisitos estabelecidos no Edital do Processo de Licitação 26/2026, Pregão Eletrônico Registro de Preços n.º 08/2026, tendo como **objeto** *a* ***Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4 para atender o objeto do Convênio SINFRA-MT nº 0403/2026, proposta nº 2098/2026/SEAF-MT e eventual demanda dos Consorciados, proposta apresentada para ampliação e constituição de novas equipes de trabalho na manutenção de rodovias nos Municípios do Consórcio e eventual demanda dos Consorciados, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I, Termo de Referência do edital*****,** resolve, **ADJUDICAR** a empresa **KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA inscrita no CNPJ 52.251.214/0001-34**, vencedora do item/lote único no valor unitário de R$

285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais). O valor total global adjudicado foi de R$ 1.710.000,00 (um milhão setecentos e dez mil reais).

São José dos Quatro Marcos, aos 03 de julho de 2026.

Danilo Ricardo Pivetta - Pregoeiro

##

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, JADILSON ALVES DE SOUZA, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Estatuto e Contrato Consórcio, especialmente pela Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista da adjudicação do pregoeiro resolve: **HOMOLOGAR** o resultado do Processo de Licitação 26/2026, Pregão Eletrônico Registro de Preços n.º 08/2026, tendo como **objeto** *a* ***Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4 para atender o objeto do Convênio SINFRA-MT nº 0403/2026, proposta nº 2098/2026/SEAF-MT e eventual demanda dos Consorciados, proposta apresentada para ampliação e constituição de novas equipes de trabalho na manutenção de rodovias nos Municípios do Consórcio e eventual demanda dos Consorciados, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I, Termo de Referência do edital*****,** resolve,que teve a empresa **KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA inscrita no CNPJ 52.251.214/0001-34**, vencedora do item/lote único no valor unitário de R$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais). E o valor total global homologado foi de R$ 1.710.000,00 (um milhão setecentos e dez mil reais).

São José dos Quatro Marcos, aos 03 de julho de 2026.

Jadilson Alves de Souza - Presidente

ANEXOS:

EDITAL Pregão Eletrônico RP 08-2026 Camionetes - **Publicado:** 08/06/2026 às 10h20m - [pdf] - [1.2MB]

https://www.nascentesdopantanal.org.br/transparencia/licitacoes/1746-processo-licitatorio-n-26-2026-cidesat-pregao-eletronico-n-08-2026-registro-de-precos

Leia esta publicação em seu celular:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	R$ UNIT.	R$ TOTAL
		20.000 litros				
9	002.018.556	Limpeza e desinfecção de reservatório em concreto armado - 50.000 litros	UN	50	R$ 6.110,00	R$ 305.500,00
10	002.018.557	Limpeza e desinfecção de reservatório em concreto armado - 100.000 litros	UN	20	R$ 7.250,00	R$ 145.000,00
VALOR TOTAL REGISTRADO R$						**R$ 14.869.500,00**

Vigência: A Ata de Registro de Preço terá sua vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura e publicação na imprensa oficial do Município.
Data: 03 de junho de 2026.

Assinam: Pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, Jadilson Alves de Souza, pela Detentora da Ata de Registro de Preços, Sadi Luiz Brustolin Junior.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 26/2026 PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N.º 08/2026

O Pregoeiro do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, a vista do parecer conclusivo da Comissão de Licitações conforme Portaria N.º 04/2026, após analisados os documentos de habilitação, foi verificado o atendimento dos requisitos estabelecidos no Edital do Processo de Licitação 26/2026, Pregão Eletrônico Registro de Preços n.º 08/2026, tendo como **objeto** *a* ***Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4 para atender o objeto do Convênio SINFRA-MT nº 0403/2026, proposta nº 2098/2026/SEAF-MT e eventual demanda dos Consorciados, proposta apresentada para ampliação e constituição de novas equipes de trabalho na manutenção de rodovias nos Municípios do Consórcio e eventual demanda dos Consorciados, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I, Termo de Referência do edital*****,** resolve, **ADJUDICAR** a empresa **KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA inscrita no CNPJ 52.251.214/0001-34**, vencedora do item/lote único no valor unitário de R$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais). O valor total global adjudicado foi de R$ 1.710.000,00 (um milhão setecentos e dez mil reais).

São José dos Quatro Marcos, aos 03 de julho de 2026.

Danilo Ricardo Pivetta - Pregoeiro

LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, JADILSON ALVES DE SOUZA, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Estatuto e Contrato Consórcio, especialmente pela Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista da adjudicação do pregoeiro resolve: **HOMOLOGAR** o resultado do Processo de Licitação 25/2026, Pregão Eletrônico 07/2026, tendo como **objeto** *a* ***aquisição de equipamentos e materiais em apoio a estruturação de pequenas agroindústrias de leite e mel (envasadora para frascos de mel, pasteurizador lento de leite, reservatório de água, freezer horizontal 2 portas) objeto do Convênio SEAF nº 3458/2025, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I, Termo de Referência do edital*****,** que teve as empresas vencedoras: **OTTO COMERCIO GERAL LTDA inscrita no CNPJ 60.136.295/0001-50**, vencedora dos Lotes: 01 e 02 no valor total de R$ 70.600,00 (setenta mil e seiscentos reais). E a empresa **OLMI INFORMATICA LTDA inscrita no CNPJ 00.789.321/0001-17**, vencedora do lote 04 no valor total de R$ 12.297,00 (doze mil duzentos e noventa e sete reais). O valor total global homologado foi de R$ 82.897,00 (oitenta e dois mil oitocentos e noventa e sete reais).

São José dos Quatro Marcos, aos 02 de julho de 2026.

JADILSON ALVES DE SOUZA - PRESIDENTE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO 30/2026 - PREGÃO Nº 12/2026
ADESÃO a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026/MAPA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, JADILSON ALVES DE SOUZA, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Estatuto e Contrato Consórcio, especialmente pela Lei nº 14.133/2021, a vista do Processo Licitatório nº 30/2026, Pregão Eletrônico nº 12/2026 que objetiva a aquisição de 5 (cinco) Máquinas pá carregadeira destinadas à estruturação da Patrulha Rodoviária conforme Convênio nº 0403/2026/SINFRA-MT, realizado por intermédio de Processo de ADESÃO/CARONA a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026/MAPA, originada do Processo de Licitação nº 90024/2025/MAPA vigente até 08/01/2027. E por este ter se comprovado o mais vantajoso e conveniente à administração e ao convênio, considerando ainda o Parecer conclusivo da Assessoria Jurídica, RESOLVE RATIFICAR A HOMOLOGAÇÃO proferida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, em especial quanto ao item requeridos para adesão (Item/lote 6) adjudicados à empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 14.707.364/0001-10, totalizando a adesão em R$ 1.400.000,00 (um milhão, quatrocentos mil reais), referente a 5 (cinco) unidades Pá-carregadeira XCMG/LW300KF.

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (26/08/2026 às 09:33) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 52.251.214/0001-34.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6A8E.DD2B.0343.2627 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 08/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 08/2026 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 08/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 08/2026 (Diário Oficial da União - CEAF) , 08/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

Dados da consulta: 26/08/2026 09:31:59

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CEIS

Consulta

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	SANCIONADO DA UF	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTID
	CEIS	00.959.038/0001-96	- ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES RECREATIVAS E CARNAVALESCAS DE ALEGRETE - ASSERCAL	RS	Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul / 1º Grau - TJRS / PORTO ALEGRE / Vara Estadual de Improbidade Administrativa - Porto Alegre/RS	Impedimento/proibição de contratação com prazo determinado	Sem informação	Não se aplica	1
	CEIS	18.634.342/0001-29	- INFINITY ASSESSORIA PEDAGÓGICA LTDA ME	SC	Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina / 1º Grau - TJSC / ARMAZEM / Vara Única da Comarca de Armazém	Impedimento/proibição de contratação com prazo determinado	Sem informação	Não se aplica	1

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	SANCIONADO DA UF	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTID
	CEIS	57.629.855/0001-01	100 ETIQUETAS CALCADOS E SPORTS LTDA	IR	PREFEITURA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU-RJ	Impedimento/proibição de contratação com prazo determinado	Sem informação	Não se aplica	1
	CEIS	11.769.223/0001-34	11.769.223 DOUGLAS HENRIQUE DA SILVA GONÇALVES	MG	Receita Federal do Brasil	Impedimento/proibição de contratação com prazo determinado	18/03/2026	Não se aplica	1
	CEIS	42.041.852/0001-77	111 DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA	SP	CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP	Impedimento/proibição de contratação com prazo determinado	Sem informação	Não se aplica	1
	CEIS	12.441.527/0001-30	12.441.527/0001-30	SP	Prefeitura Municipal de Água Comprida (MG)	Impedimento/proibição de contratação com prazo determinado	07/08/2026	Não se aplica	1
	CEIS	08.951.434/0001-89	13200478118	SOU	Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas / 1º Grau - TJAM / MANAUS / 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA	Impedimento/proibição de contratação com prazo determinado	Sem informação	Não se aplica	1
	CEIS	14.204.521/0001-75	14.204.521 DÉBORA PRISCILA AMORIM DA SILVA	PB	JUSTIÇA DO TRABALHO	Suspensão	Sem informação	Não se aplica	1
	CEIS	14.745.779/0001-89	14.745.779 GEANE DO AMARAL GONÇALVES ARAGAO	PB	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOÃO PESSOA - PB	Impedimento/proibição de contratação com prazo determinado	Sem informação	Não se aplica	1
	CEIS	17.263.504/0001-05	17.263.504 JOSÉ ROBERTO MARQUES DA SILVA TIMÓTEO	SP	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - PI	Impedimento/proibição de contratação com prazo determinado	Sem informação	Não se aplica	1

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 52.251.214/0001-34

Razão social: KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA

Endereço: AV REPUBLICA DO LIBANO 2280 / DESPRAIADO / CUIABA / MT / 78048-239

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/08/2026 a 18/09/2026

Certificação Número: 2026082008206188986880

Informação obtida em 26/08/2026 09:27:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CPEND Nº 0064143599

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **05/08/2026** Hora da emissão: **07:29:02**

Nome/denominação do sujeito passivo: **KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA**
CNPJ: **52.251.214/0001-34**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, relativamente ao sujeito passivo acima indicado, bem como da sua matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrência(s) adiante descrita(s).
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e da Dívida Ativa do Estado.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUANTO AO SUJEITO PASSIVO, RELATIVAMENTE A ACORDOS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS, COM PAGAMENTO EM DIA E A DÉBITOS SUSPENSOS:
14.019.658-7 - KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Não constatada ressalva.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br

Certidao válida até: **03/10/2026.**
Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado
Número de Autenticação: **2TB97L927MBU22A7**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA FISCAL

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS GERAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO		PROCESSO	EXERCÍCIO
1021007/2026	**2249776**		**GERAL**

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL
735447822	**LANCAMENTOS DIVERSOS - 475716**

3150485136215720260708212 46

NOME
KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA

CPF/CNPJ	RG/INSCR. ESTADUAL
52.251.214/0001-34	**140196587**

ENDEREÇO
Av. REPUBLICA DO LIBANO, 2280 - DESPRAIADO - CUIABA/MT

BAIRRO	FINALIDADE
DESPRAIADO	

CERTIFICAMOS QUE , PARA O REQUERENTE ACIMA QUALIFICADO , CONSTA DÉBITOS EM ATRASO NESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

Cuiabá/MT, segunda-feira, 24 de agosto de 2026

RICARDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
Procurador do Município de Cuiabá
Mat. 4859840
OAB/MT 19.464B

Certidão valida até 23 de Setembro de 2026.

A Autenticidade da Certidão poderá ser confirmada em: https://portalfazenda.cuiaba.mt.gov.br

Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
51202386670	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

MTP2500224901

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

CUIABA
Local

26 Setembro 2025
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3588409 em 30/09/2025 da Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ 52251214000134 e protocolo 251717259 - 26/09/2025. Autenticação: 9BDDE7655D4AFB2935E6DDD6C7DB9C8A3214DCB. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/171.725-9 e o código de segurança af7A Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/171.725-9	MTP2500224901	26/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
368.525.031-00	CELIA FERNANDES BARBOSA	30/09/2025 15:29:46
Assinado utilizando assinatura qualificada		
388.158.341-68	FERNANDO SALES	26/09/2025 16:22:52
Assinado utilizando assinatura qualificada		
693.592.291-72	KARLOS CESAR FERNANDES	26/09/2025 16:19:49
Assinado utilizando assinatura qualificada		
008.267.141-96	KENYA CAMILA FERNANDES BELTRAO	26/09/2025 16:21:14
Assinado utilizando assinatura qualificada		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3588409 em 30/09/2025 da Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ 52251214000134 e protocolo 251717259 - 26/09/2025. Autenticação: 9BDDE7655D4AFB2935E6DDD6C7DB9C8A3214DCB. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/171.725-9 e o código de segurança af7A Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
KAMPAI MOTORS CUIABÁ LTDA

KARLOS CÉSAR FERNANDES, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, nascido em 09/08/1979 na cidade de Umuarama – PR, portador do documento de identidade RG sob o n.º 846.196 SEJUSP/MS e do CPF 693.592.291-72 residente e domiciliado na Rua Antônio de Oliveira Lima nº 656, Bairro Itanhangá Park - Campo Grande/MS, CEP 79.003-100;

KENYA CAMILA FERNANDES BELTRÃO, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, empresária, nascida em 16/10/1985 na cidade de Campo Grande - MS, portadora do documento de identidade RG sob o n.º 1334597 SEJUSP/MS e do CPF 008.267.141-96, residente e domiciliada na Avenida Poeta Manoel de Barros nº 1000, casa 35, Parque dos Poderes - Campo Grande/MS, CEP 79031-350;

CÉLIA FERNANDES BARBOSA, brasileira, casada sob o regime comunhão parcial de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG n° 329.606 SEJUSP/MS e do CPF n° 368.525.031-00, nascida em 25/07/1965, residente e domiciliada na Rua Nelson Borges de Barros nº 438, Bairro Carandá Bosque I – Campo Grande/MS, CEP 79032-190;

FERNANDO SALES, brasileiro, casado sob o regime comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 03/01/1971 na cidade de São Paulo - SP, portador do documento de identidade RG sob o n.º 543.455 SSP/MT e do CPF 388.158.341-68, residente e domiciliado na Avenida Bom Pastor, n.º 1517, Bairro Vilas Boas em Campo Grande/MS, CEP 79051-220.

Únicos sócios componentes da Sociedade Limitada denominada **KAMPAI MOTORS CUIABÁ LTDA**, constituída por instrumento particular arquivado na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso, sob n º 51202386670 em sessão de 20/09/2023, 1ª alteração sob. nº 3337724 em sessão de 13/09/2024, 2ª alteração sob. nº 3387602 em sessão de 30/12/2024 com sede na Avenida República do Libano n° 2.280 – Bairro Despraiado na cidade de Cuiabá – MT. CEP 78048-239, inscrita no **CNPJ nº 52.251.214/0001-34** tem entre si, justo e contratado, esta 3ª (terceira) alteração e consolidação do contrato social, o qual passará a vigor com a seguinte redação:

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO SOCIAL, LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, SEDE, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO

1.1 Altera-se a denominação social da sociedade para **KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA.**

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3588409 em 30/09/2025 da Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ 52251214000134 e protocolo 251717259 - 26/09/2025. Autenticação: 9BDDE7655D4AFB2935E6DDD6C7DB9C8A3214DCB. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/171.725-9 e o código de segurança af7A Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

1.2 Nome Fantasia será **KAMPAI CUIABÁ**

1.3 O endereço da Matriz é na Avenida República do Libano n° 2.280 – Bairro Despraiado na cidade de Cuiabá - MT, CEP 78048-239.

1.4 A Sociedade será regida por este Contrato Social, pelas disposições legais pertinentes às sociedades limitadas e, supletivamente, pela legislação aplicável às sociedades anônimas, nos termos do parágrafo único do artigo 1.053 da do Código Civil.

1.5 A Sociedade poderá, por resolução tomada por sócios representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, abrir, transferir ou encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos em todo território nacional.

1.6 Altera-se o objeto social da sociedade para as seguintes atividades: Comércio Varejista de Compra e Venda de Veículos Automotores Novos e Usados, Comércio Varejista de Peças e Acessórios Novos, Prestação de Serviços de Manutenção e Reparação Mecânica em Veículos Automotores Novos e Usados, Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores, Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores, Serviços de Funilaria, Pintura e Tapeçaria de veículos automotores, Serviços de Instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores, Comércio sob Consignação de Veículos Automotores Novos e Usados, Intermediação em Vendas de Veículos Novos e Usados, Comércio varejista de souvenirs, Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, Depósito e guarda de veículos novos, Locação de Automóveis sem condutor.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL, QUOTAS E PARTICIPAÇÃO

2.1. O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, no valor de R$ 7.000.000,00 (Sete milhões de reais), dividido em 7.000.000 (Sete milhões) quotas, é neste ato elevado para R$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais), dividido em 10.000.000 (Dez milhões) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada. O aumento de R$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais) terá, neste ato o valor de R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) integralizado em moeda corrente do País pelos sócios Karlos César Fernandes (R$ 500.000,00) e Kenya Camila Fernandes Beltrão (R$ 500.00,00) e o valor do saldo remanescente será integralizado em 31/12/2025 em moeda corrente nacional, conforme valor proporcional de cada sócio ficando assim distribuídas entre os sócios e possíveis alterações posteriores ("Quotas"):

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3588409 em 30/09/2025 da Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ 52251214000134 e protocolo 251717259 - 26/09/2025. Autenticação: 9BDDE7655D4AFB2935E6DDD6C7DB9C8A3214DCB. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/171.725-9 e o código de segurança af7A Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

SÓCIOS	QUOTAS	R$	%
Karlos César Fernandes	4.700.000	4.700.000,00	47,00%
Kenya Camila Fernandes Beltrão	4.700.000	4.700.000,00	47,00%
Célia Fernandes Barbosa	500.000	500.000,00	5,00%
Fernando Sales	100.000	100.000,00	1,00%
TOTAL	**10.000.000**	**10.000.000,00**	**100,00%**

2.2. A responsabilidade de cada sócio será limitada ao valor de suas respectivas Quotas, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social, de acordo com o artigo 1.052 do Código Civil.

2.3. Todas as Quotas são iguais e indivisíveis perante a Sociedade.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

A vista da modificação ora ajustada consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

KARLOS CÉSAR FERNANDES, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, nascido em 09/08/1979 na cidade de Umuarama – PR, portador do documento de identidade RG sob o n.º 846.196 SEJUSP/MS e do CPF 693.592.291-72 residente e domiciliado na Rua Antônio de Oliveira Lima nº 656, Bairro Itanhangá Park - Campo Grande/MS, CEP 79.003-100;

KENYA CAMILA FERNANDES BELTRÃO, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, empresária, nascida em 16/10/1985 na cidade de Campo Grande - MS, portadora do documento de identidade RG sob o n.º 1334597 SEJUSP/MS e do CPF 008.267.141-96, residente e domiciliada na Avenida Poeta Manoel de Barros nº 1000, casa 35, Parque dos Poderes - Campo Grande/MS, CEP 79031-350;

CÉLIA FERNANDES BARBOSA, brasileira, casada sob o regime comunhão parcial de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG n° 329.606 SEJUSP/MS e do CPF n° 368.525.031-00, nascida em 25/07/1965, residente e domiciliada na Rua Nelson Borges de Barros nº 438, Bairro Carandá Bosque I – Campo Grande/MS, CEP 79032-190;

FERNANDO SALES, brasileiro, casado sob o regime comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 03/01/1971 na cidade de São Paulo - SP, portador do documento de identidade RG sob o n.º 543.455 SSP/MT e do CPF 388.158.341-68, residente e domiciliado na Avenida Bom Pastor, n.º 1517, Bairro Vilas Boas em Campo Grande/MS, CEP 79051-220.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3588409 em 30/09/2025 da Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ 52251214000134 e protocolo 251717259 - 26/09/2025. Autenticação: 9BDDE7655D4AFB2935E6DDD6C7DB9C8A3214DCB. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/171.725-9 e o código de segurança af7A Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

CONTRATO SOCIAL

KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA

CNPJ Nº 52.251.214/0001-34

NIRE 51202386670

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO SOCIAL, LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, SEDE, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO

1.1 A sociedade girará sob a denominação social de **KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA**

1.2 Nome Fantasia será **KAMPAI CUIABÁ**

1.3 O endereço da Matriz é na Avenida República do Libano n° 2.280 – Bairro Despraiado na cidade de Cuiabá - MT, CEP 78048-239.

1.4 A Sociedade será regida por este Contrato Social, pelas disposições legais pertinentes às sociedades limitadas e, supletivamente, pela legislação aplicável às sociedades anônimas, nos termos do parágrafo único do artigo 1.053 da do Código Civil.

1.5 A Sociedade poderá, por resolução tomada por sócios representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, abrir, transferir ou encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos em todo território nacional.

1.6 A Matriz sociedade tem por objeto social as seguintes atividades: Comércio Varejista de Compra e Venda de Veículos Automotores Novos e Usados, Comércio Varejista de Peças e Acessórios Novos, Prestação de Serviços de Manutenção e Reparação Mecânica em Veículos Automotores Novos e Usados, Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores, Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores, Serviços de Funilaria, Pintura e Tapeçaria de veículos automotores, Serviços de Instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores, Comércio sob Consignação de Veículos Automotores Novos e Usados, Intermediação em Vendas de Veículos Novos e Usados, Comércio varejista de souvenirs, Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, Depósito e guarda de veículos novos, Locação de Automóveis sem condutor.

1.7 A presente sociedade iniciou suas atividades em 06/09/2023 e seu prazo de duração da Sociedade será indeterminado.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3588409 em 30/09/2025 da Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ 52251214000134 e protocolo 251717259 - 26/09/2025. Autenticação: 9BDDE7655D4AFB2935E6DDD6C7DB9C8A3214DCB. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/171.725-9 e o código de segurança af7A Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

1.8 Sem prejuízo dos demais termos expressamente definidos neste Contrato Social, os termos abaixo, quando iniciados em letras maiúsculas, terão os seguintes significados:

"Código Civil" significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

"Cargos de Primeiro Escalão" significa os cargos de Administrador ou gerente da Sociedade, bem como qualquer outro cargo com posição hierárquica equivalente, ainda que sob denominação diversa.

"Data da Resolução" significa (i) no caso de falecimento de um sócio, a do óbito; (ii) na hipótese de retirada imotivada, o sexagésimo dia seguinte ao do recebimento, pela Sociedade, da notificação do sócio retirante; (iii) no recesso, o dia do recebimento, pela Sociedade, da notificação do sócio dissidente; (iv) na exclusão judicial de qualquer sócio, a do trânsito em julgado da decisão que dissolver parcialmente a Sociedade; e (v) na exclusão extrajudicial por falta grave, a data da reunião de sócios que a tiver deliberado.

"IPCA" significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE.

"Parentes" significa, em relação a qualquer dos sócios, (i) seus respectivos cônjuges, companheiros e demais parentes por afinidade, nos termos do artigo 1.595 do Código Civil; (ii) em linha reta, os seus ascendentes e descendentes até o 2º grau; e (iii) em linha colateral, até o 4º grau.

"Orçamento Anual" significa cada orçamento anual que venha a ser aprovado pelos sócios nos termos deste Contrato Social, prevendo as fontes e as aplicações dos recursos da Sociedade, compreendendo período não superior a 12 (doze) meses.

"Ônus" significa todos e quaisquer ônus ou gravames, incluindo, mas não se limitando a, qualquer promessa de venda, opção de compra, vínculo, encargos, caução, restrição, direito de preferência ou de primeira oferta, direito de garantia, fideicomisso, penhor, hipoteca, alienação fiduciária, usufruto ou qualquer outro direito real de fruição, caução ou outra garantia, bem como quaisquer outros direitos ou reivindicações que possuam substancialmente os mesmos efeitos dos institutos ora referidos.

"Valor de Saída" significa o valor correspondente a 60 (sessenta) vezes a média do resultado financeiro da Sociedade nos últimos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à Data da Resolução, apurado com base no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), ajustado proporcionalmente à participação detida pelo sócio retirante no capital social da Sociedade, conforme a seguinte fórmula:

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3588409 em 30/09/2025 da Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ 52251214000134 e protocolo 251717259 - 26/09/2025. Autenticação: 9BDDE7655D4AFB2935E6DDD6C7DB9C8A3214DCB. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/171.725-9 e o código de segurança af7A Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

Valor de Saída =	**Resultado Financeiro Médio de 24 meses**	**X 60**	**X participação no capital social (%)**
	100		

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL, QUOTAS E PARTICIPAÇÃO

2.1. O capital social da Sociedade é de R$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais), dividido em 10.000.000 (Dez milhões) de quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, sendo o valor de R$ 8.000.000,00 (Oito milhões de reais) integralizados em moeda corrente do País, devendo o saldo remanescente ser integralizado em 31/12/2025 em moeda corrente nacional, ficando assim distribuídas entre os sócios e possíveis alterações posteriores ("Quotas"):

SÓCIOS	QUOTAS	R$	%
Karlos César Fernandes	4.700.000	4.700.000,00	47,00%
Kenya Camila Fernandes Beltrão	4.700.000	4.700.000,00	47,00%
Célia Fernandes Barbosa	500.000	500.000,00	5,00%
Fernando Sales	100.000	100.000,00	1,00%
TOTAL	**10.000.000**	**10.000.000,00**	**100,00%**

2.2. A responsabilidade de cada sócio será limitada ao valor de suas respectivas Quotas, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social, de acordo com o artigo 1.052 do Código Civil.

2.3. Todas as Quotas são iguais e indivisíveis perante a Sociedade.

CAPÍTULO III
ADMINISTRAÇÃO

3.1. A administração da Sociedade caberá aos sócios **KARLOS CÉSAR FERNANDES**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, nascido em 09/08/1979 na cidade de Umuarama – PR, portador do documento de identidade RG sob o n.º 846.196 SEJUSP/MS e do CPF 693.592.291-72 residente e domiciliado na Rua Antônio de Oliveira Lima nº 656, Bairro Itanhangá Park - Campo Grande/MS, CEP 79.003-100; **KENYA CAMILA FERNANDES BELTRÃO**, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, empresária, nascida em 16/10/1985 na cidade de Campo Grande - MS, portadora do documento de

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3588409 em 30/09/2025 da Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ 52251214000134 e protocolo 251717259 - 26/09/2025. Autenticação: 9BDDE7655D4AFB2935E6DDD6C7DB9C8A3214DCB. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/171.725-9 e o código de segurança af7A Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

identidade RG sob o n.º 1334597 SEJUSP/MS e do CPF 008.267.141-96, residente e domiciliada na Avenida Poeta Manoel de Barros nº 1000, casa 35, Parque dos Poderes - Campo Grande/MS, CEP 79031-350; e **CÉLIA FERNANDES BARBOSA**, brasileira, casada sob o regime comunhão parcial de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG n° 329.606 SEJUSP/MS e do CPF n° 368.525.031-00 nascida em 25/07/1965, residente e domiciliada na Rua Nelson Borges de Barros nº 438, Bairro Carandá Bosque I – Campo Grande/MS, CEP 79032-190; ("Célia" e, em conjunto com Karlos e Kenya, os "Administradores"), que exercerão seus cargos com mandatos por tempo indeterminado.

3.2. A Sociedade poderá ser representada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, por 2 (dois) Administradores, sempre agindo em conjunto entre si, em quaisquer atos, independentemente de valor, podendo, para tanto, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, celebrar contratos e adquirir, alienar e onerar bens.

3.3. Os Administradores estão dispensados de prestar caução em garantia do exercício de seus cargos.

3.4. Todas as procurações em nome da Sociedade deverão ser outorgadas por 2 (dois) Administradores, agindo em conjunto, e deverão especificar todos os poderes outorgados, e, exceto as procurações "ad judicia", deverão ter duração de até 1 (um) ano.

3.5. Quaisquer atos praticados pelos Administradores, por qualquer empregado ou procurador da Sociedade, em nome desta, e que sejam estranhos ao objeto social são expressamente proibidos e nulos de pleno direito.

3.6. Os administradores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CAPÍTULO IV
DELIBERAÇÕES SOCIAIS E REUNIÕES DE SÓCIOS

4.1. As deliberações de sócios serão tomadas em reuniões convocadas pelos Administradores ou por sócios representando, no mínimo, 25% (quarenta por cento) do capital social, convocadas com, pelo menos, 7 (sete) dias úteis de antecedência, por meio de notificação escrita contendo data, hora, local e ordem do dia, entregue a todos os sócios em seus respectivos endereços eletrônicos.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3588409 em 30/09/2025 da Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ 52251214000134 e protocolo 251717259 - 26/09/2025. Autenticação: 9BDDE7655D4AFB2935E6DDD6C7DB9C8A3214DCB. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/171.725-9 e o código de segurança af7A Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

4.2. Dispensam-se as formalidades de convocação previstas acima quando a totalidade dos sócios comparecerem à reunião, por si ou por meio de representantes, ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia da reunião de sócios, indicando por escrito como votam.

4.3. A reunião dos sócios, em primeira convocação, instala-se somente com a presença de sócios representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número. Em segunda convocação, a Reunião de Sócios ocorrerá 7 (sete) dias úteis após a data da sua não instalação em primeira convocação, sem a necessidade de envio de nova notificação prévia.

4.4. Caso sejam convocadas duas ou mais reuniões de sócios para deliberar sobre a mesma matéria, prevalecerá a que primeiro houver sido convocada.

4.5. A reunião de sócios será presidida e secretariada por quaisquer dos presentes, desde que o presidente e o secretário sejam aprovados por sócios representando 75% (setenta e cinco) por cento do capital social.

4.6. As reuniões de sócios não requererão quaisquer providências, formalidades ou quórum não previstos neste capítulo.

4.7. A reunião de sócios será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela. Os sócios poderão enviar os seus respectivos votos por escrito a todos os demais sócios, por meio de mensagem eletrônica, até 2 (duas) horas antes do horário marcado para o início da reunião de sócios em questão.

4.8. Poderão ser celebrados entre os sócios um ou mais acordos de quotistas para regular as matérias previstas ou não no presente Contrato Social.

4.8.1. A Sociedade e os Administradores deverão observar o "Acordo de Quotistas das Sociedades do Grupo Enzo" celebrado em 06 de dezembro de 2022 e arquivado na sede da Sociedade ("Acordo de Quotistas"). O presidente da reunião de sócios não computará votos proferidos em infração ao Acordo de Quotistas, inclusive no que diz respeito às deliberações tomadas em reunião prévia de sócios, nos termos ali previstos. O não comparecimento à reunião de sócios, bem como a abstenção de voto de qualquer sócio que seja parte do Acordo de Quotistas, assegura aos sócios prejudicados o direito de votar com as Quotas pertencentes ao sócio ausente ou omisso.

4.9. Em caso de conflito entre as disposições deste Contrato Social e o Acordo de Quotistas, deverá prevalecer o disposto no Acordo de Quotistas.

4.10. Cada Quota confere ao seu titular direito a um voto nas reuniões de sócios.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3588409 em 30/09/2025 da Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ 52251214000134 e protocolo 251717259 - 26/09/2025. Autenticação: 9BDDE7655D4AFB2935E6DDD6C7DB9C8A3214DCB. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/171.725-9 e o código de segurança af7A Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

4.11. Sem prejuízo de outras matérias que venham a ser submetidas à apreciação dos sócios, cuja aprovação dependerá do voto favorável de sócios titulares de Quotas representativas de 75% do capital social, as seguintes matérias estão sujeitas à aprovação em reunião de sócios, em conformidade com os quóruns previstos nas cláusulas 4.11.1 e 4.11.2 abaixo:

(i) aprovação das contas da administração e do balanço patrimonial;

(ii) aprovação da destinação do resultado líquido de cada exercício social;

(iii) a alteração do contrato social de uma Sociedade;

(iv) a eleição de administradores da Sociedades;

(v) definição da remuneração global anual dos administradores das Sociedades e da política de remuneração de administradores das Sociedades;

(vi) aprovação e eventual revisão do Orçamento Anual de cada Sociedade;

(vii) realização de qualquer transação entre uma Sociedade e uma parte relacionada, em conformidade com as definições constantes das normas contábeis em vigor a respeito do tema;

(viii) aprovação de quaisquer operações de natureza financeira, tais como empréstimos, financiamentos e aberturas de linhas de crédito, bem como eventuais modificações de tais operações, que resultem no aumento do endividamento da Sociedade, ou que façam com que as operações já existentes se tornem mais onerosas, em valores superiores, em moeda corrente nacional, ao equivalente a 5.000 (cinco mil) vezes o salário-mínimo vigente quando da aprovação da operação (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social), exceto se previsto no Orçamento Anual;

(ix) outorga de garantias de qualquer natureza a terceiros, incluindo a concessão, pela Sociedade, de avais, fiança ou outras garantias, exceto se previsto no Orçamento Anual;

(x) realização pela Sociedade de qualquer investimento, exceto para a aquisição de bens que integrem o ativo circulante, em valor superior, em moeda corrente nacional, a 5.000 (cinco mil) vezes o salário-mínimo vigente quando da aprovação da operação (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3588409 em 30/09/2025 da Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ 52251214000134 e protocolo 251717259 - 26/09/2025. Autenticação: 9BDDE7655D4AFB2935E6DDD6C7DB9C8A3214DCB. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/171.725-9 e o código de segurança af7A Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 00 - Contrato Social - 3ª Alteração Kampai MT.pdf (1/19) 190/311

natureza realizados num mesmo exercício social), para o desenvolvimento de novos projetos pela Sociedade em novos negócios e novas linhas de atividade, exceto se previsto no Orçamento Anual;

(xi) aprovação da realização pela Sociedade de qualquer investimento em participação societária (tais como subscrição de aumentos de capital, adiantamentos de aumento de capital, subscrição de títulos conversíveis em participação acionária, aquisição de participações societárias, celebração de parcerias e joint ventures, entre outros) em valor superior, em moeda corrente nacional, a 5.000 (cinco mil) vezes o salário mínimo vigente quando da aprovação da operação (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social), exceto se previsto no Orçamento Anual;

(xii) aprovação da venda, transferência, constituição de quaisquer Ônus ou outra forma de alienação ou oneração, pela Sociedade, de bens ou direitos que integrem o ativo não circulante, tangíveis e intangíveis, incluindo os direitos de propriedade intelectual, em valor superior, em moeda corrente nacional, a 5.000 (cinco mil) vezes o salário-mínimo vigente quando da aprovação da operação, exceto se previsto no Orçamento Anual;

(xiii) aprovação da celebração de contratos de qualquer natureza, exceto para a aquisição ou alienação de bens do ativo circulante, que envolvam valores superiores, em moeda corrente nacional, a 5.000 (cinco mil) vezes o salário-mínimo vigente quando da aprovação da operação (considerando o ato isoladamente ou um conjunto de atos correlatos), exceto se estiverem previstos no Orçamento Anual ou se referirem a aditivos de prorrogação de prazo contratual e eventuais rescisões;

(xiv) a modificação nas práticas contábeis da Sociedade;

(xv) a contratação de Parentes para atuarem na Sociedade, bem como sua demissão;

(xvi) a substituição ou a destituição dos administradores;

(xvii) aumento ou redução do capital social;

(xviii) alteração do objeto social das Sociedades;

(xix) alteração dos dispositivos do contrato social que tratem da resolução da Sociedade em relação a um sócio, a qualquer título;

(xx) alteração de dispositivos do contrato social que tratem das regras de destinação dos resultados do exercício social e da distribuição de proventos pela Sociedade;

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3588409 em 30/09/2025 da Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ 52251214000134 e protocolo 251717259 - 26/09/2025. Autenticação: 9BDDE7655D4AFB2935E6DDD6C7DB9C8A3214DCB. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/171.725-9 e o código de segurança af7A Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 00 - Contrato Social - 3ª Alteração Kampai MT.pdf (12/19) 191/311

(xxi) a contratação de Parentes para ocupar Cargos de Primeiro Escalão;

(xxii) criação de nova classe de Quotas, alteração dos direitos atribuídos às Quotas existentes, ou a conversão de Quotas de uma classe em Quotas de outra classe;

(xxiii) formulação de pedido recuperação judicial, falência, dissolução ou liquidação da Sociedade, incluindo a nomeação e destituição do liquidante e cessação do estado de liquidação; e

(xxiv) a transformação da Sociedade em outro tipo societário.

4.11.1. A aprovação das matérias listadas nos itens (i) a (xvii) acima dependerá do voto afirmativo de sócios titulares de Quotas representativas de, no mínimo, 75% do capital social.

4.11.2. A aprovação das matérias listadas nos itens (xviii) a (xxiv) acima dependerá do voto afirmativo da unanimidade dos sócios.

4.12. Nenhum sócio, por si ou na condição de mandatário, poderá votar, no âmbito das reuniões de sócios, matéria que lhe diga respeito diretamente ou que a beneficie de modo particular ("Impedimento de Voto").

4.13. O cômputo dos quóruns de deliberação indicados nas Cláusulas 4.11.1 e 4.11.2 acima não levará em consideração as Quotas detidas por sócios que se encontrarem em uma situação de Impedimento de Voto.

CAPÍTULO V
EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, os lucros ou perdas apuradas na proporção de suas quotas.

5.2. Em até 4 (quatro) meses do final de cada exercício social, sócios representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco) por cento do capital social, conforme o disposto na Cláusula 4.11 acima, tomarão as contas dos administradores, decidirão sobre a sua aprovação e destinação dos lucros.

5.3. Anualmente, uma vez deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, o lucro líquido da Sociedade será

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3588409 em 30/09/2025 da Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ 52251214000134 e protocolo 251717259 - 26/09/2025. Autenticação: 9BDDE7655D4AFB2935E6DDD6C7DB9C8A3214DCB. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/171.725-9 e o código de segurança af7A Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 00 - Contrato Social - 3ª Alteração Kampai MT.pdf (13/19) 192/311

destinado em conformidade com a deliberação tomada nos termos da cláusula 4.11, item (ii), acima.

CLÁUSULA VI
UTILIZAÇÃO DE BENS SOCIAIS

6.1. É vedado aos sócios, como regra geral, utilizar bens ou direitos pertencentes aos patrimônios da Sociedade em benefício próprio, de seus Parentes ou de quaisquer outras pessoas a elas relacionadas, físicas ou jurídicas, exceto mediante autorização prévia, expressa e por escrito, de todos os demais sócios.

CAPÍTULO VII
RESOLUÇÃO PARCIAL DA SOCIEDADE

7.1. A Sociedade poderá ser resolvida parcialmente, em relação a um ou mais sócios, em razão de (i) falecimento; (ii) exercício do direito de retirada; ou (iii) exclusão, judicial ou extrajudicial. Nesses casos, tal(is) sócio(s) da Sociedade fará jus a receber, a título de apuração de haveres, o montante equivalente o Valor de Saída de suas Quotas.

7.2. Os haveres de que trata a Cláusula 7.1 acima (i) deverão ser pagos em até 12 (doze) meses contados da respectiva Data da Resolução do Valor de Saída em questão, em parcelas mensais iguais; e (ii) poderão, observado o disposto no Acordo de Quotistas, ser parcialmente pagos por meio da transferência da propriedade de imóveis detidos pela Sociedade, cujo valor deverá ser apurado em laudo de avaliação emitido por empresa especializada de primeira linha, a ser escolhida pelos sócios remanescentes.

CAPÍTULO VIII
TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS E CESSÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

8.1. Quaisquer transferências de Quotas ou de direitos de subscrição de novas Quotas a terceiros, bem como a constituição de Ônus sobre as Quotas, deverão observar o disposto no Acordo de Quotistas, sob pena de tais atos serem nulos e ineficazes.

CAPÍTULO IX
DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3588409 em 30/09/2025 da Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ 52251214000134 e protocolo 251717259 - 26/09/2025. Autenticação: 9BDDE7655D4AFB2935E6DDD6C7DB9C8A3214DCB. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/171.725-9 e o código de segurança af7A Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

9.1. A Sociedade não se dissolverá pela incapacidade, falecimento, separação judicial ou divórcio, interdição, insolvência ou falência, exclusão ou retirada de qualquer sócio, prosseguindo a mesma com os sócios remanescentes, observado o disposto neste Contrato Social e no Acordo de Quotistas.

9.2. A Sociedade será dissolvida por deliberação dos sócios, conforme o disposto neste Contrato Social e nas demais hipóteses previstas em lei. Dissolvida a Sociedade, sua liquidação será procedida de conformidade com o disposto no Código Civil.

CAPÍTULO X
SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

10.1 Este Contrato Social será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

10.2. Todos os conflitos oriundos ou relacionados a este Contrato Social, inclusive aqueles que se refiram à sua validade, eficácia, violação, interpretação, término e rescisão, que não forem solucionados de forma amigável no prazo de 30 (trinta) dias após um dos sócios ter informado os demais sobre a sua existência, serão resolvidos por arbitragem, observados os seguintes termos.

10.3. A arbitragem será administrada e conduzida de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Centro de Arbitragem e Mediação da CCBC") em vigor na data de apresentação do requerimento de arbitragem.

10.4. A arbitragem será conduzida em português e terá sede na cidade de São Paulo/SP.

10.5. O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros, cabendo as partes de cada polo indicar 1 (um) árbitro, os quais, de comum acordo, nomearão o terceiro árbitro, que funcionará como Presidente do Tribunal Arbitral.

10.6. É vedado aos árbitros julgar por equidade.

10.7. Os sócios e a Sociedade se vinculam para todos os fins e efeitos de direito à presente cláusula compromissória. No entanto, previamente à instauração do Tribunal Arbitral, poderão ser requeridas perante o juízo comum competente medidas de urgência para a proteção ou salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório, sem que isso seja interpretado como uma renúncia à arbitragem. Para o exercício das referidas tutelas jurisdicionais, os sócios e a Sociedade elegem o foro central da Cidade de Cuiabá - MT, com renúncia expressa

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3588409 em 30/09/2025 da Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ 52251214000134 e protocolo 251717259 - 26/09/2025. Autenticação: 9BDDE7655D4AFB2935E6DDD6C7DB9C8A3214DCB. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/171.725-9 e o código de segurança af7A Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Quaisquer pedidos ou medidas implementadas pela autoridade judicial deverão ser notificadas sem demora ao Centro de Arbitragem e Mediação da CCBC pela Parte requerente, devendo esta informar ao Tribunal Arbitral competente, que poderá, assim que constituído, rever, conceder, manter ou revogar a medida de urgência solicitada.

10.8. Exceto se a sentença arbitral determinar diversamente, as despesas incorridas na arbitragem, excluídos os honorários advocatícios, serão divididas igualmente entre as partes do procedimento arbitral.

10.9. Os sócios e a Sociedade concordam que a arbitragem deverá ser mantida estritamente confidencial, e seus elementos (incluindo as alegações das partes, provas, laudos e outras manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados ou trocados no curso do procedimento arbitral), somente serão revelados ao Tribunal Arbitral, aos sócios, aos seus advogados e a qualquer pessoa cuja participação na arbitragem se faça necessária ao seu desenvolvimento, exceto se a divulgação for exigida para cumprimento das obrigações impostas por lei ou por decisão de qualquer autoridade competente.

E, por estarem assim justas e acordados, assinam as partes o presente instrumento em via única.

Cuiabá - MT, 23 de Setembro de 2025

_____	_____
Karlos César Fernandes Sócio/Administrador	Kenya Camila Fernandes Beltrão Sócia/Administradora
_____	_____
Célia Fernandes Barbosa Sócia/Administradora	Fernando Sales Sócio

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3588409 em 30/09/2025 da Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ 52251214000134 e protocolo 251717259 - 26/09/2025. Autenticação: 9BDDE7655D4AFB2935E6DDD6C7DB9C8A3214DCB. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/171.725-9 e o código de segurança af7A Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/171.725-9	MTP2500224901	26/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
368.525.031-00	CELIA FERNANDES BARBOSA	30/09/2025 15:29:47
Assinado utilizando assinatura qualificada		
388.158.341-68	FERNANDO SALES	26/09/2025 16:22:53
Assinado utilizando assinatura qualificada		
693.592.291-72	KARLOS CESAR FERNANDES	26/09/2025 16:19:49
Assinado utilizando assinatura qualificada		
008.267.141-96	KENYA CAMILA FERNANDES BELTRAO	26/09/2025 16:21:15
Assinado utilizando assinatura qualificada		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3588409 em 30/09/2025 da Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ 52251214000134 e protocolo 251717259 - 26/09/2025. Autenticação: 9BDDE7655D4AFB2935E6DDD6C7DB9C8A3214DCB. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/171.725-9 e o código de segurança af7A Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, de CNPJ 52.251.214/0001-34 e protocolado sob o número 25/171.725-9 em 26/09/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 3588409, em 30/09/2025. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Jandelice Santos Fernandes.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Kenner Langner da Silva. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
368.525.031-00	CELIA FERNANDES BARBOSA	30/09/2025 14:29:46
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC BR RFB G4	
388.158.341-68	FERNANDO SALES	26/09/2025 15:22:52
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC BR RFB G4	
693.592.291-72	KARLOS CESAR FERNANDES	26/09/2025 15:19:49
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC BR RFB G4	
008.267.141-96	KENYA CAMILA FERNANDES BELTRAO	26/09/2025 15:21:14
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC SAFEWEB RFB v5	

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
368.525.031-00	CELIA FERNANDES BARBOSA	30/09/2025 14:29:47
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC BR RFB G4	
388.158.341-68	FERNANDO SALES	26/09/2025 15:22:53
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC BR RFB G4	
693.592.291-72	KARLOS CESAR FERNANDES	26/09/2025 15:19:49
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC BR RFB G4	
008.267.141-96	KENYA CAMILA FERNANDES BELTRAO	26/09/2025 15:21:15
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC SAFEWEB RFB v5	

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 23/09/2025

Documento assinado eletronicamente por Jandelice Santos Fernandes, Servidor(a) Público(a), em 30/09/2025, às 14:33.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemat informando o número do protocolo 25/171.725-9.

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
735.399.371-53	KENNER LANGNER DA SILVA

Cuiabá. terça-feira, 30 de setembro de 2025

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3588409 em 30/09/2025 da Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ 52251214000134 e protocolo 251717259 - 26/09/2025. Autenticação: 9BDDE7655D4AFB2935E6DDD6C7DB9C8A3214DCB. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/171.725-9 e o código de segurança af7A Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/09/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Carteira Nacional de Habilitação (CNH) - SENATRAN **QR CODE**


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME: KENYA CAMILA FERNANDES BELTRAO
1ª HABILITAÇÃO: 04/08/2004
3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 16/10/1985, CAMPO GRANDE, MS
4a DATA EMISSÃO: 08/08/2023
4b VALIDADE: 07/08/2033
ACC:
D
4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: 1334597 SEJUSP MS
4d CPF: 008.267.141-96
5 Nº REGISTRO: 03348338580
9 CAT HAB: B
NACIONALIDADE: BRASILEIRO(A)
FILIAÇÃO: CARLOS DA GRACA FERNANDES
MARIA CLEMENTINA APARICIO FERNANDES
7 ASSINATURA DO PORTADOR
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
02662848330


9	10	11	12
ACC			
A			
A1			
B		07/08/2033	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL: CAMPO GRANDE, MS

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
41285887426
MS859884201

MATO GROSSO DO SUL

02662848330

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Este arquivo não pode ser utilizado como documento de habilitação.

Verifique autenticidade do QR Code com o app Vio.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2751519688

2 e 1 NOME E SOBRENOME: CELIA FERNANDES BARBOSA
1ª HABILITAÇÃO: 04/12/1985
3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 25/07/1965, UMUARAMA, PR
4a DATA EMISSÃO: 20/03/2024
4b VALIDADE: 19/03/2029
ACC:
D
4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: 329606 SEJUSP MS
4d CPF: 368.525.031-00
5 Nº REGISTRO: 04380689791
9 CAT HAB: B
NACIONALIDADE: BRASILEIRO
FILIAÇÃO: ORLANDO FERNANDES
APARECIDA FERNANDES
7 ASSINATURA DO PORTADOR


9	10	11	12
ACC			
A			
A1			
B		19/03/2029	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES
A

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
19125861856
MS862817897

LOCAL: CAMPO GRANDE, MS

2751519688

MATO GROSSO DO SUL

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA043806897<913<<<<<<<<<<<<
6507257F2903194BRA<<<<<<<<<<<2
CELIA<<FERNANDES<BARBOSA<<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
3106996546

2 e 1 NOME E SOBRENOME: FERNANDO SALES
1ª HABILITAÇÃO: 24/04/1989
3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 03/01/1971, SAO PAULO, SP
4a DATA EMISSÃO: 03/08/2022
4b VALIDADE: 02/08/2027
ACC
D
4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: 543455 SSP MT
4d CPF: 388.158.341-68
5 Nº REGISTRO: 00754198253
9 CAT HAB: AB
NACIONALIDADE: BRASILEIRO
FILIAÇÃO: SEBASTIAO R DE SALES
ERNESTINA G DE SALES
7 ASSINATURA DO PORTADOR



9	10	11	12
ACC			
A		02/08/2027	
A1			
B		02/08/2027	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
85492240781
MS855316233

LOCAL: CAMPO GRANDE, MS

3106996546

MATO GROSSO DO SUL

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA007541982<538<<<<<<<<<<<
7101032M2708023BRA<<<<<<<<<<2
FERNANDO<<SALES<<<<<<<<<<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob Nº. 52.251.214/0001-34, Inscrição Estadual Nº. 14.019.658-7e Inscrição Municipal sob Nº. 264633, com seus atos constitutivos devidamente registrados na (Junta Comercial do Estado) sob Nº. 51202386670, ora estabelecida na Avenida República do Libano n° 2280 – Bairro Despraiado na cidade de Cuiabá - MT, CEP 78048-239, neste ato representada pelos seus sócios Sr. Karlos César Fernandes, portador da Carteira de Identidade RG Nº. 846.196 SSP/MS e do CPF/MF Nº. 693.592.291-72, residente e domiciliado à Rua Antônio de Oliveira Lima, 656, Bairro Itanhangá Park em Campo Grande/MS, CEP: 79.003-100 e Sra. Kenya Camila Fernandes Beltrão, portador da carteira de identidade RG sob o n.º 1334597 SEJUSP/MS e do CPF 008.267.141-96, residente e domiciliado Avenida do Poeta nº 35 casa 35, Parque dos Poderes - Campo Grande/MS, CEP 79.017-080;

OUTORGADO: SR. CARLOS EDUARDO NUNES DE MAMÃ FERNANDES, brasileiro, casado, gerente comercial, portador do CPF N°. 861.343.611-00 e do RG N°. 912.305 SSP/MS, residente e domiciliado à Rua Pedro Álvares Cabral, 73, Bairro Caiçara, nesta cidade de Campo Grande/MS, CEP: 79.090-271.

PODERES: Pelo presente instrumento de mandato a empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA. confere ao Sr. CARLOS EDUARDO NUNES DE MAMÃ FERNANDES, plenos poderes para atuar perante aos Órgãos da Administração Pública direta e/ou indireta das esferas: federal, estadual ou municipal, autarquias, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e Privadas, em especial, participar como preposto em qualquer modalidade de licitação podendo o referido outorgado promover o cadastro da mesma, retirar editais, apresentar propostas, bem como apresentar recursos, impugnações, pedidos de reconsideração, solicitar cópias de documentos, formular lances na fase competitiva da licitação que comporá o preço final da proposta original ou desistir deste, requerer, na fase permitida, desistência ou retificação de preços iniciais ou quaisquer outras condições oferecidas, emitir e firmar o fechamento da operação, assinar contratos, atas e demais documentos provenientes do processo licitatório em questão, podendo ainda ser praticados todos os demais atos em direito permitidos, necessários ao pleno e fiel cumprimento deste mandato, que poderá ser substabelecido, com reservas, no todo ou em parte ficando estabelecido que os poderes ora conferidos ao Outorgado substabelecido somente terão validade nos atos de: 1)Formular lances na fase competitiva da licitação que comporá o preço final da proposta original ou desistir deste, requerer, na fase permitida, desistência ou retificação de preços iniciais ou quaisquer outras condições oferecidas, emitir e firmar o fechamento da operação através da documentação final de qualquer modalidade; 2) Retirar editais; 3) Promover cadastros; 4)Participar de reuniões para entrega de envelopes de documentos e preços; e 5) Para promover recursos e impugnações. O presente mandato terá validade a partir de 01 de Janeiro de 2026 até 31 de Dezembro de 2026. Em caso de rescisão de contrato de trabalho do Outorgado com a Outorgante, o presente instrumento perderá a validade com relação ao Outorgado.

Por ser expressão de verdade, assinamos a presente procuração.

Cuiabá/MT, 01 de Dezembro de 2025.

KARLOS CESAR FERNANDES:69359229172 Assinado de forma digital por KARLOS CESAR FERNANDES:69359229172 Dados: 2025.12.04 10:36:08 -04'00'

Karlos César Fernandes
Diretor

KENYA CAMILA FERNANDES BELTRAO:00826714196 Assinado de forma digital por KENYA CAMILA FERNANDES BELTRAO:00826714196 Dados: 2025.12.04 10:36:30 -04'00'

Kenya Camila Fernandes Beltrão
Diretora



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

325735618O

2 e 1 NOME E SOBRENOME: CARLOS EDUARDO NUNES DE MAMA FERNANDES

1ª HABILITAÇÃO: 23/03/1999

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 30/01/1979, CASCAVEL, PR

4a DATA EMISSÃO: 23/02/2024

4b VALIDADE: 22/02/2034

ACC:

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: 912305 SEJUSP MS

4d CPF: 861.343.611-00

5 Nº REGISTRO: 00565323216

9 CAT HAB: AD

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

FILIAÇÃO:

NATALIA NUNES DE MAMA

7 ASSINATURA DO PORTADOR



9	10	11	12
ACC			
A		22/02/2034	
A1			
B		22/02/2034	
B1			
C		22/02/2034	
C1			

9	10	11	12
D		22/02/2034	
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

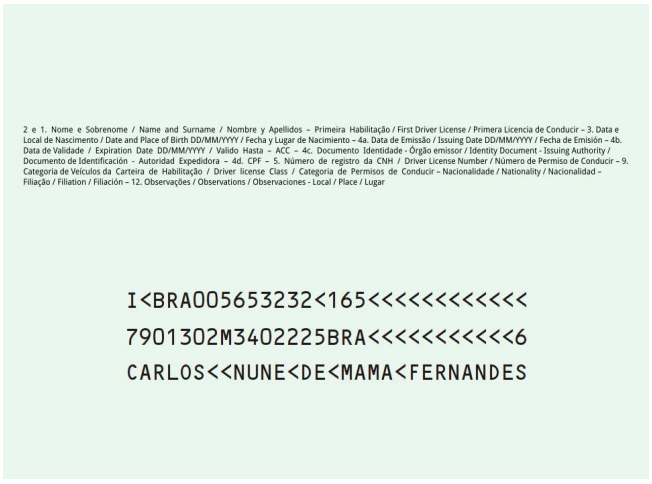
12 OBSERVAÇÕES
A

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
71842791513
MS862507073

LOCAL
CAMPO GRANDE, MS

325735618O

MATO GROSSO DO SUL



2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA005653232<165<<<<<<<<<<<<
7901302M3402225BRA<<<<<<<<<<<6
CARLOS<<NUNE<DE<MAMA<FERNANDES

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
52.251.214/0001-34 **MATRIZ**		**20/09/2023**

NOME EMPRESARIAL
KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
KAMPAI CUIABA	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados
45.12-9-02 - Comércio sob consignação de veículos automotores
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores
45.20-0-03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores
45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
45.20-0-08 - Serviços de capotaria
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NUMERO	COMPLEMENTO
AV REPUBLICA DO LIBANO	**2280**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.048-239	**DESPRAIADO**	**CUIABA**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
KAMPAICUIABA@KAMPAITOYOTA.COM.BR	**(67) 3322-0250**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**20/09/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **27/07/2026** às **10:06:26** (data e hora de Brasília).

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CNPJ	Data Início Atividade - SEFAZ
14.019.658-7	**52.251.214/0001-34**	**20/09/2023**

NOME EMPRESARIAL
KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
KAMPAI CUIABA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
4511-1/01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
4511-1/02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados
4512-9/02 - Comércio sob consignação de veículos automotores
4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
4520-0/02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores
4520-0/03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores
4520-0/05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
4520-0/07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
4520-0/08 - Serviços de capotaria
4530-7/03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
4789-0/01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos
7490-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DE NATUREZA JURÍDICA
2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV REPUBLICA DO LIBANO	**2280**	

CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
78048-239	**DESPRAIADO**	**CUIABÁ**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
kampaicuiaba@kampaitoyota.com.br	**(65) 2018-0180**

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVO	**26/04/2024**

MOTIVO DA SITUAÇÃO CADASTRAL

SIMPLES NACIONAL	MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL
NÃO	**NÃO**
ULTRAPASSOU SUBLIMITE ESTADUAL	MEI CAMINHONEIRO
NÃO	**NÃO**

Emitido no dia 30/06/2026 às 10:51:47 (data e hora de Cuiabá)

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CNPJ	Data Início Atividade - SEFAZ
14.019.658-7	**52.251.214/0001-34**	**20/09/2023**

NOME EMPRESARIAL
KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
KAMPAI CUIABA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
4511-1/01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
4511-1/02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados
4512-9/02 - Comércio sob consignação de veículos automotores
4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
4520-0/02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores
4520-0/03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores
4520-0/05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
4520-0/07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
4520-0/08 - Serviços de capotaria
4530-7/03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
4789-0/01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos
7490-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DE NATUREZA JURÍDICA
2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV REPUBLICA DO LIBANO	**2280**	

CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
78048-239	**DESPRAIADO**	**CUIABÁ**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
kampaicuiaba@kampaitoyota.com.br	**(65) 2018-0180**

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVO	**26/04/2024**

MOTIVO DA SITUAÇÃO CADASTRAL

SIMPLES NACIONAL	MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL
NÃO	**NÃO**
ULTRAPASSOU SUBLIMITE ESTADUAL	MEI CAMINHONEIRO
NÃO	**NÃO**

Emitido no dia 30/06/2026 às 10:51:47 (data e hora de Cuiabá)

PREFEITURA DE Cuiabá

ALVARÁ/2026

DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Código de Certificação

29513281358899202616013128 3

CM 264633

CNPJ/CPF 52.251.214/0001-34

Identificador 594344

Razão Social

KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA

Nome Fantasia

KAMPAI CUIABA

Atividade Principal

4511-1/01 - Comercio a Varejo de Automóveis, Camionetas e Utilitários Novos

Atividade Secundária

4520005 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
4520007 - Serviços de instalação,manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
7490104 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
4781400 - Comercio varejista de artigos do vestuarios e acessorios
4789001 - Comercio varejista de souveniers, bijuterias e artesanatos
4520008 - Serviços de capotaria
4512902 - Comercio sob consignação de veiculos automotores
4520003 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores
4530703 - Comercio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores

Localização

Avenida República do Líbano, 2280 - Bairro: Despraiado - CEP: 78048239 - Cuiabá - MT

Data Abertura Empresa	Area Utilizada/m²	Publicidade	Hor. Especial
06/09/2023	6932,12	SIM	NAO

Data da Inscrição CM	Uso Solo
20/09/2023	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Data Expedição	Inscr. Cad Imobiliário	Inscr. Estadual	Registro Junta Comercial/MT
28/01/2026	01.8.33.047.0588.001	140196587	51202386670

Ressalva

ELISANGELA FERNANDES BOKORNI
SECRETARIO DE MEIO AMB. E DESENV. URBANO

TANIA REGINA DE SOUZA
GERENTE DE ATIVIDADE ECONÔMICAS

EDIVALDO LOPES DA CONCEICAO
DIRETOR DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE ECONÔMICAS

28 de Janeiro de 2026.

MANTER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL

A Autenticidade do Alvará deverá ser confirmada em: www.cuiaba.mt.gov.br/taxas

PREFEITURA DE Cuiabá

ALVARÁ/2026

DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Código de Certificação

29513281358899202616013128 3

CM 264633

CNPJ/CPF 52.251.214/0001-34

Identificador 594344

Razão Social

KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA

Nome Fantasia

KAMPAI CUIABA

Atividade Principal

4511-1/01 - Comercio a Varejo de Automóveis, Camionetas e Utilitários Novos

Atividade Secundária

4520001 - Serviços de Manutenção e Reparação Mecânica de Veiculos Automotores
4520002 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veiculos automotores
7711000 - Locação de automóveis sem condutor
4511102 - Comercio a varejo de automóveis, camionetase utilitários usados

Localização

Avenida República do Líbano, 2280 - Bairro: Despraiado - CEP: 78048239 - Cuiabá - MT

Data Abertura Empresa	Area Utilizada/m²	Publicidade	Hor. Especial
06/09/2023	6932,12	SIM	NAO

Data da Inscrição CM	Uso Solo
20/09/2023	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Data Expedição	Inscr. Cad Imobiliário	Inscr. Estadual	Registro Junta Comercial/MT
28/01/2026	01.8.33.047.0588.001	140196587	51202386670

Ressalva

ELISANGELA FERNANDES BOKORNI
SECRETARIO DE MEIO AMB. E DESENV. URBANO

TANIA REGINA DE SOUZA
GERENTE DE ATIVIDADE ECONÔMICAS

EDIVALDO LOPES DA CONCEICAO
DIRETOR DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE ECONÔMICAS

28 de Janeiro de 2026.

MANTER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL

A Autenticidade do Alvará deverá ser confirmada em: www.cuiaba.mt.gov.br/taxas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA
CNPJ: 52.251.214/0001-34

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:47:55 do dia 30/03/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 26/09/2026.
Código de controle da certidão: **551D.C4B2.F454.3D85**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 52.251.214/0001-34
Certidão nº: 14948051/2026
Expedição: 09/03/2026, às 11:41:35
Validade: 05/09/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **52.251.214/0001-34**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 09 - CNDT KAMPAI CUIABA - 05.09.2026.pdf (1/1) 211/311

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 26455382

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada e após consulta aos registros nos sistemas de tramitação processual de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, há **2 ANOS**, **NADA CONSTA** nos registros de **PROCESSOS DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EM ANDAMENTO E ARQUIVADOS**, como **AUTOR E RÉU**, até a data de 13/08/2026, MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de:

KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA
CNPJ 52.251.214/0001-34

Observações:

a. As informações referentes ao **NOME e CNPJ** mencionados acima são de responsabilidade do solicitante. Cabe ao interessado e ao destinatário conferir a titularidade e verificar a autenticidade dos dados.

b. A autenticidade desta certidão pode ser verificada no site **sec.tjmt.jus.br**. acessando o campo "**Verificar autenticidade de 1º grau**". Para a consulta, é necessário informar o número da certidão e o CPF. A verificação pode ser realizada em até **3(três) meses** após a data de expedição.

c. A consulta é realizada na base de dados de processos distribuídos na Primeira Instância, abrangendo tanto a Justiça Comum quanto os Juizados. Estão incluídas **Inclui todas as ações relacionadas à recuperação judicial e falência**.

d. A presente certidão foi expedida com base nos critérios de busca selecionados pela parte requerente no sistema. Portanto, não exclui a possibilidade de existência de processo(s) que não se enquadrem nos parâmetros especificados no cabeçalho deste documento.

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da sua emissão.

Certidão nº 26455382.
A autencidade desta certidão pode ser consultada em:
http://sec.tjmt.jus.br/verificar-autenticidade-de-certidoes
Certidão emitida por ENILDETH NUNES COSTA BORGES.
Lotado na Central de Distribuição - Comarca da Capital - SDCR , dia 13/08/2026, às 13h:16

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.3.1

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
51202386670	52.251.214/0001-34	

NOME EMPRESARIAL
Kampai Motors Cuiabá Ltda

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2024 a 31/12/2024
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO	2

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
E5.56.9D.E4.63.D4.4F.0B.9D.4C.71.79.FB.A5.6A.04.69.56.7B.D6

ARQUIVOS SUBSTITUÍDOS (HASH)

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Administrador	69359229172	KARLOS CESAR FERNANDES:69359229172	730787987582722112928858637920000018963	14/05/2024 a 14/05/2025	Sim
Contador	52816958191	ANDREA ANTUNES DA SILVA:52816958191	743291946865808592538416815284390587758	03/05/2024 a 03/05/2025	Não

NÚMERO DO RECIBO:

E5.56.9D.E4.63.D4.4F.0B.9D.4C.71.79.
FB.A5.6A.04.69.56.7B.D6-8

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 28/03/2025 às 08:14:13

7E.C3.A8.C7.13.E0.4A.79
8E.C2.4E.28.38.6F.F7.21

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	Kampai Motors Cuiabá Ltda		
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024	CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	2		
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024		

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 3.029.636,00	R$ 21.896.361,32
ATIVO CIRCULANTE		R$ 3.029.636,00	R$ 18.210.170,22
DISPONIVEL		R$ 3.022.597,25	R$ 3.555.597,91
CAIXA		R$ 30.000,00	R$ 1.000,00
CAIXA		R$ 30.000,00	R$ 1.000,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 2.992.597,25	R$ 3.554.597,91
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 2.992.597,25	R$ 3.554.597,91
TITULOS A RECEBER		R$ 0,00	R$ 1.940.734,80
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 0,00	R$ 1.777.947,69
DUPLICATA A RECEBER VEICULOS NOVOS		R$ 0,00	R$ 1.653.047,69
DUPLICATA A RECEBER VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ 124.900,00
CARTOES DE CREDITO		R$ 0,00	R$ 158.799,86
CARTOES DE CREDITO		R$ 0,00	R$ 158.799,86
CONTAS VINCULADAS A FABRICA		R$ 0,00	R$ 3.987,25
CONTAS VINCULADAS A FABRICA		R$ 0,00	R$ 3.987,25
CREDITOS A RECEBER		R$ 7.038,75	R$ 801.274,40
CREDITOS A RECEBER		R$ 7.038,75	R$ 801.274,40
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		R$ 7.038,75	R$ 801.274,40
IMPOSTOS A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 597.643,38
IMPOSTOS A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 597.643,38
IMPOSTOS A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 597.643,38
ESTOQUE		R$ 0,00	R$ 11.314.919,73
ESTOQUE VEICULOS NOVOS		R$ 0,00	R$ 5.577.245,45
ESTOQUE VEICULOS NOVOS		R$ 0,00	R$ 5.577.245,45
ESTOQUE VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ 4.748.510,31
ESTOQUE VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ 4.748.510,31
ESTOQUE PECAS		R$ 0,00	R$ 989.163,97
ESTOQUE PECAS		R$ 0,00	R$ 989.163,97
ESTOQUE EM PODER DE TERCEIROS		R$ 0,00	R$ 0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE		R$ 0,00	R$ 3.686.191,10
IMOBILIZADO		R$ 0,00	R$ 3.686.191,10

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E5.56.9D.E4.63.D4.4F.0B.9D.4C.71.79.FB.A5.6A.04.69.56.7B.D6-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.1 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	Kampai Motors Cuiabá Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	2
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
IMOBILIZADO		R$ 0,00	R$ 3.741.527,82
IMOVEIS		R$ 0,00	R$ 801.000,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 0,00	R$ 1.327.327,03
MOVEIS E UTENSILIOS		R$ 0,00	R$ 1.364.053,80
FERRAMENTAS		R$ 0,00	R$ 75.441,00
COMPUTADORES E PERIFERICOS		R$ 0,00	R$ 173.705,99
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS		R$ (0,00)	R$ (55.336,72)
(-) DEPREC ACUM IMOVEIS		R$ (0,00)	R$ (9.625,02)
(-) DEPREC ACUM MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ (0,00)	R$ (21.691,92)
(-) DEPREC ACUM MOVEIS E UTENSILIOS		R$ (0,00)	R$ (15.789,77)
(-) DEPREC ACUM FERRAMENTAS		R$ (0,00)	R$ (1.257,35)
(-) DEPREC ACUM COMPUTADORES E PERIFERICOS		R$ (0,00)	R$ (6.972,66)
CONTAS TRANSITORIAS AUXILIARES		R$ 0,00	R$ 0,00
TRANSITORIAS AUXILIARES ATIVAS		R$ 0,00	R$ 0,00
TRANSITORIAS AUXILIARES ATIVAS		R$ 0,00	R$ 0,00
COMPENSACAO		R$ 0,00	R$ 0,00
COMPENSACAO ATIVA		R$ 0,00	R$ 61.598,47
COMPENSACAO ATIVA		R$ 0,00	R$ 61.598,47
BENS EM COMODATO		R$ 0,00	R$ 61.598,47
(-) COMPENSACAO PASSIVA		R$ (0,00)	R$ (61.598,47)
(-) COMPENSACAO PASSIVA		R$ (0,00)	R$ (61.598,47)
(-) BENS EM COMODATO		R$ (0,00)	R$ (61.598,47)
PASSIVO		R$ 3.029.636,00	R$ 21.896.361,32
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 30.000,00	R$ 17.250.083,57
TITULOS A PAGAR		R$ 30.000,00	R$ 16.129.831,86
FORNECEDORES		R$ 0,00	R$ 15.120.126,69
FORNECEDOR FABRICA VEICULOS		R$ 0,00	R$ 6.171.615,77
FORNECEDOR FABRICA PECAS E ACESSORIOS		R$ 0,00	R$ 496.060,37
FORNECEDORES OUTROS		R$ 0,00	R$ 8.545.450,55
(-) DEVOLUCAO DE COMPRAS		R$ 0,00	R$ (93.000,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E5.56.9D.E4.63.D4.4F.0B.9D.4C.71.79.FB.A5.6A.04.69.56.7B.D6-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.1 do Visualizador

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 11 - BALANÇO 2024 KAMPAI MT.pdf (3/13) 215/311

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	Kampai Motors Cuiabá Ltda		
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024	CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	2		
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024		

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
OBRIGACOES COM CLIENTES		R$ 30.000,00	R$ 1.009.705,17
OBRIGACOES COM CLIENTES		R$ 30.000,00	R$ 1.009.705,17
OBRIGACOES TRABALHISTAS		R$ 0,00	R$ 823.500,73
OBRIGACOES TRABALHISTAS		R$ 0,00	R$ 329.990,43
SALARIOS E COMISSOES A PAGAR		R$ 0,00	R$ 329.834,87
13o SALARIO A PAGAR		R$ 0,00	R$ 155,56
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 267.611,56
INSS A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 150.145,21
FGTS A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 38.312,62
IRRF A RECOLHER FOLHA DE PAGAMENTO		R$ 0,00	R$ 78.920,40
CONTRIBUICAO SINDICAL A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 233,33
PROVISOES		R$ 0,00	R$ 225.898,74
PROVISAO PARA FERIAS		R$ 0,00	R$ 225.898,74
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		R$ 0,00	R$ 296.750,98
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		R$ 0,00	R$ 296.426,59
ICMS A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 294.001,54
ISS A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 1.246,51
PIS A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 183,48
COFINS A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 846,81
RETENCOES DE PIS/COFINS/CSLL A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 148,25
RETENCOES DE IRRF		R$ 0,00	R$ 324,39
RETENCOES DE IRRF		R$ 0,00	R$ 324,39
OUTRAS CONTAS A PAGAR		R$ 0,00	R$ 0,00
OUTRAS CONTAS A PAGAR		R$ 0,00	R$ 0,00
PASSIVO NAO CIRCULANTE		R$ 0,00	R$ 1.000.000,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R$ 0,00	R$ 1.000.000,00
ADIANTAMENTO FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		R$ 0,00	R$ 1.000.000,00
ADIANTAMENTO FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		R$ 0,00	R$ 1.000.000,00
PATRIMONIO LIQUIDO		R$ 2.999.636,00	R$ 3.646.277,75
CAPITAL		R$ 3.000.000,00	R$ 7.000.000,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	Kampai Motors Cuiabá Ltda		
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024	CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	2		
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024		

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
CAPITAL SOCIAL		R$ 3.000.000,00	R$ 7.000.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		R$ 3.000.000,00	R$ 7.000.000,00
CAPITAL A INTEGRALIZAR		R$ 0,00	R$ 0,00
(-) LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ (364,00)	R$ (3.353.722,25)
(-) LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ (364,00)	R$ (3.353.722,25)
(-) LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ (364,00)	R$ (3.353.722,25)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	Kampai Motors Cuiabá Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	2
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITAS TOTAIS		R$ 0,00	R$ 4.542.779,06
VENDAS BRUTAS VEICULOS NOVOS		R$ 0,00	R$ 3.953.351,58
VENDAS BRUTAS VEICULOS NOVOS		R$ 0,00	R$ 3.953.351,58
VENDAS VEICULOS NOVOS		R$ 0,00	R$ 3.953.351,58
VENDAS VEICULOS NOVOS		R$ 0,00	R$ 3.953.351,58
VENDAS BRUTAS VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ 338.000,00
VENDAS BRUTAS VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ 338.000,00
VENDAS VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ 338.000,00
VENDAS VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ 338.000,00
VENDAS BRUTAS PECAS E ACESSORIOS		R$ 0,00	R$ 227.017,55
VENDAS BRUTAS PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ 0,00	R$ 173.885,36
VENDAS BRUTAS PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ 0,00	R$ 456,42
VENDAS PECAS BALCAO		R$ 0,00	R$ 456,42
VENDAS LUBRIFICANTES BALCAO		R$ 0,00	R$ 172.000,00
VENDAS LUBRIFICANTES BALCAO		R$ 0,00	R$ 172.000,00
VENDAS OUTRAS MERCADORIAS BALCAO		R$ 0,00	R$ 1.428,94
VENDAS OUTRAS MERCADORIAS BALCAO		R$ 0,00	R$ 1.428,94
VENDAS BRUTAS PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ 0,00	R$ 49.223,12
VENDAS PECAS REVISAO		R$ 0,00	R$ 35.735,10
VENDAS PECAS REVISAO		R$ 0,00	R$ 35.735,10
VENDAS ACESSORIOS REVISAO		R$ 0,00	R$ 1.360,00
VENDAS ACESSORIOS REVISAO		R$ 0,00	R$ 1.360,00
VENDAS PECAS/ACESS OUTRAS FONTES REVISAO		R$ 0,00	R$ 335,60
VENDAS PECAS/ACESS OUTRAS FONTES REVISAO		R$ 0,00	R$ 335,60
VENDAS LUBRIFICANTES REVISAO		R$ 0,00	R$ 4.500,11
VENDAS LUBRIFICANTES REVISAO		R$ 0,00	R$ 4.500,11
VENDAS GARANTIA REVISAO		R$ 0,00	R$ 3.106,54
VENDAS GARANTIA REVISAO		R$ 0,00	R$ 3.106,54
VENDAS MERCADORIAS DIVERSAS REVISAO		R$ 0,00	R$ 4.185,77
VENDAS MERCADORIAS DIVERSAS REVISAO		R$ 0,00	R$ 4.185,77
VENDAS BRUTAS PECAS/ACESS TRANSF INTERNA		R$ 0,00	R$ 3.909,07

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E5.56.9D.E4.63.D4.4F.0B.9D.4C.71.79.FB.A5.6A.04.69.56.7B.D6-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.1 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	Kampai Motors Cuiabá Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	2
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
VENDAS PECAS/ACESS TRANSFERENCIA INTERNA		R$ 0,00	R$ 3.909,07
VENDAS PECAS/ACESS TRANSFERENCIA INTERNA		R$ 0,00	R$ 3.909,07
VENDAS BRUTAS SERVICO		R$ 0,00	R$ 24.409,93
VENDAS BRUTAS MOB MECANICA		R$ 0,00	R$ 20.924,22
VENDAS MOB MECANICA		R$ 0,00	R$ 20.924,22
VENDAS MOB MECANICA		R$ 0,00	R$ 20.924,22
VENDAS BRUTAS MOB FUNILARIA E PINTURA		R$ 0,00	R$ 350,00
VENDAS MOB FUN E PINT		R$ 0,00	R$ 350,00
VENDAS MOB FUN E PINT		R$ 0,00	R$ 350,00
VENDAS BRUTAS MOB GARANTIA		R$ 0,00	R$ 880,71
VENDAS MOB GARANTIA		R$ 0,00	R$ 880,71
VENDAS MOB GARANTIA		R$ 0,00	R$ 880,71
VENDAS BRUTAS MOB SERVICOS TERCEIROS		R$ 0,00	R$ 2.255,00
VENDAS MOB SERVICOS DE TERCEIROS		R$ 0,00	R$ 2.255,00
VENDAS MOB SERVICOS DE TERCEIROS		R$ 0,00	R$ 2.255,00
(-) DEDUCOES DA RECEITA BRUTA		R$ 0,00	R$ (119.263,98)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS		R$ 0,00	R$ (16.963,62)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS - ICMS		R$ 0,00	R$ (3.147,82)
(-) ICMS S/ VENDAS VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ (2.873,00)
(-) ICMS S/ VENDAS VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ (2.873,00)
(-) ICMS S/ VENDAS PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ 0,00	R$ (6,46)
(-) ICMS S/ VENDAS PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ 0,00	R$ (6,46)
(-) ICMS S/ VENDAS PECAS/ACESSORIOS REVISAO		R$ 0,00	R$ (255,63)
(-) ICMS S/ VENDAS PECAS/ACESSORIOS REVISAO		R$ 0,00	R$ (255,63)
(-) ICMS S/ VENDAS PEC/ACESS TRANSF INTERNA		R$ 0,00	R$ (12,73)
(-) ICMS S/ VENDAS PEC/ACESS TRANSF INTERNA		R$ 0,00	R$ (12,73)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS - PIS		R$ 0,00	R$ (2.266,65)
(-) PIS S/ VENDAS VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ (183,48)
(-) PIS S/ VENDAS VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ (183,48)
(-) PIS S/ VENDAS PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ 0,00	R$ (1.252,37)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	Kampai Motors Cuiabá Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	2
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) PIS S/ VENDAS PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ 0,00	R$ (1.252,37)
(-) PIS S/ VENDAS PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ 0,00	R$ (426,53)
(-) PIS S/ VENDAS PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ 0,00	R$ (426,53)
(-) PIS S/ VENDAS PEC/ACESS TRANSF INTERNAS		R$ 0,00	R$ (39,11)
(-) PIS S/ VENDAS PEC/ACESS TRANSF INTERNAS		R$ 0,00	R$ (39,11)
(-) PIS S/ VENDAS SERVICOS		R$ 0,00	R$ (309,74)
(-) PIS S/ MAO DE OBRA MECANICA		R$ 0,00	R$ (309,74)
(-) PIS S/ MAO DE OBRA FUNILARIA E PINTURA		R$ 0,00	R$ (5,78)
(-) PIS S/ MAO DE OBRA FUNILARIA E PINTURA		R$ 0,00	R$ (5,78)
(-) PIS S/ MOB GARANTIA		R$ 0,00	R$ (14,53)
(-) PIS S/ MOB GARANTIA		R$ 0,00	R$ (14,53)
(-) PIS S/ MAO DE OBRA SERVICOS DE TERCEIROS		R$ 0,00	R$ (35,11)
(-) PIS S/ MAO DE OBRA SERVICOS DE TERCEIROS		R$ 0,00	R$ (35,11)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS - COFINS		R$ 0,00	R$ (10.442,64)
(-) COFINS S/ VENDAS VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ (846,81)
(-) COFINS S/ VENDAS VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ (846,81)
(-) COFINS S/ VENDAS PECA/ACESSORIOS BALCAO		R$ 0,00	R$ (5.768,49)
(-) COFINS S/ VENDAS PECA/ACESSORIOS BALCAO		R$ 0,00	R$ (5.768,49)
(-) COFINS S/ PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ 0,00	R$ (1.965,43)
(-) COFINS S/ PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ 0,00	R$ (1.965,43)
(-) COFINS S/ VENDAS PEC/ACES TRANSF INTERNA		R$ 0,00	R$ (180,04)
(-) COFINS S/ VENDAS PEC/ACES TRANSF INTERNA		R$ 0,00	R$ (180,04)
(-) COFINS S/ VENDAS SERVICO		R$ 0,00	R$ (1.426,66)
(-) COFINS S/ MOB MECANICA		R$ 0,00	R$ (1.426,66)
(-) COFINS S/ MOB FUNILARIA PINTURA		R$ 0,00	R$ (26,60)
(-) COFINS S/ MOB FUNILARIA PINTURA		R$ 0,00	R$ (26,60)
(-) COFINS S/ MOB GARANTIA		R$ 0,00	R$ (66,94)
(-) COFINS S/ MOB GARANTIA		R$ 0,00	R$ (66,94)

Entidade:	Kampai Motors Cuiabá Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	2
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) COFINS S/ MOB SERVICOS DE TERCEIROS		R$ 0,00	R$ (161,67)
(-) COFINS S/ MOB SERVICOS DE TERCEIROS		R$ 0,00	R$ (161,67)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS - ISS		R$ 0,00	R$ (1.106,51)
(-) ISS S/ VENDAS SERVICOS		R$ 0,00	R$ (938,61)
(-) ISS S/ MOB MECANICA		R$ 0,00	R$ (938,61)
(-) ISS S/ MOB FUNILARIA PINTURA		R$ 0,00	R$ (17,50)
(-) ISS S/ MOB FUNILARIA PINTURA		R$ 0,00	R$ (17,50)
(-) ISS S/ MOB GARANTIA		R$ 0,00	R$ (44,04)
(-) ISS S/ MOB GARANTIA		R$ 0,00	R$ (44,04)
(-) ISS S/ MOB SERVICOS DE TERCEIROS		R$ 0,00	R$ (106,36)
(-) ISS S/ MOB SERVICOS DE TERCEIROS		R$ 0,00	R$ (106,36)
(-) DESCONTOS INCONDICIONAIS		R$ 0,00	R$ (102.300,36)
(-) DESCONTOS INCONDICIONAIS		R$ 0,00	R$ (102.300,36)
(-) DESC INCOND PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ 0,00	R$ (97.827,85)
(-) DESC INCOND PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ 0,00	R$ (97.827,85)
(-) DESC INCOND PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ 0,00	R$ (2.191,71)
(-) DESC INCOND PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ 0,00	R$ (2.191,71)
(-) DESC INCOND SERVICOS		R$ 0,00	R$ (2.153,00)
(-) DESC INCOND MOB MECANICA		R$ 0,00	R$ (2.153,00)
(-) DESC INCOND MOB SERV TERCEIROS		R$ 0,00	R$ (127,80)
(-) DESC INCOND MOB SERV TERCEIROS		R$ 0,00	R$ (127,80)
(-) CUSTOS TOTAIS		R$ 0,00	R$ (4.229.736,27)
(-) CUSTOS VENDAS VEICULOS NOVOS		R$ 0,00	R$ (3.679.215,94)
(-) CUSTOS VENDAS AUTOS NOVOS		R$ 0,00	R$ (3.679.215,94)
(-) CUSTOS VENDAS AUTOS NOVOS		R$ 0,00	R$ (3.679.215,94)
(-) CUSTOS VENDAS AUTOS NOVOS		R$ 0,00	R$ (3.679.215,94)
(-) CUSTOS VENDAS VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ (306.900,12)
(-) CUSTOS VENDAS VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ (306.900,12)
(-) CUSTOS VENDAS VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ (306.900,12)
(-) CUSTOS VENDAS VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ (306.900,12)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESSORIOS ATACADO		R$ 0,00	R$ (108.897,17)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E5.56.9D.E4.63.D4.4F.0B.9D.4C.71.79.FB.A5.6A.04.69.56.7B.D6-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.1 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	Kampai Motors Cuiabá Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	2
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ 0,00	R$ (75.366,14)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ 0,00	R$ (75.366,14)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ 0,00	R$ (75.366,14)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ 0,00	R$ (30.372,25)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ 0,00	R$ (30.372,25)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ 0,00	R$ (30.372,25)
(-) CUSTOS VENDAS P&A TRANSF INTERNA		R$ 0,00	R$ (3.158,78)
(-) CUSTOS VENDAS P&A TRANSF INTERNA		R$ 0,00	R$ (3.158,78)
(-) CUSTOS VENDAS P&A TRANSF INTERNA		R$ 0,00	R$ (3.158,78)
(-) CUSTOS OFICINA		R$ 0,00	R$ (134.723,04)
(-) CUSTOS MOB MECANICA		R$ 0,00	R$ (116.867,99)
(-) CUSTOS MOB MECANICA		R$ 0,00	R$ (116.867,99)
(-) CUSTOS MOB MEC COMISSOES ENCARGOS BENEF		R$ 0,00	R$ (107.234,72)
(-) CUSTOS MOB MEC PROVISOES PARA 13 SALARIO		R$ 0,00	R$ (4.424,82)
(-) CUSTOS MOB MEC PROVISOES PARA FERIAS		R$ 0,00	R$ (5.208,45)
(-) OUTROS CUSTOS MECANICA		R$ 0,00	R$ (17.855,05)
(-) OUTROS CUSTOS MECANICA		R$ 0,00	R$ (17.855,05)
(-) OUTROS CUSTOS MECANICA		R$ 0,00	R$ (17.855,05)
(-) DESPESAS		R$ (364,00)	R$ (3.558.988,44)
(-) DESPESAS DEPARTAMENTAIS		R$ (364,00)	R$ (3.558.988,44)
(-) DESPESAS DE VENDAS		R$ 0,00	R$ (2.142.417,24)
(-) COMISSOES E SALARIOS - VENDAS		R$ 0,00	R$ (561.271,28)
(-) COMISSOES E SALARIOS - VENDAS		R$ 0,00	R$ (561.271,28)
(-) ENCARGOS SOCIAIS - VENDAS		R$ 0,00	R$ (198.742,33)
(-) ENCARGOS SOCIAIS - VENDAS		R$ 0,00	R$ (198.742,33)
(-) DESPESAS PESSOAL - VENDAS		R$ 0,00	R$ (112.265,85)
(-) DESPESAS PESSOAL - VENDAS		R$ 0,00	R$ (112.265,85)
(-) PROVISOES - VENDAS		R$ 0,00	R$ (316.000,26)
(-) PROVISAO DE FERIAS - VENDAS		R$ 0,00	R$ (185.664,05)
(-) PROVISAO DE 13o SALARIO - VENDAS		R$ 0,00	R$ (130.336,21)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	Kampai Motors Cuiabá Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	2
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) DESPESAS DIRETAS COM VENDAS		R$ 0,00	R$ (915.599,85)
(-) DESPESAS DIRETAS COM VENDAS		R$ 0,00	R$ (915.599,85)
(-) VIAGENS E HOSPEDAGENS		R$ 0,00	R$ (38.537,67)
(-) VIAGENS E HOSPEDAGENS		R$ 0,00	R$ (38.537,67)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ 0,00	R$ (215.269,33)
(-) COMISSOES E SALARIOS		R$ 0,00	R$ (102.138,40)
(-) COMISSOES E SALARIOS		R$ 0,00	R$ (102.138,40)
(-) ENCARGOS SOCIAIS		R$ 0,00	R$ (33.128,65)
(-) ENCARGOS SOCIAIS		R$ 0,00	R$ (33.128,65)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R$ 0,00	R$ (17.539,97)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R$ 0,00	R$ (17.539,97)
(-) PROVISOES		R$ 0,00	R$ (62.462,31)
(-) PROVISAO DE FERIAS		R$ 0,00	R$ (35.692,91)
(-) PROVISAO DE 13o SALARIO		R$ 0,00	R$ (26.769,40)
(-) DESPESAS GERAIS		R$ (364,00)	R$ (1.201.301,87)
(-) DESPESAS MATERIAIS DE CONSUMO		R$ 0,00	R$ (37.828,16)
(-) DESPESAS MATERIAIS DE CONSUMO		R$ 0,00	R$ (37.828,16)
(-) ALUGUEIS		R$ 0,00	R$ (30.769,43)
(-) ALUGUEIS		R$ 0,00	R$ (30.769,43)
(-) DESPESAS FUNCIONAMENTO		R$ (364,00)	R$ (114.091,45)
(-) DESPESAS FUNCIONAMENTO		R$ (364,00)	R$ (114.091,45)
(-) VIAGENS E HOSPEDAGENS		R$ 0,00	R$ (150.464,78)
(-) VIAGENS E HOSPEDAGENS		R$ 0,00	R$ (150.464,78)
(-) DESPESAS COM MANUTENCAO		R$ 0,00	R$ (99.970,47)
(-) DESPESAS COM MANUTENCAO		R$ 0,00	R$ (99.970,47)
(-) SERVICOS DE TERCEIROS		R$ 0,00	R$ (441.568,66)
(-) SERVICOS DE TERCEIROS		R$ 0,00	R$ (441.568,66)
(-) DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS		R$ 0,00	R$ (98,70)
(-) DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS		R$ 0,00	R$ (98,70)
(-) IMPOSTOS E TAXAS DIVERSOS		R$ 0,00	R$ (27.529,39)
(-) IMPOSTOS E TAXAS DIVERSOS		R$ 0,00	R$ (31.651,34)
CREDITOS PIS/COFINS PROPORCIONALIDADE		R$ 0,00	R$ 4.121,95
(-) AMORTIZACOES E DEPRECIACOES		R$ 0,00	R$ (55.336,72)
(-) AMORTIZACOES E DEPRECIACOES		R$ 0,00	R$ (55.336,72)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E5.56.9D.E4.63.D4.4F.0B.9D.4C.71.79.FB.A5.6A.04.69.56.7B.D6-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.1 do Visualizador

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 11 - BALANÇO 2024 KAMPAI MT.pdf (11/13) 223/311

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	Kampai Motors Cuiabá Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	2
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) BENS DE NATUREZA PERMANENTE NAO IMOBILIZ		R$ 0,00	R$ (233.242,26)
(-) BENS DE NATUREZA PERMANENTE NAO IMOBILIZ		R$ 0,00	R$ (233.242,26)
(-) DESPESAS INDEDUTIVEIS		R$ 0,00	R$ (2.191,29)
(-) DESPESAS INDEDUTIVEIS		R$ 0,00	R$ (2.191,29)
(-) IPVA/LICENC/M.TRANSITO/DESPACHANTE		R$ 0,00	R$ (8.210,56)
(-) IPVA/LICENC/M.TRANSITO/DESPACHANTE		R$ 0,00	R$ (8.210,56)
RESULTADOS NAO OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ 11.851,38
RESULTADOS NAO OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ 15.517,87
RENDAS FINANCEIRAS		R$ 0,00	R$ 14.585,91
RENDAS FINANCEIRAS		R$ 0,00	R$ 14.585,91
RENDAS FINANCEIRAS		R$ 0,00	R$ 14.585,91
RECEITAS OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ 931,96
RECEITAS OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ 931,96
RECEITAS OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ 931,96
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ 0,00	R$ (3.666,49)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ 0,00	R$ (3.666,49)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ 0,00	R$ (3.666,49)
(-) ENCARGOS		R$ 0,00	R$ (1.042,95)
(-) JUROS PAGOS		R$ 0,00	R$ (2.623,54)
(-) LUCROS E PERDAS (ENCERRAMENTO)		R$ (364,00)	R$ (3.353.358,25)
LUCROS E PERDAS		R$ 0,00	R$ 0,00
LUCROS E PERDAS		R$ 0,00	R$ 0,00
APURACAO DE RESULTADOS		R$ 0,00	R$ 0,00

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	Kampai Motors Cuiabá Ltda		
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024	CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	2		
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	Kampai Motors Cuiabá Ltda
NIRE	51202386670
CNPJ	52.251.214/0001-34
Número de Ordem	2
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Município	CUIABA
Data do arquivamento dos atos constitutivos	20/09/2023
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2024
Quantidade total de linhas do arquivo digital	25683

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	Kampai Motors Cuiabá Ltda
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Número de ordem	2
Quantidade total de linhas do arquivo digital	25683
Data de inicio	01/01/2024
Data de término	31/12/2024

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E5.56.9D.E4.63.D4.4F.0B.9D.4C.71.79.FB.A5.6A.04.69.56.7B.D6-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.1 do Visualizador

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.3.5

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
51202386670	52.251.214/0001-34	

NOME EMPRESARIAL
Kampai Motors Mato Grosso Ltda

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2025 a 31/12/2025
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO	3

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
B5.CF.FE.D5.7F.78.DF.B0.78.C5.4B.97.6C.ED.D3.BF.BE.3F.32.28

ARQUIVOS SUBSTITUÍDOS (HASH)

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Administrador	69359229172	KARLOS CESAR FERNANDES:69359229172	713239219562489750 3	11/03/2026 a 11/03/2027	Sim
Contador	03265168166	MAYCON DOS SANTOS BRAGA:03265168166	677460679503007689 7	04/04/2025 a 04/04/2026	Não

NÚMERO DO RECIBO:

B5.CF.FE.D5.7F.78.DF.B0.78.C5.4B.97
.6C.ED.D3.BF.BE.3F.32.28-7

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 31/03/2026 às 11:26:08

EC.B8.49.EE.EE.D9.BF.97
C2.5F.A7.9E.DA.E3.68.90

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	Kampai Motors Mato Grosso Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	3
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 21.896.361,32	R$ 31.684.616,02
ATIVO CIRCULANTE		R$ 18.210.170,22	R$ 24.810.240,33
DISPONIVEL		R$ 3.555.597,91	R$ 4.307.744,17
CAIXA		R$ 1.000,00	R$ 38.712,37
CAIXA		R$ 1.000,00	R$ 38.712,37
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 3.554.597,91	R$ 2.474.751,96
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 3.554.597,91	R$ 2.474.751,96
APLICACOES FINANCEIRAS		R$ 0,00	R$ 1.794.279,84
APLICACOES FINANCEIRAS		R$ 0,00	R$ 1.794.279,84
TITULOS A RECEBER		R$ 1.940.734,80	R$ 8.215.689,20
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 1.777.947,69	R$ 4.044.040,68
DUPLICATA A RECEBER VEICULOS NOVOS		R$ 1.653.047,69	R$ 2.502.918,88
DUPLICATA A RECEBER VEICULOS USADOS		R$ 124.900,00	R$ 368.765,38
DUPLICATAS A RECEBER PECAS E ACESSORIOS		R$ 0,00	R$ 861.003,43
DUPLICATAS A RECEBER POS VENDAS		R$ 0,00	R$ 311.352,99
CARTOES DE CREDITO		R$ 158.799,86	R$ 3.783.194,15
CARTOES DE CREDITO		R$ 158.799,86	R$ 3.783.194,15
CREDITOS A RECEBER FABRICA		R$ 0,00	R$ 180.000,00
CREDITOS A RECEBER FABRICA		R$ 0,00	R$ 180.000,00
CONTAS VINCULADAS A FABRICA		R$ 3.987,25	R$ 208.454,37
CONTAS VINCULADAS A FABRICA		R$ 3.987,25	R$ 208.454,37
CREDITOS A RECEBER		R$ 801.274,40	R$ 1.387.322,26
CREDITOS A RECEBER		R$ 801.274,40	R$ 1.387.322,26
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS		R$ 0,00	R$ 48.657,75
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		R$ 801.274,40	R$ 1.338.664,51
IMPOSTOS A RECUPERAR		R$ 597.643,38	R$ 835.239,70
IMPOSTOS A RECUPERAR		R$ 597.643,38	R$ 835.239,70
IMPOSTOS A RECUPERAR		R$ 597.643,38	R$ 835.239,70
ESTOQUE		R$ 11.314.919,73	R$ 10.064.245,00
ESTOQUE VEICULOS NOVOS		R$ 5.577.245,45	R$ 4.262.881,87
ESTOQUE VEICULOS NOVOS		R$ 5.577.245,45	R$ 4.262.881,87
ESTOQUE VEICULOS USADOS		R$ 4.748.510,31	R$ 4.404.825,00
ESTOQUE VEICULOS USADOS		R$ 4.748.510,31	R$ 4.404.825,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	Kampai Motors Mato Grosso Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	3
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ESTOQUE PECAS		R$ 989.163,97	R$ 1.396.538,13
ESTOQUE PECAS		R$ 989.163,97	R$ 1.396.538,13
ESTOQUE EM PODER DE TERCEIROS		R$ 0,00	R$ 0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE		R$ 3.686.191,10	R$ 6.874.375,69
IMOBILIZADO		R$ 3.686.191,10	R$ 6.874.375,69
IMOBILIZADO		R$ 3.741.527,82	R$ 7.778.510,25
IMOVEIS		R$ 801.000,00	R$ 829.104,56
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADES TERCEIROS		R$ 0,00	R$ 740.740,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 1.327.327,03	R$ 1.928.159,05
MOVEIS E UTENSILIOS		R$ 1.364.053,80	R$ 1.602.390,45
VEICULOS DE USO PROPRIO		R$ 0,00	R$ 2.365.352,11
FERRAMENTAS		R$ 75.441,00	R$ 83.222,54
COMPUTADORES E PERIFERICOS		R$ 173.705,99	R$ 229.541,54
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS		R$ (55.336,72)	R$ (904.134,56)
(-) DEPREC ACUM IMOVEIS		R$ (9.625,02)	R$ (50.767,54)
(-) DEPREC ACUM BENFEITORIAS PROPR TERCEIROS		R$ (0,00)	R$ (65.333,25)
(-) DEPREC ACUM MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ (21.691,92)	R$ (209.706,69)
(-) DEPREC ACUM MOVEIS E UTENSILIOS		R$ (15.789,77)	R$ (183.009,19)
(-) DEPREC ACUM VEICULOS DE USO PROPRIO		R$ (0,00)	R$ (331.186,46)
(-) DEPREC ACUM FERRAMENTAS		R$ (1.257,35)	R$ (17.058,79)
(-) DEPREC ACUM COMPUTADORES E PERIFERICOS		R$ (6.972,66)	R$ (47.072,64)
CONTAS TRANSITORIAS AUXILIARES		R$ 0,00	R$ 0,00
TRANSITORIAS AUXILIARES ATIVAS		R$ 0,00	R$ 0,00
TRANSITORIAS AUXILIARES ATIVAS		R$ 0,00	R$ 0,00
COMPENSACAO		R$ 0,00	R$ 0,00
COMPENSACAO ATIVA		R$ 61.598,47	R$ 603.185,67
COMPENSACAO ATIVA		R$ 61.598,47	R$ 603.185,67
COMPENSACAO ATIVA		R$ 0,00	R$ 240.900,00
BENS EM COMODATO		R$ 61.598,47	R$ 362.285,67
(-) COMPENSACAO PASSIVA		R$ (61.598,47)	R$ (603.185,67)
(-) COMPENSACAO PASSIVA		R$ (61.598,47)	R$ (603.185,67)
(-) COMPENSACAO PASSIVA		R$ (0,00)	R$ (240.900,00)

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	Kampai Motors Mato Grosso Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	3
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
(-) BENS EM COMODATO		R$ (61.598,47)	R$ (362.285,67)
PASSIVO		R$ 21.896.361,32	R$ 31.684.616,02
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 17.250.083,57	R$ 21.118.214,42
TITULOS A PAGAR		R$ 16.129.831,86	R$ 19.534.011,00
FORNECEDORES		R$ 15.120.126,69	R$ 17.297.008,06
FORNECEDOR FABRICA VEICULOS		R$ 6.171.615,77	R$ 13.197.281,60
FORNECEDOR FABRICA PECAS E ACESSORIOS		R$ 496.060,37	R$ 782.734,01
FORNECEDORES OUTROS		R$ 8.545.450,55	R$ 3.316.992,45
(-) (-) DEVOLUCAO DE COMPRAS		R$ (93.000,00)	R$ 0,00
OBRIGACOES COM CLIENTES		R$ 1.009.705,17	R$ 756.806,28
OBRIGACOES COM CLIENTES		R$ 1.009.705,17	R$ 756.806,28
FINANCIAMENTO A PAGAR		R$ 0,00	R$ 1.480.196,66
FINANCIAMENTO A PAGAR		R$ 0,00	R$ 1.480.196,66
OBRIGACOES TRABALHISTAS		R$ 823.500,73	R$ 1.299.526,52
OBRIGACOES TRABALHISTAS		R$ 329.990,43	R$ 302.828,72
SALARIOS E COMISSOES A PAGAR		R$ 329.834,87	R$ 302.828,72
13o SALARIO A PAGAR		R$ 155,56	R$ 0,00
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		R$ 267.611,56	R$ 362.268,04
INSS A RECOLHER		R$ 150.145,21	R$ 172.392,10
FGTS A RECOLHER		R$ 38.312,62	R$ 52.857,92
IRRF A RECOLHER FOLHA DE PAGAMENTO		R$ 78.920,40	R$ 137.018,02
CONTRIBUICAO SINDICAL A RECOLHER		R$ 233,33	R$ 0,00
PROVISOES		R$ 225.898,74	R$ 634.429,76
PROVISAO PARA FERIAS		R$ 225.898,74	R$ 634.429,76
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		R$ 296.750,98	R$ 84.268,49
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		R$ 296.426,59	R$ 69.217,46
ICMS A RECOLHER		R$ 294.001,54	R$ 8.401,67
ISS A RECOLHER		R$ 1.246,51	R$ 16.707,31
PIS A RECOLHER		R$ 183,48	R$ 7.308,94
COFINS A RECOLHER		R$ 846,81	R$ 33.717,36
RETENCOES DE PIS/COFINS/CSLL A RECOLHER		R$ 148,25	R$ 3.082,18
RETENCOES DE IRRF		R$ 324,39	R$ 15.051,03
IRRF S/ CONTRATO DE MUTUO		R$ 0,00	R$ 13.207,50

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	Kampai Motors Mato Grosso Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	3
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
RETENCOES DE IRRF		R$ 324,39	R$ 1.843,53
OUTRAS CONTAS A PAGAR		R$ 0,00	R$ 200.408,41
OUTRAS CONTAS A PAGAR		R$ 0,00	R$ 200.408,41
ALUGUEL PAGAR		R$ 0,00	R$ 160.000,00
SERVICOS COMPARTILHADOS A PAGAR		R$ 0,00	R$ 40.408,41
PASSIVO NAO CIRCULANTE		R$ 1.000.000,00	R$ 6.665.492,50
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R$ 1.000.000,00	R$ 6.665.492,50
ADIANTAMENTO FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		R$ 1.000.000,00	R$ 0,00
ADIANTAMENTO FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		R$ 1.000.000,00	R$ 0,00
CONTRATO DE MUTUOS		R$ 0,00	R$ 6.665.492,50
CONTRATO DE MUTUOS		R$ 0,00	R$ 6.665.492,50
PATRIMONIO LIQUIDO		R$ 3.646.277,75	R$ 3.900.909,10
CAPITAL		R$ 7.000.000,00	R$ 10.000.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 7.000.000,00	R$ 10.000.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		R$ 7.000.000,00	R$ 10.000.000,00
CAPITAL A INTEGRALIZAR		R$ 0,00	R$ 0,00
(-) LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ (3.353.722,25)	R$ (6.099.090,90)
(-) LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ (3.353.722,25)	R$ (6.099.090,90)
(-) LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ (3.353.722,25)	R$ (6.099.090,90)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	Kampai Motors Mato Grosso Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	3
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITAS TOTAIS		R$ 4.542.779,06	R$ 235.405.416,55
VENDAS BRUTAS VEICULOS NOVOS		R$ 3.953.351,58	R$ 166.666.728,88
VENDAS BRUTAS VEICULOS NOVOS		R$ 3.953.351,58	R$ 166.666.728,88
VENDAS VEICULOS NOVOS		R$ 3.953.351,58	R$ 166.666.728,88
VENDAS VEICULOS NOVOS		R$ 3.953.351,58	R$ 166.666.728,88
VENDAS BRUTAS VEICULOS USADOS		R$ 338.000,00	R$ 46.476.714,10
VENDAS BRUTAS VEICULOS USADOS		R$ 338.000,00	R$ 46.476.714,10
VENDAS VEICULOS USADOS		R$ 338.000,00	R$ 34.661.256,65
VENDAS VEICULOS USADOS		R$ 338.000,00	R$ 34.661.256,65
VENDAS VEICULOS USADOS LOJISTA		R$ 0,00	R$ 11.815.457,45
VENDAS VEICULOS USADOS LOJISTA		R$ 0,00	R$ 11.815.457,45
VENDAS BRUTAS PECAS E ACESSORIOS		R$ 227.017,55	R$ 17.629.305,72
VENDAS BRUTAS PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ 173.885,36	R$ 7.513.287,00
VENDAS BRUTAS PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ 456,42	R$ 7.328.164,01
VENDAS PECAS BALCAO		R$ 456,42	R$ 7.328.164,01
VENDAS ACESSORIOS BALCAO		R$ 0,00	R$ 26.943,70
VENDAS ACESSORIOS BALCAO		R$ 0,00	R$ 26.943,70
VENDAS PECAS/ACESS OUTRAS FONTES BALCAO		R$ 0,00	R$ 67.495,09
VENDAS PECAS/ACESS OUTRAS FONTES BALCAO		R$ 0,00	R$ 67.495,09
VENDAS LUBRIFICANTES BALCAO		R$ 172.000,00	R$ 59.327,70
VENDAS LUBRIFICANTES BALCAO		R$ 172.000,00	R$ 59.327,70
VENDAS OUTRAS MERCADORIAS BALCAO		R$ 1.428,94	R$ 31.356,50
VENDAS OUTRAS MERCADORIAS BALCAO		R$ 1.428,94	R$ 31.356,50
VENDAS BRUTAS PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ 49.223,12	R$ 8.235.634,65
VENDAS PECAS REVISAO		R$ 35.735,10	R$ 3.502.217,36
VENDAS PECAS REVISAO		R$ 35.735,10	R$ 3.502.217,36
VENDAS ACESSORIOS REVISAO		R$ 1.360,00	R$ 966.009,73
VENDAS ACESSORIOS REVISAO		R$ 1.360,00	R$ 966.009,73
VENDAS PECAS/ACESS OUTRAS FONTES REVISAO		R$ 335,60	R$ 537.534,71
VENDAS PECAS/ACESS OUTRAS FONTES REVISAO		R$ 335,60	R$ 537.534,71
VENDAS LUBRIFICANTES REVISAO		R$ 4.500,11	R$ 652.651,20
VENDAS LUBRIFICANTES REVISAO		R$ 4.500,11	R$ 652.651,20
VENDAS GARANTIA REVISAO		R$ 3.106,54	R$ 1.786.572,42
VENDAS GARANTIA REVISAO		R$ 3.106,54	R$ 1.786.572,42

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	Kampai Motors Mato Grosso Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	3
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
VENDAS MERCADORIAS DIVERSAS REVISAO		R$ 4.185,77	R$ 790.649,23
VENDAS MERCADORIAS DIVERSAS REVISAO		R$ 4.185,77	R$ 790.649,23
VENDAS BRUTAS PECAS E ACESSORIOS REPARO		R$ 0,00	R$ 139,76
VENDAS PECAS REPARO		R$ 0,00	R$ 76,76
VENDAS PECAS REPARO		R$ 0,00	R$ 76,76
VENDAS OUTRAS MERCADORIAS REPARO		R$ 0,00	R$ 63,00
VENDAS OUTRAS MERCADORIAS REPARO		R$ 0,00	R$ 63,00
VENDAS BRUTAS PECAS/ACESS FUNILARIA PINT		R$ 0,00	R$ 1.607.999,26
VENDAS PECAS FUNILARIA E PINTURA		R$ 0,00	R$ 1.560.994,49
VENDAS PECAS FUNILARIA E PINTURA		R$ 0,00	R$ 1.560.994,49
VENDAS ACESSORIOS FUNILARIA E PINTURA		R$ 0,00	R$ 13.128,40
VENDAS ACESSORIOS FUNILARIA E PINTURA		R$ 0,00	R$ 13.128,40
VENDAS PEC/ACESS OUTRAS FONTES FUN PINT		R$ 0,00	R$ 15.076,49
VENDAS PEC/ACESS OUTRAS FONTES FUN PINT		R$ 0,00	R$ 15.076,49
VENDAS LUBRIFICANTES FUNILARIA E PINTURA		R$ 0,00	R$ 1.559,00
VENDAS LUBRIFICANTES FUNILARIA E PINTURA		R$ 0,00	R$ 1.559,00
VENDAS OUTRAS MERCADORIAS FUN E PINT		R$ 0,00	R$ 17.240,88
VENDAS OUTRAS MERCADORIAS FUN E PINT		R$ 0,00	R$ 17.240,88
VENDAS BRUTAS PECAS/ACESS TRANSF INTERNA		R$ 3.909,07	R$ 272.245,05
VENDAS PECAS/ACESS TRANSFERENCIA INTERNA		R$ 3.909,07	R$ 272.245,05
VENDAS PECAS/ACESS TRANSFERENCIA INTERNA		R$ 3.909,07	R$ 272.245,05
VENDAS BRUTAS SERVICO		R$ 24.409,93	R$ 3.464.733,20
VENDAS BRUTAS MOB MECANICA		R$ 20.924,22	R$ 1.943.612,57
VENDAS MOB MECANICA		R$ 20.924,22	R$ 1.943.612,57
VENDAS MOB MECANICA		R$ 20.924,22	R$ 1.943.612,57
VENDAS BRUTAS MOB FUNILARIA E PINTURA		R$ 350,00	R$ 947.044,67
VENDAS MOB FUN E PINT		R$ 350,00	R$ 947.044,67
VENDAS MOB FUN E PINT		R$ 350,00	R$ 947.044,67
VENDAS BRUTAS MOB GARANTIA		R$ 880,71	R$ 336.907,69
VENDAS MOB GARANTIA		R$ 880,71	R$ 336.907,69

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	Kampai Motors Mato Grosso Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	3
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
VENDAS MOB GARANTIA		R$ 880,71	R$ 336.907,69
VENDAS BRUTAS MOB SERVICOS TERCEIROS		R$ 2.255,00	R$ 237.168,27
VENDAS MOB SERVICOS DE TERCEIROS		R$ 2.255,00	R$ 237.168,27
VENDAS MOB SERVICOS DE TERCEIROS		R$ 2.255,00	R$ 237.168,27
RENDAS OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ 1.167.934,65
RENDAS OPERACIONAIS VEICULOS		R$ 0,00	R$ 1.167.934,65
RENDAS OPERACIONAIS VEICULOS		R$ 0,00	R$ 39.446,74
RENDAS OPERACIONAIS VEICULOS		R$ 0,00	R$ 39.446,74
FATURAMENTO VENDAS DIRETAS		R$ 0,00	R$ 1.113.702,91
FATURAMENTO VENDAS DIRETAS		R$ 0,00	R$ 1.113.702,91
INTERMEDIACOES DE VENDAS		R$ 0,00	R$ 14.785,00
INTERMEDIACOES DE VENDAS		R$ 0,00	R$ 14.785,00
(-) DEDUCOES DA RECEITA BRUTA		R$ (119.263,98)	R$ (19.163.978,72)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS		R$ (16.963,62)	R$ (1.458.426,60)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS - ICMS		R$ (3.147,82)	R$ (429.893,58)
(-) ICMS S/ VENDAS VEICULOS USADOS		R$ (2.873,00)	R$ (373.052,42)
(-) ICMS S/ VENDAS VEICULOS USADOS		R$ (2.873,00)	R$ (288.583,81)
(-) ICMS S/ VENDAS VEICULOS USADOS LOJISTA		R$ 0,00	R$ (84.468,61)
(-) ICMS S/ VENDAS PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ (6,46)	R$ (18.438,00)
(-) ICMS S/ VENDAS PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ (6,46)	R$ (18.438,00)
(-) ICMS S/ VENDAS PECAS/ACESSORIOS REVISAO		R$ (255,63)	R$ (33.625,50)
(-) ICMS S/ VENDAS PECAS/ACESSORIOS REVISAO		R$ (255,63)	R$ (33.625,50)
(-) ICMS S/ VENDAS PECAS E ACESSORIOS REPARO		R$ 0,00	R$ (10,71)
(-) ICMS S/ VENDAS PECAS E ACESSORIOS REPARO		R$ 0,00	R$ (10,71)
(-) ICMS S/ VENDAS PECAS/ACESS FUN E PINT		R$ 0,00	R$ (2.205,47)
(-) ICMS S/ VENDAS PECAS/ACESS FUN E PINT		R$ 0,00	R$ (2.205,47)
(-) ICMS S/ VENDAS PEC/ACESS TRANSF INTERNA		R$ (12,73)	R$ (2.561,48)
(-) ICMS S/ VENDAS PEC/ACESS TRANSF INTERNA		R$ (12,73)	R$ (2.561,48)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS - PIS		R$ (2.266,65)	R$ (153.384,96)
(-) PIS S/ VENDAS VEICULOS USADOS		R$ (183,48)	R$ (20.888,46)
(-) PIS S/ VENDAS VEICULOS USADOS		R$ (183,48)	R$ (18.009,40)
(-) PIS S/ VENDAS VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ (2.879,06)

Entidade:	Kampai Motors Mato Grosso Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	3
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
LOJISTA			
(-) PIS S/ VENDAS PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ (1.252,37)	R$ (11.389,19)
(-) PIS S/ VENDAS PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ (1.252,37)	R$ (11.389,19)
(-) PIS S/ VENDAS PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ (426,53)	R$ (60.141,59)
(-) PIS S/ VENDAS PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ (426,53)	R$ (60.141,59)
(-) PIS S/ VENDAS PECAS E ACESSORIOS REPARO		R$ 0,00	R$ (0,86)
(-) PIS S/ VENDAS PECAS E ACESSORIOS REPARO		R$ 0,00	R$ (0,86)
(-) PIS S/ VENDAS PECAS/ACESS FUN E PINT		R$ 0,00	R$ (3.549,89)
(-) PIS S/ VENDAS PECAS/ACESS FUN E PINT		R$ 0,00	R$ (3.549,89)
(-) PIS S/ VENDAS PEC/ACESS TRANSF INTERNAS		R$ (39,11)	R$ (1.806,92)
(-) PIS S/ VENDAS PEC/ACESS TRANSF INTERNAS		R$ (39,11)	R$ (1.806,92)
(-) PIS S/ VENDAS SERVICOS		R$ (309,74)	R$ (30.970,14)
(-) PIS S/ MAO DE OBRA MECANICA		R$ (309,74)	R$ (30.970,14)
(-) PIS S/ MAO DE OBRA FUNILARIA E PINTURA		R$ (5,78)	R$ (15.331,93)
(-) PIS S/ MAO DE OBRA FUNILARIA E PINTURA		R$ (5,78)	R$ (15.331,93)
(-) PIS S/ MOB GARANTIA		R$ (14,53)	R$ (5.558,74)
(-) PIS S/ MOB GARANTIA		R$ (14,53)	R$ (5.558,74)
(-) PIS S/ MAO DE OBRA SERVICOS DE TERCEIROS		R$ (35,11)	R$ (3.747,24)
(-) PIS S/ MAO DE OBRA SERVICOS DE TERCEIROS		R$ (35,11)	R$ (3.747,24)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS - COFINS		R$ (10.442,64)	R$ (706.663,46)
(-) COFINS S/ VENDAS VEICULOS USADOS		R$ (846,81)	R$ (96.408,52)
(-) COFINS S/ VENDAS VEICULOS USADOS		R$ (846,81)	R$ (83.120,53)
(-) COFINS S/ VENDAS VEICULOS USADOS LOJISTA		R$ 0,00	R$ (13.287,99)
(-) COFINS S/ VENDAS PECA/ACESSORIOS BALCAO		R$ (5.768,49)	R$ (52.458,70)
(-) COFINS S/ VENDAS PECA/ACESSORIOS BALCAO		R$ (5.768,49)	R$ (52.458,70)
(-) COFINS S/ PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ (1.965,43)	R$ (276.894,82)
(-) COFINS S/ PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ (1.965,43)	R$ (276.894,82)
(-) COFINS S/ PECAS E ACESSORIOS REPARO		R$ 0,00	R$ (3,97)

Entidade:	Kampai Motors Mato Grosso Ltda		
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025	CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	3		
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) COFINS S/ PECAS E ACESSORIOS REPARO		R$ 0,00	R$ (3,97)
(-) COFINS S/ VENDAS PECAS/ACESS FUN E PINT		R$ 0,00	R$ (16.351,10)
(-) COFINS S/ VENDAS PECAS/ACESS FUN E PINT		R$ 0,00	R$ (16.351,10)
(-) COFINS S/ VENDAS PEC/ACES TRANSF INTERNA		R$ (180,04)	R$ (8.322,25)
(-) COFINS S/ VENDAS PEC/ACES TRANSF INTERNA		R$ (180,04)	R$ (8.322,25)
(-) COFINS S/ VENDAS SERVICO		R$ (1.426,66)	R$ (142.741,60)
(-) COFINS S/ MOB MECANICA		R$ (1.426,66)	R$ (142.741,60)
(-) COFINS S/ MOB FUNILARIA PINTURA		R$ (26,60)	R$ (70.618,37)
(-) COFINS S/ MOB FUNILARIA PINTURA		R$ (26,60)	R$ (70.618,37)
(-) COFINS S/ MOB GARANTIA		R$ (66,94)	R$ (25.605,69)
(-) COFINS S/ MOB GARANTIA		R$ (66,94)	R$ (25.605,69)
(-) COFINS S/ MOB SERVICOS DE TERCEIROS		R$ (161,67)	R$ (17.258,44)
(-) COFINS S/ MOB SERVICOS DE TERCEIROS		R$ (161,67)	R$ (17.258,44)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS - ISS		R$ (1.106,51)	R$ (168.484,60)
(-) ISS S/ VENDAS SERVICOS		R$ (938,61)	R$ (93.829,01)
(-) ISS S/ MOB MECANICA		R$ (938,61)	R$ (93.829,01)
(-) ISS S/ MOB FUNILARIA PINTURA		R$ (17,50)	R$ (46.456,02)
(-) ISS S/ MOB FUNILARIA PINTURA		R$ (17,50)	R$ (46.456,02)
(-) ISS S/ MOB GARANTIA		R$ (44,04)	R$ (16.845,38)
(-) ISS S/ MOB GARANTIA		R$ (44,04)	R$ (16.845,38)
(-) ISS S/ MOB SERVICOS DE TERCEIROS		R$ (106,36)	R$ (11.354,19)
(-) ISS S/ MOB SERVICOS DE TERCEIROS		R$ (106,36)	R$ (11.354,19)
(-) DEVOLUCOES DE VENDAS		R$ 0,00	R$ (16.093.353,58)
(-) DEVOLUCOES DE VENDAS		R$ 0,00	R$ (16.093.353,58)
(-) DEVOLUCOES AUTOS NOVOS		R$ 0,00	R$ (14.402.776,42)
(-) DEVOLUCOES AUTOS NOVOS		R$ 0,00	R$ (14.402.776,42)
(-) DEVOLUCOES VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ (1.461.173,77)
(-) DEVOLUCOES VEICULOS USADOS		R$ 0,00	R$ (710.223,77)
(-) DEVOLUCOES VEICULOS USADOS LOJISTA		R$ 0,00	R$ (750.950,00)
(-) DEVOLUCOES PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ 0,00	R$ (179.443,32)
(-) DEVOLUCOES PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ 0,00	R$ (179.443,32)
(-) DEVOLUCOES PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ 0,00	R$ (49.878,17)

Entidade:	Kampai Motors Mato Grosso Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	3
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) DEVOLUCOES PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ 0,00	R$ (49.878,17)
(-) DEVOLUCOES PECAS E ACESSORIOS REPARO		R$ 0,00	R$ (81,90)
(-) DEVOLUCOES PECAS E ACESSORIOS REPARO		R$ 0,00	R$ (81,90)
(-) DESCONTOS INCONDICIONAIS		R$ (102.300,36)	R$ (1.550.148,15)
(-) DESCONTOS INCONDICIONAIS		R$ (102.300,36)	R$ (1.550.148,15)
(-) DESC INCOND PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ (97.827,85)	R$ (755.193,37)
(-) DESC INCOND PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ (97.827,85)	R$ (755.193,37)
(-) DESC INCOND PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ (2.191,71)	R$ (516.381,79)
(-) DESC INCOND PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ (2.191,71)	R$ (516.381,79)
(-) DESC INCOND PECAS E ACESSORIOS REPARO		R$ 0,00	R$ (3,85)
(-) DESC INCOND PECAS E ACESSORIOS REPARO		R$ 0,00	R$ (3,85)
(-) DESC INCOND PEC/ACESS FUNILARIA PINTURA		R$ 0,00	R$ (183.530,56)
(-) DESC INCOND PEC/ACESS FUNILARIA PINTURA		R$ 0,00	R$ (183.530,56)
(-) DESC INCOND SERVICOS		R$ (2.153,00)	R$ (67.023,80)
(-) DESC INCOND MOB MECANICA		R$ (2.153,00)	R$ (67.023,80)
(-) DESC INCOND MOB FUNILARIA E PINT		R$ 0,00	R$ (17.929,27)
(-) DESC INCOND MOB FUNILARIA E PINT		R$ 0,00	R$ (17.929,27)
(-) DESC INCOND MOB SERV TERCEIROS		R$ (127,80)	R$ (10.085,51)
(-) DESC INCOND MOB SERV TERCEIROS		R$ (127,80)	R$ (10.085,51)
(-) DEDUCOES DAS RENDAS OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ (62.050,39)
(-) IMPOSTOS COMIS E FINANCIAMENTOS F & I		R$ 0,00	R$ (4.258,36)
(-) ISS S/ RENDAS OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ (609,54)
(-) ISS S/ RENDAS OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ (609,54)
(-) PIS S/ RENDAS OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ (650,86)
(-) PIS S/ RENDAS OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ (650,86)
(-) COFINS S/ RENDAS OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ (2.997,96)
(-) COFINS S/ RENDAS OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ (2.997,96)
(-) IMPOSTOS S/ COMISSOES FATURAMENTO DIRETO		R$ 0,00	R$ (55.685,17)
(-) IMPOSTOS S/ COMISSOES FATURAMENTO DIRETO		R$ 0,00	R$ (55.685,17)
(-) ISS S/ COMISSOES FATURAMENTO DIRETO		R$ 0,00	R$ (55.685,17)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	Kampai Motors Mato Grosso Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	3
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) IMPOSTOS S/ INTERMEDIACOES DE VENDA		R$ 0,00	R$ (2.106,86)
(-) IMPOSTOS S/ INTERMEDIACOES DE VENDA		R$ 0,00	R$ (2.106,86)
(-) ISS S/ INTERMEDIACOES DE VENDAS		R$ 0,00	R$ (739,25)
(-) PIS S/ INTERMEDIACOES DE VENDAS		R$ 0,00	R$ (243,95)
(-) COFINS S/ INTERMEDIACOES DE VENDAS		R$ 0,00	R$ (1.123,66)
(-) CUSTOS TOTAIS		R$ (4.229.736,27)	R$ (197.438.269,03)
(-) CUSTOS VENDAS VEICULOS NOVOS		R$ (3.679.215,94)	R$ (143.255.137,86)
(-) CUSTOS VENDAS AUTOS NOVOS		R$ (3.679.215,94)	R$ (143.255.137,86)
(-) CUSTOS VENDAS AUTOS NOVOS		R$ (3.679.215,94)	R$ (143.255.137,86)
(-) CUSTOS VENDAS AUTOS NOVOS		R$ (3.679.215,94)	R$ (143.255.137,86)
(-) CUSTOS VENDAS VEICULOS USADOS		R$ (306.900,12)	R$ (41.545.698,65)
(-) CUSTOS VENDAS VEICULOS USADOS		R$ (306.900,12)	R$ (41.545.698,65)
(-) CUSTOS VENDAS VEICULOS USADOS		R$ (306.900,12)	R$ (30.941.936,55)
(-) CUSTOS VENDAS VEICULOS USADOS		R$ (306.900,12)	R$ (30.941.936,55)
(-) CUSTOS VENDAS VEICULOS USADOS LOJISTA		R$ 0,00	R$ (10.603.762,10)
(-) CUSTOS VENDAS VEICULOS USADOS LOJISTA		R$ 0,00	R$ (10.603.762,10)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESSORIOS ATACADO		R$ (108.897,17)	R$ (11.264.867,43)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ (75.366,14)	R$ (4.916.347,81)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ (75.366,14)	R$ (4.916.347,81)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESSORIOS BALCAO		R$ (75.366,14)	R$ (4.916.347,81)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ (30.372,25)	R$ (5.120.761,71)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ (30.372,25)	R$ (5.120.761,71)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESSORIOS REVISAO		R$ (30.372,25)	R$ (5.120.761,71)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESSORIOS REPARO		R$ 0,00	R$ (79,60)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESSORIOS REPARO		R$ 0,00	R$ (79,60)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESSORIOS REPARO		R$ 0,00	R$ (79,60)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESS FUN E PINT		R$ 0,00	R$ (1.026.476,75)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESS FUN E PINT		R$ 0,00	R$ (1.026.476,75)
(-) CUSTOS VENDAS PECAS E ACESS FUN E PINT		R$ 0,00	R$ (1.026.476,75)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	Kampai Motors Mato Grosso Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	3
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) CUSTOS VENDAS P&A TRANSF INTERNA		R$ (3.158,78)	R$ (201.201,56)
(-) CUSTOS VENDAS P&A TRANSF INTERNA		R$ (3.158,78)	R$ (201.201,56)
(-) CUSTOS VENDAS P&A TRANSF INTERNA		R$ (3.158,78)	R$ (201.201,56)
(-) CUSTOS OFICINA		R$ (134.723,04)	R$ (1.372.565,09)
(-) CUSTOS MOB MECANICA		R$ (116.867,99)	R$ (997.758,63)
(-) CUSTOS MOB MECANICA		R$ (116.867,99)	R$ (997.758,63)
(-) CUSTOS MOB MEC COMISSOES ENCARGOS BENEF		R$ (107.234,72)	R$ (857.784,65)
(-) CUSTOS MOB MEC PROVISOES PARA 13 SALARIO		R$ (4.424,82)	R$ (60.854,61)
(-) CUSTOS MOB MEC PROVISOES PARA FERIAS		R$ (5.208,45)	R$ (79.119,37)
(-) OUTROS CUSTOS MECANICA		R$ (17.855,05)	R$ (374.806,46)
(-) OUTROS CUSTOS MECANICA		R$ (17.855,05)	R$ (374.806,46)
(-) OUTROS CUSTOS MECANICA		R$ (17.855,05)	R$ (374.806,46)
(-) DESPESAS		R$ (3.558.988,44)	R$ (20.682.614,15)
(-) DESPESAS DEPARTAMENTAIS		R$ (3.558.988,44)	R$ (20.682.614,15)
(-) DESPESAS DE VENDAS		R$ (2.142.417,24)	R$ (10.017.427,42)
(-) COMISSOES E SALARIOS - VENDAS		R$ (561.271,28)	R$ (4.356.104,89)
(-) COMISSOES E SALARIOS - VENDAS		R$ (561.271,28)	R$ (4.356.104,89)
(-) ENCARGOS SOCIAIS - VENDAS		R$ (198.742,33)	R$ (1.606.604,50)
(-) ENCARGOS SOCIAIS - VENDAS		R$ (198.742,33)	R$ (1.606.604,50)
(-) DESPESAS PESSOAL - VENDAS		R$ (112.265,85)	R$ (632.225,49)
(-) DESPESAS PESSOAL - VENDAS		R$ (112.265,85)	R$ (632.225,49)
(-) PROVISOES - VENDAS		R$ (316.000,26)	R$ (1.196.789,21)
(-) PROVISAO DE FERIAS - VENDAS		R$ (185.664,05)	R$ (674.786,82)
(-) PROVISAO DE 13o SALARIO - VENDAS		R$ (130.336,21)	R$ (522.002,39)
(-) DESPESAS DIRETAS COM VENDAS		R$ (915.599,85)	R$ (2.135.752,09)
(-) DESPESAS DIRETAS COM VENDAS		R$ (915.599,85)	R$ (2.135.752,09)
(-) VIAGENS E HOSPEDAGENS		R$ (38.537,67)	R$ (89.951,24)
(-) VIAGENS E HOSPEDAGENS		R$ (38.537,67)	R$ (89.951,24)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (215.269,33)	R$ (862.026,00)
(-) COMISSOES E SALARIOS		R$ (102.138,40)	R$ (440.214,22)
(-) COMISSOES E SALARIOS		R$ (102.138,40)	R$ (440.214,22)
(-) ENCARGOS SOCIAIS		R$ (33.128,65)	R$ (155.467,92)
(-) ENCARGOS SOCIAIS		R$ (33.128,65)	R$ (155.467,92)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R$ (17.539,97)	R$ (149.607,28)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R$ (17.539,97)	R$ (149.607,28)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	Kampai Motors Mato Grosso Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	3
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) PROVISOES		R$ (62.462,31)	R$ (116.736,58)
(-) PROVISAO DE FERIAS		R$ (35.692,91)	R$ (67.506,80)
(-) PROVISAO DE 13o SALARIO		R$ (26.769,40)	R$ (49.229,78)
(-) DESPESAS GERAIS		R$ (1.201.301,87)	R$ (9.803.160,73)
(-) DESPESAS MATERIAIS DE CONSUMO		R$ (37.828,16)	R$ (119.775,48)
(-) DESPESAS MATERIAIS DE CONSUMO		R$ (37.828,16)	R$ (119.775,48)
(-) ALUGUEIS		R$ (30.769,43)	R$ (4.323.217,23)
(-) ALUGUEIS		R$ (30.769,43)	R$ (4.323.217,23)
(-) SEGUROS		R$ 0,00	R$ (4.031,01)
(-) SEGUROS		R$ 0,00	R$ (4.031,01)
(-) DESPESAS FUNCIONAMENTO		R$ (114.091,45)	R$ (501.325,77)
(-) DESPESAS FUNCIONAMENTO		R$ (114.091,45)	R$ (501.325,77)
(-) VIAGENS E HOSPEDAGENS		R$ (150.464,78)	R$ (134.866,16)
(-) VIAGENS E HOSPEDAGENS		R$ (150.464,78)	R$ (134.866,16)
(-) DESPESAS COM MANUTENCAO		R$ (99.970,47)	R$ (1.500.520,83)
(-) DESPESAS COM MANUTENCAO		R$ (99.970,47)	R$ (1.500.520,83)
(-) SERVICOS DE TERCEIROS		R$ (441.568,66)	R$ (1.703.183,19)
(-) SERVICOS DE TERCEIROS		R$ (441.568,66)	R$ (1.703.183,19)
(-) DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS		R$ (98,70)	R$ (115,91)
(-) DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS		R$ (98,70)	R$ (115,91)
IMPOSTOS E TAXAS DIVERSOS		R$ (27.529,39)	R$ 224.108,05
(-) IMPOSTOS E TAXAS DIVERSOS		R$ (31.651,34)	R$ (170.351,71)
CREDITOS PIS/COFINS PROPORCIONALIDADE		R$ 4.121,95	R$ 394.459,76
(-) AMORTIZACOES E DEPRECIACOES		R$ (55.336,72)	R$ (848.986,87)
(-) AMORTIZACOES E DEPRECIACOES		R$ (55.336,72)	R$ (848.986,87)
(-) BENS DE NATUREZA PERMANENTE NAO IMOBILIZ		R$ (233.242,26)	R$ (475.715,63)
(-) BENS DE NATUREZA PERMANENTE NAO IMOBILIZ		R$ (233.242,26)	R$ (475.715,63)
(-) ASSOCIACAO E CONTRIBUICAO SINDICAL		R$ 0,00	R$ (30.911,00)
(-) ASSOCIACAO E CONTRIBUICAO SINDICAL		R$ 0,00	R$ (30.911,00)
(-) GARANTIAS RECUSADAS/ESTORNADAS		R$ 0,00	R$ (6.181,90)
(-) GARANTIAS RECUSADAS/ESTORNADAS		R$ 0,00	R$ (6.181,90)
(-) DESPESAS INDEDUTIVEIS		R$ (2.191,29)	R$ (67.404,31)
(-) DESPESAS INDEDUTIVEIS		R$ (2.191,29)	R$ (67.404,31)
(-) IPVA/LICENC/M.TRANSITO/DESPACHANTE		R$ (8.210,56)	R$ (305.990,98)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	Kampai Motors Mato Grosso Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	3
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) IPVA/LICENC/M.TRANSITO/DESPACHANTE		R$ (8.210,56)	R$ (305.990,98)
(-) FALTAS DE ESTOQUE/BAIXA OBSOLETOS		R$ 0,00	R$ (5.042,51)
(-) FALTAS DE ESTOQUE/BAIXA OBSOLETOS		R$ 0,00	R$ (5.042,51)
(-) RESULTADOS NAO OPERACIONAIS		R$ 11.851,38	R$ (865.923,30)
RESULTADOS NAO OPERACIONAIS		R$ 15.517,87	R$ 328.721,25
RENDAS FINANCEIRAS		R$ 14.585,91	R$ 124.289,83
RENDAS FINANCEIRAS		R$ 14.585,91	R$ 130.351,20
RENDAS FINANCEIRAS		R$ 14.585,91	R$ 130.351,20
(-) IMPOSTOS S/ RENDAS FINANCEIRAS		R$ 0,00	R$ (6.061,37)
(-) IMPOSTOS S/ RENDAS FINANCEIRAS		R$ 0,00	R$ (6.061,37)
RECEITAS OPERACIONAIS		R$ 931,96	R$ 206.964,47
RECEITAS OPERACIONAIS		R$ 931,96	R$ 228.503,43
RECEITAS OPERACIONAIS		R$ 931,96	R$ 228.503,43
(-) IMPOSTOS S/ RENDAS OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ (21.538,96)
(-) IMPOSTOS S/ RENDAS OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ (21.538,96)
(-) RENDAS NAO OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ (2.533,05)
(-) RENDAS NAO OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ (2.533,05)
(-) RENDAS NAO OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ (2.533,05)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ (3.666,49)	R$ (1.194.644,55)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ (3.666,49)	R$ (1.194.644,55)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ (3.666,49)	R$ (1.194.644,55)
(-) ENCARGOS		R$ (1.042,95)	R$ (244.971,68)
(-) JUROS PAGOS		R$ (2.623,54)	R$ (468.576,53)
(-) DESCONTOS CONCEDIDOS		R$ 0,00	R$ (266.221,66)
(-) SUBSIDIO S/ FINANCIAMENTO		R$ 0,00	R$ (214.874,68)
(-) LUCROS E PERDAS (ENCERRAMENTO)		R$ (3.353.358,25)	R$ (2.745.368,65)
LUCROS E PERDAS		R$ 0,00	R$ 0,00
LUCROS E PERDAS		R$ 0,00	R$ 0,00
APURACAO DE RESULTADOS		R$ 0,00	R$ 0,00

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	Kampai Motors Mato Grosso Ltda
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	52.251.214/0001-34
Número de Ordem do Livro:	3

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	Kampai Motors Mato Grosso Ltda
NIRE	51202386670
CNPJ	52.251.214/0001-34
Número de Ordem	3
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Município	CUIABA
Data do arquivamento dos atos constitutivos	20/09/2023
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	31/12/2025
Data de encerramento do exercício social	31/12/2025
Quantidade total de linhas do arquivo digital	415020

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	Kampai Motors Mato Grosso Ltda
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Número de ordem	3
Quantidade total de linhas do arquivo digital	415020
Data de inicio	01/01/2025
Data de término	31/12/2025

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número B5.CF.FE.D5.7F.78.DF.B0.78.C5.4B.97.6C.ED.D3.BF.BE.3F.32.28-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.5 do Visualizador

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: 11 - BALANÇO 2025 KAMPAI MT.pdf (16/17) 241/311

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO

Nome Empresarial:	Kampai Motors Mato Grosso Ltda				
CNPJ:	52.251.214/0001-34	Nire:	51202386670	Scp:	
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/12/2025				
Forma de Escrituração Contábil:	Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)				
Natureza do Livro:	LIVRO DIARIO				
Identificação do arquivo(hash):	B5.CF.FE.D5.7F.78.DF.B0.78.C5.4B.97.6C.ED.D3.BF.BE.3F.32.28-				

Consulta Realizada em: 31/03/2026 07:32:22

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

.

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

Liquidez Geral (LG):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante + Não Circulante}} \geq 1$$

$$LG = \frac{18.210.170,22 + 0}{17.250.083,57 + 1.000.000,00} \geq 1$$

LG = 0,99

Liquidez Corrente (LC):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1$$

$$LC = \frac{18.210.170,22}{17.250.083,57} \geq 1$$

LC = 1,05

Solvência Geral (SG)

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{21.896.361,32}{17.250.083,57 + 1.000.000,00} = \geq 1$$

SG = 1,20

Campo Grande – MS, 28 de abril 2025.

52.251.214/0001-34
INSC.EST 14.019.638-7
KAMPAI MOTORNS CUIABÁ LTDA
AV. REPUBLICA DO LIBANO N° 2280
DESPRAIADO, CEP: 78.048-239
CUIABÁ MT

KARLOS CESAR FERNANDES:69359229172 Assinado de forma digital por KARLOS CESAR FERNANDES:69359229172 Dados: 2025.04.28 17:20:54 -04'00'

KARLOS CESAR FERNANDES
ADMINISTRADOR
CPF N°693.592.291-72

CELIA FERNANDES BARBOSA:36852503100 Assinado de forma digital por CELIA FERNANDES BARBOSA:36852503100 Dados: 2025.04.28 17:22:23 -04'00'

CÉLIA FERNANDES BARBOSA
ADMINISTRADORA
CPF: 368.525.031-00

ANDREA ANTUNES DA SILVA:52816958191 Assinado de forma digital por ANDREA ANTUNES DA SILVA:52816958191 Dados: 2025.04.28 17:17:02 -04'00'

ANDREA ANTUNES DA SILVA
CONTADORA - CRC/MS 5675
CPF N° 528.169.581-91

TOYOTA

.

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

Liquidez Geral (LG):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante + Não Circulante}} \geq 1$$

$$LG = \frac{24.810.240,33}{21.118.214,42 + 6.665.492,50} \geq 1$$

LG = 0,89

Liquidez Corrente (LC):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1$$

$$LC = \frac{24.810.240,33}{21.118.214,42} \geq 1$$

LC = 1,17

Solvência Geral (SG)

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{31.684.616,02}{21.118.214,42 + 6.665.492,50} = \geq 1$$

SG = 1,14

Cuiabá – MT, 01 de abril de 2026.

KARLOS CESAR FERNANDES:69359229172 Assinado de forma digital por KARLOS CESAR FERNANDES:69359229172 Dados: 2026.04.02 13:34:33 -04'00'

KARLOS CESAR FERNANDES
ADMINISTRADOR
CPF: 693.592.291-72

CELIA FERNANDES BARBOSA:36852503100 Assinado de forma digital por CELIA FERNANDES BARBOSA:36852503100 Dados: 2026.04.02 13:35:00 -04'00'

CÉLIA FERNANDES BARBOSA
ADMINISTRADORA
CPF: 368.525.031-00

MAYCON DOS SANTOS BRAGA:03265168166 Assinado de forma digital por MAYCON DOS SANTOS BRAGA:03265168166 Dados: 2026.04.02 13:35:30 -04'00'

MAYCON DOS SANTOS BRAGA
CONTADOR - CRC/MS 013587/O-0
CPF: 032.651.681-66

TOYOTA

DECLARAÇÕES UNIFICADA

A empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, inscrito no CNPJ nº 52.251.214/0001-34 sediada na Av. Republica do Libano,2280 – Bairro Despraiado, CEP: 78048-239, Cuiabá-MT por intermédio de seu representante por procuração, o Sr. Carlos Eduardo Nunes de Mamã Fernandes, portador do documento de identidade RG nº 912.305, emitida pela SSP/MS, e do CPF nº 861.343.611-00, DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

•A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

•O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação.

•O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

•A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.

•Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

•Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

•Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

•Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

•Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: DECLARAÇÃO UNIFICADA.pdf (1/2) 245/311

TOYOTA

•Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

•Declaro ainda que: a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

•Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

•Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações, bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

Cuiabá-MT, 09 de dezembro de 2025.

KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA
CNPJ nº 52.251.214/0001-34
INSC. ESTADUAL: 14.019.658-7
Av. Republica do Libano,2280 – Bairro Despraiado, CEP: 78048-239, Cuiabá-MT

KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA:52251214000134

Assinado de forma digital por KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA:52251214000134
Dados: 2026.08.26 08:51:01 -04'00'

PAULO ROBERTO GOMES MALAQUINI
CPF N° 239.739.609-25
VENDEDOR EXTERNO

De: Secretaria de Educação
Enviado por: Jessica Amann Froehlich (jessica.froehlich)
Para: Secretaria de Educação (Organograma)
Data: 15 de setembro de 2026 às 07:23

Segue certidões atualizadas

Anexo(s)
07 - CND MUNICIPAL KAMPAI CUIABA 11.10.pdf
Certidao-52251214000134.pdf
Consulta Regularidade do Empregador.pdf
Reimpressão_CND_Nº64832280.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA FISCAL

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO DE DÉBITOS GERAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO		PROCESSO	EXERCÍCIO
1029469/2026	**2265866**		**GERAL**

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL
735447822	**LANCAMENTOS DIVERSOS - 475716**

31701431362157202607091611 9

NOME
KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA

CPF/CNPJ	RG/INSCR. ESTADUAL
52.251.214/0001-34	**140196587**

ENDEREÇO
Av. REPUBLICA DO LIBANO, 2280 - DESPRAIADO - CUIABA/MT

BAIRRO	FINALIDADE
DESPRAIADO	

A requerimento da parte interessada certificamos para os fins especificados que revendo os registros e arquivos desta procuradoria fiscal , que existem debitos sendo que os mesmos são objeto de procedimento administrativo em analise até a presente data. Ressalva-se, caso se constate futuramente a legitimidade de qualquer tributo que venha agravar o contribuinte acima, o direito de cobrar o débito na forma da legislaçao em vigor.

Cuiabá/MT, sexta-feira, 11 de setembro de 2026

RICARDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
Procurador do Município de Cuiabá
Mat. 4859840
OAB/MT 19.464B

Certidão valida até 11 de Outubro de 2026.

A Autenticidade da Certidão poderá ser confirmada em: https://portalfazenda.cuiaba.mt.gov.br

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA
CNPJ: 52.251.214/0001-34

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:14:31 do dia 02/09/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/03/2027.
Código de controle da certidão: **97D6.F664.ABC3.20BD**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:	52.251.214/0001-34
Razão social:	KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA
Endereço:	AV REPUBLICA DO LIBANO 2280 / DESPRAIADO / CUIABA / MT / 78048-239

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/09/2026 a 13/10/2026

Certificação Número: 2026091404536188986867

Informação obtida em 15/09/2026 08:18:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CPEND Nº 0064832280

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **11/09/2026** Hora da emissão: **11:36:00**

Nome/denominação do sujeito passivo: **KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA**
CNPJ: **52.251.214/0001-34**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, relativamente ao sujeito passivo acima indicado, bem como da sua matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrência(s) adiante descrita(s).
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e da Dívida Ativa do Estado.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUANTO AO SUJEITO PASSIVO, RELATIVAMENTE A ACORDOS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS, COM PAGAMENTO EM DIA E A DÉBITOS SUSPENSOS:
14.019.658-7 - KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Não constatada ressalva.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br

Certidao válida até: **09/11/2026.**
Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado
Número de Autenticação: **TKBAKL222TA9229L**

De: Secretaria de Educação
Enviado por: Jessica Amann Froehlich (jessica.froehlich)
Para: Secretaria de Educação (Organograma)
Data: 15 de setembro de 2026 às 07:25

Segue

Anexo(s)
certidao_52251214000134.pdf

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 52.251.214/0001-34
Certidão nº: 76617743/2026
Expedição: 15/09/2026, às 08:25:08
Validade: 14/03/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **52.251.214/0001-34**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: certidao_52251214000134.pdf (1/1) 253/311

De: Gerência de Contratações Públicas
Enviado por: Rodrigo Ferreira dos Santos (rodrigo.santos)
Para: Secretaria de Educação (Organograma)
Data: 16 de setembro de 2026 às 14:13

O título do processo foi alterado por Rodrigo Ferreira dos Santos (rodrigo.santos) de 'Adesão de Ata - Aquisição de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4' para 'Pregão Eletrônico nº 35/2026. Adesão Sec. Educação Toyota Hilux nova 2026/2026'

De: Gerência de Contratações Públicas
Enviado por: Rodrigo Ferreira dos Santos (rodrigo.santos)
Para: Gerência de Contratações Públicas (Organograma)
Data: 16 de setembro de 2026 às 14:26

Segue em anexo:

- Autuação
- Parecer contábil
- Autorização para abertura de processo
- Portaria nº 95/2026 Agente de contratação

Anexo(s)
Autuação.pdf
Parecer contábil.pdf
Autorização para abertura de processo.pdf
Portaria nº 95.2026 - Agentes de contratação.pdf

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2026

MODALIDADE: Pregão Eletrônico. Adesão a Ata de Registro de Preços.

IDENTIFICAÇÃO: PE nº 35/2026. Adesão.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021; Decreto Municipal nº 35/2024.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação

OBJETO: Adesão a Ata de registro de Preços nº 09/2026/CIDESAT originada do Pregão Eletrônico n° 08/2026 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, visando a aquisição de 01 (uma) caminhonete Toyota Hilux STD nova, ano/mod. 2026/2026.

VALOR GLOBAL ADERIDO: R$ 285.000,00

DATA DE AUTUAÇÃO: 16/09/2026.

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

CNPJ:01.614.516/0001-99
AVENIDA VALDIR MASUTTI 779-W
C.E.P.: 78319-000 - Campos de Júlio - MT

PARECER CONTÁBIL

Em atenção a solicitação do setor de compras e licitações para verificar a existência de recursos orçamentários, para assegurar o pagamento das obrigações decorrente do objeto especifico abaixo, certifico que:

[X] - HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotação (ões) especificada (s) abaixo;

[ ] - NÃO HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações;

[ ] – Despesas Extra Orçamentárias.

[ ] – Sistema de Registro de Preços com indicação de dotação no momento da aquisição.

DADOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:

Nº.Processo Adm./Ano: 000100/26
Data do Processo Adm.: 16/09/2026
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO 0035/2026

Objeto do Processo Adm.: Adesão a Ata de registro de Preços nº 09/2026/CIDESAT, para fornecimento de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4, para atender ao Município de Campos de Júlio – MT.

Recursos orçamentários

Ficha	Exer. Fic.	Unid. Exec.	Funcional	Categoria	Fonte Recurso	Valor	Saldo	Saldo Com Reserva
1125	2026	020801	12.122.0002.1054.0000	4.4.90.52.52.02	1.2.500	285.000,00	285.000,00	0,00

Total Previsto : 285.000,00

Campos de Júlio, 16 de setembro de 2026

Assinatura do Responsável

Processo 8376/2026. Assinado por 1 pessoa: DELONEI VALMORBIDA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/BD01021226734 2EE8608439240A96A00

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
BD010212267342EE8608439240A96A00

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: DELONEI VALMORBIDA em 17/09/2026 07:56:10
CPF:***.***-.821-49
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/BD010212267342EE8608439240A96A00

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2026

Autorizo a abertura de processo licitatório visando a adesão à Ata de Registro de Preços nº 009/2026, originada do Pregão Eletrônico nº 008/2026, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, visando a aquisição de 01 (uma) caminhonete Toyota Hilux STD nova, ano/mod. 2026/2026, com valor global a ser aderido de **R$285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais)**, em atendimento à demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Educação.

Campos de Júlio - MT, 16/09/2026

_____

Irineu Marcos Parmeggiani

Prefeito

Processo 8376/2026. Assinado por 1 pessoa: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/7C09F4226BF842F086EFBB6365003294

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
7C09F4226BF842F086EFBB6365003294

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 17/09/2026 07:07:02
CPF:***.***-.780-34
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/7C09F4226BF842F086EFBB6365003294

PORTARIA Nº 95, DE 23 DE ABRIL DE 2026.

DESIGNA SERVIDORES PARA ATUAREM COMO AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PARA COMPOR A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E A EQUIPE DE APOIO E PARA ATUAREM COMO AGENTES PÚBLICOS NOS PROCEDIMENTOS REGIDOS PELA LEI Nº 14.133/2021, E REVOGA PORTARIA Nº. 26, DE 24 DE JANEIRO DE 2024.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 148, inciso II, alínea "f" e "h", da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no arts. 7º e 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores efetivos para atuarem como agentes de contratação nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - Eric Rodrigo Pettenan;

II - Marcelo José Batista dos Santos Lino;

III - Nadia Talal Nejem;

§ 1º Nas licitações na modalidade pregão, os agentes de contratação indicados nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão designados pregoeiros, nos termos do art. 8º, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º Compete aos agentes de contratação tomar decisões, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, bem como e especialmente o desempenho das atribuições previstas no art. 14 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Portaria nº 95.2026 - Agentes de contratação.pdf (1/5) 261/311

§ 3º Compete aos agentes de contratação indicados no **caput** a condução dos processos de contratação direta realizados pelo ritos comum e eletrônico, previstos no art. 1º, § 2º, incisos I e II do Decreto Municipal nº 25, de 19 de janeiro de 2024.

§ 4º Os servidores indicados no **caput** poderão atuar como membros da equipe de apoio, desde que não estejam exercendo outras funções no respectivo processo licitatório.

§ 5º Compete ao Secretário Municipal de Administração a distribuição dos processos de licitação e de contratação direta a cada um dos agentes indicados no **caput** deste artigo, bem como designar seus substitutos nas hipóteses de afastamento, impedimento legal ou regulamentar.

Art. 2º Designar os servidores efetivos abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão de contratação, em caráter permanente:

I - Eric Rodrigo Pettenan;

II - Nadia Talal Nejem;

III - Marcelo José Batista dos Santos Lino;

IV - Wilma da Guia Ferreira; e

V - Darci Rodrigo Teixeira.

§ 1º Compete à comissão de contratação o desempenho das atribuições previstas no art. 18 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.

§ 2º Em suas ausências ou impedimentos, o presidente da comissão de contratação será substituído por um dos demais membros, na ordem indicada no art. 2º desta Portaria.

§ 3º A comissão de contratação não poderá se reunir com número de membros inferior a 3 (três), nos termos do art. 8º, §2º, da Lei nº 14.133/2021, sempre em número ímpar, cabendo ao servidor que atuar como presidente da comissão, se for o caso, solicitar a designação de servidor para substituir membros afastados ou impedidos.

§ 4º A designação de comissão de contratação em caráter permanente não impede eventual designação de comissão de contratação em caráter especial, quando as circunstâncias de contratação específica assim exigir.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Portaria nº 95.2026 - Agentes de contratação.pdf (2/5) 262/311

§ 5º Os servidores arrolados no **caput** poderão, quando for o caso, atuar como membros da equipe de apoio aos agentes de contratação, desde que não estejam exercendo outras funções no respectivo processo licitatório.

Art. 3º Designar os servidores abaixo relacionados para, na qualidade de agentes públicos, conduzirem os processos de contratação direta realizados pelo rito simplificado, previsto no art. 1º, § 2º, inciso III, do Decreto Municipal nº 25, de 19 de janeiro de 2024:

I - Jéssica Amann Froehlich;

II - Thais Silva Maciel;

III - Cácia Aparecida de Vargas Schreiner;

IV - Lharen Brandalize Pazinatto;

V - Marcia Soares de Freitas; e

VI - Francieli Beatriz Ceccon.

Art. 4º Os agentes de contratação, a comissão de contratação, a equipe de apoio e os agentes públicos poderão solicitar auxílio técnico complementar para análises relativas às qualificações técnica, econômico-financeira e jurídica, inclusive de servidores não listados nesta Portaria, e contarão com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do Poder Executivo do Município de Campos de Júlio - MT, nos termos do disposto no art. 15 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024.

Art. 5º. Revoga dispositivo da Portaria nº 26, de 24 de janeiro de 2024.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Prefeito de Campos de Júlio/MT

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Portaria nº 95.2026 - Agentes de contratação.pdf (3/5) 263/311

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, MT.

INEGIXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2023

CREDENCIAMENTO Nº 08/2023

12º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, com sede na Av. Valdir Masutti, 779W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio – MT, CEP 78.319-000, torna público a relação de Credenciados no Processo de Credenciamento nº 08/2023, Chamamento Público para Credenciamento de **pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços profissionais de psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia e assistência social, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades** nas condições estabelecidas no Edital, sendo credenciados:

RELAÇÃO ATUALIZADA DE CREDENCIADOS

Assistente Social	
Credenciados.	**CNPJ/MF/ CPF**
RICARDO WASTOWSKI PIRES	**CPF/MF 026.XXX.XXX-09**
MARIA LIRES SCARMUCIN	**CPF/MF 340.XXX.XXX-91**
VALDINEI DE SOUZA OLIVEIRA	**CPF/MF 529.XXX.XXX-34**

PSICOLOGA	
Credenciados.	**CNPJ/MF/ CPF**
STEFANY DE ALENCAR COUTINHO DA SILVA	**CPF 063.XXX.XXX-05**

FISIOTERAPEUTA	
Credenciados.	**CNPJ/MF/ CPF**
STUDIO RENAN LEONIR FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	**CNPJ Nº 38.906.267.0001-15**
AMANDA RAISSA ALVES CARDOSO	**CNPJ Nº 50.160.198/0001-49**
PABLO LUAN DA SILVA LIMA	**CPF Nº 010.XXX.XXX-37**
PABLO LUAN DA SILVA LIMA	**CNPJ Nº 58.496.504/0001- 24**
LYV SAUDE E EDUCAÇÃO	**CNPJ Nº 52.908.682/0001-39**

FONOAUDIOLOGO	
Credenciados.	**CNPJ/MF/**
S C SOARES CARMIN	**CNPJ Nº 54.224.934/0001-36**
PAMELA MOTA ATENDIMENTO FONOAUDIOLOGICOS LTDA	**CNPJ Nº 53.943.805/0001-35**
INB FONOAUDIOLOGIA LTDA	**CNPJ Nº 45.406.789/0001-13**

Campos de Júlio, 23 de abril de 2026

Nadia T. Nejem

Agente de Contratação

Portaria nº 26/2024

PORTARIA Nº 95, DE 23 DE ABRIL DE 2026.

DESIGNA SERVIDORES PARA ATUAREM COMO AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PARA COMPOR A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E A EQUIPE DE APOIO E PARA ATUAREM COMO AGENTES PÚBLICOS NOS PROCEDIMENTOS REGIDOS PELA LEI Nº 14.133/2021, E REVOGA PORTARIA Nº. 26, DE 24 DE JANEIRO DE 2024.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 148, inciso II, alínea “f” e “h”, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no arts. 7º e 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores efetivos para atuarem como agentes de contratação nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - Eric Rodrigo Pettenan;

II - Marcelo José Batista dos Santos Lino;

III - Nadia Talal Nejem;

§ 1º Nas licitações na modalidade pregão, os agentes de contratação indicados nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão designados pregoeiros, nos termos do art. 8º, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º Compete aos agentes de contratação tomar decisões, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, bem como e especialmente o desempenho das atribuições previstas no art. 14 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.

§ 3º Compete aos agentes de contratação indicados no **caput** a condução dos processos de contratação direta realizados pelo ritos comum e eletrônico, previstos no art. 1º, § 2º, incisos I e II do Decreto Municipal nº 25, de 19 de janeiro de 2024.

§ 4º Os servidores indicados no **caput** poderão atuar como membros da equipe de apoio, desde que não estejam exercendo outras funções no respectivo processo licitatório.

§ 5º Compete ao Secretário Municipal de Administração a distribuição dos processos de licitação e de contratação direta a cada um dos agentes indicados no **caput** deste artigo, bem como designar seus substitutos nas hipóteses de afastamento, impedi-

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Portaria nº 95.2026 - Agentes de contratação.pdf (4/5) 264/311

mento legal ou regulamentar.

Art. 2º Designar os servidores efetivos abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão de contratação, em caráter permanente:

I - Eric Rodrigo Pettenan;

II - Nadia Talal Nejem;

III - Marcelo José Batista dos Santos Lino;

IV - Wilma da Guia Ferreira; e

V - Darci Rodrigo Teixeira.

§ 1º Compete à comissão de contratação o desempenho das atribuições previstas no art. 18 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.

§ 2º Em suas ausências ou impedimentos, o presidente da comissão de contratação será substituído por um dos demais membros, na ordem indicada no art. 2º desta Portaria.

§ 3º A comissão de contratação não poderá se reunir com número de membros inferior a 3 (três), nos termos do art. 8º, §2º, da Lei nº 14.133/2021, sempre em número ímpar, cabendo ao servidor que atuar como presidente da comissão, se for o caso, solicitar a designação de servidor para substituir membros afastados ou impedidos.

§ 4º A designação de comissão de contratação em caráter permanente não impede eventual designação de comissão de contratação em caráter especial, quando as circunstâncias de contratação específica assim exigir.

§ 5º Os servidores arrolados no **caput** poderão, quando for o caso, atuar como membros da equipe de apoio aos agentes de contratação, desde que não estejam exercendo outras funções no respectivo processo licitatório.

Art. 3º Designar os servidores abaixo relacionados para, na qualidade de agentes públicos, conduzirem os processos de contratação direta realizados pelo rito simplificado, previsto no art. 1º, § 2º, inciso III, do Decreto Municipal nº 25, de 19 de janeiro de 2024:

I - Jéssica Amann Froehlich;

II - Thais Silva Maciel;

III - Cácia Aparecida de Vargas Schreiner;

IV - Lharen Brandalize Pazinatto;

V - Marcia Soares de Freitas; e

VI - **Francieli Beatriz Ceccon**.

Art. 4º Os agentes de contratação, a comissão de contratação, a equipe de apoio e os agentes públicos poderão solicitar auxílio técnico complementar para análises relativas às qualificações técnica, econômico-financeira e jurídica, inclusive de servidores não listados nesta Portaria, e contarão com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do Poder Executivo do Município de Campos de Júlio - MT, nos termos do disposto no art. 15 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024.

Art. 5º. Revoga dispositivo da Portaria nº 26, de 24 de janeiro de 2024.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 32 - PSS/001/2025, DE 23 DE ABRIL DE 2026.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo Simplificado regido pelo edital nº01/2025 e em conformidade com a Lei n.º 1.945, de 05 de março de 2024, Lei n.º 2.254, de 13 de maio de 2025.

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado regido pelo edital nº 01/2025 por meio do Decreto Municipal nº 195, de 13 de agosto de 2025;

CONSIDERANDO *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no* Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, destinado à contratação para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, para suprimento das vagas aos cargos da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO o Memorando nº. 25/2026/SMSCJ/GS subscrito pela Ilustríssima Secretária Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2025, regido pelo edital nº 01/2025, abaixo nominado (s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme Edital do certame para a efetiva contratação temporária ao(s) seguinte(s) cargo(s):

ENFERMEIRO

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Jenifer Souza de Almeida	10º

Art. 2º. Para serem contratados o (s) candidato(s) deverá (ão) apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório prevista no item 2.1 do edital nº. 001/2025, a seguir elencados:

Habilitação se exigir o cargo.

I. Ter Nacionalidade brasileira ou estrangeira na forma da lei;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Portaria nº 95.2026 - Agentes de contratação.pdf (5/5) 265/311

De: Rodrigo Ferreira dos Santos

Deferido

Para: Procuradoria Geral (Organograma)

Data: 17 de setembro de 2026 às 14:54

Anexada a minuta do contrato aos autos, encaminho o processo a essa Procuradoria para análise e emissão de parecer jurídico.

Anexo(s)

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA.pdf

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2026

O MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.516/0001-99, com sede administrativa à Avenida Valdir Masutti, nº 779W, Loteamento Bom Jardim, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. **Irineu Marcos Parmeggiani**, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a empresa **KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **52.251.214/0001-34**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Avenida República do Libano, nº 2280, Despraiado, CEP 78.048-239, Cuiabá-MT, neste ato representada por **Carlos Eduardo Nunes de Mamã Fernandes,** portador do documento de identidade RG nº 91X.XX5, emitida pela SSP/MS, e do CPF nº 861.XXX.XXX-00, doravante denominada de **CONTRATADA,** tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 100/2026, resolvem celebrar o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as condições expressas a seguir.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 - O presente instrumento tem como objeto a de aquisição de 01 (um) veículo tipo TOYOTA HILUX 2026/2026, com as seguintes características:

Item	Código Sistema Código TCE/MT	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unitário R$	Preço total R$
1	005.001.013 00054573	CAMINHONETE - CABINE DUPLA, 4 PORTAS, TRAÇÃO 4x2/4x4, NOVA ZERO KM, ANO/MODELO 2026/2026. **MARCA/MODELO TOYOTA HILUX**	UND	01	R$285.000,00	R$285.000,00
VALOR TOTAL						**R$285.000,00**

1.2 – O objeto encontra-se totalmente descrito no Termo de Referência do Pregão eletrônico nº 008/2026, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, bem como na proposta apresentada pela contratada no bojo do mencionado certame licitatório.

CLÁUSULA II – DO AMPARO LEGAL

2.1 - A lavratura do presente contrato decorre do processo de adesão à Ata de Registro de Preços nº 009/2026, originada do Pregão Eletrônico nº 008/2026, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, processado com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 - A adesão mencionada na Cláusula 2.1 foi autuada internamente sob a modalidade Pregão eletrônico nº 035/2026**,** por meio do Processo Licitatório nº 100/2026.

CLÁUSULA III – DO REGIME DE FORNECIMENTO

3.1 - O presente contrato tem como regime o fornecimento por preço unitário, nos termos do Edital de regência.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: MINUTA DE CONTRATO Nº XXX.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSS

CLÁUSULA IV – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, DO RECEBIMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - Pela entrega o objeto deste contrato, a Contratante pagará à Contratada a importância certa de **R$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais).**

4.2 - O veículo será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.3 - O veículo poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade do veículo e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.5 - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

4.6 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.7 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando- se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.8 - O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela CONTRATANTE durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.9 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.10 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

4.11 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato/ata e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) número do empenho e/ou solicitação de fornecimento;

f) o valor a pagar; e

g) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.12 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: MINUTA DE CONTRATO Nº XXX.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSS

4.13 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.14 - A CONTRATANTE não se responsabiliza pelo pagamento de notas fiscais sem a apresentação das respectivas requisições expedidas e assinadas pelo órgão requisitante responsável.

4.15 - A CONTRATADA deverá apresentar as seguintes regularidades, acompanhado das notas fiscais ou instrumento de cobrança equivalente:

4.15.1 - Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

4.15.2 - Certidão de Regularidade de Tributos Municipais;

4.15.3 - Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais;

4.15.4 - Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e

4.15.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4.16 - A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, devendo o contratado ficar responsável pela conferência de tal validade.

4.17 - Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

4.18 - Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.19 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.20 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços e/ou contrato, caso o contratado não regularize sua situação, junto a contratante.

4.21 - O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento de contratação.

4.22 - O CONTRATANTE não se responsabiliza pelo pagamento de notas fiscais sem a apresentação das respectivas requisições expedidas e assinadas pelo Departamento responsável.

4.23 - O pagamento será realizado conforme disposto no Termo de Referência, que originou a ARP a ser aderida após a entrega do veículo, observado o cronograma de pagamento estabelecido pela Prefeitura do Município de Campos de Júlio/MT, em conformidade com art. 141 da Lei 14.133/2021.

4.24 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a futura contratada não tenha concorrido, de forma alguma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Município, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: I = (TX)

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: MINUTA DE CONTRATO Nº XXX.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSS

I = (6 / 100) I = 0,00016438 365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

4.25 - Na emissão das notas fiscais para pagamento, as empresas deverão observar:

4.25.1 - O disposto pela legislação regulamentar e eventuais orientações técnicas do setor de contabilidade

4.25.2 - As regras de retenção do Imposto de Renda, dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e legislação municipal.

4.26 - O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

4.27 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.28 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.28.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.29 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprova.

4.30 - As despesas decorrentes desta contratação serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 01 – Departamento Educação

Centro de Custo: 941 – Aquisição Veículo - Educação;

Ficha: 1125/2026;

Código do Elemento: 4.4.90.52.52

4.31 - O valor contratado é fixo e irreajustável durante a vigência contratual.

CLÁUSULA V – PRAZO DE ENTREGA E DE VIGÊNCIA

5.1 - O equipamento deverá ser entregue conforme disposições previstas na Ata de Registro de Preços aderida.

5.2 - O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade da Secretaria, com prazo de entrega de até 120 (cento e vinte) dias, contando a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.3 - A entrega da camionete será realizada no Município de Campos de Júlio/MT, em local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, com frete e descarga às expensas da Contratada, incluindo todas as despesas de transporte, seguro, impostos e demais encargos até o recebimento definitivo, deverá ainda, ser feita em dias úteis, de segunda a sexta-feira, com contato pelos telefones (65) 3387-2800 e (65) 9. 9205-0033.

5.4 - O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses contados a partir da publicação de seu extrato no órgão oficial de imprensa, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLAUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com a Ata de Registro de Preços aderida e demais instrumentos que instruem o certame e contratação;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: MINUTA DE CONTRATO Nº XXX.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSS

6.2 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.3 - Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto deste contrato, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

6.4 - Aplicar à Contratada as sanções previstas em lei e no contrato, quando for o caso;

6.5 - Fornecer à Contratada todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato;

6.6 - Efetuar o pagamento a Contratada dos valores correspondentes ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos, efetuando a retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

6.7 - Comunicar a Contratada para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.8 - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

6.9 - Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Campos de Júlio/MT para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

6.10 - Exigir a apresentação de notas fiscais com as requisições fornecidas, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, etc., bem como fornecer à Contratada, recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de compromissos que exijam essas comprovações.

6.11 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais instrumentos que instruem a contratação;

6.12 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.13 - Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.13.1 - A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.14 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

6.15 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, em havendo garantia contratual.

CLAUSULA VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações do Termo de Referência e Ata aderida, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

7.2 - Atender as requisições da Contratante, executando o objeto na forma estipulada no Termo de Referência e Ata de Registro de Preço e neste Contrato, principalmente quanto ao prazo de entrega;

7.3 - Executar o objeto contratado no local e forma indicada pela Contratante, obedecendo aos prazos estipulados.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: MINUTA DE CONTRATO Nº XXX.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSS

7.4 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.5 - Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante;

7.7 - Credenciar junto a Contratante um representante e número de telefone e e-mail para prestar esclarecimentos e atender as solicitações, bem como reclamações que porventura surgirem durante a execução deste Contrato;

7.8 - Indicar, a pedido da Contratante, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura venham a ocorrer;

7.9 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.10 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

7.11 - Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.12 - Cumprir impreterivelmente os prazos estipulados neste Contrato e no Termo de Referência.

7.13 - Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.14 - Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.15 - Apresentar a Contratante, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato;

7.16 - Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.17 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.18 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato;

7.19 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

7.20 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

7.21 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078/1990);

7.22 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: MINUTA DE CONTRATO Nº XXX.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSS

7.23 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.24 - Observar, na emissão das notas fiscais para pagamento, o disposto pela legislação tributária do Município e as regras de retenção do Imposto de Renda, dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

7.25 - A entrega do veículo deverá ser dentro do perímetro urbano de Campos de Júlio/MT, em locais a serem indicados pela Administração na solicitação emitida, com frete e descarga por conta da empresa fornecedora do veículo.

CLAUSULA VIII – DAS SANÇÕES

8.1 - Comete infração administrativa o detentor que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3 - Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6 - Não celebrar o contrato não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9 - Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

8.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

8.2 - O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada considerando os seguintes percentuais:

8.2.1 - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do veículo, calculado sobre o valor do contrato, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

8.2.2 - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o subitem anterior, sobre o valor da contratação, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total da avença;

8.3 - O fornecedor ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.3.1 - Advertência, pela falta o subitem 8.1.1, quando não se justificar penalidade mais grave;

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: MINUTA DE CONTRATO Nº XXX.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSS

8.3.2 - Multa Compensatória de:

a) de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, nos casos previstos nos subitens 8.1.1, 8.1.4 e 8.1.6;

b) de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, nos casos previstos nos subitens 8.1.3, 8.1.5, 8.1.7;

c) de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, nos casos previstos nos subitens 8.1.2 e de 8.1.8 a 8.1.12; 8.3.3.

8.3.3 - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.3.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.4 - A sanção de multa moratória prevista pelo item 8.2 não impede a aplicação da multa compensatória prevista pelo item 8.3.2 deste termo de referência;

8.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.6 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 - A aplicação das sanções previstas neste edital, em hipótese alguma, atenua a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.8 - Em qualquer caso de aplicação de sanção, será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa do contratado/detentor da ata.

8.9 - Na aplicação das penalidades previstas neste edital deverão ser observadas todas as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação regulamentar.

8.10 - A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM) e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

CLÁUSULA IX – DOS CASOS DE RESCISÃO

9.1 - A rescisão do presente Contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da administração e exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

b) Consensual por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas desde que haja interesse da administração.

c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de clausula compromissória ou compromisso arbitral, ou decisão judicial.

9.2 - Serão observadas, ainda, as previsões dos Art. 138 e 139 da Lei Federal n º14.133/2021.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: MINUTA DE CONTRATO Nº XXX.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSS

CLÁUSULA X – DOS CASOS OMISSOS

10.1 - Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 14.133/21 aplicando-se supletivamente, quando for o caso, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA XI – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA XII – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4 - O (a) Fiscal do Contrato poderá determinar ao preposto da empresa, a necessidade de adoção de providências para boa e regular execução do objeto.

12.5 - Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para informações acerca das obrigações contratuais, mecanismos de fiscalização, estratégias para execução do objeto, método de aferição dos resultados e das possíveis sanções aplicáveis, dentre outros assuntos que entender pertinentes.

12.6 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos, que corresponderá ao mesmo Fiscal do Contrato e seu suplente, nos Termos do art. 117 da Lei Nº 14.133, de 2021.

12.7 - O fiscal do contrato acompanhará a execução do mesmo, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidos, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do art. 22, inciso VI do Decreto Federal nº 11.246/2022 e art. 23, inciso VI do Decreto Municipal nº 023/2024.

12.7.1 - O fiscal do contrato, anotará no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observando os termos do art. 117, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 23, inciso II do Decreto Municipal nº 23/2024;

12.7.2 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o Fiscal do Contrato emitirá notificações para a correção da execução do mesmo, determinando prazo para a correção, nos termos do Decreto Municipal n° 23/2024.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: MINUTA DE CONTRATO Nº XXX.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSS

12.7.3 - O Fiscal do Contrato informará ao Gestor do Contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.7.4 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o Fiscal do Contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do Contrato.

12.7.5 - O Fiscal do Contrato comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término da ata/contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12.7.6 - O Gestor do contrato, acompanhará os registros realizados pelo Fiscais do Contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.8 - O Fiscal e o Gestor do contrato verificarão a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanharão o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, nos termos do Decreto Municipal nº 023/2023.

12.8.1 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais em relação à execução do objeto, o Fiscal do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

12.9 - O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.9.1 - O Gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.9.2 - O Gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) Fiscal (is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.9.3 - O Gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.10 - O Gestor do contrato, com auxílio do respectivo Fiscal, elaborará Relatório Final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração e o encaminhará para as providências de registro e transparência pública.

12.11 - O Gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização nos termos do contrato.

CLAUSULA XIII – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13.1 - As PARTES obrigam-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, inclusive em razão do fornecimento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, determinação de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

13.2 - As PARTES deverão fornecer e solicitar umas às outras apenas os dados estritamente necessários ao cumprimento do presente termo devendo ser realizado o tratamento adequado das informações a que tiver acesso.

13.3 - Os dados pessoais aos quais as PARTES tiverem acesso em razão da execução do presente termo não poderão ser revelados ou compartilhados com terceiros, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos, encaminhamentos ou outros meios que reflitam as referidas informações, ressalvados os casos em que houver prévia autorização por escrito da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO/MT.

13.4 - As PARTES ficam obrigadas a manter preposto para comunicação para os assuntos pertinentes a Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

13.5 - As PARTES devem implementar e manter medidas técnicas/administrativas suficientes para garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade, o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, evitando os acessos não autorizados, acidentes, vazamento acidentais ou ilícitos que causem destruição, perdas, alterações, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não autorizado.

13.6 - As PARTES deverão manter sigilo sobre os dados pessoais de empregados, colaboradores, servidores ou qualquer pessoa física aos quais eventualmente tenham acesso, respeitando todos os protocolos exigidos pela Lei Federal nº 13.709/2018, bem como legislação complementar e orientações emitidas pelas ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

13.7 - As PARTES devem assegurar que todos os seus servidores, empregados, colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, alertando-os sobre as responsabilidades decorrentes do descumprimento de tal dever.

13.8 - As PARTES cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais normas de proteção de dados, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo, naquilo que couber.

13.9 - As PARTES notificarão formalmente umas às outras, e imediatamente, a respeito de qualquer ocorrência relativa a eventual descumprimento das disposições relativas à proteção de dados pessoais que tenham relação com o objeto do presente contrato, promovendo todas as ações necessárias à solução dos problemas que venham ser causados por seus empregados e/ou colaboradores.

13.10 - Considera-se ocorrência qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação de dados pessoais, relativo a acesso, coleta, armazenamento, tratamento, compartilhamento e eliminação de dados, que possa gerar eventuais prejuízos aos titulares e/ou questionamento das autoridades competente.

13.11 - Eventuais responsabilidades das PARTES serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a legislação aplicável, observado o contraditório e a ampla defesa.

13.12 - Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às PARTES decorrentes da não observância nas normas constantes neste termo, a PARTE que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla defesa.

13.13 - O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em mesmo vigor após a extinção das relações entre as PARTES.

CLAUSULA XIV - DA PUBLICAÇÃO

14.1 - O Município de Campos de Júlio - MT encaminhará para publicação o extrato deste Contrato no Diário Oficial dos Municípios até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA XV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Com exceção dos casos expressamente autorizados no edital, a Contratada somente poderá subcontratar o fornecimento do objeto com a prévia concordância da Contratante, ficando, neste caso, solidariamente responsável perante a Contratante pelo fornecimento feito pela Subcontratada e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

CLÁUSULA XVI – DO FORO

16.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Comodoro - MT, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2 - E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento que, lido e achado conforme pelas partes, é por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito.

Campos de Júlio - MT, XX de setembro de 2026

_____

MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT

Irineu Marcos Parmeggiani - Prefeito

CONTRATANTE

_____

KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA

CNPJ nº 52.251.214/0001-34

Carlos Eduardo Nunes de Mamã Fernandes

CONTRATADA

Revisado e Aprovado pela Procuradoria Jurídica em _____

De: Procuradoria Geral

Deferido

Enviado por: Maria Gabriela Pereira Bonotto (maria.bonotto)

Para: Procuradoria Jurídica (Organograma), Viviene Barbosa Silva (Interno)

Data: 17 de setembro de 2026 às 15:14

Solicito Parecer

De: Viviene Barbosa Silva
Para: Procuradoria Geral (Organograma)
Data: 18 de setembro de 2026 às 08:33

Bom dia;

Segue anexo o parecer solicitado.

Att;

Anexo(s)
PARECER SOBRE ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO.pdf

PARECER JURÍDICO Nº. 77/2026.

ESPÉCIE/MODALIDADE: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.9/2026, RESULTANTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 8/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE 4X4, MARCA TOYOTA
PROTOCOLO *FLOWDOC's* nº. 8376/2026

Trata-se de solicitação visando à análise jurídica-formal da **fase preparatória** de procedimento administrativo licitatório, na modalidade Adesão, por "carona" à **Ata de registro de Preços nº 9/2026/CIDESAT** originada do **Pregão Eletrônico n° 8/2026**, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, cuja empresa detentora é a **KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA**, inscrita no CNPJ 52.251.214/0001-34, para fornecimento de veículos tipo Caminhonete Diesel CD 4x4**,** fundamentada na Lei nº. 14.133/2021, doravante referida apenas como NLLCA.

Conforme se depreende do **subitem 1.4** do Termo de Referência, valor total estimado de **R$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais).**

Destaca-se da instrução do procedimento os documentos de suma relevância à análise e fundamentação desse opinativo, abaixo elencados:

a) Documento de Formalização da Demanda acostado aos autos, elaborado pela respectiva Secretaria;

b) Estudo Técnico Preliminar (ETP),

c)Termo de Referência (TR), descrevendo as especificações técnicas do objeto;

d) Requisição de autorização do município gerenciador da ARP e ao fornecedor;

e) Ofício do órgão gerenciador, autorizando a utilização da ata;

f) manifestação de anuência/aceite da detentora da ata;

g) justificativas: Expondo a necessidade administrativa e a vantajosidade da adesão;

h) pesquisas de preços e autorizações pertinentes.

i) parecer contábil com indicação do objeto ne do recurso próprio para a despesa;

j) Portaria Municipal nº 95, de 23 de abril de 2026, designando os Agentes de Contratação;

k) edital do Pregão Presencial originário e anexos;

l) documentos de habilitação da empesa detentora da A.R.P e outros;

m) minuta do Termo de Contrato que regerá a relação entre esse município e o fornecedor.

Com efeito, após finalizada a fase preparatória, vieram os autos a essa Procuradoria Jurídica para controle prévio de legalidade, com fundamento no artigo 53, §4º da NLLCA e em observância às prerrogativas funcionais conferidas no artigo 4º, V da Lei nº. 2.308, de 5 de agosto de 2025.

Nesse sentido, colacionamos os dispositivos da NLLCA supra:

> *Art. 53. Ao final da **fase preparatória**, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*
> *(…)*
>
> *§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, **adesões a atas de registro de preços**, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (g.n)*

É o sucinto relatório, passando doravante à análise jurídica que o caso requer.

II- DAS QUESTÕES PRELIMINARES E ESCOPO DA ANÁLISE

Inicialmente, cumpre ressaltar que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídico-formais do procedimento, com base nos documentos e informações fornecidos pelos setores técnicos competentes.

Nessa perspectiva, excluem-se do escopo deste parecer os juízos de mérito administrativo, como a conveniência, oportunidade e adequação técnica do objeto, cuja responsabilidade recai sobre o gestor e a equipe de planejamento da contratação, não abrangidos pelas atribuições dessa Procuradoria.

Ressalta-se, ainda, que esse opinativo possui natureza opinativa e consultiva, não vinculando a decisão da autoridade administrativa. Contudo, a eventual discordância deve ser devidamente motivada, sob pena de caracterização de erro grosseiro, conforme o art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2599/2021 – Plenário).

III- FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A adesão por órgãos não participantes (conhecida como "carona") é permitida pela Nova Lei de Licitações, em seu artigo 6º, procedimento chamado de **“carona”**, desde que observados requisitos rigorosos para evitar o desvirtuamento do planejamento licitatório. Confira-se:

> *Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*
> *(…)*
> *XLVII - órgão ou entidade gerenciadora: órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de*

procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

XLVIII - órgão ou entidade participante: órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços;

XLIX - órgão ou entidade não participante: órgão ou entidade da Administração Pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços;

Adicionalmente, cumpre ressaltar a possibilidade jurídica da Adesão à ata de registro de preços ("carona") é um instrumento que visa à eficiência e celeridade, previsto no artigo 86 da NLLCA.

Nesse sentido, é o que se extrai do artigo 86, § 2º, II, §3º, I e §§5º e 6º da NLLCA:

Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

(...)

§ 2º Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II- demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 dessa lei;

III- prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.
(...)
§ 3º A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição ***de não participante poderá ser exercida:***

> ***I- por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital;*** *ou (g.n)*
> *(...)*
> *§ 5º O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o § 2º deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.*
>
> *§ 6º A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo federal por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o § 5º deste artigo se destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 desta Lei.*

A análise de sua legalidade perpassa a verificação dos requisitos formais e da vantajosidade da medida.

No tocando à regularidade formal do procedimento, verifica-se que o processo cumpriu as formalidades essenciais da NLLCA, consoante destacado no preâmbulo, acrescido notadamente da consulta do município para a respectiva adesão, através dos **Ofícios nºs 238/GP/2026 e 239 GP/2026,** nos termos do **subitem 11.2.2 da ARP** de origem, da correspondente **autorização do Órgão Gerenciador, através do Ofício nº 67/2026/CIDESAT**, no qual o ente gerenciador da ARP- Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal autoriza a adesão em 21/8/2026, bem como o aceite condicionado da fornecedora, **KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA**, inscrita no CNPJ 52.251.214/0001-34, datada de 31 de julho de 2026.

Verifica-se ainda o respeito aos limites quantitativos, porquanto a aquisição de 1 unidade está dentro do limite de 50% do

quantitativo registrado em ata (4 unidades), em conformidade com o artigo 86, § 4º, da NLLCA.

De forma complementar sob o aspecto da **demonstração de sua vantagem para a Administração**- ponto central da análise de uma "carona", a justificativa da Secretaria gestora (ETP e TR) e a pesquisa de preços anexada permitem a seguinte interpretação:

a) Necessidade Qualificada: A demanda não é por um veículo utilitário genérico. O **ETP detalha a necessidade de um veículo robusto, com tração 4x4, motor de alto desempenho e, crucialmente, um pacote de segurança avançado (Toyota Safety Sense)** para garantir a integridade dos servidores em deslocamentos por estradas vicinais e áreas rurais de difícil acesso.

Tais especificações colocam o bem em um patamar de qualidade e preço superior aos modelos de entrada, que geralmente compõem a base de cálculo de preços médios.

b) Economicidade e Celeridade: A própria Lei de Licitações busca não apenas o menor preço, mas a proposta mais vantajosa como um todo. **A adesão à ata proporciona uma economia processual e uma celeridade que um novo certame não alcançaria.**

Isso porque, a demora na realização de um novo pregão poderia gerar custos indiretos superiores à aparente economia na aquisição, como o aumento dos gastos com manutenção da frota antiga e a postergação de serviços essenciais à população.

c) Compatibilidade do Preço com o mercado do item específico, através dos relatórios de controle (Radar/TCE).

Dessa forma, a vantajosidade não deve ser aferida apenas pela comparação com um preço médio genérico, mas pela relação custo-benefício entre adquirir um veículo com as especificações técnicas e de segurança desejadas, de forma imediata, por um preço que, para este exato modelo, se mostra condizente com o mercado.

Observa-se cumprida a exigência prevista no artigo 17, § 2º, da NLLCA, no que tange a forma eletrônica do processo licitatório originário.

IV- CONCLUSÃO

Diante do exposto, restrita a análise aos aspectos jurídico-formais, **OPINO FAVORÁVEL** à aprovação e continuidade procedimento administrativo licitatório, na modalidade Adesão, por "carona" à Ata de registro de Preços nº 9/2026/CIDESAT originada do Pregão Eletrônico n° 8/2026, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, posto que devidamente instruído e em conformidade as exigências formais do artigo 86 da NLLCA.

Subsidiariamente, não é demais lembrar que constituem análise técnica do órgão demandante a verificação das dotações orçamentárias e especificidades do procedimento visando a aquisição do objeto sob enfoque.

Registre-se, por fim, que **não há determinação legal a impor a fiscalização posterior de cumprimento de recomendações feitas**, conforme o Enunciado n° 5 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU:

> ***"Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido as alterações necessárias, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas".***

É o parecer que se submete à elevada consideração superior, a fim de que, usando seu juízo de discricionariedade, adote o poder de decisão sobre a melhor forma de condução do processo licitatório, nos moldes do artigo 156 da Lei Orgânica do Município.

Campos de Júlio, 18 de setembro de 2026.

VIVIENE BARBOSA SILVA:51894777115

Assinado de forma digital por VIVIENE BARBOSA SILVA:51894777115
Dados: 2026.09.18 08:31:37 -04'00'

De: Rodrigo Ferreira dos Santos
Para: Rodrigo Ferreira dos Santos (Interno)
Data: 21 de setembro de 2026 às 10:35

Segue para assinaturas:

- Termo de Adjudicação
- Termo de Homologação

Anexo(s)
Termo de adjudicação.pdf
Termo de homologação.pdf

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

CNPJ:01.614.516/0001-99
AVENIDA VALDIR MASUTTI 779-W
C.E.P.:78319-000- Campos de Júlio - MT

PREGÃO ELETRÔNICO
0035/2026

Processo Licitatório: 000100/26
Data do Processo: 16/09/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, Irineu Marcos Parmeggiani, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nº. 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº: 000100/26

b) Licitação Nº: 035/2026

c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

d) Data Homologação: 21/09/2026

e) Objeto da Licitação: Adesão a Ata de registro de Preços nº 09/2026/CIDESAT, para fornecimento de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4, para atender ao Município de Campos de Júlio – MT.

Fornecedores e Itens declarados Vencedores:

Item	Descrição do Item Proponente / Fornecedor	Unidade Classificação	QTD	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	CAMIONETA CABINE DUPLA Kampai Motors Mato Grosso Ltda	UN Vencedor	1	285.000,00	285.000,00
	Total Geral				285.000,00

Item	11134 Código	Kampai Motors Mato Grosso Ltda CNPJ: 52.251.214/0001-34 Republica do Libano, 2280 - Despraiado, CUIABA - MT, CEP: 78048-239 Telefone: 6733220250 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	005.001.013	CAMIONETA CABINE DUPLA	UN	1	285.000,00	285.000,00
		Total do Proponente				285.000,00

TOTAL GERAL: 285.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Ficha	Exer. Fic.	Unid. Exec.	Funcional	Categoria	Fonte Recurso	Valor	Saldo	Saldo Com Reserva
1125	2026	020801	12.122.0002.1054.0000	4.4.90.52.52.02	1.2.500	285.000,00	285.000,00	0,00

Campos de Júlio, Em 21/09/2026.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Processo 8376/2026. Assinado por 1 pessoa: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/FFDE1A2539F94DD3B02917086121BE25

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
FFDE1A2539F94DD3B02917086121BE25

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 21/09/2026 10:46:53
CPF:***.***-.780-34
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/FFDE1A2539F94DD3B02917086121BE25

ESTADO DO MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO	PREGÃO ELETRÔNICO 0035/2026
CNPJ:01.614.516/0001-99 AVENIDA VALDIR MASUTTI 779-W C.E.P.:78319-000- Campos de Júlio - MT	Processo Licitatório: 000100/26 Data do Processo: 16/09/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Irineu Marcos Parmeggiani, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nº. 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos :

Processo Nº.: 000100/26

Licitação Nº.: 0035/2026

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Data Homologação: 21/09/2026

Objeto da Licitação: Adesão a Ata de registro de Preços nº 09/2026/CIDESAT, para fornecimento de veículos tipo Camionete Diesel CD 4x4, para atender ao Município de Campos de Júlio – MT.

Fornecedores e Itens declarados Vencedores:

Item	11134 Código	Kampai Motors Mato Grosso Ltda CNPJ: 52.251.214/0001-34 Republica do Libano, 2280 - Despraiado, CUIABA - MT, CEP: 78048-239 Telefone: 6733220250 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	005.001.013	CAMIONETA CABINE DUPLA Total do Proponente	UN	1	285.000,00	285.000,00 285.000,00

TOTAL GERAL: 285.000,00

Kampai Motors Mato Grosso Ltda. Perfazendo o valor total de R$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais).

Campos de Júlio, Em 21/09/2026

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Processo 8376/2026. Assinado por 1 pessoa: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/D6A014C1FA4C4E6DBBA33DAE7D6AC865

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
D6A014C1FA4C4E6DBBA33DAE7D6AC865

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 21/09/2026 10:46:56
CPF:***.***-.780-34
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/D6A014C1FA4C4E6DBBA33DAE7D6AC865

De: Rodrigo Ferreira dos Santos

Deferido

Para: Wilma (Interno)

Data: 22 de setembro de 2026 às 07:29

Segue publicação do aviso de adesão AMM para envio de aplic.
P.E. nº 035/2026. Proc. licitatório nº 100/2026.

Anexo(s)

Publicação aviso de adesão. PE 035.2026.pdf

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto n° 52, de 28 de junho de 2011, e as demais disposições em contrário.

Campo Novo do Parecis/MT, 9 de setembro de 2026.

EDILSON ANTÔNIO PIAIA

Prefeito Municipal

PRISCILLA GIMENEZ SIQUEIRA GONÇALVES OLSSON

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 79/2025

DO OBJETO: Obra de Construção do Complexo Municipal de Saúde (Parte Remanescente).

DO ADITAMENTO: Acréscimo de valor na ordem de **R$ 141.239,72 (cento e quarenta e um mil, duzentos e trinta e nove reais e setenta e dois centavos)**.

VINCULAÇÃO: Edital de Concorrência nº 03/2023 e do Processo Licitatório nº 137/2023, celebram a presente contrato.

PARTES: Município de Campos de Júlio – MT, CNPJ 01.614.516/0001-99 – Irineu Marcos Parmeggiani – Prefeito / JRP Engenharia Ltda / CNPJ nº 14.878.898/0001-00/ Contratada.

Josiane Ribeiro da Silva - Fiscal de Contratos

Município de Campos de Júlio - MT.

EXTRATO DO TERMO DE ACEITE DO ITEM 02, DA ARP Nº 32/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2024.

EXTRATO DO TERMO DE ACEITE DO ITEM 02, DA ARP Nº 32/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2024.

DA ESPÉCIE: Aceite de Item 02 pela empresa no Pregão Eletrônico 36/2024, por parte da Fornecedora.

DO OBJETO: Pregão Eletrônico com registro de preços para futuras e eventuais aquisições de mobiliários em gerais, para atender as necessidades das Secretarias Municipais e seus Departamentos, do Município de Campos de Júlio/MT.

DO FATO: Vigente a partir da data de 18/09/2026 o item abaixo relacionado:

Item	Descrição do Produto	Marca	Valor
02	Apoio para Pés , ergonômico, Multivisao Apoio para pés, ergonômico, multivisão, com revestimento em borracha antiaderente, medindo 40x28cm, com plataforma plana e altura regulável		R$ 66,99

PARTES: MUNICIPIO DE CAMPOS DE JÚLIO-MT/ PREFEITO IRINEU MARCOS PARMEGGIANI/CONTRATANTE E EMPRESA A. PAZINATO MARINGA-ME/CNPJ: 04.352.905/0001-81/CONTRATADA.

Josiane Ribeiro da Silva - Fiscal de Contratos.

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, MT.

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

O Município de Campos de Júlio - MT vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, que foi formalizado processo de adesão à Ata de Registro de Preços nº 009/2026/CIDESAT, originada do Pregão Eletrônico nº 008/2026, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Detentora do preço registrado: KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 52.251.214/0001-34.

Valor aderido: R$ 285.000,00

As especificações detalhadas do objeto constam do Termo de Referência do processo originário e da proposta da detentora dos preços registrados, devidamente juntados ao processo de adesão.

A adesão acima mencionada foi autuada internamente sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 035/2026, por meio do Processo Licitatório nº 100/2026.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 2800 ou pelo e-mail licitacao3@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 21 de setembro de 2026

Eric Rodrigo Pettenan

Agente de Contratação

Portaria nº 95/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 09 - PSS/001/2026, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo Simplificado regido pelo edital nº01/2026 e em conformidade com a Lei n.º 1.945, de 05 de março de 2024, Lei Municipal n.º 2.455, de 11 de maio de 2026.

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: Publicação aviso de adesão. PE 035.2026.pdf (1/1) 295/311

De: Rodrigo Ferreira dos Santos
Para: Rodrigo Ferreira dos Santos (Interno)
Data: 24 de setembro de 2026 às 09:49

Segue contrato nº 165/2026 para assinatura

Anexo(s)
CONTRATO Nº 165.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA.pdf
01.5 - PROCURAÇÃO KAMPAI CUIABA - 2026 - ok assinado.pdf
01.6 - CNH Guilherme Holsback.pdf

CONTRATO Nº 165/2026

O MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.516/0001-99, com sede administrativa à Avenida Valdir Masutti, nº 779W, Loteamento Bom Jardim, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. **Irineu Marcos Parmeggiani**, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a empresa **KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **52.251.214/0001-34**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Avenida República do Libano, nº 2280, Despraiado, CEP 78.048-239, Cuiabá-MT, neste ato representada por **Carlos Eduardo Nunes de Mamã Fernandes,** portador do documento de identidade RG nº 91X.XX5, emitida pela SSP/MS, e do CPF nº 861.XXX.XXX-00, doravante denominada de **CONTRATADA,** tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 100/2026, resolvem celebrar o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as condições expressas a seguir.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 - O presente instrumento tem como objeto a de aquisição de 01 (um) veículo tipo TOYOTA HILUX 2026/2026, com as seguintes características:

Item	Código Sistema Código TCE/MT	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unitário R$	Preço total R$
1	005.001.013 00054573	CAMINHONETE - CABINE DUPLA, 4 PORTAS, TRAÇÃO 4x2/4x4, NOVA ZERO KM, ANO/MODELO 2026/2026. **MARCA/MODELO TOYOTA HILUX**	UND	01	R$285.000,00	R$285.000,00
VALOR TOTAL						**R$285.000,00**

1.2 – O objeto encontra-se totalmente descrito no Termo de Referência do Pregão eletrônico nº 008/2026, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, bem como na proposta apresentada pela contratada no bojo do mencionado certame licitatório.

CLÁUSULA II – DO AMPARO LEGAL

2.1 - A lavratura do presente contrato decorre do processo de adesão à Ata de Registro de Preços nº 009/2026, originada do Pregão Eletrônico nº 008/2026, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, processado com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 - A adesão mencionada na Cláusula 2.1 foi autuada internamente sob a modalidade Pregão eletrônico nº 035/2026**,** por meio do Processo Licitatório nº 100/2026.

CLÁUSULA III – DO REGIME DE FORNECIMENTO

3.1 - O presente contrato tem como regime o fornecimento por preço unitário, nos termos do Edital de regência.

Processo 8376/2026. Assinado por 3 pessoas: GUILHERME HOLSBACK GARCIA, IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/20D1D9B8994240A48D366F25292ABB51
FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: CONTRATO Nº 165.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA.pdf

CLÁUSULA IV – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, DO RECEBIMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - Pela entrega o objeto deste contrato, a Contratante pagará à Contratada a importância certa de **R$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais).**

4.2 - O veículo será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.3 - O veículo poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade do veículo e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.5 - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

4.6 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.7 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando- se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.8 - O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela CONTRATANTE durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.9 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.10 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

4.11 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato/ata e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) número do empenho e/ou solicitação de fornecimento;

f) o valor a pagar; e

g) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.12 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

Processo 8376/2026. Assinado por 3 pessoas: GUILHERME HOLSBACK GARCIA, IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/20D1D9B8994240A48D366F25292ABB51

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: CONTRATO Nº 165.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA.pdf

4.13 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.14 - A CONTRATANTE não se responsabiliza pelo pagamento de notas fiscais sem a apresentação das respectivas requisições expedidas e assinadas pelo órgão requisitante responsável.

4.15 - A CONTRATADA deverá apresentar as seguintes regularidades, acompanhado das notas fiscais ou instrumento de cobrança equivalente:

4.15.1 - Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

4.15.2 - Certidão de Regularidade de Tributos Municipais;

4.15.3 - Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais;

4.15.4 - Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e

4.15.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4.16 - A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, devendo o contratado ficar responsável pela conferência de tal validade.

4.17 - Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

4.18 - Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.19 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.20 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços e/ou contrato, caso o contratado não regularize sua situação, junto a contratante.

4.21 - O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento de contratação.

4.22 - O CONTRATANTE não se responsabiliza pelo pagamento de notas fiscais sem a apresentação das respectivas requisições expedidas e assinadas pelo Departamento responsável.

4.23 - O pagamento será realizado conforme disposto no Termo de Referência, que originou a ARP a ser aderida após a entrega do veículo, observado o cronograma de pagamento estabelecido pela Prefeitura do Município de Campos de Júlio/MT, em conformidade com art. 141 da Lei 14.133/2021.

4.24 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a futura contratada não tenha concorrido, de forma alguma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Município, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: I = (TX)

Processo 8376/2026. Assinado por 3 pessoas: GUILHERME HOLSBACK GARCIA, IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/20D1D9B8994240A48D366F25292ABB51

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: CONTRATO Nº 165.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA.pdf

I = (6 / 100) I = 0,00016438 365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

4.25 - Na emissão das notas fiscais para pagamento, as empresas deverão observar:

4.25.1 - O disposto pela legislação regulamentar e eventuais orientações técnicas do setor de contabilidade

4.25.2 - As regras de retenção do Imposto de Renda, dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e legislação municipal.

4.26 - O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

4.27 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.28 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.28.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.29 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprova.

4.30 - As despesas decorrentes desta contratação serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 01 – Departamento Educação

Centro de Custo: 941 – Aquisição Veículo - Educação;

Ficha: 1125/2026;

Código do Elemento: 4.4.90.52.52

4.31 - O valor contratado é fixo e irreajustável durante a vigência contratual.

CLÁUSULA V – PRAZO DE ENTREGA E DE VIGÊNCIA

5.1 - O equipamento deverá ser entregue conforme disposições previstas na Ata de Registro de Preços aderida.

5.2 - O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade da Secretaria, com prazo de entrega de até 120 (cento e vinte) dias, contando a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.3 - A entrega da camionete será realizada no Município de Campos de Júlio/MT, em local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, com frete e descarga às expensas da Contratada, incluindo todas as despesas de transporte, seguro, impostos e demais encargos até o recebimento definitivo, deverá ainda, ser feita em dias úteis, de segunda a sexta-feira, com contato pelos telefones (65) 3387-2800 e (65) 9. 9205-0033.

5.4 - O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses contados a partir da publicação de seu extrato no órgão oficial de imprensa, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLAUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com a Ata de Registro de Preços aderida e demais instrumentos que instruem o certame e contratação;

Processo 8376/2026. Assinado por 3 pessoas: GUILHERME HOLSBACK GARCIA, IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/20D1D9B8994240A48D366F25292ABB51

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: CONTRATO Nº 165.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA.pdf

6.2 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.3 - Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto deste contrato, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

6.4 - Aplicar à Contratada as sanções previstas em lei e no contrato, quando for o caso;

6.5 - Fornecer à Contratada todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato;

6.6 - Efetuar o pagamento a Contratada dos valores correspondentes ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos, efetuando a retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

6.7 - Comunicar a Contratada para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.8 - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

6.9 - Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Campos de Júlio/MT para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

6.10 - Exigir a apresentação de notas fiscais com as requisições fornecidas, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, etc., bem como fornecer à Contratada, recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de compromissos que exijam essas comprovações.

6.11 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais instrumentos que instruem a contratação;

6.12 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.13 - Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.13.1 - A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.14 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

6.15 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, em havendo garantia contratual.

CLAUSULA VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações do Termo de Referência e Ata aderida, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

7.2 - Atender as requisições da Contratante, executando o objeto na forma estipulada no Termo de Referência e Ata de Registro de Preço e neste Contrato, principalmente quanto ao prazo de entrega;

7.3 - Executar o objeto contratado no local e forma indicada pela Contratante, obedecendo aos prazos estipulados.

Processo 8376/2026. Assinado por 3 pessoas: GUILHERME HOLSBACK GARCIA, IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/20D1D9B8994240A48D366F25292ABB51

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: CONTRATO Nº 165.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA.pdf

7.4 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.5 - Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante;

7.7 - Credenciar junto a Contratante um representante e número de telefone e e-mail para prestar esclarecimentos e atender as solicitações, bem como reclamações que porventura surgirem durante a execução deste Contrato;

7.8 - Indicar, a pedido da Contratante, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura venham a ocorrer;

7.9 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.10 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

7.11 - Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.12 - Cumprir impreterivelmente os prazos estipulados neste Contrato e no Termo de Referência.

7.13 - Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.14 - Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.15 - Apresentar a Contratante, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato;

7.16 - Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.17 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.18 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato;

7.19 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

7.20 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

7.21 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078/1990);

7.22 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

Processo 8376/2026. Assinado por 3 pessoas: GUILHERME HOLSBACK GARCIA, IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/20D1D9B8994240A48D366F25292ABB51

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: CONTRATO Nº 165.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA.pdf

7.23 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.24 - Observar, na emissão das notas fiscais para pagamento, o disposto pela legislação tributária do Município e as regras de retenção do Imposto de Renda, dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

7.25 - A entrega do veículo deverá ser dentro do perímetro urbano de Campos de Júlio/MT, em locais a serem indicados pela Administração na solicitação emitida, com frete e descarga por conta da empresa fornecedora do veículo.

CLAUSULA VIII – DAS SANÇÕES

8.1 - Comete infração administrativa o detentor que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3 - Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6 - Não celebrar o contrato não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9 - Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

8.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

8.2 - O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada considerando os seguintes percentuais:

8.2.1 - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do veículo, calculado sobre o valor do contrato, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

8.2.2 - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o subitem anterior, sobre o valor da contratação, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total da avença;

8.3 - O fornecedor ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.3.1 - Advertência, pela falta o subitem 8.1.1, quando não se justificar penalidade mais grave;

Processo 8376/2026. Assinado por 3 pessoas: GUILHERME HOLSBACK GARCIA, IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/20D1D9B8994240A48D366F25292ABB51

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: CONTRATO Nº 165.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA.pdf

8.3.2 - Multa Compensatória de:

a) de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, nos casos previstos nos subitens 8.1.1, 8.1.4 e 8.1.6;

b) de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, nos casos previstos nos subitens 8.1.3, 8.1.5, 8.1.7;

c) de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, nos casos previstos nos subitens 8.1.2 e de 8.1.8 a 8.1.12; 8.3.3.

8.3.3 - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.3.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.4 - A sanção de multa moratória prevista pelo item 8.2 não impede a aplicação da multa compensatória prevista pelo item 8.3.2 deste termo de referência;

8.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.6 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 - A aplicação das sanções previstas neste edital, em hipótese alguma, atenua a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.8 - Em qualquer caso de aplicação de sanção, será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa do contratado/detentor da ata.

8.9 - Na aplicação das penalidades previstas neste edital deverão ser observadas todas as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação regulamentar.

8.10 - A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM) e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

CLÁUSULA IX – DOS CASOS DE RESCISÃO

9.1 - A rescisão do presente Contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da administração e exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

b) Consensual por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas desde que haja interesse da administração.

c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de clausula compromissória ou compromisso arbitral, ou decisão judicial.

9.2 - Serão observadas, ainda, as previsões dos Art. 138 e 139 da Lei Federal n º14.133/2021.

Processo 8376/2026. Assinado por 3 pessoas: GUILHERME HOLSBACK GARCIA, IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/20D1D9B8994240A48D366F25292ABB51

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: CONTRATO Nº 165.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA.pdf

CLÁUSULA X – DOS CASOS OMISSOS

10.1 - Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 14.133/21 aplicando-se supletivamente, quando for o caso, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA XI – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA XII – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4 - O (a) Fiscal do Contrato poderá determinar ao preposto da empresa, a necessidade de adoção de providências para boa e regular execução do objeto.

12.5 - Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para informações acerca das obrigações contratuais, mecanismos de fiscalização, estratégias para execução do objeto, método de aferição dos resultados e das possíveis sanções aplicáveis, dentre outros assuntos que entender pertinentes.

12.6 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos, que corresponderá ao mesmo Fiscal do Contrato e seu suplente, nos Termos do art. 117 da Lei Nº 14.133, de 2021.

12.7 - O fiscal do contrato acompanhará a execução do mesmo, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidos, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do art. 22, inciso VI do Decreto Federal nº 11.246/2022 e art. 23, inciso VI do Decreto Municipal nº 023/2024.

12.7.1 - O fiscal do contrato, anotará no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observando os termos do art. 117, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 23, inciso II do Decreto Municipal nº 23/2024;

12.7.2 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o Fiscal do Contrato emitirá notificações para a correção da execução do mesmo, determinando prazo para a correção, nos termos do Decreto Municipal n° 23/2024.

Processo 8376/2026. Assinado por 3 pessoas: GUILHERME HOLSBACK GARCIA, IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/20D1D9B8994240A48D366F25292ABB51

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: CONTRATO Nº 165.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA.pdf

12.7.3 - O Fiscal do Contrato informará ao Gestor do Contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.7.4 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o Fiscal do Contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do Contrato.

12.7.5 - O Fiscal do Contrato comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término da ata/contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12.7.6 - O Gestor do contrato, acompanhará os registros realizados pelo Fiscais do Contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.8 - O Fiscal e o Gestor do contrato verificarão a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanharão o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, nos termos do Decreto Municipal nº 023/2023.

12.8.1 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais em relação à execução do objeto, o Fiscal do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

12.9 - O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.9.1 - O Gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.9.2 - O Gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) Fiscal (is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.9.3 - O Gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.10 - O Gestor do contrato, com auxílio do respectivo Fiscal, elaborará Relatório Final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração e o encaminhará para as providências de registro e transparência pública.

12.11 - O Gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização nos termos do contrato.

Processo 8376/2026. Assinado por 3 pessoas: GUILHERME HOLSBACK GARCIA, IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/20D1D9B8994240A48D366F25292ABB51

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: CONTRATO Nº 165.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA.pdf

CLAUSULA XIII – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13.1 - As PARTES obrigam-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, inclusive em razão do fornecimento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, determinação de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

13.2 - As PARTES deverão fornecer e solicitar umas às outras apenas os dados estritamente necessários ao cumprimento do presente termo devendo ser realizado o tratamento adequado das informações a que tiver acesso.

13.3 - Os dados pessoais aos quais as PARTES tiverem acesso em razão da execução do presente termo não poderão ser revelados ou compartilhados com terceiros, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos, encaminhamentos ou outros meios que reflitam as referidas informações, ressalvados os casos em que houver prévia autorização por escrito da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO/MT.

13.4 - As PARTES ficam obrigadas a manter preposto para comunicação para os assuntos pertinentes a Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

13.5 - As PARTES devem implementar e manter medidas técnicas/administrativas suficientes para garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade, o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, evitando os acessos não autorizados, acidentes, vazamento acidentais ou ilícitos que causem destruição, perdas, alterações, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não autorizado.

13.6 - As PARTES deverão manter sigilo sobre os dados pessoais de empregados, colaboradores, servidores ou qualquer pessoa física aos quais eventualmente tenham acesso, respeitando todos os protocolos exigidos pela Lei Federal nº 13.709/2018, bem como legislação complementar e orientações emitidas pelas ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

13.7 - As PARTES devem assegurar que todos os seus servidores, empregados, colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, alertando-os sobre as responsabilidades decorrentes do descumprimento de tal dever.

13.8 - As PARTES cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais normas de proteção de dados, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo, naquilo que couber.

13.9 - As PARTES notificarão formalmente umas às outras, e imediatamente, a respeito de qualquer ocorrência relativa a eventual descumprimento das disposições relativas à proteção de dados pessoais que tenham relação com o objeto do presente contrato, promovendo todas as ações necessárias à solução dos problemas que venham ser causados por seus empregados e/ou colaboradores.

13.10 - Considera-se ocorrência qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação de dados pessoais, relativo a acesso, coleta, armazenamento, tratamento, compartilhamento e eliminação de dados, que possa gerar eventuais prejuízos aos titulares e/ou questionamento das autoridades competente.

13.11 - Eventuais responsabilidades das PARTES serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a legislação aplicável, observado o contraditório e a ampla defesa.

13.12 - Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às PARTES decorrentes da não observância nas normas constantes neste termo, a PARTE que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla defesa.

13.13 - O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em mesmo vigor após a extinção das relações entre as PARTES.

Processo 8376/2026. Assinado por 3 pessoas: GUILHERME HOLSBACK GARCIA, IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/20D1D9B8994240A48D366F25292ABB51

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: CONTRATO Nº 165.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA.pdf

CLAUSULA XIV - DA PUBLICAÇÃO

14.1 - O Município de Campos de Júlio - MT encaminhará para publicação o extrato deste Contrato no Diário Oficial dos Municípios até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA XV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Com exceção dos casos expressamente autorizados no edital, a Contratada somente poderá subcontratar o fornecimento do objeto com a prévia concordância da Contratante, ficando, neste caso, solidariamente responsável perante a Contratante pelo fornecimento feito pela Subcontratada e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

CLÁUSULA XVI – DO FORO

16.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Comodoro - MT, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2 - E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento que, lido e achado conforme pelas partes, é por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito.

Campos de Júlio - MT, 21 de setembro de 2026

MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT

Irineu Marcos Parmeggiani - Prefeito

CONTRATANTE

GUILHERME HOLSBACK GARCIA:06062782148

Assinado de forma digital por GUILHERME HOLSBACK GARCIA:06062782148
Dados: 2026.09.21 15:30:16 -04'00'

KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA

CNPJ nº 52.251.214/0001-34

Carlos Eduardo Nunes de Mamã Fernandes

CONTRATADA

Revisado e Aprovado pela Procuradoria Jurídica em _____

Processo 8376/2026. Assinado por 3 pessoas: GUILHERME HOLSBACK GARCIA, IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/20D1D9B8994240A48D366F25292ABB51

FlowDocs: 8376 / 2026 - Comunicados Internos - Comunicação Interna Prefeitura | Anexo: CONTRATO Nº 165.2026 - KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA.pdf

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
20D1D9B8994240A48D366F25292ABB51

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 24/09/2026 10:07:05
  CPF:***.***-.780-34
  Certificadora: ICP-BRASIL - AC SOLUTI MULTIPLA V5
- Assinante: VIVIENE BARBOSA SILVA em 24/09/2026 14:51:23
  CPF:***.***-.771-15
  Certificadora: ICP-BRASIL - AC SOLUTI MULTIPLA V5

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/20D1D9B8994240A48D366F25292ABB51

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob Nº. 52.251.214/0001-34, Inscrição Estadual Nº. 14.019.658-7e Inscrição Municipal sob Nº. 264633, com seus atos constitutivos devidamente registrados na (Junta Comercial do Estado) sob Nº. 51202386670, ora estabelecida na Avenida República do Libano n° 2280 – Bairro Despraiado na cidade de Cuiabá - MT, CEP 78048-239, neste ato representada pelos seus sócios Sr. Karlos César Fernandes, portador da Carteira de Identidade RG Nº. 846.196 SSP/MS e do CPF/MF Nº. 693.592.291-72, residente e domiciliado à Rua Antônio de Oliveira Lima, 656, Bairro Itanhangá Park em Campo Grande/MS, CEP: 79.003-100 e Sra. Kenya Camila Fernandes Beltrão, portador da carteira de identidade RG sob o n.º 1334597 SEJUSP/MS e do CPF 008.267.141-96, residente e domiciliado Avenida do Poeta nº 35 casa 35, Parque dos Poderes - Campo Grande/MS, CEP 79.017-080;

OUTORGADO: SR. GUILHERME HOLSBACK GARCIA, brasileiro, casado, gerente, portador do CPF N°. 060.627.821-48 e do RG N°. 1916474 SSP/MS, residente e domiciliado à Rua Dona Deolinda Pereira de Souza, 1573, bairro Pioneiros, cidade de Campo Grande MS, CEP: 79070-130.

PODERES: Pelo presente instrumento de mandato a empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA. confere ao SR. GUILHERME HOLSBACK GARCIA, plenos poderes para atuar perante aos Órgãos da Administração Pública direta e/ou indireta das esferas: federal, estadual ou municipal, autarquias, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e Privadas, em especial, participar como preposto em qualquer modalidade de licitação podendo o referido outorgado promover o cadastro da mesma, retirar editais, apresentar propostas, bem como apresentar recursos, impugnações, pedidos de reconsideração, solicitar cópias de documentos, formular lances na fase competitiva da licitação que comporá o preço final da proposta original ou desistir deste, requerer, na fase permitida, desistência ou retificação de preços iniciais ou quaisquer outras condições oferecidas, emitir e firmar o fechamento da operação, assinar contratos, atas e demais documentos provenientes do processo licitatório em questão, podendo ainda ser praticados todos os demais atos em direito permitidos, necessários ao pleno e fiel cumprimento deste mandato, que poderá ser substabelecido, com reservas, no todo ou em parte ficando estabelecido que os poderes ora conferidos ao Outorgado substabelecido somente terão validade nos atos de: 1)Formular lances na fase competitiva da licitação que comporá o preço final da proposta original ou desistir deste, requerer, na fase permitida, desistência ou retificação de preços iniciais ou quaisquer outras condições oferecidas, emitir e firmar o fechamento da operação através da documentação final de qualquer modalidade; 2) Retirar editais; 3) Promover cadastros; 4)Participar de reuniões para entrega de envelopes de documentos e preços; e 5) Para promover recursos e impugnações. O presente mandato terá validade a partir de 06 de agosto de 2026 até 06 de agosto de 2027. Em caso de rescisão de contrato de trabalho do Outorgado com a Outorgante, o presente instrumento perderá a validade com relação ao Outorgado.

Por ser expressão de verdade, assinamos a presente procuração.

Cuiabá/MT, 06 de agosto de 2026.

KARLOS CESAR FERNANDES:69359229172
Assinado de forma digital por KARLOS CESAR FERNANDES:69359229172
Dados: 2026.08.07 08:12:33 -04'00'

Karlos César Fernandes
Diretor

KENYA CAMILA FERNANDES BELTRAO:00826714196
Assinado de forma digital por KENYA CAMILA FERNANDES BELTRAO:00826714196
Dados: 2026.08.07 08:12:51 -04'00'

Kenya Camila Fernandes Beltrão
Diretora


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2787125330

2 e 1 NOME E SOBRENOME: GUILHERME HOLSBACK GARCIA
1ª HABILITAÇÃO: 06/02/2015
3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 06/07/1996, CAMPO GRANDE, MS
4a DATA EMISSÃO: 20/08/2024
4b VALIDADE: 20/08/2034
ACC:
D
4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: 1916474 SEJUSP MS
4d CPF: 060.627.821-48
5 Nº REGISTRO: 06296949802
9 CAT HAB: B
NACIONALIDADE: BRASILEIRO
FILIAÇÃO: ROSINEI FERNANDES GARCIA
MEIRE HOLSBACK ALVARENGA GARCIA
7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC				D			
A				D1			
A1				BE			
B		20/08/2034		CE			
B1				C1E			
C				DE			
C1				D1E			

12 OBSERVAÇÕES
A

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
00767444765
MS864500297

LOCAL: CAMPO GRANDE, MS

2787125330

MATO GROSSO DO SUL

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA062969498<029<<<<<<<<<<<<
9607066M3408205BRA<<<<<<<<<<<0
GUILHERME<<HOLSBACK<GARCIA<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN